

Antonio Luiz Oliveira Heberlê

**Significações dos transgênicos
na mídia do Rio Grande do Sul**

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
São Leopoldo, fevereiro de 2005

Índice

1	Sociedade, mídia e semiótica	25
1.1	Campos sociais e mídia	25
1.2	Os conceitos e os significados	42
1.2.1	Os interpretantes, a semiose e a informação	63
1.2.2	Categorias da experiência e a mídia	73
1.3	Mídia e significação	84
1.3.1	Significação e transgênicos	101
2	Divulgação da Ciência e os Transgênicos	109
2.1	A ciência na esfera pública	109
2.2	Aproximações e afastamentos entre ciência e mídia	122
2.3	Os contextos dos transgênicos	135
2.3.1	As fronteiras do Rio Grande	137
2.3.2	A Desobediência Civil	140
2.3.3	Código de Defesa do Consumidor	143
2.3.4	A Monsanto e os Transgênicos	145
2.3.5	A ética como princípio	149
2.3.6	Biotecnologia e bioética	154
2.3.7	Imprensa no Rio Grande do Sul	158
2.3.8	Jornal Correio do Povo	160
2.3.9	Jornal Zero Hora	161
2.3.10	Campo e Lavoura em ZH e página Rural no Correio	164

3	A mídia e os transgênicos no RS	167
3.1	Análise dos materiais	167
3.1.1	Critérios para a análise semiótica dos materiais	171
3.1.2	Características do corpus	175
3.2	Histórico do fenômeno no RS	179
3.2.1	Transgênicos e a soja no RS	199
3.2.2	Entre política e ecologia	209
3.2.3	A primeira liberação da soja transgênica	215
3.2.4	As disputas judiciais	219
3.2.5	O governo Fernando Henrique e os OGMs	220
3.2.6	Zona livre, ecologia ou comércio?	235
3.2.7	O transgênico e os transgênicos	243
3.2.8	A firme posição do RS	250
3.2.9	Quando a mídia vai a campo	258
3.2.10	A tensão jurídica	268
3.2.11	O embate político	270
3.2.12	A hegemonia do campo econômico	274
3.2.13	As cartas em ZH	276
3.2.14	A epopéia gaúcha pró-transgênicos	281
3.2.15	A opinião no Correio do Povo	285
3.2.16	A posição oficial de ZH	296
3.2.17	Principais significações dos transgênicos	301
4	Discussão	307
5	Conclusão	313
6	Glossário	317
7	Referências	319
8	Anexos	331

Tese de Doutorado
Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS
Centro de Ciências da Comunicação
Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação
Orientador: Prof. Dr. Fernando Andacht

Abreviaturas e símbolos

(por ordem de aparecimento)

CP – Collected Papers de Charles Sander Peirce
OGM- Organismo Geneticamente Modificado
DNA – ou **ADN** - Ácido Desoxiribonucléico
CTNBIO- Comissão Técnica Nacional de Biossegurança
PT- Partido dos Trabalhadores
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
RBS- Rede Brasil-Sul de Comunicações
ZH – Jornal Zero Hora
AM – Rádios com Amplitude Modulada
FM – Rádios com Frequência Modulada
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
PF – Polícia Federal
IDEC – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
CDC – Código de Defesa do Consumidor
EIA - Estudo de Impacto Ambiental (EIA)
RIMA - Relatório de Impacto no Meio Ambiente
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
DPV – Departamento de Preodução Vegetal da Secretaria de Agricultura do RS
RS – Rio Grande do Sul
RR - soja Roudup Ready da Monsanto
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
FHC – Fernando Henrique Cardoso (ex-presidente do Brasil)
TAC – Termo de Ajuste de Conduta (formulário para ser assinado pelos agricultores que plantam soja transgênica no Brasil)

Resumo

Observamos o funcionamento semiótico do conceito "transgênicos", ao ser operacionalizado no contexto da mídia impressa no Rio Grande do Sul. Busca-se refletir sobre o processo de interpretação e as operações de sentido na mídia em relação ao conceito. Observou-se que em função da ação das diferentes forças que interagem no contexto e das múltiplas interações e das pressões advindas de vários campos sociais em disputa, o conceito ao se apresentar na esfera pública contemporânea sofre alterações de significado, uma vez que, semioticamente, são inumeráveis as possibilidades de interpretação.

As observações mostram que em sua dinâmica interpretativa um conceito pode denotar coisas diversas e até opostas. Isso porque, a relação semiótica entre o objeto a ser representado e o signo pode gerar e de fato gera múltiplos sentidos, embora exista a procura da verdade na sociedade, a síntese ou convergência interpretativa é algo difícil de atingir quando se trata de uma novidade tecnológico-científica como esta, metabolizada pela mídia.

Abstract

We consider the semiotic functioning of the concept of "transgenic", as it is elaborated in the context of the press in the state of Rio Grande do Sul. An attempt is made to reflect on the process of interpretation and on the meaning effects in these media regarding this concept. It was observed that as a result of the many interests which operate in this context and of the multiple interactions and of the pressures which originate in the many social fields which are in conflict about this issue, the concept which is presented to the contemporary public opinion realm suffers many meaning changes, since from a semiotic point of view there are a number of possibilities of interpretation.

Our observations show that in its interpretative process a concept can denote different and even opposite things, because the semiotic relation between the object to be represented and the sign which expresses it can and in fact does generate many meanings. In spite of the search for the truth in society, the interpretative synthesis or convergence is something very difficult to attain, when we are dealing with a technological-scientific novelty like this one, which is being metabolized by the media.

Introdução

Aquilo que o hábito é depende do quando e do como ele nos leva a agir. No que toca ao quando, qualquer estímulo para a ação provém da percepção; no que toca ao como, todo objetivo da ação é o de produzir um resultado sensível. Assim chegamos ao que é tangível e concebivelmente prático como sendo a raiz de qualquer distinção real do pensamento, independente de quão sutil ele for; e não há distinção de significado por fina que seja que não consista numa força possível de diferença prática (CP. 5. 400)¹.

Quando Charles Sanders Peirce (1839-1914) descreveu as bases do pragmatismo, há um século, talvez não imaginasse o quanto de informação o homem necessita processar hoje, diante das inumeráveis fontes, dispositivos e forma de veiculação das informações. O que, entendemos, em nada diminui a atualidade das suas idéias sobre o processo da significação. Pelo contrário, diante do volume de dados e versões, há necessidade constante de esclarecimento, de distinções das coisas para se saber, afinal, sobre o que se está tratando.

A tecnificação do processo de mediação, na mesma maneira que cresce, envolve e assume o lugar antes ocupado pelas tradicionais narrativas, de tal forma que ao analisar os processos de interação social e de comunicação entre as pessoas e entre elas e o mundo, torna-se imprescindível analisar o papel desses meios técnicos.

¹ Para facilitar o acesso à obra de Charles S. Peirce utilizamos os textos vertidos para o português, mas manteve-se a referência ao conjunto da obra original (em inglês) reunida nos *Collected Papers* e identificada pelo volume e parágrafo (ex: 2.218).

As mídias compõem o novo espaço público², espaço instituído, lugar privilegiado dos múltiplos discursos que buscam legitimação através das suas respectivas estratégias de visibilidade. No contexto público moderno das mídias, os diferentes segmentos da sociedade³ se apresentam de variadas formas, de acordo com os seus interesses, instituídos na oferta dos seus discursos, regulados (o que não significa dizer sujeitado) pelos agendamentos midiáticos.

Nesse contexto⁴ que podemos chamar de mundo da mídia, os fenômenos sociais têm autonomia e dinâmica própria, embora estejam sensivelmente imbricados, interligados, uns com os outros. Assim, suas mensagens conseguem circular, adquirindo diversos graus de credibilidade, na medida em que se difundem as signifi-

²Espaço público que também pode ser entendido como esfera pública, é um conceito descrito por Habermas (1978) para compreender a emergência, durante o século XVIII, na França e na Alemanha, de uma esfera intermediária entre vida privada e o estado monárquico. “Neste ‘espaço’, os homens educados lêem os jornais, trocam os livros e argumentos nos salões literários e nos cafés; deste uso aberto da razão, fundada na publicidade (*Öffentlichkeit*) dos debates, surge um modelo de bom governo e da lei, oponível ao arbítrio dos reis” (Bougnoux, 1999, p. 155).

³A expressão *segmentos sociais* é utilizada aqui como forma de restringir a categorização, dentro da proposta de se introduzir com maior rigor no decorrer do estudo o conceito de campo social. A noção de segmentação social se refere à “divisão social, grupo ou comunidade em subconjuntos de acordo com critérios profissionais ou de atividade e de meios e formas de existência concretos” (Pite, 1997, p.127). Refere-se, portanto, a setores da sociedade que apresentam características comuns e por isso podem ser de alguma forma reconhecidos. Formalmente, segmento não se confunde com a idéia de espaço, campo ou de classe social.

⁴A palavra contexto neste estudo é utilizada estritamente no domínio das relações e interações sociais, o que pode ser compreendido como uma macrosociologia, porque está relacionada à noção de espaço social, onde as pessoas se relacionam e agem. Muito próximo daquilo que Van Dijk (1995, p.323) chama de estruturas contextuais, a qual envolve conhecimentos e crenças, intenções e ações, o que é deferente da linha do chamado contextualismo, definido por Abbagnano (1999, p.200) como a corrente do pragmatismo que acentua a mobilidade temporal dos eventos e os considera em estreita relação com outros episódios que pertencem ao mesmo contexto.

cações generalizadas. Tal contexto, de muitas vozes e formas de apresentação, faz com que o sentido mesmo das palavras e dos conceitos e a própria apresentação dos atores sociais variem em função dos diferentes fatores que os condicionam, dada a multiplicação, diversificação e velocidade da informação e os inevitáveis cruzamentos de interesses.

Rodrigues (2000) fala de um quadro que descreve como o da globalização da experiência, já que o sentido da experiência decorre do quadro que delimita suas formas. Assim que um gesto, uma palavra, uma imagem, um mesmo acontecimento, adquirem sentidos diferentes de acordo com o contexto da recepção. “O actual alargamento exponencial do contexto da experiência abre um horizonte praticamente ilimitado de sentidos, acabando assim uma mesma manifestação cultural por adquirir tantos sentidos quantos os quadros de referência em que é situada” (Rodrigues, 2000, p. 15).

O campo midiático, onde se entrecruzam os discursos também pode ser visto como uma espécie de novo organizador, universo este que compõe o que pode ser qualificado como um quarto ‘*bios*’, referente ao ‘*ethos*’ (Muniz Sodré, 2002), ou como denominado por Adriano Rodrigues (1994) uma modalidade reticular da experiência, que ele chama de ‘*logotécnica*’. O estudo do fenómeno da mídia e de suas operações na produção dos sentidos é, assim, fundamental para que se compreenda como vão se estruturando e organizando as várias falas, num processo constante, com alta frequência e mobilidade dos significados.

No plano prático da pesquisa, as perspectivas e diferentes manifestações da mídia dificilmente podem ser captadas, processadas e analisadas em todas as suas variantes. Em função disso, é através do recorte que se torna possível reter elementos, ou se capturar determinados aspectos que ilumine esse corpo maior de mediação, dos fluxos de comunicação e da significação.

Recorremos, para compreensão do fenómeno, à observação pragmatista, ao funcionamento semiótico dos discursos. Neste caso, aqueles implicados, relacionados e derivados de uma deter-

minada divulgação da ciência que, assim como os demais setores da esfera social, são operados com grade privilégio no âmbito da mídia. Objetivamente, a proposta analítica remete para a apresentação de uma modalidade de discurso: o midiático, em um espaço discursivo: o jornal, cuja referência temática original se refere a um campo determinado: o técnico-científico, em uma dada análise: a lógica da semiótica triádica.

Com base nesta orientação é que se busca acompanhar significações de elemento componente singular no plano da realidade, mas que entendemos muito rica, em função das interpretações possíveis. Trata-se do conceito “transgênicos”, em seu cruzamento pela esfera da mídia. Acredita-se que a manifestação discursiva desta ordem permita observar diversas características, embora outros tantos conceitos, como: biotecnologia, clonagem, bioengenharia, biossegurança, biogenética, células tronco, entre outros, apenas para permanecer na mesma temática, pudessem ser utilizados a fim de se observar seus percursos na esfera da mídia.

Antecipamos de pronto que vamos seguir, portanto, a formulação semiótica na perspectiva de Charles Sanders Peirce (1839-1914). Em função de tantos sentidos que proliferam, entendemos como elementar o estudo sobre significação que, pragmaticamente, trata dos conceitos como algo geral e, neste sentido, o significado de algo como transgênicos deveria ser a própria realidade daquilo que ele significa. Isso porque, em Peirce a idéia de qualquer coisa é a nossa idéia dos seus efeitos ou conseqüências sensíveis e experimentáveis, já que para ele “é absurdo dizer que o pensamento tem um significado não relacionado com a sua única função” (CP 5.401).

Há, portanto, algo elementar a ser considerado, próprio do ato de viver, que é basicamente um ato contínuo e ilimitado de observar e interpretar redes de significados a partir de todas as expressões que circulam no ambiente. O processo é tão habitual, transparente e quase instantâneo que não nos proporciona uma fácil distinção entre, “por um lado, a imaterialidade da massa de conteúdos interpretados e, por outro lado, a amálgama de expres-

sões ou suportes materiais (seja qual for a sua natureza) que nos possibilitem a aquisição daqueles” (Carmelo, 2000, p.2) .

A análise da percepção dos fatos sociais pela mídia leva em conta também as idéias sobre as operações discursivas de Mikhail Bakhtin (1979), de que não há uma recepção passiva diante dos discursos, mas uma atitude que ele chama de *responsiva ativa*. Neste sentido o próprio locutor discursivo é em certo grau respondente, já que não é o primeiro locutor “... que rompe pela primeira vez o eterno silêncio do mundo mudo...” (Bakhtin, 1997, p. 291). O locutor ao expor suas idéias pressupõe não só a existência daquele sistema lingüístico utilizado no discurso, mas a própria existência de idéias e, portanto, locutores anteriores. Essa relação entre a linguagem e a realidade é importante para este estudo.

Isto é, a análise não pretende ficar fechada no discurso em si, uma vez que o discurso acontece numa determinada situação de conjuntura da vida, num espaço, num tempo, de tal forma que não podemos conhecê-lo ignorando a sua vida exterior, onde é possível compreender aspectos como a sua orientação, os seus cruzamentos, os seus sentidos, a sua vida (Bakhtin, 1993, p.99).

O que corrobora a direção da semiótica peirceana, que vai mostrar que o significado de um conceito só pode se conhecer através das conseqüências práticas dele, daquilo que é percebido na experiência, captado pelo pensamento, cuja finalidade é justamente de dirimir as dúvidas e produzir a crença. Fidalgo (2004, p.105) diz que para o pragmatismo “a questão que se coloca sobre qualquer signo é o que ele significa, qual o pensamento que se lhe encontra associado e a que objecto se refere. O pragmatismo é o método para responder a essa questão”. Então, para se saber o significado de uma idéia, há que se “considerar quais os efeitos que podem ter certos aspectos práticos, que concebemos que o objeto de nossa concepção tem. A nossa concepção de seus efeitos constitui o conjunto de nossa concepção do objeto” (CP. 5. 402), tal é a máxima.

Temas do ambiente da modernidade, como os transgênicos, compõem sentidos, verbal ou visual, que tem seu curso publici-

zado a partir das apresentações na imprensa, expressando diferentes aspectos do acontecimento. Traduzem, portanto, diferentes idéias (concepções) sobre os transgênicos no plano prático. Isto se mostra e pode ser analisado pelos enunciados, pelas apresentações discursivas, em sua forma de apresentação pública. São os textos, expressividade determinada pelo objeto do sentido, em função da relação valorativa que o locutor estabelece com o enunciado

Os enunciados não são indiferentes uns aos outros nem são auto-suficientes: conhecem-se uns aos outros, refletem-se mutuamente. São precisamente esses reflexos recíprocos que lhes determinam o caráter. O enunciado está repleto de ecos das lembranças de outros enunciados, aos quais está vinculado no interior de uma esfera comum de comunicação verbal (Bakhtin, 1997, p. 316).

Para compreender os significados, os sentidos dos transgênicos, enquanto algo inseparável das regras de ação associadas a este conceito é preciso, entretanto, mapear fatores condicionantes, os quais o conceito se encarrega de encarnar. Referimos inicialmente o fato técnico-científico que surge dos laboratórios biotecnológicos que possibilita a existência, a partir de meados dos anos 1990, de Organismos Geneticamente Modificados(OGMs) pela intervenção humana e suas implicações. Ainda que se possam relatar suas variantes interpretativas, ao gosto dos diferentes segmentos, quando se fala de “transgênicos”, refere-se (ou se deveria idealmente referir) a uma técnica possibilitada pela engenharia genética que permite a introdução de genes estranhos a uma célula e uma resposta positiva de sua expressão biológica. Neste estudo, vamos observar que nem sempre isso é compreendido assim.

Outro fator condicionante ao estudo se refere ao lugar de análise dos discursos sobre transgênicos. Tratamos do fenômeno no

âmbito do Rio Grande do Sul, verificando a massa de informações impressas sobre a questão, publicada pelos jornais de maior expressão, tiragem e circulação, *Zero Hora e Correio do Povo*. É a esse espaço e a esta expressão material de dados que o trabalho recorre para perceber o comportamento textual e, em função da opção pelo texto de reportagem, mais especificamente ao jornal *Zero Hora*.

Ao mesmo tempo em que o estudo busca, nos textos, as significações observadas no conceito, ou interpretado, porque os signos acarretam, pela sua estrutura específica, um ou mais sentidos, também se vale do texto jornalístico como recurso documental do relato histórico. Isso permite analisar o percurso do pensamento dos diferentes segmentos em sua expressão dinâmica e as posições adotadas nos momentos iniciais, quando o conceito começou a ser apresentado pela mídia. Mais precisamente, o estudo está focado entre os anos de 1995 e 1999.

Em relação aos transgênicos, se pode falar de contextos sociais, políticos, culturais, em que se apresentam muitos atores, pessoas físicas e jurídicas, representativos dos diversos segmentos interessados no assunto. A densidade crescente de argumentos tem colocado pelo menos dois pólos enunciativos (proeminentes) em confronto. Sinteticamente, de um lado estão a tecnologia e seus defensores, que falam em nome do desenvolvimento e da modernização. E de outro, os segmentos que alertam a sociedade para os perigos e riscos que ela corre em nome deste desenvolvimento.

Para compreender esse processo, também é necessário historiar e revisar seu percurso, colocar em discussão as pressões dos vários segmentos. Por isso, é preciso ver além do senso comum, convencional (e assim fechado) nos discursos antagônicos, o que poderia dificultar a visão panorâmica. Parece facilitar à pesquisa o fato de se viver um contexto dado, pois já há um evento bem caracterizado e seus desdobramentos. Será preciso dimensionar o que efetivamente é decisivo em cada caso, no complexo jogo de interesses.

Nesse debate há argumentos de duas forças antagônicas: os que defendem a promoção do “controle técnico da vida” e os que desejam a limitação desse controle. Há, portanto, de um lado, argumentos humanistas, genericamente associados ao debate sobre os direitos humanos, que propugna a emancipação humana, mediante o uso da ciência em prol da saúde e do bem-estar social. De outro lado, e contrastando com os primeiros, há argumentos de natureza pragmática⁵, que refletem os interesses comerciais da nação, blocos de mercado e grupos econômicos e que representam os vultosos e imprescindíveis investimentos realizados com a pesquisa nos setores tecnológicos de ponta (Scholze, 2002, p.21).

Para além dos antagonismos, entendemos que existem sentidos decisivos para se compreender o universo de pertencimento desses discursos. Quando se fala de transgênicos, é preciso saber que noções estão sendo aportadas, que possam permitir inseri-lo numa dada temporalidade e especialidade e assim discriminar do que se está efetivamente tratando, ou o que exatamente se está incluindo (ou excluindo) num determinado universo de realidade (sementes, agricultores, ecologistas, instituições, etc).

A questão deste estudo está centrada, portanto, em se compreender o quê *significa falar ou tratar sobre os transgênicos no contexto público do Rio Grande do Sul. Em função da ação das diferentes forças*⁶ *que interagem nesse contexto, busca-se com-*

⁵ O autor usa o termo “pragmática” no sentido comum ou do senso comum, que em nada refere à acepção técnica, referenciado na teoria semiótica de Charles Sanders Peirce, cujos conceitos utilizamos na seqüência deste estudo.

⁶ O termo é usado na perspectiva de Bourdieu, ao compreender a forma de que se reveste, em cada momento e em cada campo social, o conjunto de distribuições das diferentes espécies de capital, ou seja, como instrumentos de apropriação do produto objetivado do trabalho social acumulado (Bourdieu, 2000, p. 135).

preender como o conceito transgênicos se apresenta na dinâmica social e que condições ou situações tencionam seu significado.

Para se ter evidências das determinações e condicionamentos da divulgação sobre os transgênicos na mídia impressa, partimos de algumas premissas:

1. Hoje, a revelação sígnica da realidade está cada vez mais regulada pelos modos de operação do ambiente midiático e mais especificamente, ao se tratar de discursos, da esfera do jornalismo.
2. A oferta midiática, por natureza, é polissêmica, pois trata de muitos sentidos a respeito das coisas. Além disso, a realidade é sempre alguma coisa a ser captada, já que o que se mostra são aspectos dos acontecimentos. De forma rápida, já que isto será aprofundado no decorrer deste estudo, a explicação semiótica é a seguinte:

Participamos, enquanto observadores e agentes intérpretes sempre com a revelação parcial do real. O signo está vinculado ao objeto não em função de todos os aspectos do objeto, mas pela forma que se deixou perceber ou pelo ângulo captado e representado, que se desenvolve num interpretante (o qual é um signo mais desenvolvido do objeto) e assim sucessivamente, em busca de acesso mais completo ou adequado à realidade.

Então se deve distinguir a forma de acesso, já que há distinção entre o objeto como representado no signo (objeto imediato) e o real (objeto dinâmico) que, “pela própria natureza das coisas o signo não consegue expressar, mas apenas indicar, cabendo ao intérprete descobri-lo por experiência colateral” (CP.8.314).

A noção de objeto imediato, enquanto representação mental (semiótica e interna ao signo) daquilo que o signo sugere, com toda a parcialidade que a envolve, permite perceber a impossibilidade de acesso direto à própria realidade, ou

a realidade em si. O acesso à realidade, então, é sempre mediado, e se vale, no processo de interpretação, da capacidade de relação, do contexto⁷, caracterizado por Peirce como a experiência colateral.

...se houver alguma coisa que veicule informação e, apesar disso, não tenha absoluta relação nem faça referência a algo com a qual a pessoa a quem a informação é transmitida tenha a menor familiaridade, direta ou indireta, quando recebe a informação –informação que seria de uma espécie estranhíssima – o veículo desse tipo de informação não será, neste contexto, designado signo (CP 2.231).

3. As informações que aparecem no espaço da mídia sofrem pressões, constrangimentos, advindos dos cruzamentos de diferentes motivações dos segmentos. Eles buscam instituírem suas idéias, fortalecendo e demarcando seus domínios.

Na análise proposta pelo estudo trabalha-se com as seguintes hipóteses:

1. as diferenças de sentido quando se fala de transgênicos implicam que se possa falar de várias coisas como se fosse uma mesma. É assim que a palavra “transgênicos” pode denotar e conotar coisas diversas e até opostas.

Na mediação que algo ou alguém estabelece com esse objeto da realidade (dinâmico), que são os transgênicos, há uma evocação, uma representação sígnica, que é também um recorte possível, entre tantos outros, o qual a semiótica chama de objeto imediato, a forma como o objeto deixou-se perceber para ser interpretado de algum modo. Como o

⁷ A noção de contexto em Peirce, como se observa, é reservada à análise dos aspectos colaterais, relacionada à especificidade da percepção, diferente da noção mais ampla que utilizaremos no decorrer deste estudo.

objeto dinâmico pode ser apresentado de diferentes formas, dependendo de aspectos culturais, sociais, ou da política e ideologia dos vários segmentos, pode-se dizer que *transgênicos* é uma expressão que, diante dos vários sentidos, busca convergência ao que realmente ela seja. O que somente com o tempo se chegará.

Peirce descreve quatro métodos utilizáveis para se fixar a crença a respeito das coisas, mas diz que apenas um deles, o quarto, que chama de método da ciência, consegue liberar-se da subjetividade e de outros interesses.

A sua hipótese fundamental, reformulada numa linguagem mais familiar, é a seguinte: existem coisas reais, cujas características são inteiramente independentes das nossas opiniões acerca delas; estas realidades afetam os nossos sentidos de acordo com as leis regulares, e embora as nossas sensações sejam tão diferentes como são as nossas relações com os objetos, contudo, tirando proveito das leis da percepção, podemos descobrir, através do raciocínio, como as coisas realmente são; e qualquer homem, se possuir suficiente experiência e raciocinar o suficiente sobre o assunto, será conduzido à uma única conclusão verdadeira. A nova concepção aqui desenvolvida é a de realidade (CP 5.384).

2. a operação discursiva da mídia ao segmentar as informações, descontextualizar, reduzir, sintetizar, para cumprir os requisitos da notícia, a partir das forças concorrentes dos vários segmentos, age como protagonista do processo de significação, na medida em que ao propor, difundir, legitimar e assim favorecer sentido, opera algo que podemos chamar de simplificação das possibilidades de significação.

A simplificação está relacionada à forma de agir da mídia, com a abordagem parcial e segmentada dos temas, o que refere o comportamento dos discursos no contexto público e por conseguinte aos sentidos no processo de significação. Para compreender a natureza desse processo em termos semióticos, buscamos a noção de interpretante⁸ no plano da tríade da semiose infinita descrita por Peirce, compondo a representação que se tem das coisas.

Observamos que tais interpretações se expressam através das linguagens que, por sua vez, comportam diversas e diferentes significações. Signos que proliferam a partir das diferentes fontes, resultantes de forças representativas dos segmentos interessados na discussão, mas também da natureza de tais operações.

Trata-se do esclarecimento, questão que consideramos decisiva quando se trata de temas vinculados à ciência e tecnologia. Diante da ausência de dados ou mesmo distorção ou falta de clareza quando se trata de alguma coisa, a tendência é que os interlocutores não se entendam sobre o que está sendo tratado. Habermas (1989, p. 39-46) mostra que em busca do entendimento, a linguagem entre os agentes depende de atitudes performativas, orientadas por pretensões de validade (verdade, correção normativa, sinceridade). Assim, compreender o que é dito depende não apenas de observação, mas de interação dos agentes. Com a semiótica podemos avançar um pouco mais nesta descrição, pois para o conhecimento do mundo contemporâneo em suas inúmeras interações, tem-se necessidade de identificar implicações do fenômeno da interpretação nas diferentes esferas (informação, mas também economia, política, ética, justiça, etc).

Há um crescimento contínuo de repertório de interpretações possíveis com as sucessivas incorporações, dadas as novas situa-

⁸ A idéia será desenvolvida no curso deste trabalho. Mas sinteticamente se pode adiantar que um signo “representa” algo para a idéia que provoca ou modifica. Trata-se de um veículo que comunica à mente algo do exterior. O “representado” é seu objeto; o comunicado, a significação deste; a idéia que provoca é o seu interpretante, formando uma série sem fim de representações, já que o objeto de uma representação é também uma representação (CP. 1.339).

ções e contextos, com repercussão na percepção e na constituição dos fatores colaterais da experiência. Isso é natural, pois os signos estão destinados a crescer⁹. Não se trata, portanto, de pontos de vista ou perspectivas homogêneas, mas, pelo contrário, entram em jogo interesses, intenções que não devem ser desconsideradas ou simplificadas.

Ou seja, outra tarefa é ordenar, ou compor, essas diferentes instâncias, num mundo comum. E isso é algo completamente diferente da distinção entre fato e valor. Ainda que este estudo esteja mais concentrado no esclarecimento do fato, ponto de partida dos discursos, não há dúvida que a segunda questão é tão importante quanto a primeira, já que estão interligadas. Estudá-las, entretanto, é estudar as suas mediações.

Conhecimento, percepção, avaliação, juízo etc. são atividades do homem direcionadas para o mundo, para o ambiente, para os objetos e para os fatos de consciência. Evidentemente, não é possível percebermos, conhecermos ou avaliarmos imediatamente mas apenas mediadamente, por meio de signos (Walther-Bense, 2000, p. 82).

A relação com o mundo é sempre, então, uma relação mediada, semiótica, percebida por meio de signos. Signos que se apresentam em contextos e que ao estarem em relação formam a base da comunicação humana, já que a comunicação pressupõe, entre outros elementos, formas ou expressões, canal utilizado para a relação emissor-receptor, e a própria informação, que são os conteúdos escolhidos para o relacionamento ou interação comunicativa (Walther-Bense, 2000, p. 83).

Não há separação, no modelo semiótico, entre o conteúdo e o processo de comunicação, pois essas instâncias são recíprocas. O

⁹ Thomas Short mostra teoricamente como isso acontece no artigo *The Growth of symbols*, ao dizer que: “O propósito interpretativo, implícito no desenvolvimento original, e as subsequentes réplicas dos símbolos, são a condição da sua identificação” (1988, p. 86).

significado das mensagens subsiste numa “relação estrutural entre o produtor, a mensagem, o referente, o interlocutor e o contexto” (Fidalgo, 2003/04, p.20).

Ao analisar o campo empírico, como é o caso dos transgênicos, observa-se que a adequação dos signos está cada vez mais dependente dos contextos, no que concordamos com Fidalgo (2004, p. 173), ao dizer que isso implica “um contínuo trabalho de ajustamento dos signos existentes e mesmo a criação de novos signos”.

Uma vez que os signos são gerados em ambientes e contextos, importa saber da natureza e das formas de articulação dos meios. Neste caso sabemos de alguns aspectos relativos ao caráter das operações da mídia ao expressar suas linguagens, mas será preciso ir adiante para saber como agem os conceitos de grande complexidade, como é o caso daqueles de natureza científica. Diante dos inúmeros sentidos, será preciso criteriosamente tornar as idéias um pouco mais claras a respeito dos transgênicos. Por isso a necessidade de identificarmos “o que é tangível e conceivelmente prático” a fim de estabelecermos a “distinção real do pensamento” como uma “força possível de diferença prática” (CP. 5. 400).

Ou seja, trata-se de entender o que significa falar dos transgênicos no plano da experiência, na vida, nos receptores em geral, nos segmentos mais diretamente interessados na temática, como a agricultura, a política, a ecologia, a ciência, etc. Sabe-se que cada segmento trata, denotativamente, de algo inseparável do significado do conceito geral, o que permite que se fale genericamente sobre o que representa o conceito. Entretanto, não se percebe da mesma forma, já que as pessoas realizam interpretações peculiares e a semiose é rica justamente por permitir essa diversidade, que são as conotações sobre esse mesmo conceito. Neste plano, se pode dizer que são muitos os transgênicos, dada a proliferação de sentidos própria do processo interpretativo, que acontece justamente pelo que emana do signo.

Quando se refere à informação que o signo é capaz de transmitir aos seus intérpretes e que ele adquiriu pela passagem dos signos anteriores que interpreta, estamos tratando do interpretante imediato. Qualidade que se expressa naturalmente pela apresentação do signo, de forma explícita. Quando é o real que se expressa no concreto, empiricamente, trata-se da ação do interpretante dinâmico, particular singularidade que atualiza a própria capacidade interpretativa do signo em ação. Ou seja, os dados, os fatos da realidade, são interpretantes¹⁰ dinâmicos, que se atualizam constantemente em função das múltiplas situações.

Entendemos que isso acontece porque são muitos os contextos e os propósitos e em decorrência diversas as interpretações possíveis. São contextos que referem as articulações da própria sociedade, com suas formas de organização, produção e expressão, o que implica falar de forças, como explica Bourdieu (2000), de seus diferentes segmentos, já que não se pode esperar que exista uma homogeneidade em suas estratégias e formas de atuação. As articulações da mídia, por exemplo, são ditadas pelos seus modos de operação no âmbito da produção. Lugar de onde proliferam diferentes sentidos sobre as temáticas que aborda. Afinal, a mídia está sempre falando de alguma coisa, geralmente exterior a si própria. Do que fala quando trata dos transgênicos é o que nos ocuparemos neste estudo.

¹⁰ As noções de interpretante imediato, dinâmico e final, são apresentadas com maior profundidade no decorrer do trabalho e especialmente no item 1.2.1: Os interpretantes, a semiose e a informação, na página 58.

Capítulo 1

Sociedade, mídia e semiótica

1.1 Campos sociais e mídia

A organização da sociedade moderna tem por base uma progressiva individualização e autonomia da sociedade, fenômeno que está intimamente relacionado com o afastamento da influência da religião na sociedade ocidental na medida do crescimento do espírito capitalista. A isso se combina uma crescente racionalização do mundo da vida pelo homem, que Max Weber (1864-1920), descreve como fruto do desencantamento.

Quem não adaptar sua maneira de vida às condições de sucesso capitalista é sobrepujado ou pelo menos não pode ascender. Estes, porém, são fenômenos de uma época em que o capitalismo moderno tornou-se dominante e emancipou-se de seus antigos suportes. Mas, assim como, em certa época, somente lhe foi possível destruir as velhas formas de regulamentação medieval da vida econômica aliando-se ao crescente poder do Estado moderno, poder-se-á dizer provisoriamente que o mesmo pode ter-se dado quanto às suas relações com as forças religiosas (Weber, 1981, p.47-48).

O que se configurou como força hegemônica no século XX apenas reforçou as considerações e constatações de dois séculos anteriores. Ou seja, o avanço capitalista ocupa o espaço quando a religião deixa de ser exclusiva na tarefa de afiançar a integração social e a reprodução cultural, fator esse que se dá na mesma medida em que a sociedade mostrou um processo de desenvolvimento baseado na progressiva diferenciação e autonomização dos diferentes campos, desapegando-se das significantes marcas da tradição religiosa.

...quando a religião deixou de assumir-se como mundovisão totalizante que coava o sentido da cultura em geral, definindo limites cognitivos e normativos na sociedade e constelação geral de significações sociais ideais (crenças, valores, normas, projectos); e, enfim, quando a religião deixou de identificar-se como “Discurso”, de assumir-se como o dispositivo enunciativo que definia as condições de possibilidade e os limites gerais de validade do pensamento (numa relação exemplar entre o universo ético-normativo e linguagem) (Esteves, 1998, p.116).

Assim que o mundo desencantado, nascido do descentramento do universo religioso, dá lugar à formação de outras esferas culturais. Essas esferas passam a ser *autonomizadas*, com destaque para a ciência, a moral e a arte, de tal sorte que se trata de “... uma expansão do universo simbólico, na medida em que os seus limites e o centro das representações colectivas deixam de ser confinados pelo domínio do sagrado” (Esteves, 1998:117). A partir dessa conjuntura é que se pode observar uma tendência de ver o mundo a partir de suas partes (classes autônomas). A idéia de autonomia, porém, não implica isolamento e precisa ser atualizada constantemente, em função da própria dinâmica social que essa mesma modernidade implica. Aparece, então, o conceito de campo, para estabelecer uma certa distinção com outras noções.

No artigo sobre “Le marché des biens savants”(1971) Pierre Bourdieu apresenta as bases da análise do campo da produção, mostrando a distinção entre o “erudito”, restrito, e o campo artístico e da produção cultural (jornalístico ou da indústria cultural) destinado às massas. Logo depois (1975), descreve a especificidade do campo científico e as condições sociais do progresso da razão, quando introduz os conceitos de campo e de capital científico, rompendo com a tradição sociológica predominante. Para ele, a lógica de mercado, intrínseca a todo tipo de produção, está presente também no campo científico.

Bourdieu procura romper com a idéia substancialista e para tanto introduz a noção de espaço social e de campo de poder. Com isso, proclama o princípio de uma apreensão relacional do mundo social, na medida em que os indivíduos coexistem na e pela diferença. Ou seja, as pessoas ocupam posições sempre em relação aos outros. Isso não significa renegar a diferenciação social, mas admitir que as relações se estabelecem nos espaços sociais, onde se estruturam e distribuem as formas de poder.

Os agentes e grupos de agentes são assim definidos pelas suas posições relativas neste espaço. Cada um deles acantonado numa posição ou numa classe precisa de posições vizinhas, quer dizer, numa região determinada do espaço e não se pode ocupar realmente duas posições opostas no espaço - mesmo que tal seja concebível (Bourdieu, 2000, p. 134).

Bourdieu deixa claro que essa noção de espaço social não se ajusta à teoria marxista, especialmente em relação à gênese das classes. Enquanto Marx está preocupado com os grupos reais, seus limites, seus membros e seus enquadramentos a partir do campo econômico, Bourdieu está preocupado com as lutas simbólicas, com a sociologia das relações e das representações sociais. Bourdieu fala de economia, mas para ele o conceito é mais amplo e se afasta daquele aplicado na teoria econômica, como em Max

Weber, por exemplo. Para Bourdieu economia é um conceito utilizado a partir de normas gerais e por isso válidas nos diferentes campos.

A teoria geral da economia dos campos permite descrever e definir a *forma específica* de que se revestem, em cada campo, os mecanismos e os conceitos mais gerais (capital, investimento, ganho), evitando assim todas as espécies de reducionismo, a começar pelo economismo, que nada mais conhece além do interesse material e a busca da maximização do lucro monetário (Bourdieu, 2000, p. 69).

Quando se busca compreender semioticamente um conceito, como é o caso dos *transgênicos*, a noção de campo, enquanto força, é preciosa, pois é preciso levar em conta elementos que constituem a gênese social, os espaços sociais, políticos, culturais, entre outros, substantivos para o processo de interpretação dos atores sociais. A informação que circula nesses ambientes é decisiva para que os indivíduos possam “apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram...” (Bourdieu, 2000, p.69).

Sobre a idéia e a força da crença dos sujeitos e da relevância que isso tem na vida social, Peirce escreveu, em 1877 (p 1-15): *The fixation of belief*. Neste texto sustenta que são as nossas crenças que orientam os nossos desejos e moldam as nossas ações e que a dúvida é um estado de desconforto e insatisfação do qual desejamos nos libertar e passar para o confortável estado de crença. Por isso, de forma determinista, “agarramo-nos tenazmente, não meramente à crença, mas a acreditar exatamente naquilo que acreditamos” (CP 5.372). Isto é, trata-se, do próprio método da tenacidade, considerado o mais elementar e primitivo dos quatro métodos para fixar a crença, descrito pelo autor, conforme veremos mais adiante.

Quanto ao jogo, mais do que coisa lúdica, Bourdieu mostra que o espaço social é marcado pelas diferenças, pela necessidade constante de ajustamento, já que no espaço estão funcionando distintos comportamentos, estilos diferentes de vida, constituindo o que chama de capital simbólico dos indivíduos, dos grupos, das instituições. No início deste trabalho, por precaução, chamamos esta configuração social que sugere uma noção diferenciada (em Bourdieu) de **classe**, de **segmento social**, numa tentativa de focar ao seu tempo a discussão sobre o ponto que agora evidenciamos. Assim que, falar de campo social é sempre induzir a existência de tensão entre forças que buscam se instituir.

Justamente no espaço das diferentes forças que compõem um campo social é que se apresentam as lutas simbólicas, em busca do monopólio da argumentação explícita e pública, com a pretensão de ser voz predominante no mundo social. Assim é que os diferentes segmentos, ao se apresentarem, exprimem as suas crenças e por isso mesmo, suas identidades e suas diferenças.

A idéia de campos sociais em que os sujeitos estão ao mesmo tempo interagindo e em disputa, adere à noção de comunicação para efeito deste trabalho, porque a perspectiva da interação e da disputa de sentido permeia os enquadramentos sociais da comunicação. Na comunicação interpessoal, face a face, a interação é a própria base da relação, mas também nas instâncias mediadas pelos aparatos técnicos, como nas tradicionais e modernas mídias, o pressuposto da interação é a base da relação entre emissor e receptor, o que pode caracterizar o fenômeno como de comunicação. Embora se ajuste aqui as noções de campo social e comunicação, é importante esclarecer que a diferença entre uma e outra concepção se relaciona à capacidade e comportamento dos atores. Quando a interação se estabelece com base em alguma expressão linguística, podemos adentrar no processo sógnico, que confere a tal atitude o estatuto, mas também a capacidade de expressão comunicativa.

Compreendemos assim, com base na essência da unidade da comunicação verbal, que ouvinte e não apenas o locutor é ativo na percepção e compreensão em todo o processo discursivo.

A compreensão de uma fala viva, de um enunciado vivo é sempre acompanhada de uma atitude responsiva ativa (conquanto o grau dessa atividade seja muito variável); toda compreensão é prenhe de resposta e, de uma forma ou de outra, forçosamente a produz: o ouvinte torna-se locutor (Bakhtin, 1997, p.290).

Além disso, a noção de espaços sociais envolve estruturas sociais dinâmicas, compostas das diferentes posições sociais que se instituem. São espaços caracterizados pelo jogo de forças dos diferentes interesses (econômicos, políticos, sociais, etc). Como se trata de espaços de interação, o limite entre um e outro segmento não pode ser claramente definido. Pode-se falar de espaços em função justamente da tensão existente, dos diferentes sentidos produzidos e compartilhados em torno das temáticas sob disputa. Pensemos, por exemplo, na economia, na política ou na justiça e podemos verificar o fenômeno tanto no nível estrito de um setor da comunidade quanto na esfera maior de um estado, de um país ou do mundo. Assim que é a sua abrangência total o espaço que perfaz um campo.

É isso que acredito expressar quando descrevo o espaço social global como um campo, isto é, ao mesmo tempo, como um campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos, e como um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para a conservação ou a transformação de sua estrutura (Bourdieu, 2001, p.50).

Um campo é, então, um espaço de choques, seja pelo esforço em conservar determinada idéia ou situação (*status*), seja pela luta por subvertê-la. O potencial que cada agente social possui no jogo de forças é o seu capital. Com ele é que ocorre a disputa pela conservação ou transformação, de acordo com os interesses que os diferentes agentes defendem. Assim (usando o capital específico) é que se estrutura o campo do poder, o qual não pode ser confundido com o campo político, pois ele faz parte de uma outra estrutura, já que:

...ele é o espaço de relações de força entre os diferentes tipos de capital ou, mais precisamente, entre agentes suficientes providos de um dos diferentes tipos de capital para poderem dominar o campo correspondente e cujas lutas se intensificam sempre que o valor relativo dos diferentes tipos de capital é posto em questão... (Bourdieu, 2001, p.52).

Alinhemos o pensamento de Bourdieu ao domínio do conhecimento na área de biotecnologia. Sem muito esforço vamos perceber que o capital econômico é elemento chave para desencadear processos que envolvem diretamente o campo científico. Pode-se dizer que o capital econômico movimentou o campo científico e logo mais tarde o objeto da ação deste movimento (os transgênicos) desencadeia as disputas entre os campos sociais envolvidos nas questões derivadas.

As disputas, entretanto, não acontecem de forma mágica ou apenas intuitiva, são visíveis através de sua face representacional, espaços onde mostram suas dimensões material e objetiva, através da ação dos signos. Justamente por isso é que podemos falar e estudar essa manifestação em seu funcionamento semiótico. Ou seja, observar a ação sígnica no mundo material (real, social, relacional, interativo...) porque é onde as coisas se deixam ver, aparecem.

Estamos falando, portanto, da representação das coisas, da forma como aparecem, das linguagens, dos discursos, porque os

campos se manifestam basicamente pela estruturação discursiva, que assume papel decisivo nas disputas pelos diferentes capitais nas várias esferas culturais da sociedade. Em outros termos, na vida contemporânea a visão de mundo é constituída por universos simbólicos de tal forma que não há compreensão das estruturas sociais sem uma prévia análise ou consideração sistemática das estruturas simbólicas, dos capitais simbólicos. Na confluência de fatores que condicionam a modernidade, a importância da linguagem, não apenas como operador mecânico, puramente funcional da discursividade, mas como meio de influência, confere aos meios de comunicação um grande potencial.

Podemos mesmo considerar que a legitimidade última deste campo social resulta, precisamente, dessa excepcional capacidade de congregação dos diferentes registros de comunicação, de operar com as utilizações diferenciadas da linguagem e gerir os critérios divergentes da produção discursiva (Esteves, 1998:120).

A crescente autonomia da comunicação, reconfigurada e potencializada pelo advento dos meios técnicos, que podemos chamar de *aparatos*, parece cada vez mais garantida. Segundo Sodrê (2002, p.111), isto se deve à especificidade da sua vinculação social que, em sentido lato, é o próprio objeto de uma ciência da comunicação e no sentido estrito é a evidência, para este autor, de que as práticas (estas associadas à comunicação) sócio-culturais vêm se constituindo numa nova forma de vida, que ele propõe chamar de *bios midiático*.

Para Sodrê, a comunicação abrange um largo espectro de atividades, que ele classifica como:

a) Práticas de natureza empresarial (privada ou estatal), ligada às tecnologias da informação, como imprensa escrita, rádio, televisão, publicidade, etc.

b) *Estratégias de vinculação social* empreendidas por ações comunitaristas, animação cultural, atividade sindical, diálogos por Internet, etc.

c) *Posição de observação e sistematização teórica* das práticas empresarial e estratégias grupais. Aqui a Comunicação emerge não como disciplina no sentido rigoroso do termo, mas como uma maneira de pôr em perspectiva o saber tradicional sobre a sociedade...

Em qualquer destas atividades a comunicação é também, como se viu antes, o espaço por onde passam os diferentes sentidos das coisas do mundo, utilizando, no mundo contemporâneo, dos diferentes e modernos aparatos. Observemos, não é apenas um lugar de passagem, mas também um lugar instituidor, já que a mídia ao operar com os significados também trabalha com os seus.

Para Sodré, a comunicação emerge como uma mediação que se dá através de algum tipo de técnica ou de tecnologia da informação. Porém, comunicação e informação, embora ligadas e interdependentes, não são a mesma coisa. Pensamos com Rodrigues (1994, p.27), que a informação pertence à esfera da transmissão de conhecimentos entre destinador e destinatário, enquanto que comunicação está relacionada essencialmente com a intersubjetividade, enraizada na experiência particular e singular dos interlocutores. Assim, ainda que a percepção da realidade tenha se tornado cada vez mais um produto mediado pelas tecnologias midiáticas, cada indivíduo “continua a interpretá-la no quadro da experiência espontânea a sua própria cultura” (Rodrigues, 1994, p.27).

Uma vez que a informação refere-se tão somente aos dados do conjunto de acontecimentos, em função de sua natureza, não procede pensá-la em qualquer possibilidade de reciprocidade. Mas não se pode dizer o mesmo da comunicação, já que se trata de um processo enraizado no mundo cultural. Por isso, mais uma vez, concordamos com Bakhtin (1997, p. 313), ao dizer que: “Toda

época, em cada uma das esferas da vida e da realidade, tem tradições acatadas que se expressam e se preservam sob o invólucro das palavras, das obras, dos enunciados, das locuções, etc”.

Entretanto, pensamos também numa noção dinâmica de cultura, cuja base resulta do que é processado e se constitui em valor para os indivíduos, grupos sociais e sociedades contemporâneas que “reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espaço” (Castells, 2001, p. 23). Temos que levar em conta que o fenômeno da globalização envolve praticamente todas as esferas da vida social, demarcando revoluções tecnológicas e da informação e acarretando mobilidade e reestruturação no mundo capitalista. Assim que teremos que refletir sobre os contextos. Referimos neste caso os contextos culturais a partir destes novos condicionamentos e formas de mediação e interação da sociedade, o que leva Castells (2001) a chamá-la de sociedade em rede.

Enquanto campos, informação e comunicação também se aproximam na vida contemporânea, mas igualmente não podemos confundí-los. Acontece que a comunicação nas sociedades tradicionais estava regulada por quadros relativamente estáveis, sob influência dos mitos, do sagrado, da religião. Com a autonomização dos campos sociais e as inovações aceleradas da modernidade, a comunicação escapa das regras de autoridade e da tradição, então definidas dentro das fronteiras das comunidades de pertença. Hoje, com a globalização, a comunidade é o mundo, no sentido lato.

Significa que a estruturação dos campos sociais na modernidade se realiza num quadro genérico de organização e diferenciação da atividade humana, em torno dos quais se estabelece a ordem normativa do próprio campo. O fenômeno é significativo e veloz pelas características do campo que se interpõe acelerado e impactante: o campo midiático. Com ele é instituído um conjunto de novos valores, o que implica igualmente novas injunções sobre as formas de relações sociais, repercutindo nas noções de liber-

dade, equidade, ética, etc. Esteves, (1998, p.123) diz que esses novos valores são como que elementos primários de ligação entre o sistema social e o meio e a partir deles geram-se padrões de vida que passam a suportar o funcionamento da sociedade.

Porém e para que seja bem entendido, pensamos que não se trata de um fenômeno ficcional ou que aconteça de forma exclusiva pelo advento das mídias, pois os campos sociais autonomizados apresentam como características justamente uma dada ordem normativa que os regula respectivamente. O que salientamos, é que a influência das mídias de massa na reação social implica (tem repercussões decisivas) na natureza dos fluxos tanto no sistema social, quando na interação mais elementar entre os indivíduos e isso se dá no plano da realidade objetiva da vida social.

Então, a questão já não é se consideramos ou não central o fenômeno da comunicação e suas dinâmicas na sociedade atual. Ao entender a comunicação como fluxo e interação social se caracteriza a sua dimensão simbólica, inalienável, que na atualidade é uma operação realizada com grande privilégio pela mídia e isso implica falar num deslocamento, ou numa deslocalização, já que:

... o desenvolvimento da comunicação mediada cria um novo tipo de experiência que corrói estes tipos tradicionais de organização política, pois é um tipo de experiência em que o que há de comum não está ligado à partilha de um mesmo local comum. Os indivíduos podem ter experiências similares através da mídia sem compartilhar os mesmos contextos de vida (Thompson, 2002, p. 200).

Por isso, com o espaço de mediação deslocado e ampliado para as mídias, já estamos falando de ambiente midiático, o qual perpassa os demais ambientes. E justamente é neste sentido que se pode dizer que estão cada vez mais escassos os ambientes fora da mídia, o que não significa que a esfera da mídia tenha dominado ou subsumido os demais campos. O que vem acontecendo é que de forma crescente a mídia ocupou espaços na esfera das

mediações sociais tradicionais. A proliferação das fontes e das formas de se adquirir informações passou a ter reflexos rápidos e diretos na estrutura social e por extensão na cultura. E isso é bem diferente de tudo o que o homem havia experimentado até então.

A preocupação com a idéia de uma cultura mosaica e marcada pela força do econômico, ainda que forte, não é nova. Theodor W. Adorno, em conferências radiofônicas de 1962, já apontava que ao submeter bens culturais à lógica comercial havia a tendência de unificar o fenômeno cultural, num mundo preparado por essa indústria, seguindo os seus interesses, por que “...o sistema da indústria cultural reorienta as massas, não permite quase a evasão e impõe sem cessar os esquemas de seu comportamento (Adorno, 1978, p. 294). Ainda que a idéia de comportamento de massas submissas tenha sido reavaliada, mesmo no seio da teoria crítica, as observações sobre as operações das mídias no contexto capitalista, a pressão do campo econômico, continuam atuais. Assim como a percepção de que as mídias passaram a compor a estrutura social de tal forma a influir nas suas mais elementares ligações.

La apertura al mundo se está convirtiendo en una constante invasión del espacio simbólico del nosotros por parte del ellos y, amenazada, la identidad tiende a redefinirse por contraste, por negación del otro. Al mismo tiempo todos los grupos sociales, ya sean políticos o culturales, buscan su visibilidad y reconocimiento a través de los medios (Martin-Barbero, 2001, p.21).

As afirmações funcionam como constatação, mas ao mesmo tempo como alerta para o que está acontecendo. Não se trata de uma visão totalizadora ou definitiva (o que contrariaria o pensamento de Martin-Barbero), porque se todas as ações se constituíssem apenas no interior do mosaico, não se poderia observar que existem impactos importantes no contexto cultural, ditadas pela resistência do local, marcadas pelas forças da cotidianidade e proximidade dos indivíduos. Além disso, não se pode pensar numa

ação unilateral já que, ao mesmo tempo, a própria sociedade também se aproxima das tecnologias da informação, (pensamos que se trata de ajuste, sintonia), a ponto de ocorrer uma certa identificação desta sociedade com a nova dimensão do simbólico.

A crescente disponibilidade de experiência mediada cria assim novas oportunidades, novas opções, novas arenas para a experimentação do self (...) Nós nos descobrimos não apenas como espectadores de eventos e de outros distantes, mas também como envolvidos com eles de alguma maneira. Somos liberados dos locais da vida cotidiana somente para nos descobrirmos dentro de um mundo de desconcertante complexidade (Thompson, 2002, p.202).

Ou seja, há um encontro de interesses que a análise rasa não pode desconsiderar, que é este movimento da sociedade na direção das tecnologias e especialmente as da informação. A busca pela interação continua a preponderar, já que a sociedade histórica e quase imperceptivelmente vem incorporando conceitos originários de diferentes campos, talvez por uma necessidade de preservação ou de sobrevivência, ou a uma subversão à ordem da superespecialização, ditadas pela autonomização, que dominou no século XX. O que se observa é que há cruzamentos entre campos sem que, com isso, as instâncias de cada campo sejam obrigatoriamente diminuídas. Pelo contrário, essas injunções só fazem enriquecer as áreas de conhecimento, ao tempo que desafiam aqueles pressupostos estanques, assentados em valores e crenças tradicionais. Pensar o contrário disso é acreditar numa poderosa e hegemônica mão invisível a controlar o social, causando total dependência e servidão dos homens, como dizia Adorno (1978, p.194), o que não implica, por outro lado, adotar uma visão romântica, de que os meios sejam inofensivos e desinteressados. Ou seja, que a atividade midiática não opere sob propósitos bem definidos ou gere impactos diferenciados.

Toda a atividade humana gera algum tipo de impacto, assim como toda ação corresponde uma reação. Quando os interesses se chocam (como no caso transgênicos) há uma espécie de acendimento do confronto no curso do ajustamento, o que será mais ou menos duradouro em função do tipo de questão envolvida. Entretanto, é inegável que os campos cada vez mais se confrontam e o resultado desses choques é o encaminhamento, para um certo ajustamento, quando os campos se especializam em operações que necessitam para cumprir seus objetivos. Ou seja, eles não fogem à regra da economia e suas trocas.

O campo da comunicação, ainda que amplo e envolvente, também participa da mesma lógica regulada pela dinâmica entre os campos sociais. Voltamos a dizer que é difícil afirmar que há uma dominação ou mesmo uma apropriação no cenário do campo midiático, se entendermos que a sobrevivência do capital dos campos reside na capacidade de ajustamento e complementaridade. Da mesma forma, será difícil sustentar que o campo midiático não tem sido decisivo nas novas configurações, das simples relações interpessoais à complexa geopolítica mundial. Trata-se, afinal, de um fenômeno que afeta as bases dos contratos sociais e políticos, cuja ação deve merecer todo o tipo de avaliação e crítica. Afinal, os valores que trata estão em conexão direta com os interesses da sociedade.

Portanto, nos próximos anos, os Estados-Nação estarão lutando para controlar as informações que circulam nas redes de telecomunicações interconectadas de forma global. Estou convencido de que esta é uma batalha perdida. E com essa derrota, sobrevirá a perda de um dos principais sustentáculos do poder do Estado. De modo geral, a globalização/localização da mídia e da comunicação eletrônica equivale à desnacionalização e desestatização da informação, duas tendências que, por ora, são indissociáveis (Castells, 2001, p. 303).

Neste sentido, as instâncias tecnológicas e a midiática, ao se ajustarem, estão, sobretudo, introduzindo um novo modo de relação entre processos simbólicos. Esse novo modo de comunicar assume uma força produtiva direta e o que está mudando não é o tipo de atividade em que a humanidade participa, mas a capacidade tecnológica de utilizar como força produtiva o que distingue a nossa espécie, *essa rara capacidade de processar símbolos* (Castells, 1997, I: 58, p.369). Essa constatação inclui algo pouco comum, que é a visão da outra parte da relação entre mídia e sociedade, que não vê apenas os movimentos da mídia. Ou seja, não se pode desconhecer que a agenda da mídia está o tempo todo se confrontando e ajustando com a agenda do cotidiano e vice-versa.

Do ponto de vista da cultura, se pode dizer que ao abandonar a remissão circular entre indivíduo e sociedade, esta nova forma de socialização é caracterizada pela multiplicidade de modos e sentidos do fazer coletivo, que se recria na interação social. As mudanças nas formas de socialização remetem a movimentos não necessariamente fundamentalistas ou nacionalistas, de reencontro com o comunitário, com alterações profundas na sensibilidade e subjetividade (Maffesoli, 1994; Ferrarotti, 1995; Martin-Barbero, 2001).

Essa capacidade da interação, de superação e de transformação, faz-nos pensar na realidade atual como uma outra modernidade, em que a palavra transformação mostra-se mais adequada. Por isso, talvez, mesmo os teóricos instituidores do conceito de pós-modernidade como Gilles Lipovetsky (2002), estejam revendo seus conceitos e hoje falando de outra coisa, como a hipermodernidade, para designar o estado psicológico do mundo contemporâneo.

Acontece que as marcas da modernidade não desapareceram, mesmo com a chamada aceleração histórico-cultural. Teses como a valorização dos indivíduos e da democracia, do mercado e da tecnociência não foram substituídas, mas radicalizadas (Lipovetsky, 2004, p.12). Tal radicalização atinge naturalmente a noção de re-

alidade e entendemos que é possível avançar no conceito, sem perder sua natureza.

Precisamos ser muito prudentes com essa concepção de que o consumo e o cidadão seriam indivíduos totalmente remodelados e fabricados pela mídia, porque mais uma vez estamos hoje em uma realidade que chamo de midialiberalismo. Assim, os indivíduos podem tomar distância, e creio que a mídia pode orientar os comportamentos de um lado e favorecer a individualização dos seres de outro (Lipovetsky, 2004, p. 14).

Não é da proposta deste estudo analisar se a mídia promove a emancipação dos indivíduos ou não, até porque entendemos que isso é sempre relativo ao contexto social, político, cultural e econômico, além de outros fatores de conjuntura. Na mesma perspectiva, não podemos negar que o ambiente midiático é envolvente. Tanto que a presença da mídia no cotidiano já é praticamente imperceptível, já faz parte da ambiência cotidiana, como dissemos. O êxito da sua performance está assentado não apenas na possibilidade de mediar, de estabelecer contatos, apresentar os discursos e reabastecer-se neles mesmos, mas de realizar isso cada vez mais naturalmente. Por isso é cada vez mais difícil pensar na mídia como algo externo, embora cada campo opere através de expedientes específicos, mais ou menos especializados. Tanto que, ao se apresentar na mídia, a maioria dos campos opera algo (adota comportamentos) de sintonização ou adequação midiático-discursiva.

Ou seja, ao tempo que se torna quase impossível acreditar na incontaminação das diferentes esferas da sociedade, é preciso reconhecer que cada segmento utiliza dados, elementos peculiares de outras esferas para compor o ajustamento aos seus interesses particulares. Há uma simbiose quase imperceptível resultante desta aproximação, a qual se torna perceptível na esfera discursiva.

siva. A peculiaridade do campo da mídia é evidente, pois o seu objeto é essencialmente discursivo e, naturalmente simbólico¹.

A tal ponto essa questão passou a preocupar que a atenção de determinados especialistas na área da comunicação tem sido de discutir (e cobrar) o papel dos meios de comunicação na sociedade, buscando lembrar seus fundamentos e pressupostos e acima de tudo os seus compromissos sociais.

... os proprietários e os trabalhadores profissionais dos mídias noticiosos necessitam lembrar a sua obrigação de defender a liberdade positiva da imprensa – dar aos cidadãos informação justa (*fair*) e significativa. Concomitantemente, os cidadãos necessitam lembrar-se da sua obrigação de perguntar por ela (Traquina, 2001, p.196).

Uma elaboração racional para a legítima preocupação de Traquina talvez seja lembrar que a própria sociedade caminhou ou caminha na direção de compreender e manejar com as tecnologias e, afinal, com as dimensões do simbólico, dessacralizando-o. Trata-se daquilo que mencionamos e que não se pode desconsiderar, um movimento da sociedade na direção das tecnologias de informação ao tempo que estas instâncias especializadas buscam instituir-se, com os seus “reconhecíveis” mecanismos econômico-comerciais. Porém, a reconstituição do social, enquanto resultado de um e outro ponto da angulação não é o mesmo.

Si mirada desde la socialidad la comunicación se revela como cuestión de fines –de la constitución del sentido y del hacerse y deshacerse de la sociedad -, mirada desde la institucionalidad la comunicación se

¹ utilizamos o termo na acepção semiótica relativa ao símbolo. Assim, refere-se a uma lei de representação e não algo em particular. Sua força está em ser portador, por convenção ou pacto coletivo daquilo que representa, como as palavras, por exemplo. Neste sentido, o objeto representado pelo símbolo é tão genérico quanto o símbolo (Santaella, 1995, p.178).

convierte en cuestión de medios, esto es de producción de discursos públicos cuya hegemonía se halla hoy paradójicamente del lado de los intereses privados (Martín Barbero, 2001, p.37).

Mais do que estar focada na formação, esta parece ser a questão de fundo sobre o campo da comunicação, que precisa ser enfrentada todo dia, a cada produção, emissão e recepção de mensagens. Especialmente aos profissionais da área, será preciso compreender os movimentos e interesses dos campos sociais (políticos, econômicos, culturais...), cuja ação é geralmente dissimulada, mas que, entendemos, cada vez mais a própria sociedade está aprendendo a identificar e assim desvendar. Trata-se de um movimento não previsto pelo institucional, na medida em que entender as suas práticas de dissimulação é adentrar no espaço que sempre os resguardou.

Para compreender a ordem dessas mensagens que emanam dos vários campos e especialmente de esferas complexas, como a da ciência e tecnologia, recorreremos à semiótica, já que o fator básico para a compreensão é de se saber do que efetivamente se está tratando quando os impasses discursivos se interpõem.

1.2 Os conceitos e os significados

Vamos aprofundar um pouco mais a questão que se apresenta para este estudo, a qual trata da busca por compreender o que significa falar ou tratar dos transgênicos nos diferentes segmentos da sociedade. Já sabemos que esse fato existencial, enquanto fenômeno da linguagem, está condicionado ao jogo de forças dos campos sociais onde se expressa o conceito e que a mídia se apresenta como um lugar privilegiado dessa exposição e, portanto, propício para a análise. O passo seguinte é o de examinar as articulações com o suporte teórico utilizado e seu funcionamento na tarefa de observação de um conceito específico: “transgênicos”. Sabe-se, de antemão, que um conceito como esse se encontra em profusão

sígnica, o que tornará impossível fechar questão sobre ele. Isso, entretanto, não deve limitar a disposição de conhecê-lo um pouco mais.

A recorrência à abordagem semiótica visa perceber o percurso de objetos como esse, procurando utilizar o potencial teórico desta área de conhecimento, ainda recente no campo das ciências sociais e humanas, especialmente no que se refere à sua aplicação na área da mídia. Primeiro é preciso considerar que a semiótica está fundada em pressupostos lógicos, que Charles S. Peirce estruturou a partir de uma ciência da observação, em busca de compreensão dos fenômenos.

Para ele, o teor racional de uma concepção a respeito de qualquer coisa está diretamente relacionado com a possibilidade de sua influência na conduta da vida (seu caráter experienciável) que afeta o comportamento e deve ser passível de generalização. Esse pensamento em busca das coisas como elas são, além das nossas opiniões, é muito forte em Peirce de tal forma que nele a opinião que efetivamente conta para o fazer científico é a opinião verdadeira. Não é “doxa” mas “epistême”². Ou seja, trata-se da opinião validada ao longo do tempo, pela atividade científica.

A nossa perversidade e a dos outros pode postergar indefinidamente o estabelecimento da opinião; poderá mesmo concebivelmente fazer com que uma proposição arbitrária seja universalmente aceita enquanto a humanidade durar. Mesmo assim, isso não alteraria a natureza da crença, que só ela seria o resultado da investigação levada suficientemente longe; e

² A palavra *epistême* deriva do particípio *epistámenos*. Assim se chama o homem enquanto competente e hábil (competência no sentido de *appartenance*). A filosofia é *epistême tís*, uma espécie de competência, *theoretiké*, que é capaz de *theorein*, quer dizer, olhar para algo e envolver e fixar com o olhar aquilo que perscruta. E por isso que a filosofia é *epistême theoretiké*. Ou como diz Bachelard em *L'épistémologie*(1971), tratar-se “nada mais nada mesmo que da primazia da reflexão sobre a percepção, da preparação numeral dos fenômenos tecnicamente constituídos” (Bachelard, 2001, p.19).

se, após a extinção da nossa raça, uma outra surgisse com facilidades e disposição para investigar, também a verdadeira opinião seria a última a que eles chegassem. A verdade arremessada ao chão se levantará de novo e a opinião ao resultar finalmente da investigação não dependerá de como alguém efetivamente possa pensar (CP 5.408).

Como se observa há uma aposta de Peirce na possibilidade do saber elaborado pela atividade científica, que se firma na preocupação específica do pensador com a configuração da realidade. Podemos ir mais longe e dizer que a sua preocupação é com a verdade. Por isso mesmo, para ele toda proposição verdadeira que assim se afirma é tal que independe daquilo que um indivíduo possa pensar ou julgar a respeito. A idéia do pragmatismo, então, é de chegar a conseqüências práticas ou experienciáveis de todo conceito. De tal forma que: “... se se puder definir acuradamente todos os fenômenos experimentais concebíveis que a afirmação ou negação de um conceito poderia implicar, ter-se-á uma definição completa do conceito, e nele não há absolutamente nada mais” (CP 5.412).

Para se ter idéia da preocupação específica desse autor com os significados conceituais, depois de cunhar e definir o pragmatismo e observar o seu uso por outros autores, ele entende que a idéia central não fora alcançada ou compreendida. Decide avançar para o conceito de “pragmaticismo” para assim superar o que chamou de “abusos impiedosos” decorrentes do uso do conceito anterior. A preocupação central continua a mesma, em reafirmar os estudos dos fenômenos experimentais e a possibilidade de generalização como aqueles a apresentarem resultados capazes de afetar a conduta humana (CP 2.315).

Neste estudo, como já firmamos, a proposta não poderia ser a de levar o conceito até as suas últimas conseqüências experimentais, até porque estamos tratando de um conceito recente, ainda no auge das disputas de sentido pelos diferentes segmentos. Porém,

acreditamos que o caminho longo da compreensão pode ser facilitado pelo esclarecimento dos processos interpretativos. Assim, esclarecer sobre o que se fala no âmbito de um determinado processo midiático, especialmente quando se trata da temática científica, pode ser um bom caminho para desvendar não apenas seus pressupostos, metabolismos, mas também as suas articulações, os seus sentidos na sociedade.

Fazer isso a partir da semiótica, o que nos parece adequado, não é uma tarefa simples. Para começar a obra de Peirce é densa e volumosa, reunida em oito volumes dos *Collected Papers*, elaboradas a partir de uma parte das 100.000 páginas manuscritas deixadas pelo pensador no final do séc. XIX. Este estudo não pretende dissecá-la nem aprofundá-la, mas apenas recolher alguns elementos relativos à significação, à lógica dos signos e seus mecanismos de funcionamento numa dada situação. Ainda que se corram riscos numa apresentação sintética, entende-se importante a visita aos seus pressupostos básicos para a compreensão dos conceitos mencionados na seqüência deste estudo. Ou seja, sobre a semiótica triádica de Charles S. Peirce.

Aos iniciados em semiótica as descrições seguintes parecerão elementares e até desnecessárias ao estudo, mas entendemos que a inserção desse pensamento lógico na análise da mídia é recente ou até incipiente, o que justificaria tais articulações.

Tudo parte da observação do **Fenômeno**, aquilo que aparece à mente, seja ele percebido ou mesmo sonhado, imaginado, vislumbrado, alucinado, enfim, qualquer coisa, considerada por alguém de algum modo real, imaginário ou habitual (convencional).

O que não deve ser confundido com o Objeto, que também é qualquer coisa que chega à mente em qualquer sentido, mas não é coisa em si, mas aquilo que é representado pelo signo. Trata-se daquilo que reclama representação por parte do signo no processo de semiose; residindo aí o seu poder de determinação (Santaella, 1995, p. 47). Numa dualidade pouco comum em Peirce, ele reconhece duas espécies de objetos, o imediato e o mediato, real

ou dinâmico. O objeto é então algo que é representado de algum modo, algo que limita ou delimita ao signo para que o represente:

Os Objetos - posto que um Signo pode ter vários - pode cada um ser uma única coisa existente conhecida ou algo que se crê haver existido com anterioridade ou que se espera que exista, ou uma coleção de tais coisas, ou uma qualidade conhecida, ou uma relação ou um dado.. (CP 2.230).

O **objeto imediato** é aquele objeto tal como o signo o apresenta e assim torna apto para que o conheçamos, sendo uma sugestão ou alusão que liga o signo ao real, num ato de apontar nessa direção. Trata-se, então, da representação que torna possível estabelecer algum tipo de correspondência com o objeto de forma a ter acesso a algum aspecto do objeto nessa conexão “natural” com o signo.

Já o **Objeto dinâmico** trata-se do real fora (mas colocado no limite) de toda representação. Pode ser algo que existe, mas também pode ser algo apenas imaginado, possível ou geral como um conceito. Está no limite da semiose, uma vez que é o real que limita ou determina um processo de semiose. Trata-se de um tipo de ação que leva a uma reação, o que Peirce inicialmente chamou de objeto real, porque é o objeto “tal como ele é, desconsiderando-se qualquer aspecto particular dele, o Objeto, nas relações em que um estudo ilimitado e final mostraria” (CP. 8.163).

Na questão que envolve os transgênicos essas instâncias (distâncias ou brechas) entre o objeto dinâmico e o imediato são essenciais para compreendê-lo, já que o objeto real, transgênicos, é algo muito distante e ainda não totalmente conhecido do universo cotidiano, que é percebido imediatamente. Do que se sabe, do que se fala, são apenas de alguns dos seus aspectos ou daquilo que é possível perceber no acesso possível ou na aproximação que se faz ao objeto.

Ou seja, o acesso à realidade é essencialmente mediado e o próprio processo de interpretação está intimamente vinculado à

capacidade de relação, de informações sobre o contexto do signo, o que é definido por Peirce como experiência colateral. Isso quer dizer que ao se tratar sobre uma temática, como os transgênicos, por exemplo, há sempre informações correlatas, que são necessárias ou pressupostas, importantes para o processo de interpretação, que permitem dar curso a esse processo. Por isso Peirce diz que se houver alguma coisa que não tenha referencia a nada, isso não será um signo (CP. 2.231). Ou seja, porque se não houver colateralidade do contexto a orientar uma determinada ação a respeito do objeto, não há como se desencadear o processo de interpretação.

Chega-se, então, a outro elemento fundamental na semiótica peirceana, que é a noção de **Signo** ou *representamen*. Trata-se daquilo que representa algo a alguém; ou o que representa uma outra coisa, seu objeto. "O signo só pode representar ao objeto e falar dele. Não pode oferecer uma relação com ou um reconhecimento de tal Objeto" (CP. 2.231).

Nesse espaço da representação aparece outra relação triádica importante para o curso desta análise, que resulta da relação que se estabelece entre o signo e o objeto dinâmico. Em tal relação o signo pode ser dividido em ícone, índice e símbolo.

O **ícone** refere-se à semelhança ao objeto que o representa, apresenta formalmente uma idéia concebida e até uma fórmula (CP.4.418-420). Mas pode ser também um signo, mesmo que o seu objeto não exista (uma possibilidade, um pensamento ou alucinação, etc), como a representação feita no papel, como se fora uma figura geométrica. "Nenhum ícone puro representa nada além de forma. Forma pura é representada por nada a não ser ícone" (CP.4.544).

Talvez por ser figurativo, remeter ao imagético e ainda que sejam signos menos desenvolvidos, os ícones são elementos fortes no processo de interpretação, especialmente no mundo da mídia e especialmente da TV de hoje. Isso porque, cada vez mais, o mundo nos chega através de imagens e de maneira fragmentária. Valem-se desse desejo psicológico pelas coisas ainda imaturas da

primeiridade icônica os noticiaristas. Helicópteros conturbam o tráfego aéreo das grandes cidades, fazendo ronda em busca do frescor das notícias. Observe-se esse jogo com a expectativa das pessoas, pois nada está lá e as informações são a própria possibilidade de vir a ser. Pode-se dizer que o agendamento está dependente, neste caso, não apenas da novidade e da força informativa da notícia, mas da capacidade máxima e imediata de aproximação com atualidade, capaz de levar o espectador ao ambiente, ao próprio forno, onde se forjam os acontecimentos.

Se por um lado é a similaridade com os objetos que caracteriza o ícone e ela vem a ser importante na comunicação atual, a conexão dinâmica com o objeto (real, espacial) é o que se dá no índice. Ou seja, quando algo é afetado, existencialmente, pelo objeto que representa, através de uma conexão direta, como uma batida na porta, um relâmpago, um helicóptero na tela da TV, uma página de jornal jogada na rua, etc, tem-se caracterizado um **índice**.

O índice é um signo cuja significação de seu objeto se deve ao fato de ele ter uma relação genuína com aquele objeto, sem se levar em conta o interpretante. É o caso, por exemplo, da interjeição “Eh” como indicativa de perigo iminente ou uma batida na porta como indicativa de uma visita (CP.2.92).

Dada a importância que assume na comunicação midiática atual, se pode falar inclusive de uma tendência cultural de valorização do signo indicial, que se traduz em se buscar contato o mais próximo possível com as coisas dentro do processo interpretativo.

No chamamento indicial, o real encarna-se em corpos anônimos que agem sem roteiro frente à câmeras e microfones, ou que passam ao acaso perante a lente objetiva de uma jornalista bem situado. Essa presença está ali para fornecer uma evidência existencial, mais do que para falar ou refletir sobre ela.

Proponho considerar que essa classe de revelação indicial tem se transformado no Grial da cultura midiática do século XXI (Andacht, 2004, p. 7).

Para as análises que a proposta deste estudo se propõem, a noção de Símbolo é fundamental, especialmente porque pressupõe sempre os outros dois tipos de signos para poder atuar, pois a manifestação desta expressão do signo permite uma aproximação maior com o objeto de que trata o estudo: Os discursos sobre os transgênicos. A manifestação simbólica do signo pode ser observada quando remete por leis de associação ao objeto. É tudo que remete à coisa pensada através de uma convenção e, portanto, está conectado ao objeto por esta regra de associação à idéia.

Todas as palavras, sentenças, livros e outros signos convencionais são símbolos. Falamos de escrever ou pronunciar a palavra “homem”, mas isso é apenas uma réplica ou materialização da palavra que é pronunciada ou escrita. A palavra, em si mesma, não tem existência, embora venha a ser real, consistindo em que os existentes deverão se conformar a ela. É um tipo geral de sucessão de sons, ou representamento de sons, que só se torna um signo pela circunstância de que o hábito ou lei adquirida leva as réplicas, a que essa sucessão dá lugar, a serem interpretadas como significando um homem (CP.2.292).

A passagem mostra bem a função específica e relevante do conceito ou hábito, como elemento determinante do modo de funcionamento do símbolo, onde se pode perceber que as palavras, imagens e também o tipo de indício simbólico encarnado pelos pronomes (por exemplo, este, isto, isso, etc), bem como os conceitos, constituem-se em regras gerais (por isso é possível prever o significado simbólico). Neste sentido, a palavra, enquanto regra, é fator que determina, como afirma Santaella (1995, p.178-179), as “combinatórias permitidas e proibidas para a palavra no

sistema da língua. Já a regra ou lei, que é sentido ou hábito, é a regularidade do conceito”.

Então, se tem esse constante ir-e-vir entre a regularidade (necessária para o entendimento) e as réplicas das palavras (com atualização de sentido) que continuamente estão atualizando os conceitos. Com isso, se chama atenção para a inesgotabilidade interpretante do símbolo, porque diferentes interpretantes, dinâmicos, sempre podem surgir quando de sua atualização nas réplicas. Estritamente, se tem aí configurado o seu poder de crescimento, de evolução (pois é em função desse poder que o signo gera interpretantes) do símbolo e sua natural aptidão para a mudança, o que também se pode definir como auto-geração. Ou como esclarece Santaella (1995, p.179): “O símbolo é um signo em transformação nos interpretantes que ele gerará, no longo caminho do tempo...”.

Para a área da ciência, a designação e por conseqüência a interpretação das palavras constitui um dos valores preciosos para o entendimento a respeito das ações de uma determinada área do conhecimento. Os biólogos, por exemplo, têm dificuldades de instituir o sentido que desejam ver nos discursos públicos em relação a palavra **impacto**, a qual está relacionada às conseqüências de uma determinada atividade na natureza. Isso porque, conceitos como este necessitam de um complemento explicativo ou de uma explicação contextual a respeito do que se quer dizer ao pronunciar a palavra impacto.

Como toda a ação do homem sobre a natureza gera algum tipo de impacto, será preciso saber se a referência é ao impacto biológico, natural, social, econômico, etc. Dentro de uma escala de valores, também é preciso esclarecer se o fato é interpretado como positivo, neutro ou negativo. Como os interesses da sociedade são diversos, será preciso analisar, em cada caso, que tipo de impacto é referido e somente então delinear o que se quer dizer com isso.

Entendemos que os discursos da área da ciência, ao necessitarem de precisão, estão sempre no limite da compreensão justa-

mente porque diferenças interpretativas podem surgir quando de sua atualização nas réplicas.

As vezes confunde-se o conceito de intérprete e **Interpretante**. Por isso é preciso esclarecer que dentro da lógica semiótica interpretante é aquilo que resulta de uma interpretação, uma geração do signo. Trata-se do conteúdo de uma interpretação e neste sentido não é o **intérprete**, algo ou alguém (uma mente) que interpreta. O interpretante que o signo como tipo geral está destinado a gerar é sempre, também ele, um outro signo e assim gera-se de novo *ad infinitum* mais signos, de tal forma que se pode falar num constante desenvolvimento da significação.

Tal conceito difere tanto da noção de **interpretação** (o ato concreto ou geral de interpretar), quanto de **Intérprete**. A mesma distinção se pode fazer com a noção de **Significação**, que para a semiótica é aquilo que é comunicado pelo signo no interpretante. Observa-se então que interpretação e significação são as faces inseparáveis de um mesmo processo, já que tudo o que significa é interpretável.

O campo de aplicação da semiótica, como se observa, é amplo já que tudo o que existe de alguma forma pode ser considerado como signo, ainda que não se considere, como dissemos, que tudo seja só signo, pois existem outras propriedades naturalmente não-semióticas. Neste caso, por exemplo, estamos verificando o desempenho de um conceito, **transgênicos**, enquanto signo, sabendo que ele existe como elemento do mundo independente de considerá-lo ou não em sua dimensão ou aspecto sígnico.

Então, ainda que conceitualmente assim possa ser colocado, o estudo remete para algo do mundo físico dos acontecimentos, na medida em que se refere ao que aparece na mídia e está relacionado com a biotecnologia e suas implicações e controvérsias no cotidiano. A semiótica é, assim, “a ciência que tem por objetivo de investigação todas as linguagens possíveis, ou seja, que tem por objetivo o exame dos modos de constituição de todo e qualquer fenômeno de produção de significação e de sentido” (Santaella,

1983, p.13). Em Peirce, portanto, o signo é fundamentalmente um processo de mediação e de compreensão.

Exercitar essa compreensão e observar a aplicabilidade dos conceitos semióticos é o que procuramos ao manter a aderência entre a teoria e os materiais analíticos em todo o percurso deste estudo. Vamos observar, então, como o objeto, um dos fundamentos da tríade semiótica, pode ser analisado a partir da teoria. Trata-se de uma dualidade: o objeto dinâmico e o imediato (pouco comum em Peirce, que sempre postula relações triádicas).

Primeiro é preciso considerar que assuntos polêmicos, como os organismos geneticamente modificados, quando passam a compor a discursividade pública não o fazem por uma única entrada. Diversos campos sociais se apresentam aos mais diferentes veículos, compondo variadas estruturas discursivas. Além disso, existem na sociedade pré-configurações, definidas pelas políticas que regulam os campos sociais e que se manifestam nas tomadas de posição individuais e institucionais. Embora os grupos interajam dinamicamente, com grande intensidade, não há como, a cada episódio, reformar totalmente os valores que constituem e configuram a existência dos grupamentos já que são eles que de certa forma definem condicionamentos a priori. No caso dos transgênicos, há uma certa previsibilidade que acompanha o fato desde a sua geração como objeto da discursividade midiática. A isso pode ser agregado a natureza controversa dos avanços tecnológicos e a forma inaugural de apresentação pública (multinacional interessada em ampliar seus lucros), o que já é bastante para caracterizar o quadro da realidade onde se insere a discussão. Além disso, pode-se induzir que se expressa também o preconceito ou viés anti-novas tecnologias, sobretudo quando atingem o cerne do cotidiano, como neste caso. Ou o viés tecnológico, amplamente favorável às inovações.

A análise deste ponto remete para algo que se relaciona com as noções que fundamentam as visões do idealismo e do realismo. De um lado a tese idealista que, ao sobre-valorizar ao aspecto representação, reduz a matéria à representação que temos dela. De

outro a tese empirista, que toma as coisas do mundo como algo já dado, havendo um ingrediente compulsivo nos julgamentos de percepção, já que coisa e representação seriam de natureza diferente.

Em síntese: se, de um lado, os empiricistas tomaram o que está lá fora como um dado, os idealistas, de outro lado, deixaram de lado o fato de que há um ingrediente compulsivo em todo o julgamento de percepção, algo que nos acossa e que não depende do movimento da consciência. Como Peirce se posicionou diante dessas duas tendências opostas? A irreduzibilidade da secundidade na percepção e na ação foi a chave peirceana para encontrar uma via média entre o racionalismo e o empiricismo, entre o idealismo e o realismo ingênuo. Ele juntou esses dois opostos num esquema triádico que não é nem realista, nem empiricista. É semiótico (Santaella, 1998, 117).

Ou seja, Peirce a despeito de toda carga filosófica que tais questões ensejam, parte para uma análise conciliatória, que se configura na proposta pragmatista ou pragmaticista.

Para ele, a percepção (que é direta) funciona também como mediadora da apreensão do objeto dinâmico, ao qual somente teremos acesso através de feixes de perceptos (relativo àquilo que está fora) das representações: é por isso que é direta –a entrada bruta e cega do percepto– mas também mediada, a interpretação, (que começa de modo hipotético –abdução- e termina de modo lógico e ciente na dedução), que funcionam de forma exterior à mente. Por isso há necessidade da mediação dos signos (ícones, índices e símbolos), para que o percepto fique compreensível, pois caso contrário seria só o real bruto, que não é acessível. Assim, o objeto dinâmico exerce uma força sobre qualquer que seja a representação que tenhamos dele.

Detalhando: há um elemento de compulsão e insistência na percepção, uma insistência inteiramente

irracional que corresponde à teimosia com que o percepto resiste na sua singularidade, compelindo-nos a atentar contra ele. É algo que está fora de nós e fora do nosso controle. Podemos, por exemplo, virar a cabeça e fechar os olhos para nos livrarmos de um golpe de luz que nos ofusca. Não obstante, essa luz continua lá, insistente, pronta a nos invadir novamente, tão logo voltemos a cabeça (Santaella, 1995, p.70)

Assim que, há sempre elementos de generalidade nos julgamentos de percepção, já que os princípios que regulam a percepção (princípios condutores ou hábitos), para a semiótica, levam tais julgamentos a se conformar e a serem governados pelas generalidades dos esquemas conceituais. Se, de um lado, os julgamentos perceptivos são indubitáveis, por outro, eles também são passíveis de erro, pois há sempre um elemento hipotético e, portanto, representacional no juízo perceptivo. Ou como afirma Peirce: “Nós todos sabemos muito bem quão terrivelmente insistente a percepção pode ser; e não obstante, mesmo nos seus graus de maior insistência, ela pode ser totalmente falsa –ela pode não se acomodar na massa geral da experiência...” (CP. 7.647).

Talvez o mais importante, nesta perspectiva, seja recordar que uma vez que a percepção humana é direta e mediada a referência de Peirce ao **falso**, neste caso, se refere à possibilidade de se fazer um julgamento impreciso ou errado a respeito de algo por alguma razão. Não se refere a uma possível crítica às operações da mente na formação dos perceptos, incompatível com o pensamento de Peirce. Além disso, para a semiótica, o julgamento crítico é uma função do interpretante do signo. A percepção se refere ao objeto imediato e especialmente ao objeto dinâmico, que estabelecem as condições para a interpretação. Neste sentido, a percepção é o subsídio básico para a semiose.

Junto com a imaginação e a memória, a percepção é a fonte ou origem do que será metabolizado

semioticamente, e haverá de se converter em interpretantes que, por ser de natureza sígnica, dão lugar a uma nova interpretação, que permite que o objeto vá revelando mais aspectos seus, e assim nos aproximemos mais ao real interpretado (Andacht, 2003, comunicação pessoal).

Entende-se que é natural que se saiba, mesmo admitindo as imprecisões, cada vez mais sobre os transgênicos hoje do que quando as informações começaram a chegar. Nos primeiros informes que chegaram ao público sobre os OGMs, os dados tinham sentido apenas para um reduzido número de pesquisadores e algo muito vago para a sociedade. Com o avanço das disputas de sentido expostas em vários setores e destacadamente pela mídia e a percepção pública de vinculação da tecnologia com a cotidianidade de cada indivíduo, a tendência natural é de diminuir essa diferença de conhecimento, a partir das várias fontes e diferentes formas apresentadas (interpretantes).

Portanto, há incontáveis possibilidades no que tange ao modo de perceber algo, dependendo do contexto onde os eventos aconteçam e para quem aconteçam. Provavelmente esta seja uma das razões para que não haja uma idéia única quando se fala de transgênicos. São diversos os fatores que buscam condicionamento, o que se dá através dos mecanismos de pressão pela manutenção dos valores que os segmentos defendem (empresa, política, opinião pública, agricultores, legislação etc). São forças que sustentam as diferentes esferas da sociedade e configuram as posições a respeito dos temas que transitam no universo discursivo dos segmentos.

Teremos que considerar que os condicionamentos que cada grupo manifesta, especialmente quando estão em jogo muitos valores numa disputa acirrada como a que configura os transgênicos, não elimina a possibilidade, sempre presente no mundo da vida, do imprevisível ou indeterminado. Neste sentido, nem tudo está previsto, pois um novo dado, uma pesquisa recente ou um acon-

tecimento importante pode implicar numa reordenação no âmbito significativo e assim afetar os campos envolvidos.

Simplificando, não estamos trabalhando com uma teoria determinista. Longe disso, ainda que não nos impeça de pensar que há algo de previsível na conduta de determinados grupos, já que é exatamente essa prerrogativa (relativa aos seus hábitos) que de certa forma sustenta as suas políticas de atuação. Pode-se considerar mesmo que faz parte do que podemos chamar de uma ecologia política, porque busca o equilíbrio e estabilidade crítica do grupo pela coerência (interna) nas tomadas de posição.

Existem explicações psicológicas para esse comportamento. Festinger (1975, p. 19) diz que: “a realidade que incide sobre uma pessoa exercerá pressões na direção do estabelecimento de correspondência entre elementos cognitivos apropriados e essa realidade”. Trata-se da consonância e, em oposição, da dissonância cognitiva. Neste sentido, dissonância e consonância são relações entre cognições, ou seja, entre opiniões, crenças, conhecimentos sobre o ambiente e conhecimentos sobre as próprias ações e sentimentos.

Duas opiniões, ou crenças, ou itens de conhecimento são dissonantes entre si quando não se encaixam um com o outro, isto é, são incompatíveis. Ou quando, considerando-se apenas os dois itens especificamente, um não decorrer do outro.

Festinger argumenta que existem três maneiras de se lidar com a dissonância cognitiva, sem considerá-los mutuamente exclusivos.

1. Pode-se tentar substituir uma ou mais crenças, opiniões ou comportamentos envolvidos na dissonância;
2. Pode-se tentar adquirir novas informações ou crenças que irão aumentar a consonância existente, fazendo assim com que a dissonância total seja reduzida;
3. Pode-se tentar esquecer ou reduzir a importância daquelas cognições que mantêm um relacionamento dissonante (Festinger 1975: 25-36).

Por exemplo, os agricultores que cultivam sementes transgênicas, assim como todas as demais pessoas, não têm certeza absoluta sobre os seus efeitos na natureza ou no homem, pois nem mesmos as pesquisas conseguiram até agora ter resultados definitivos sobre o assunto. Alguns agricultores justificam seus comportamentos olhando para o lado bom: dizem a si mesmos que é preciso ser competitivo no mundo de hoje e o rendimento em torno de 20% a mais na lavoura é compensador. Além do mais, não há provas de que transgênicos faça mal. Os grupos ecologistas fazem o raciocínio inverso, usando a mesmo suporte lógico para dizer que, exatamente em função de não se ter segurança sobre os efeitos (impactos) desta tecnologia, limitar, controlar ao máximo o seu uso é a melhor saída.

Ou seja, a maioria de nós é inteligente o bastante para suprir e sustentar hipóteses ou justificativas, para salvar idéias que nos são caras, ou que estão ajustadas ao hábito do segmento a que pertencemos. Teremos que refletir, afinal, aos modos de fixação das crenças, pois é nessa instância que se estrutura a cognição a respeito das coisas, que serão dissonantes ou consonantes, dependendo justamente da forma como se estruturam.

Em *A fixação da crença*, Peirce (CP 5.377-387) descreve quatro métodos que podem levar à crença das pessoas sobre coisas do mundo:

- **Método da tenacidade:** aquele em que as pessoas buscam ao se fecharem a todas as influências externas. O que quer que se pense fazer pode ser realizado, pois é necessário, segundo esse método. Expressa-se aqui a vontade e a predestinação das pessoas em atingir suas metas.
- **Método da autoridade:** trata-se aqui do peso das forças políticas, econômicas, religiosas, etc, que constroem a emergência de outras idéias. Aqui o que conta é a força do mandato (seja oficial ou não) dos indivíduos diante dos fatos e situações.

- **Método a priori:** distingue-se pelas suas conclusões reconfortantes, já que as explicações partem das crenças prontas, disponíveis para serem aplicadas às situações. *Pensar como se está inclinado a pensar*, e por conseguinte tomar decisões nessa mesma direção.
- **Método científico.** Considerado por Peirce como aquele mais seguro, pois é o único racional, que se baseia na lógica, o que independe de fatores outros que não seja a busca sistemática pela verdade.

Todos os métodos descritos têm suas vantagens e são utilizados com certa naturalidade pelas pessoas. Afinal, a função do raciocínio é de descobrir, a partir do que sabemos, alguma outra coisa que desconhecemos. Existem, como se viu, pelo menos quatro maneiras de chegar a esse conhecimento. Por isso, o raciocínio é bom se oferecer uma conclusão verdadeira a partir de premissas verdadeiras. O que é mais fácil de ser conseguido, conforme Peirce, através da racionalidade, embora talvez seja o caminho mais difícil a ser realizado.

Não é de somenos importância a questão de saber se quando as premissas são aceitas pela mente, sentimos um impulso para aceitar também a conclusão. É verdade que, geralmente, raciocinamos naturalmente de forma correta. Mas isso é um acidente; a conclusão verdadeira permaneceria verdadeira se não tivéssemos esse impulso para a aceitar; e a falsa permaneceria falsa, embora não pudéssemos resistir à tendência para acreditar nela. Encontramo-nos, sem dúvida, entre os principais animais lógicos, mas não o somos perfeitamente. Muitos de nós, por exemplo, são naturalmente mais sanguíneos e esperançosos do que a lógica justificaria. Parecemos ser constituídos de tal forma que na ausência de quaisquer fatos que o justifiquem estamos felizes e auto-satisfeitos; de

forma que o efeito da experiência é contrariar continuamente as nossas esperanças e aspirações (CP 5.365-366)

Ou seja, nem sempre realizamos a operação que pode resultar no encaminhamento mais confiável, do ponto de vista da veracidade, para as nossas ações. Da mesma forma, os condicionamentos de comportamento, como a tenacidade, a autoridade e as atitudes a priori acabam colaborando para que, de certa forma, se possa prever como reagirá determinado segmento, como o empresarial, por exemplo, com relação às inovações tecnológicas. Há uma tendência natural, por exemplo, de aceitação das novidades no ramo empresarial, dado o caráter concorrencial das mercadorias nas disputas por vantagens comparativas no mercado. A busca pelo lucro numa visão perspectiva de melhoria da qualidade de vida também motiva os agricultores. A mesma previsibilidade em relação ao posicionamento, mas no sentido oposto, pode ser dito do segmento preservacionista e ecologista. Porém, como dissemos, trata-se de uma previsibilidade relativa, pois a ecologia, assim como todos os demais campos estão interagindo e assim expostos e vulneráveis a outras séries de pressões. Na medida mesma da prerrogativa da interação, está a possibilidade de mudança de comportamento dos atores sociais, o que permanentemente reconfigura a participação dos campos sociais na interação.

Pode-se inferir que há, neste sentido, posições mais ou menos padronizadas e previsíveis sobre os transgênicos em cada campo social, assim como acontece com qualquer outro tema agendado. Tais posicionamentos, uma vez que atendem aos hábitos³ semióticos, se referem a determinadas regras de comportamento que acabam por definir certos condicionamentos que, uma vez ampliados, tendem a influenciar de forma significativa a opinião pú-

³ Hábito neste caso se refere aquilo que nos determina, a partir de premissas dadas, a retirar uma inferência ao invés de outra. Trata-se, portanto, de uma operação específica da mente que permite inferir e saber se o princípio que governa tal inferência é válido ou não. Tal como explica Peirce em “A fixação da crença” (CP 5.377-387).

blica. Tal influência se configura de um lado pela forma (midiática) de apresentação pública (publicização) de temas polêmicos como os alimentos transgênicos, e por outro pela característica do conteúdo, ao envolver uma malha de conceitos, que se referem a vários campos sociais (político, jurídico, econômico, cultural...).

São essas apresentações solicitadas pelo próprio objeto em sua dinamicidade. É como se existissem (mantendo a unidade) num mesmo objeto, muitos aspectos que vão sendo revelados ao longo do tempo, a partir das diferentes abordagens (na medida em que existem vários olhares, percepções) sobre a temática em questão. Naturalmente nos referimos aos campos sociais, onde estão os olhares da política, economia, justiça, ecologia, ciência, ética, etc, que a semiótica chama de forças brutas, que compõem um real bruto ou latente. Trata-se de um processo infinito, que acontece no decorrer do tempo e que, por certo, sofre mutação constante, de tal forma que inumeráveis fatores podem ou não alcançar o estatuto representacional.

Ao inserir os transgênicos na reflexão sobre a discursividade midiática, vai se observar que eles ora são apresentados como tecnologia de última geração para aumentar a produção de alimentos; como amigo da ecologia ao diminuir a aplicação de venenos na natureza; como técnica redutora dos custos de produção e altamente vantajosa aos agricultores. Ora, essa mesma técnica é mais um fator de manipulação econômica e bioindustrial; de monopolização das empresas multinacionais; de poluição ambiental que leva à insegurança aos consumidores; de ameaça de destruição do equilíbrio e da ambiência do planeta, etc.

Na medida em que na discursividade midiática se apresentam muitos “transgênicos”, é preciso separar as instâncias representacionais. Embora o que apareça na discursividade seja um mosaico de opiniões, não se pode esquecer que há referência a algo que subsiste aos múltiplos discursos, que remete ao processo fundacional da discursividade. Trata-se de um objeto do plano da materialidade, a técnica da “transgenia”, que se refere ao desenvolvimento biotecnológico ao resultar de uma série de procedimentos

científicos. Ou seja, são os diferentes interpretantes, gerados por objetos semióticos igualmente distinguíveis, entre os quais se destacam as diferentes noções sobre o impacto das modernas tecnologias, as várias formas de obter o desenvolvimento sustentável, as opções para chegar ao bem-estar social, as questões relativas à alimentação, justiça, segurança, etc.

O que os liga é justamente o objeto dinâmico transgênicos, enquanto fator tecnológico, existencial. Ele permite que se possa falar de todas essas possibilidades, referindo ao mesmo objeto. O mesmo não se pode dizer dos diferentes aspectos que emanam das percepções deste objeto real. Estes são objetos imediatos, cada um dos quais representa diferentes faces daquele real bruto, situado na fronteira entre semiose efetiva e mundo semiotizável. Isto é, se expressam nos interpretantes que os signos geram, já que somente nos interpretantes se torna compreensível tal objeto imediato.

Para a semiótica a visão dessas instâncias, que se interpenetram na cotidianidade, é fundamental. Não se trata de ver o objeto como algo isolado, intocável ou neutro, mas de reconhecer, pragmaticamente, do que se trata. Sabe-se que as várias tendências estão se expressando na cotidianidade da mídia, de forma que os temas polêmicos se caracterizam por aparecerem na disputa pública em função da tensão, induzidos pela percepção diferenciada do fenômeno, traduzido na polissemia (muitos sentidos) discursiva. No caso dos transgênicos, justamente essas diferenças é que se apresentam e conferem ao objeto a atração por estudá-lo como fenômeno polêmico.

A mídia, enquanto lugar da representação e campo social, é esse lugar ao mesmo tempo de trânsito, mas também de oferta de sentidos. Entre os quais os seus próprios sentidos ou resultantes de suas operações. Isso acontece porque, como já salientamos, está-se tratando com um ambiente midiático. Em tal ambiente a mídia, ao mesmo tempo compõe um dos campos mais expressivos e envolventes, também manifesta as políticas próprias do seu

campo, dos valores inerentes aos negócios e interesses dos seus dirigentes.

Naturalmente os condicionamentos e situações dos diferentes campos sociais induzem interpretações diferenciadas, que se traduzem nas respostas, nos efeitos de sentido, que podem ser manifestos tanto numa fala (a favor ou contra os transgênicos, em função de diferentes motivos), ou mesmo numa ação, como a utilização de um boneco (*frankóleo*) pelos manifestantes do Greenpeace, para denunciar os transgênicos, como uma montagem (do monstro) *frankstein*⁴. Toda a tensão e a própria disputa de sentido volta-se para demarcar e se possível ampliar os espaços conquistados pelos diferentes segmentos na estrutura social, o que se dá pela competência em defender e sustentar os princípios que alicerçam as suas teses. O fenômeno se revela no cotidiano social e pode ser estudado, ao se manifestar (uma vez que discursiva) semioticamente. Refere-se, portanto, a um objeto que está em pleno processo de interpretação pela sociedade e neste contexto está agindo, criando novos signos cada vez mais desenvolvidos do objeto. De tal forma esse processo é intenso que seu desenvolvimento leva a novos signos na medida em que há uma separação conceitual bem marcada entre noções de transgênicos.

Não podemos esquecer que os signos carregam consigo pegadas dos contextos sociais onde se desenvolveram e transitaram. Os enunciados se conhecem uns aos outros na pluralidade produzida pelo debate social e se refletem, justamente nessa auto-referência. São os ecos das lembranças a que se refere Bakhtin (1997, p.316) aos quais os enunciados estão vinculados e surgem histórica e socialmente no interior de uma esfera comum de comunicação verbal.

Um interpretante, por exemplo, atende os anseios do mundo tecnológico e econômico. Outro está referenciado nos princípios

⁴ Em 1999 o grupo ambientalista Greenpeace chamou a atenção da comunidade utilizando em suas manifestações públicas um boneco estilo Frankstein para demonstrar o perigo do consumo de alimentos geneticamente modificados.

da ecologia e da preservação ambiental. Ainda outro é o transgênicos que se ajusta a uma técnica específica e ocorre com a cultura da soja, que é redutora se comparada com a noção de transgenia, cujas aplicações são inumeráveis. Enfim, como já dissemos, são muitos (uma série de) interpretantes significando transgênicos, a partir do objeto dinâmico comum.

E porquê isso aparece marcadamente na realidade da mídia, de onde emanam significações relativas aos diferentes segmentos. Arriscamos apontar que isso se dá porque os campos sociais aprenderam a manejar ou se ajustaram aos valores midiáticos da publicização.

Mais tarde neste estudo vamos observar como os signos são intencionalmente articulados para gerar efeitos discursivos na mídia. O fato de um determinado jornal não dizer, não apresentar opinião, por exemplo, é um signo, porque “o signo está no lugar de algo para a idéia que produz ou modifica” (CP. 1.339). Mostra, ao omitir-se, uma manifestação objetiva no plano da realidade, objeto dinâmico que solicita interpretação.

Foi o que aconteceu, também, quando o ativista francês José Bové promoveu a queima de uma lavoura de soja da Monsanto no Rio Grande do Sul, durante o Fórum Social Mundial (realizado em Porto Alegre em janeiro de 2000). Por um lado, ficou evidente que para Bové a soja transgênica era tudo de ruim que poderia existir, mesmo que nenhuma palavra fosse disparada nessa ocasião. De outro, não se pode esquecer que isso foi feito de forma intencional, exatamente para gerar sentido, o que caracteriza a ação como um símbolo. Precisa ficar claro o que ações como estas significam. Para isso, teremos que entrar um pouco mais na teoria dos signos.

1.2.1 Os interpretantes, a semiose e a informação

Uma questão complexa em Peirce, mas fundamental para compreendê-lo, é que para ele tudo no mundo da vida pode ser considerado como signo, toda a materialidade e inclusive algo apenas

pensado. Toda forma de comunicação humana e também não-humana, tanto verbal quanto não-verbal, as formas de expressão da linguagem, incluindo os gestos e todos as percepções dos sentidos humanos (visuais, auditivos, táteis, gustativos ou olfativos) são passíveis de tradução interpretativa e de serem analisados como signos. É importante compreender essa peculiaridade salientada por Peirce, de que tudo pode ser considerado, traduzido e analisado em signos, o que não quer dizer que tudo seja signo, como muitas vezes é falsamente entendido.

A compreensão de que o signo é uma relação triádica é essencial, no enfoque dado neste estudo, a fim de se perceber as operações da mÍdia no caso específico dos transgênicos. Cada elemento da semiose é o que é por estar nessa relação imbricada. O signo é sempre uma relação, composta numa tríade lógica, entre um objeto, sua representação e o interpretante que, por sua vez, constitui o significado do signo.

Acontece então um processo contÍnuo, já que na interpretação, tem-se uma compreensão que pode ser nova ou mesmo banal. Trata-se desta ação interpretante, que por ser de natureza sÍgnica, abre as portas para o re-inÍcio do processo interpretativo, configurando a semiose.

Quando se expressam sobre os transgênicos entidades ecologistas ou grupos preservacionistas, é possível intuir que o interpretante dinâmico sobre o assunto será hostil. O mesmo, mas em sentido oposto, pode se dizer da interpretação feita pelos grupos econômico-comerciais e alguns setores da ciência. Ou seja, nem sempre o processo de interpretação revela uma coisa nova e neste caso pode-se supor o contrário. Pela convicção, pela evidência ou simples tenacidade⁵, o mesmo interpretante vai ser repetido indefinidamente.

Mas isso implica também na possibilidade de contra-interpretações, simétricas e opostas. O que vai mudar é o sentido global

⁵ Peirce (1877) descreve as características da simples evidência diante das coisas da realidade como o primeiro e mais primitivo e brutal método para a fixação da crença (CP 5.377-387).

na opinião pública, pelo efeito intertextual da ação de múltiplas reações. Por isso a análise da ação dos interpretantes, especialmente o dinâmico e o imediato, é decisiva para compreender esse processo.

No caso dos transgênicos os interpretantes dinâmicos referem registros jornalísticos, interpretações concretas e históricas do conceito ao longo do tempo, bem como os diversos atores e instituições sociais, políticas, econômicas, etc. Já o interpretante imediato, enquanto a produtividade possível ou plausível (no sentido aristotélico da verossimilhança) se dá conforme estrutura do próprio signo "transgênico".

Por isso não é estranho que se considere a existência de muitos transgênicos quando se fala deste assunto, embora isso deva ser bem compreendido, porque se refere aos interpretantes possíveis (potenciais) e não ao objeto, que é uno e não pode ser repartido. A proliferação de sentidos é própria do processo interpretativo, que acontece justamente pelo que emana ou que é sugerido pelo signo.

O **interpretante imediato** refere-se à informação que o signo é capaz de transmitir aos seus intérpretes e que ele adquiriu pela passagem dos signos anteriores que interpreta. Ou seja, é a qualidade que se expressa naturalmente pela apresentação do signo, de forma explícita, "descartando seu contexto e circunstância de emissão" (5.474). Nesse sentido, é o interpretante que não se relaciona a qualquer reação externa e, portanto, antes mesmo que seja percebido por qualquer intérprete. Por isso se pode dizer que é uma possibilidade de ser no processo interpretativo, o que o faz aproximar-se muito na noção de primeiridade. Santaella (1995, p.102) sintetiza essa idéia dizendo que "o imediato é pura potencialidade, interpretabilidade ainda não realizada".

Diferentemente desse vir a ser do interpretante imediato, no **interpretante dinâmico** entramos na esfera da secundidade, o real que se expressa no concreto, empiricamente. Trata-se da particular singularidade, que atualiza (se é adequado ou não se verá com o tempo) a própria capacidade interpretativa do signo em

ação. Isto é, todos os dados, os fatos da realidade, são interpretantes dinâmicos, que se atualizam constantemente em função das múltiplas situações e que na mesma medida podem conter acertos e erros.

O que é diferente do que se observa no **interpretante final**, aquele que é a própria tendência a que se chegue após todo esse movimento sígnico, de multiplicidade de interpretantes dinâmicos. Trata-se do limite ideal de interpretação, sempre desejado, porque é mais uma direção, uma meta a ser perseguida. Trata-se da própria idéia do signo “tal como ele viria a ser regularmente e completamente interpretado num longo curso ideal de semiose” (Ransdell, citado por Santaella, 1995, p.103).

Voltando ao contexto deste estudo, parece claro que para um cientista de uma determinada universidade pública, especializada no tema transgênicos, muito ou talvez quase tudo o que é dito na mídia do Rio Grande do Sul sobre esse assunto possa parecer irreconhecível ou alheio ao conceito real, verdadeiro, na sua visão de cientista. O interpretante dinâmico no quadro referencial do cientista confere com a técnica da transgenia no sentido amplo da capacidade de seu uso e não a um único evento, realizado com a introdução de um gen na espécie soja. Da mesma forma um ecologista do Greenpeace vê o seu transgênico, cujo conceito está ligado com a noção de ameaça, como mais uma engenharia humana para interferir nas já combalidas forças de equilíbrio do planeta. O mesmo se poderia dizer dos demais segmentos, cada qual trazendo elementos da realidade própria para a interpretação do objeto.

Interessante, então, é como esse objeto é concebido, como coisa inventada nos laboratórios da biotecnologia e passa a proliferar signos diferentes, porque diferentes interpretantes são signos, os quais estão permanentemente gerando subsequentes interpretações.

Com base em diferentes histórias de vida, interesses, pertença nesses campos sociais e, fundamentalmente, em se sabendo do papel que desempenha a experiência colateral, esse objeto gera in-

terpretantes dinâmicos opostos, extremos ou radicais no seu propósito. A tendência mais disponível (e por isso mais fácil) aos segmentos, neste sentido, parece ser a de se adequar às expectativas comportamentais consonantes, ajustadas aos hábitos do segmento a que pertence. Mais fácil também ceder à tenacidade, a autoridade e as atitudes a priori, do que se lançar no caminho da racionalidade, da sistematização científica. Mais fácil, ou menos desgastante, definir logo algo como substância destrutiva e indesejável para o futuro e marcar posição neste espaço. Ou, de outra parte, considerá-lo como um milagre que melhora a vida das pessoas e cuja ação é indispensável para o progresso. Mas, afinal, quem está com a verdade? ou quem mais se aproxima dela? Pode-se dizer que todos e cada um a seu modo a buscaram igualmente.

Mas essa interpretação não é consensual. Para outras pessoas esse tipo de alimentação é quase um veneno, uma necessidade criada pelas indústrias capitalistas, com repercussão direta na saúde, levando à obesidade e às doenças, pelo desequilíbrio alimentar. Isto é, trata-se aqui do funcionamento de outro interpretante dinâmico. Assim, o entendimento sobre o debate depende não apenas do que falamos, mas como, que elementos estamos referindo ou agendando para a caracterização do que falamos. Ou seja: dado o funcionamento interpretante, a compreensão depende não apenas do que falamos, o que possibilita o entendimento inicial a respeito das coisas, mas também do que emana do contexto social e da atividade psíquica da experiência colateral, elementos que estamos referindo ou agendando para a caracterização do que falamos.

Podemos dizer que outros tantos conceitos utilizados no cotidiano estão da mesma forma, cheios (porque geradores) de sentidos diversos. Veja-se o caso comum, peculiar do consumo das maiores cidades. Um refrigerante Coca-cola acompanhado de sanduíche Mac Donald, por exemplo. Para grande parte dos jovens do planeta, significa algo de ótima sensação ou até indispensável para saciar fome e sede, aliando conforto e rapidez, condições apropriadas ao modo desse mundo moderno.

A tendência é que as opiniões se acomodem num determinado comportamento, que pode ser mais ou menos padronizado e sendo assim, objeto dinâmico e interpretante final se funde, o que permite compreender o comportamento da opinião pública. Ela é sempre composta por uma tendência central, nunca é o pensamento de todos, porque então seria consenso e isso inviabiliza seu potencial enquanto opinião pública.

Voltando ao caso deste estudo, observamos que se plasmam posições e oposições, sem que a racionalidade seja de todo abandonada. Entre não ter soja nenhuma, em função de que todo o mundo resolvesse cultivar apenas a semente transgênica, e ter soja modificada, como fonte alimentar estratégica no combate à fome, a tendência é de que ocorra uma maior aceitabilidade, mesmo ante os mais combativos naturalistas. Mas, insistimos, a questão (o propósito) já seria outra (a fome no mundo) e não esta, que envolve a possibilidade de consumir ou não produtos modificados pela engenharia genética.

Recordando, vimos muitos aspectos e possibilidades que interferem no curso da interpretação e, de forma muito simples, correndo os riscos que isso implica, dada a complexa rede semiótica, podemos sintetizar assim:

a. Os objetos com os quais nos relacionamos expressam, na nossa percepção, apenas alguns dos seus aspectos e por isso se tem tão somente uma idéia sobre eles.

b. O objeto dinâmico, perceptível, para sê-lo, recorre às experiências anteriores, colaterais, disponíveis e necessárias, como referência, contraste, para a interpretação;

c. A representação desse objeto dinâmico, como signo, implica em expressões icônicas, indiciais e simbólicas, que terão cada um deles uma função, dependendo da situação, já que fazem parte da semiose

através da determinação lógica;

d. No processo de interpretação, a realidade que incide sobre uma pessoa exerce pressões na direção do estabelecimento da harmonia entre elementos cognitivos apropriados e essa realidade. Trata-se da consonância cognitiva. Mas pode ocorrer que esses elementos não se ajustem ao comportamento ou à crença das pessoas e então se tem a dissonância. O importante é que buscamos sempre suprir e sustentar hipóteses, ou justificativas, para defender idéias que nos são caras, ou que estão ajustadas ao hábito do segmento a que pertencemos;

e. Nem sempre a operação que se baseia nos hábitos pode resultar no encaminhamento mais seguro para as nossas ações. Os condicionamentos de comportamento, como a tenacidade, a autoridade e as atitudes a priori podem levar à crença sobre algo, mas a segurança mesma sobre as coisas somente se pode chegar com a racional autocrítica gerada pela submissão ao objeto, com o suporte e a independência dos métodos da ciência;

f. Os fatos da realidade, no processo de interpretação signica, se atualizam constantemente. Trata-se da atividade dinâmica da interpretação (interpretantes dinâmicos), o que se dá em função das múltiplas situações, contextos, forças sociais (culturais, políticas, econômicas, etc) que podem levar tanto a acertos como a erros.

g. Dado o funcionamento interpretativo, a compreensão depende não apenas do que falamos (objeto dinâmico), o que possibilita o entendimento inicial

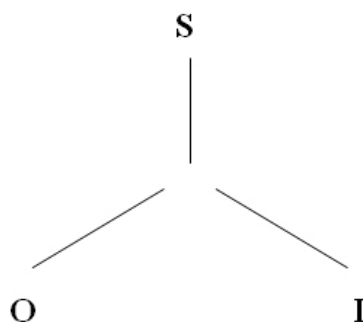
a respeito das coisas, mas também do que emana do contexto social e da atividade psíquica da experiência colateral, elementos que estamos referindo ou agendando para a compreensão do que falamos (interpretante dinâmico).

Poderíamos considerar todas essas peculiaridades do processo de interpretação como filtros ou como possibilidades, sempre abertas, de reingresso de signos, dentro da semiose que é infinita. Mas preferimos raciocinar produtivamente na perspectiva da comunicação. Para o estudo da comunicação e do que acontece com os conceitos na publicização cotidiana, a idéia de signo como relação passa ser muito interessante, especialmente porque possibilita que se estude a mediação. A natureza do signo se deve a uma mediação genuína (CP 2.92) que se estabelece numa relação entre signo, interpretante e objeto semiótico.

É precisamente a função do interpretante em colaboração com seu respectivo intérprete a de demarcar, e fazer explícita até onde seja possível, a relação entre signo e objeto, o que põe em marcha o processo da significação e do significado do signo. Então a relação mediadora tem que ser claramente triádica (CP. 2.274).

A idéia do signo como mediação é expressiva e importante para a comunicação, porque permite compreender que não há uma conexão direta entre uma mente e outra, ou entre um objeto e uma mente (Santaella e Nöth, 2004, p.202). O que não implica confundir essa mediação com o próprio meio de comunicação enquanto este for entendido como veículo, ainda que se reconheça o seu papel no circuito da comunicação, pois embora “o signo não possa cumprir a sua função mediadora sem estar encarnado em um veículo sensível, este, por ser um mero aparato, não tem poder para cumprir, em si mesmo, o papel mediador” (ibid, p. 203).

Para compreender esse processo partimos do diagrama lógico da função, expresso com base na tríade peirceana. Sinteticamente ela apresenta o Signo (S), o Objeto (O) e o Interpretante (I):

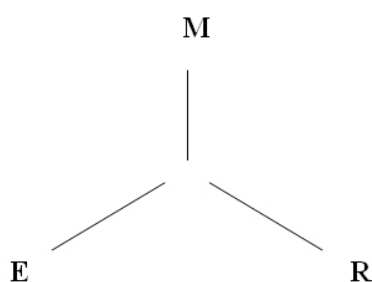


Esta relação sígnica pode ser observada nas interações sociais, na conversação e nas trocas que se estabelecem, nas mensagens, nos diálogos entre as pessoas. O que não quer dizer, como já mencionamos, que tudo seja signo. Mas todas as mensagens são estruturas linguísticas, composta de determinados sinais interpretáveis e que por isso apresentam-se como signos e assim podem ser estudados. Em torno das observações de Colapietro (1989), Ransdell (1977) a partir das considerações de Peirce em diversas partes de sua obra, Santaella e Nöth (2004, p. 124), mostram que a lógica pragmática é também dialógica, porque abstrai e generaliza por meio “das substituições da noção do emissor pela do objeto e da noção do receptor pela do interpretante”.

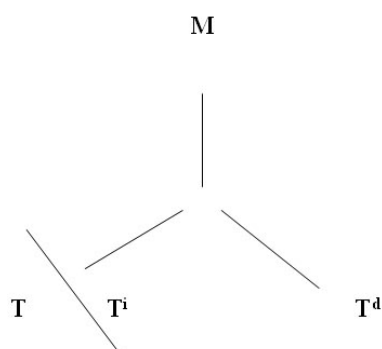
Quer dizer, a famosa tríade da semiose é uma extração, em nível de abstração máxima, dos três elementos fundamentais de todo processo comunicativo. (...) Assim sendo, objeto-signo-interpretante é a tríade na qual a tríade do emissor-enunciado-intérprete se transformou quando esta última foi levada até a sua essência lógica (ibid, p. 164).

Em função disso, a aplicação semiótica no âmbito da comunicação é própria da essência semiótica, e o diagrama básico pode

ser representado por seus equivalentes: Emissor (E), Mensagem ou enunciado (M) e Receptor (R).



Numa adaptação para o caso dos transgênicos, tal configuração pode ser vista a partir do objeto dinâmico “transgênicos” (T), o qual por estar fora do processo de representação, expressa seu objeto imediato (T^i), ao ser representado pela mediação dos signos, em diferentes mensagens ou enunciados (M). Da mesma forma o Interpretante Dinâmico do signo pode ser entendido como (T^d), já que revela as possibilidades de expressão dos interpretantes dinâmicos no mundo semiotizável dos transgênicos.



O diagrama permite visualizar o que acontecerá com a sequência interpretativa do signo. Ou seja, a tendência de que o interpretante (T^d), com a sequência da ação interpretante, na semiose que é infinita, se identifique com o próprio objeto dinâmico (T).

Por isso, mais uma vez, compreendemos que o objeto “Transgênicos” determina logicamente no mundo vários interpretantes dinâmicos (que estão incluídos potencialmente no leque da interpretabilidade do signo ou interpretante imediato), de tal forma que se pode entender provisoriamente como vários transgênicos, porque são várias expressões suas, legítimas, que tendem, na busca lógica pela verdade, que é histórica e sintonizada com as pressões de opinião (pública), a ser devidamente explicado, enquanto conceito. Mas como já dissemos, isso tende a acontecer com o tempo e notadamente com a busca sistemática pela verdade, cuja prática está sintonizada com o quarto método peirceano: o científico.

1.2.2 Categorias da experiência e a mídia

A base da semiótica consiste na análise fenomenológica da experiência, que se desdobra em três categorias universais que Peirce denomina de Primeiridade, Segundidade e Terceiridade, cujo propósito é o de alcançar uma análise do fenômeno. Ou seja, o fenômeno como tudo que aparece de alguma forma para uma mente e que se constitui na experiência.

A **Primeiridade** trata-se da mera possibilidade de ser, uma qualidade absoluta, considerada em si mesma, sem relação a nenhuma outra coisa. Trata-se de mera possibilidade que surge na consciência a respeito de algo, de modo que se trata da significação do que é tal como é. Pode-se dizer que é apenas uma qualidade, sem conexão, uma pura possibilidade.

Imaginemos quando nada se conhecia a respeito dos organismos modificados, alguém diz a palavra “transgênico” numa conversa e assim essa palavra chega a quem ouviu. Neste primeiro momento não se consegue saber com exatidão que coisa está sendo dita, sobre o que versa o assunto da fala, embora seja possível identificar que se trata de fala especialista. Trata-se da qualidade sonora, que chega pela primeira vez ao ouvido, sem nenhum conhecimento prévio do receptor que lhe possibilite estabelecer uma razão a respeito. Naquele momento, “transgênico”

é pura qualidade, do exótico tecnológico e científico e, portanto, foge ao cotidiano onde as coisas são mais compreensíveis.

Porém, para que seja compreensível, é necessário que o intérprete tenha alguma experiência, algum contato anterior sobre o que está sendo tratado, que Peirce chama de experiência colateral, referindo-se à “intimidade prévia com aquilo que o signo denota” (CP 8.179).

Quando o termo ganha o espaço público, caracterizando a força da sua existência, visto num jornal ou revista, por exemplo, já se tem o pressuposto para a Secundidade. Então se tem o efeito, o que é aqui e agora, o modo de significação, mas acrescido de algo mais, resultado da resistência com o que existe, com a presença bruta do outro. Tem-se a categoria (faneroscópica) da **Secundidade** (ou segundidade). Então o signo já está provido de uma singularidade e, portanto de uma força, no embate de algo que se opõe a outra coisa (distinção), mas apenas enquanto fato bruto, sem pré-concepções a respeito dele nem interpretações. No caso da palavra “transgênicos”, seria quando aparece na imprensa e assim sucessivamente, tornando-se possível medir, quantificar, avaliar como a noção aparece enquanto palavra impressa num jornal. Trata-se da experiência puramente perceptual, isolada do sentido desse termo, encarnada em um discurso jornalístico ou mesmo na conversação. Trata-se do fato mesmo no seu acontecer inegável, o fato desse termo acontecer materialmente, ocorrer num contexto específico, sem nenhuma consideração referente à compreensão ainda, pois isso já é Terceiridade, o geral, a intervenção do interpretante.

Sintetizando, o conjunto das primeiras informações é subsidiário para algo mais desenvolvido. Quando isso acontecer o signo já está provido de uma singularidade e, portanto de uma força bruta ou dinâmica, no embate de algo que se opõe a outra coisa (distinção).

Essa é uma tarefa executada no plano da **Terceiridade**, que trata da representação de alguma coisa e, assim, do que algo convencionalmente significa. Trata-se da categoria chamada *genuína*

por Peirce, porque corresponde à forma completa e desenvolvida do signo. Os transgênicos podem representar uma nova ameaça para a saúde pública, ou a redenção da humanidade faminta. São dois conceitos desenvolvidos, bem diferenciados, e neste sentido são interpretantes. Portanto, a Terceiridade induz a participação de um segundo e de um terceiro elemento, envolvendo a mediação, a síntese lógica, das categorias de Primeiridade e Secundidade. Por isso, fala-se da regularidade que perdura através da realização de qualidades possíveis em entidades concretas e sendo assim, inclui a produção de interpretantes que por sua vez se transformam em outros interpretantes *ad infinitum*. Eis como se dá o crescimento da informação, no sentido técnico que nos é oferecido pela semiótica. Ou seja, enquanto produto lógico de denotação (amplitude) e de conotação (profundidade).

Na medida em que é da natureza dos signos gerar interpretantes, há essa constante recursividade do processo. Voltando ao caso da palavra “transgênicos”, é da ordem da Terceiridade a multiplicidade de interpretações produzidas e instituídas nas disputas de sentido na mídia e na sociedade. Tem-se aqui bem caracterizada a semiose e mais uma vez é possível entender que é próprio do processo interpretante se tratar das coisas a partir de múltiplos enfoques, de diferentes olhares que se possa ter do objeto a partir justamente de onde se observa.

São possíveis vários efeitos de sentido bem diferenciados, várias idéias ou argumentos, como o transgênico que acaba com a fome, moderno, econômico, ecológico, mas também o destruidor do equilíbrio ecológico, fruto do capitalismo selvagem, etc. A tendência é que se tenha uma evolução ou crescimento do signo “transgênicos”, à semelhança do que é descrito por Peirce com respeito ao crescimento dos símbolos (CP 2.302). Esse crescimento está diretamente ligado à função exercida pelo interpretante imediato dos símbolos, quando se pode observar o comportamento das palavras (suas réplicas) e por consequência dos conceitos.

A regra da interpretação associada com o símbolo determina a significância não encontrada nos aspectos icônicos ou indexicais de suas réplicas. O interpretante imediato de um símbolo é chamado frequentemente seu significado ou uma idéia ou um conceito. A explicação do significado ou o conceito é o alvo do pragmatismo de Peirce (...) ele mencionou três tipos de crescimento: o surgimento de um novo signo fora dos outros signos, o significado do crescimento deste símbolo e o uso desta propagação (Short, 1988, p. 84-85).

Entretanto, nesse caminho crescente do signo, essencialmente gerador de outros signos, resultantes da ação interpretante, diferentes significações são possíveis e será preciso constantemente esclarecer do que se trata quando se fala de alguma coisa. Não é por acaso que vamos buscar, para compreender a lógica que regula um conceito contemporâneo como os transgênicos, aquilo que vem a ser a preocupação central na obra de Peirce: a compreensão das coisas.

O que se procura, portanto, é um método que determine o significado real de qualquer conceito, doutrina, proposição, palavra ou signo. O objeto de um signo é uma coisa: seu significado, outra. Seu objeto é a coisa ou ocasião, ainda que indefinida, à qual ele deve aplicar-se. Seu significado é a idéia que ele atribui àquele objeto, quer através de mera suposição, ou como uma ordem, ou como asserção (CP 1.303; 41 e segs.).

Ou seja, o pragmatismo ou pragmaticismo busca estabelecer um método científico de determinação dos significados dos conceitos e nesta medida é importante ao plano de análise não apenas da filosofia, mas também da ciência e de outras esferas do saber. No caso específico sobre os transgênicos, diante da polissemia

que o conceito adensou em seu percurso, a preocupação é com as conseqüências experienciáveis (a máxima pragmática) que podem advir de tais concepções. Ou seja, trata-se do próprio critério de verdade, elemento básico para que se chegue à compreensão científica das coisas.

O estudo semiótico apresenta possibilidades interessantes para se pensar a mobilidade dos conceitos, especialmente num mundo cada vez mais rápido e fugaz, seja pressionado pela competição econômica, seja pela velocidade imposta pelos diferentes aparatos tecnológicos de transporte e informação. Em todo tempo, mas especialmente na realidade contemporânea, dada a multiplicidade de dados em constante processamento, determinados conceitos evoluem, crescem a tal ponto que ao longo do tempo viram “hábitos” (para Peirce), ou “habitus” (para Bourdieu). Porém, embora estes dois conceitos surjam de uma raiz comum, são diferentes, como veremos a seguir.

A noção de hábito em Peirce, assim como em Bourdieu, tem uma filiação inicial ao campo conceitual aristotélico, portanto, tem origens doutrinárias no pensamento clássico. Ambos os conceitos são reinterpretados da *hexis* de Aristóteles, que “designa uma disposição moral geradora de atos que não têm nem a estabilidade de um estado nem a mobilidade de uma simples afetação” (Barros Filho e Sá Martino, 2003, p. 51).

O sucesso das lições depende dos hábitos do ouvinte. De fato, nós apreciamos que os demais empreguem uma linguagem que nos seja familiar. Caso contrário, as coisas já não nos parecem mais as mesmas; qualquer deslocamento as torna para nós menos acessíveis e mais estranhas. O costume favorece o conhecimento. O que mostra a que ponto o hábito é forte são as leis. Nestas, as fábulas e as histórias infantis têm mais poder, pela virtude do hábito, do que

o próprio conhecimento das leis⁶ (*Métaphysique* II, 3, citado por Barros Filho e Sá Martino, 2003, p.52).

Vê-se como o hábito é o objeto central para os sujeitos e justamente esta compreensão é acentuada em Peirce, onde o hábito depende do quando e do como ele nos leva a fazer alguma coisa. Isto é, o hábito se refere aquilo que nos determina, a partir de premissas dadas, a retirar uma inferência ao invés de outra. Trata-se de uma operação específica da mente que permite inferir e saber se o princípio que governa tal inferência é válido ou não, como explica Peirce em “A fixação da crença” (1877). Assim que Peirce chega ao “que é tangível e concebivelmente prático como sendo a raiz de qualquer distinção real do pensamento, independente de quão sutil ele for; e não há distinção de significado por fina que seja que não consista numa força possível de diferença prática” (CP 5. 400).

Ou seja, tem-se aqui uma dimensão pragmático-lógica para a noção de hábito, a partir de Aristóteles, a relevância na participação ativa do receptor na compreensão diante das mensagens em função das leis do hábito.

Bourdieu retira, também da visão aristotélica, algo mais metafísico, que transcende e que é independente às vontades humanas. Para ele:

Existem, dentro do mundo social, e não somente nos sistemas simbólicos, como linguagem, mitos, etc., estruturas subjetivas, independentemente da consciência e da vontade dos agentes, que são capazes de orientar ou coibir suas práticas e representações (...) há uma gênese social de uma parte dos esquemas de percepção, de pensamento e de ação, constitutivos daquilo que chamo de habitus, de outra parte, das estruturas sociais, e em particular as que identifico como campos e grupos (Bourdieu, 1987, p.147 e 153).

⁶ Tradução de Barros Filho e Sá Martino(2003).

Ou seja, *habitus* em Bourdieu (2000, p. 61), reage ao estruturalismo. Para ele, trata-se do conhecimento adquirido, mas também um haver, um capital de conhecimentos práticos, ativos na sociedade. Campo e *habitus*, na sociologia de Bourdieu, integram um todo, de forma que não há um sem o outro. “O *habitus* de um ator social é estruturado por posições sociais, constitutivas de um campo qualquer, incorporadas em formas de disposições. O campo, por sua vez, é estruturado por posições sociais em deslocamento definidas e redefinidas por tomadas de posições sociais. Ora, campo e *habitus* são, como diz Bourdieu, reciprocamente estruturados e estruturantes” (Barros Filho e Sá Martino, 2003, p. 12).

De todo modo, tanto em Peirce quanto em Bourdieu, todo hábito está voltado para a práxis e para a vida e assim abre caminho para entender do que se está tratando em meio à polissemia ou entender os seus tensionamentos, diante da disputa de sentidos. O que pode ser um passo para a compreensão dos aspectos que compõem a realidade. Mais do que isso, já que se pode perceber como evoluem os conceitos, através das interpretações factuais expressas nas linguagens, que neste caso compõem o corpus jornalístico. Interpretações que permitem ver como fatos, imagens ou mesmo fantasias se misturam para determinar as mudanças de sentido do mundo, de modo inseparável.

Uma das áreas que mais se constringe com esta realidade é a que emana discursivamente da ciência, onde os conceitos, as formulações e conseqüentemente a própria temporalidade, fazem parte necessária das suas rotinas produtivas. Além disso, não se está tratando de algo que possa ser congelado, pois em sua operacionalidade a ciência está continuamente produzindo novos conceitos, ao apresentar novas proposições e descobertas.

Por isso que o ideal para a ciência é que cada conceito tivesse um único e exato significado, pois assim as referências aos procedimentos e operações da ciência seriam facilitadas. Porém, a aceção e o uso dos conceitos é algo que a ciência não dispõe (o que não lhe é peculiar) de instrumentos para controlar. Eles

sofrem mutações e atualizações no momento mesmo em que são compartilhados. Peirce (1903, p.10-14) nos adverte que “todo símbolo é uma coisa viva, num sentido muito estrito que não é apenas figura de retórica”.

O corpo de um símbolo transforma-se lentamente, mas seu significado cresce inevitavelmente, incorpora novos elementos e livra-se de elementos velhos. Mas todos deveriam esforçar-se por manter imutável e exata a essência de cada termo científico, embora uma exatidão absoluta não chegue a ser concebível (CP2.222)

Entende-se que o conceito central neste estudo: “transgênicos”, uma vez apresentado nos discursos midiáticos e assumido como o designativo dos Organismos Geneticamente Modificados, sofre injunções as mais diversas. Especialmente quando o conceito é apropriado e interpretado pelos diferentes segmentos que disputam os seus sentidos.

Por isso ao se observar o conceito “transgênicos”, no epicentro das discussões no Rio Grande do Sul, em grande tensão e disputa de sentido, torna-se claro o seu alto poder gerativo. Ou seja, alguns signos, dado o contexto histórico, político, econômico, cultural, possuem em determinados momentos um ritmo acelerado de geração. Tudo porque, é próprio da base de funcionamento dos signos justamente a sua capacidade de determinar (gerar) novos signos (seus interpretantes). É assim que, na semiose, o signo somente pode ser descrito como um processo que tende a gerar interpretantes. Tal condicionamento confere ao signo essa característica de mobilidade, que interage e que vive, e que só pode ser compreendido dentro de um sistema de representação mediada (Salles, 1990).

Ao serem apresentados pela mídia, os conceitos têm acelerado o seu ritmo e na medida que transitam e evoluem (porque as notícias ao mesmo tempo se referem ao mundo da vida), atendem aos diferentes requisitos do lugar onde se inserem.

Dentre os requisitos mais influentes na produção e circulação das notícias no mundo contemporâneo, está a sua forma de apresentação pública, destinada a um mercado: o mercado da informação. Neste sentido, as notícias devem atender aos requisitos mercadológicos dos produtos. Ao tratarem de determinados fatos (nem tudo tem o apelo e o valor desejado) configuram-se como produtos informativos, na medida em que atendem os requerimentos necessários para atender o consumidor. Quem elabora noticiários sequer racionaliza tais operações. Talvez porque geralmente mantém relativa distância dos acontecimentos relatados, já que os recebe para tratamento na especificidade física e normativa das editorias jornalísticas. Ou seja, recebe informações das fontes com a respectiva denotação e conotação de sentido que lhes é própria.

As ocorrências, que são alvo de decifrações dos jornalistas, já se apresentam como signos. Elas são articuladas pelas fontes (pessoas ou instituições às quais os jornalistas recorrem a fim de obter dados para suas matérias) e estão imbuídas de interesses diversos. Enfim, ao produzir notícia, o repórter opera uma atividade de interpretante. É o elo de uma cadeia que se costurou muito antes dele (o acontecimento em si, seu estabelecimento no cotidiano, os envolvimento econômicos e políticos e, sobretudo a pauta, formam pontos da cadeia que antecedem a decodificação jornalística) (Henn, 2002, p. 50).

As informações cumprem um percurso, enquanto conceitos vivos, que se rearticulam na teia midiática continuamente. Assim, também o conceito “transgênicos” se instaura no Rio Grande do Sul. Notadamente, há sempre outros conceitos concorrenciais, se ajustando e articulando com o conceito central, que se move na temporalidade, se articulando e transmutando na medida em que sofre pressões e constrangimentos dos diferentes setores da sociedade interessados na temática.

É assim, na circulação, que a atividade jornalística se configura num processo que tem por base a revelação, a apresentação de versões da realidade cotidiana. Trata-se, portanto, de uma fonte permanente de produção e abastecimento de signos que emanam dos inúmeros acontecimentos do dia-a-dia. Compete ao jornalismo esse trabalho de apresentação e de compreensão via a representação do real, procurando manter a fidelidade possível sobre os acontecimentos. A referência e fidelidade aos fatos são condições ideais para a atividade jornalística e nela reside muito do prestígio da atividade e do seu poder enquanto campo. A forma de apresentação, portanto, é um aspecto importante da distinção entre o seu exercício e outras traduções referenciadas em algo da realidade, como a ficção, por exemplo.

A atividade jornalística, mesmo não reunindo as exigências para ter envergadura científica, caracteriza-se pela busca da verdade. Chega, inclusive, a amparar-se em certos métodos de investigação catalogados pelos manuais de redação, que têm a utilidades de códigos de referência para a abordagem dos fatos (Henn, 1996, p.99).

Entretanto, essa operação, essencialmente discursiva, ao apresentar um relato do acontecimento, pode sofrer interferências diversas. Ao ter por base uma percepção dos fatos, ser interpretada por pessoas com suas formas específicas de leitura e ser apresentada em veículos de comunicação, uma série de elementos podem interferir para o êxito da fidelidade. Ou seja, há sempre propósito (ou propósitos), que se manifestam (mais ou menos claramente) na apresentação do que (se acredita) realmente acontece ou aconteceu na busca constante pela verdade.

E não se pode esquecer que estamos diante de uma sequência interpretativa, um processo que se dá de forma inseparável do objeto, do signo e do interpretante do signo. Sempre, pela sua natureza, uma visão parcial e por isso falível (Isto também vale

para a ciência, não obstante trabalhe de um modo sistemático e rigoroso para fixar ou produzir a crença) do mundo, realizada pelo receptor da informação, que lerá o fato a partir dos seus pressupostos e provavelmente o traduzirá para si mesmo e para outros e assim por diante. Inimaginável o número de versões possíveis quando se sabe do amplo acesso pela sociedade aos diferentes meios hoje. Dificilmente alguém escapa de receber uma versão, pelo menos dos fatos considerados mais relevantes.

Para dar conta dos requerimentos que lhe conferem a autonomia de que goza hoje, o discurso midiático descolou-se das limitações e das especificidades que regem os domínios dos discursos que legitimam cada campo social. Rodrigues (1996, p.34) fala de um discurso esotérico para designar o que é destinado a membros de uma instituição específica e outro exotérico, o qual não se destina a um corpo institucional em particular, mas a todos indiscriminadamente.

O imperativo da transparência ou de visibilidade universal do discurso mediático tem a ver directamente com esta natureza exotérica de sua simbólica, enquanto a relativa opacidade das outras modalidades de discurso tem a ver com natureza esotérica de sua simbólica (...). É por isso que, ao contrário da natureza sacralizada do lugar de fala autorizado das outras instituições, a cena sobre o fundo da qual se recortam os lugares de fala dos enunciadores autorizados do discurso mediático é um lugar simbólico dessacralizado. (Rodrigues, 1996, pg.34).

A ideia de sacralização se refere à dimensão simbólica da modalidade esotérica de discurso, da mesma forma que o termo dessacralizado se ajusta à ideia de secularizado (relativo ao que está aberto a todos e é de domínio público) e neste sentido está relacionado com a dimensão simbólica da modalidade exotérica do discurso. Ou seja, do discurso midiático.

Então, se pode falar da operação jornalística como a própria publicização da semiose dos discursos contemporâneos, cujos signos continuam agindo na equação social indefinidamente, gerando novos interpretantes e, portanto, provocando novas leituras e novos textos. Mais do que isso, se entendermos que podem se referir tanto a manifestações verbais quanto a não-verbais. A possibilidade de remissão textual está ainda mais facilitada pelas edições on-line dos jornais e pelos bancos de dados colocados à disposição da sociedade pelos veículos.

Neste estudo, por exemplo, a palavra transgênicos foi recuperada do arquivo eletrônico indexado dos jornais *Zero Hora e Correio do Povo*. O sistema operacional (*software*) do equipamento (*hardware*) selecionou a partir do aparecimento, em qualquer texto, em qualquer lugar do jornal, durante o período solicitado, todas as ocorrências. Neste sentido, as tecnologias de informação estão facilitando a atividade, por vezes desgastante, de correr atrás de dados em busca de interpretação. Ainda que denso, volumoso, este é o contexto onde acontece privilegiadamente o crescimento “natural” do sentido através da proliferação sêmica possibilitada pelos meios. Assim a acessibilidade e reprodutibilidade da mídia funcionam adequadamente ao desenvolvimento da semiose, pela proliferação de sentidos a respeito dos diferentes assuntos que ali circulam.

1.3 Mídia e significação

O impacto da atividade midiática na sociedade tem sido tema discutido por diferentes correntes teóricas em distintas áreas de conhecimento, na medida em que os campos sociais se vêem tocados pela ação das mídias. Por isso, vamos encontrar estudos a partir do olhar do direito, da psicologia, da sociologia, da ciência política, da história e assim por diante, além, evidentemente, da própria comunicação social.

Ao fazer uma análise das correntes, dentro do escopo da co-

municação, Wolf (1987) conclui que subvalorizou a “persistente fragmentariedade e heterogeneidade da matéria em estudo”. Porém, ele aponta para muitos indícios de que:

...actualmente, a área da pesquisa sobre os *mass media* se está reconcentrando sob o impulso de uma abordagem sociológica que coloca no centro a questão das relações entre estrutura social, sistemas de poder e modelo de valores. A função da comunicação de massa, nesta rede de relações, é construir para os seus consumidores um *operational map of the world* (Cohen, 1963, p. 13) (Wolf, 2002, p.253).

O autor imagina que a função da mídia é de proporcionar uma espécie de enciclopédia de conhecimentos, atitudes e competências, com esse mapa operacional. A idéia é que para ser adequadamente analisado nos seus vários aspectos, um sistema de mídia de massa, complexo como é, precisa de um esquema de análise e interpretação bem mais articulado do que até agora foi proposto. Ou seja, uma teoria (Wolf, 2002, p.253 ; Porro-Livolsi, 1981, p. 190).

Temos dúvida a respeito desta idéia da mídia como enciclopédia de conhecimentos, mesmo porque a característica básica da mídia é a disseminação contínua dos vários posicionamentos, sem preocupação de chegar a um consenso. Isso porque: “O saber dos jornais é extremamente superficial, mas extenso. Eles se confessam perecíveis; não tratam de fins ou princípios. Os espíritos positivos se irritam com a coragem que os jornais afirmam o impreciso” (Lage, 2001, p.154).

Por outro lado, parece lógico e cada vez mais verdadeiro que o sistema da mídia é complexo e envolve a sociedade, requerendo para si um conjunto sistematizado de análise e interpretação. Isso, aliás, vem sendo instituído ao longo do tempo, dentro do que se constitui aos poucos como o campo da comunicação, cuja centralidade é o estudo das mídias. Compreende não apenas os grandes

meios de massa, mas também os aparatos (meios técnicos) informáticos, impressos, livros, etc.

Nossa perspectiva então comporta a forte presença da preocupação com os processos mediáticos enquanto fenômeno histórico e social na sociedade contemporânea e como objeto principal de nossas preocupações de pesquisa – mas não exclui outros objetos desde que neles se dê como enfoque principal a questão das interações comunicacionais que os caracterizam (Braga, 2001, p.25).

Uma das áreas mais afetadas pelo advento desse complexo midiático é a que envolve a produção de notícias. Isso quer dizer que as notícias estão condicionadas a um processo produtivo desenvolvido por determinados agentes especializados. Refere-se às operações do jornalismo propriamente dito, cuja prática se dá no fluxo de pressão dos diferentes campos e atores sociais, influenciados pelas formas de apresentação pública nos aparatos midiáticos, em suas inúmeras e ampliadas possibilidades de disponibilização.

...sustenta-se que a notícia é uma arena sígnica onde as forças que pululam na sociedade se digladiam; um produto de consumo como qualquer outro, mas com características absolutamente particulares, por se tratar de um ser de linguagem a processar ininterruptos recortes em um mundo que se força sobre ele, narrando-o, hierarquizando-o (Henn, 37, 1996).

A notícia, neste sentido, é a representação de um fato que tem como destino a sociedade. Com esse propósito são produzidas as notícias, sempre antevendo a audiência. Por isso se destinam a estabelecer (ou pode ser o próprio mecanismo de) uma mediação

entre receptores e a realidade. Idealmente é o fato, que o jornalismo acata como acontecimento, a funcionar como mola propulsora. Neste sentido, há uma mediação entre jornalistas e suas fontes, dada a dificuldade original de que o jornalista, enquanto autor de uma forma narrativa, participe como testemunha ocular de todos os fatos que busca traduzir. Por isso se pode falar de várias escalas de negociação até o fato ser traduzido publicamente. As operações de produção de notícias acontecem num contexto que Thompson (1995, p. 391) chama de *enfoque tríplice*, ao envolver em seu processo de produção elementos de percepção, seleção e transformação dos acontecimentos em notícias.

Uma primeira mediação ou tradução se dá entre a fonte da notícia e os fatos. Como já se apontou, os atores sociais estão imersos num conjunto de valores instituídos pelos diferentes segmentos. É a cultura e a ideologia⁷ a pressionar os indivíduos, de forma que toda a leitura das coisas do mundo está de alguma forma condicionada pelo caráter sócio-histórico. Thompson (1995, p.392) diz que este primeiro aspecto envolve as fases de produção e transmissão das formas simbólicas.

Uma outra mediação acontece entre a fonte (entrevistado) e o repórter (entrevistador). Trata-se do ponto central da negociação, pois aqui os acontecimentos constituem “um imenso universo de matéria-prima digna de adquirir a existência pública de notícia, numa palavra –ter noticiabilidade (*newsworthiness*). Aliás, a questão central do campo jornalístico é precisamente esta: o que é notícia? (Traquina, 2001, p. 94). Para Thompson (1995, p.392) esta é a fase de construção do produto *notícia*.

Coerentes com a opção teórica adotada neste estudo, a semiótica triádica de Charles S. Peirce, entendemos que esta fase é mais precisamente a de produção (no sentido de gerar algo) e não exatamente como afirma a teoria construcionista da comunicação. Não

⁷ O termo *ideologia* se refere aqui às relações vivenciadas no cotidiano pelos sujeitos individuais ou coletivos, relativo à maneira como vivem e suas interações. “O essencial é que o domínio ideológico diz respeito às representações “vivas” dos sujeitos...” diz Gabriel Cohn (1973, p. 143).

identificamos, entretanto, uma filiação de Thompson ao conjunto das teorias construcionista ou construtivista. Aproveitamos apenas a oportunidade discursiva deste autor para referir que entendemos notícia como geração⁸, quando aparece como generalização, espaço da sua representação, eis que pública se torna a experiência.

Podemos adiantar que é nesta fase da experiência que acontece a síntese intelectual a respeito de alguma coisa, própria da Terceiridade, em que o pensamento se traduz em signos, “através da qual representamos e interpretamos o mundo” (Santaella, 2002, p. 51). Ou seja, é a própria manifestação do simbólico, dos discursos e das ações, quaisquer que elas sejam, não apenas as verbais e seus significados.

Neste sentido, as notícias podem ser consideradas traduções, que passam por estágios de interpretação e se apresentam publicamente, como operação de uma especialidade profissional, o jornalismo, perpassada pelo pensamento (interpretante) do jornalista que produz o texto. A destinação das notícias é ser instrumento de outros pensamentos, que passando por interpretações vão se rerepresentar, talvez com outra forma, outra roupagem, agregados de outros elementos, tal é o processo da semiose. Nesse caminho da notícia, portanto, há sempre perdas (muita coisa deixa de ser relatada), mas também se pode falar de ganhos significativos para a memória social e cultural.

... ao jornalismo cabe determinar, por sua essência, que somente alguns acontecimentos e versões serão noticiáveis e outros não. Isso não exclui, é

⁸ No processo de significação, signos estão destinados a gerar outros signos. O interpretante que o signo como tipo geral está destinado a gerar é sempre, também ele, um outro signo e assim gera-se de novo *ad infinitum* mais signos, de tal forma que se pode falar num constante desenvolvimento da significação. As noticiais, enquanto tradução simbólica dos acontecimentos também podem ser consideradas como signos que estão constantemente gerando outros signos. Como se trata de um processo contínuo, os símbolos crescem continuamente (Short, 1988, p. 81).

certo, a seleção de natureza ideológica e política existente também hoje. Mas inclui, é igualmente correto, inumeráveis acontecimentos de extremo interesse público, que só podem ser incorporados socialmente pela dimensão rítmica imediata do presente (Karam, 2004, p.31).

Estamos falando de um presente mediado pela linguagem e em decorrência pelos signos, que crescem na medida mesma em que se desdobram as possibilidades de percepção e de significação. Por isso, na medida em que crescem os significados crescem as possibilidades de interpretação.

Eis aí, num mesmo nó, aquilo que funda a miséria e a grandeza de nossa condição como seres simbólicos. Somos no mundo, estamos no mundo, mas nosso acesso sensível ao mundo é sempre como que vedado por essa crosta sígnica que, embora nos forneça o meio de compreender, transformar, programar o mundo, ao mesmo tempo usurpa de nós uma existência direta, imediata, palpável, corpo a corpo e sensual com o sensível (Santaella, 2002, p. 52).

Ou seja, toda a percepção, mesmo que direta, é mediada, contém interpretação e assim se pode entender as notícias. Mediação esta que é por natureza parcial e falível, pois não é sua destinação oferecer acesso total aos acontecimentos. Não temos dúvida que existem diferentes formas de representação e compreensão das notícias na sociedade, em função das características inerentes de sua produção, realizada por pessoas inseridas num determinado contexto. Essa constatação em nada muda o propósito permanente da ação comunicativa, em busca constante de acesso aos acontecimentos e de chegar (idealmente) o mais próximo possível da veracidade dos fatos. Mas sempre será uma interpretação, uma tradução, cujos propósitos sequer são originais, já que os especialistas, instituições e práticas autonomizadas, como a justiça,

a polícia, a educação e a política, se valem também da objetividade dos fatos para caracterizar situações, identificar atos e assim responsabilizar, punir, condenar, ensinar ou legislar.

No caso do direito, por exemplo, as rotinas de áreas específicas como os processos criminais, reúne elementos de todas as esferas possíveis, numa espécie de ourivesaria dos acontecimentos, muito próximos do senso da opinião pública, mas com propósitos bem determinados e sistematizados para a sustentação jurídica.

Porém, isso é bem diferente de dizer que, em função da parcialidade, atributo humano, da habilidade dos profissionais da área do direito ou do privilégio mediador dos profissionais das mídias, existe uma espécie de fábrica de realidade ou de realidades, constituindo uma realização artificial, ou de um mundo forjado ou falso. Pelo contrário, está-se tratando de um mundo perceptível, ainda que se possa vê-lo pelo fragmentário, com todos os seus componentes e viés próprio da atividade humana.

Mais do que isso, porque a notícia faz parte de um mapa do cotidiano e o acontecimento que lhe dá origem é duplamente fragmentado: “Em sua origem é extraído de uma experiência que permanece fora do texto; em sua chegada, aparece como uma informação entre outras” (Mouilland, 1997, p. 69). Ou seja, o que se está questionando aqui é mesmo a idéia de construção do real, como substituto da representação, o que se observa em muitos estudos atuais desta área do conhecimento, como na citação a seguir, por exemplo.

Pero pretendo que es válido identificar a la noticia como una realización artificiosa afinada según modos específicos de comprender la realidad social. Eses modos de comprender, constituidos como procesos y practicas de trabajo específicos, legitiman el *status quo*. Además, sostengo que las teorías aquí desarrolladas podrían ser fecundamente aplicadas a la construcción social de otras clases de conocimiento y otras ideologías (Tuchman, 1983, p.230).

A noção de campos sociais mostra o quanto, na modernidade, tem sido importante a conquista de autonomia para os diferentes segmentos, de forma que se torna difícil aceitar a tese de submissão absoluta de um campo sobre outro, como já afirmamos. O que não invalida a observação de que os campos sociais sejam lugares de disputa intensa, em busca de instituição dos vários poderes que buscam visibilidade.

Ou seja, ao analisar o processo comunicativo em seu contexto, o pragmatismo semiótico não volta à concepção da teoria matemática da comunicação, cuja preocupação fundamental era apenas com a transmissão objetiva da informação.

A proposta interpretativa semiótica mostra algo diferente, ao apontar para tendências reais, que existem tanto na cultura quanto na natureza. Isto é, são universais e permitem a predição dos acontecimentos, regulam sua probabilidade, na busca constante pela verdade. (Santaella, 2002).

Por isso, a coerência epistêmica nos leva a pensar em sistemas de produção de notícias que asseguram constante referência com o objeto de que trata. O que em nada contradiz a idéia de que as notícias funcionem no mundo contemporâneo como mercadorias à disposição dos consumidores, com todas os seus pressupostos e contratos, ou mesmo se deixa de admitir quão vulnerável é a sua produção.

Talvez o que se saliente, com a visão semiótica e pragmatista, é o estatuto ou a constituição de tais mercadorias. Parte-se do princípio que, no mercado, estes entes simbólicos não estão prontos definitivamente, pois contém ao mesmo tempo o frescor da Primeiridade que os torna tão atraentes, aliada à força de elementos concretos, materializados, investidos da Terceiridade. Assim é que as notícias se apresentam, em constante processamento e elaboração simbólica em todas as suas fases (percepção, seleção e transformação).

Afinal, a referência constante é sempre o fato, relativo aos aspectos captados da realidade, matéria prima das notícias, já que o jornalista busca dados do que ocorre ou ocorreu para estruturar as

suas narrativas. Resulta que o produto jornalístico é sempre uma aproximação, regida pela deontologia profissional, pelos valores e pela ética desta atividade.

Isso é diferente ao se considerar os pressupostos construcionistas de que tudo se refere à representação, que a realidade está concentrada na linguagem.

Sin embargo, dentro del construccionismo hay matices diferentes. Según Pearce (1994: 271-273) en lo que todos os constructivistas están de acuerdo es, en primer lugar, que el lenguaje construye el mundo, no lo representa. En segundo lugar, sostienen la idea que la función primaria del lenguaje es la construcción de mundos humanos y, por último, se afirma que la comunicación es un proceso social fundamental. Las discrepancias se manifiestan en que mientras algunos afirman que vivimos inmersos en la lenguaje y no hay nada fuera de él, otros –como Pearce – afirma que el lenguaje forma parte de todas nuestras actividades, impregna a la totalidad pero no es la totalidad (Alsina, 2001, p. 178).

Teremos que voltar a tratar do ponto que se relaciona com as noções que fundamentam as visões do idealismo e do realismo para entender que ao se atribuir centralidade à linguagem, à representação que temos das coisas, a idéia de construção faz sentido. Entretanto, se por um lado nós somente podemos conhecer as coisas do mundo quando passam pelos nossos órgãos sensoriais, por outro, as coisas não existem apenas em função dessa mediação. Peirce mostra que existem coisas no mundo que não são apenas objetos de cognição. Ou seja, deve haver uma realidade última que pela sua natureza só pode ser aproximada, representada, o que mostra por um lado a dificuldade deste acesso, mas por outro reconhece que as coisas que percebemos realmente existem.

Mas a grande prova que Peirce apresentou a favor do seu realismo encontra-se na evidência de que

nossa percepção comete erros. Deve, portanto, haver alguma coisa lá, em algum lugar diferente da nossa mente, que não depende da nossa percepção (...) Existe uma dimensão do real que não depende de nós. E nós mesmos, embora sejamos seres cognitivos, também interagimos como corpos físicos no mundo. Se alguém é atropelado na rua, pode-se converter numa simples massa física que não terá nada a ver com a cognição (Santaella, 1998, p.90).

Como se pode notar, a realidade das coisas do mundo é algo tão distante quanto possível de ser percebida de alguma forma através da linguagem, através dos signos. A linguagem e os signos, pois não há linguagem sem signos, os operadores desta mediação.

Recentemente o campo jornalístico brasileiro cobriu um acontecimento, fato que se impôs na cobertura midiática dada a sua significação para o país, que foi a passagem de quarenta anos, em março de 2004, do início da ditadura militar (durou 20 anos). Ante a vultosa cobertura da mídia e as inúmeras interpretações, surge a voz solitária de um articulista a constatar que, ante um fato complexo como aquele, 40 anos é pouco para que se tenha uma avaliação do que realmente aconteceu. Ou seja, ainda havia muito a depurar, limpar de componentes outros que não fosse a busca constante pela verdade dos fatos para que se pudesse compreender o que efetivamente aconteceu. Isso, só o fator tempo poderia fazê-lo, curtindo lentamente os dados para que se aproximasse a face ou as faces da verdade.

Mas se existem aproximações, também se pode falar de afastamentos entre a realidade e as notícias, pois estas últimas tendem a se sujeitar à natureza e ao tipo de relações sociais e culturais que se desenvolvem entre jornalistas e suas fontes. Não apenas isso, pois também depende da política de conhecimento, da forma como as informações são processadas pelos segmentos sociais, o que aparece em cada contexto em que se dá a notícia (Ericson et al, 1989; Shibutani, 1966; Tuchman,1993). Porém, estes vários

poderes (político, social, cultural, econômico, etc) que se articulam no fazer jornalístico, funcionam de tal forma que a produção jornalística é funcionalmente uma leitura.

Neste sentido, a partir dos temas da cotidianidade, o que é elevado à instância noticiosa compõe uma visão e uma compreensão mais ou menos correta. Pode ser precisa, bem informada, contextualizada, mas pode também funcionar ao contrário, na medida em que a entendemos como uma versão. Porém, é importante salientar que não se está tratando de qualquer versão, corriqueira ou ocasional. Eis que para a sua formatação a notícia deve prestar contas aos estatutos de uma profissão, à deontologia jornalística, à ética profissional. Ou seja, não se trata de qualquer coisa sobre o acontecimento o que se vê estampado nas páginas dos jornais, no caso dos meios impressos.

A existência de pressões é um fenômeno natural e como já vimos não acomete apenas ao jornalismo. Em parte isso se deve justamente às mencionadas operações dos campos sociais. Contexto onde estão interesses, entre os quais da própria mídia, que agem em busca de instituir os seus valores.

Chega-se, então, ao terceiro aspecto salientado por Thompson (1995), que é o de *recepção e apropriação* das mensagens, o que acontece dentro de circunstâncias sócio-históricas específicas. Desta forma, os receptores percebem estruturas enunciativas que por um lado constituem uma face da realidade, mas, sobretudo, são vitais para a manutenção do próprio processo de produção continuada das notícias. Ainda que os receptores utilizem estratégias interpretativas próprias, e mesmo que sejam contrários às noções passadas nas informações, a verdade é que estão reagindo a um discurso engendrado pela cultura da mídia, pelas operações que a regulam. Neste sentido, concordamos com Tuchman (1983, p. 99), de que os receptores, assim como “los reporteros y editores, participan en la creación de noticias como resposta cultural a las condiciones estructurales”. A idéia concorda com a noção de semiose, em que cada interpretante, sendo ele próprio um signo, dará lugar a uma nova interpretação e assim sucessivamente.

Especificamente com relação a este ponto, observamos que a idéia se ajusta também àquela de resposta ativa, de que fala Bakhtin (1997). Também a reflexão de Rodrigues (1997) que identifica como próprio ao *processo de escuta*. Diz ele que apesar de silencioso, “o público está presente na cadeia de elaboração do discurso, e é deste silencioso processo de escuta que o discurso da mídia recebe o seu princípio, o seu alimento, a sua razão de ser, o seu sentido” (Rodrigues, 1997, p. 218).

Uma vez que integrados na teia social, a tendência é que os receptores levem para o meio onde vivem as informações (as versões) e assim colaborem para que se prolongue a discursividade (semiose) noticiosa.

Deste modo as mensagens da mídia adquirem o que chamarei de “elaboração discursiva”: elas são elaboradas, comentadas, clarificadas, criticadas e elogiadas pelos receptores que tomam as mensagens recebidas como matéria para alimentar discussão ou o debate entre eles e com os outros (Thompson, 2002, p.100).

Ao falar do que acontece na recepção, Verón, (1997) pensa que se trata da produção de outro texto pela sociedade, a partir daquilo que é percebido. Por isso, fala da necessidade de análise específica das condições de produção e de reconhecimento, que envolvem gramáticas próprias e, portanto, ele entende que se trata de duas leituras. Importante salientar que uma e outra convivem numa relação direta de dependência, de tal forma que todo reconhecimento engendra uma produção e toda produção resulta de um sistema de reconhecimento.

Si, por ejemplo, tal tipo de “mensaje” de los medios masivos tiene efectivamente un poder sobre los “receptores”, ese poder sólo puede interesarnos en la forma del sentido producido: comportamientos, palabras, gestos que definen, a sua vez, las relaciones

sociales determinadas por los mencionados “receptores” y que se entrelazan, así, en la red infinita de la semiosis social (Verón, 1997, p.27).

Ao falar de *semiose*, Verón se refere a um sistema de realimentação contínua e que gera múltiplos sentidos, já que são inúmeras as possibilidades de leitores e de leituras possíveis no decorrer do tempo e nas condições específicas (condicionantes ideológicos) em que acontecem. Ou seja, a sociedade é atravessada pelos inúmeros discursos, entre os quais o midiático.

Como introduzimos a palavra **texto** e já estávamos falando em **discurso**, é interessante diferenciá-las, já que não se trata da mesma coisa. Texto se refere à linguagem que circula na sociedade para expressar algo. Constitui-se das palavras, que são elementos básicos da relação de um indivíduo com o outro, ou como diz Bakhtin (1986, p.113): “A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apóia sobre mim numa extremidade, na outra apóia sobre meu interlocutor”. A partir dessa noção a lingüística textual conceitua texto como:

....uma manifestação verbal constituída de elementos lingüísticos selecionados e ordenados pelos falantes durante a atividade verbal, de modo a permitir aos parceiros, na interação, não apenas a apreensão de conteúdos semânticos, em decorrência da ativação de processos e estratégias de ordem cognitiva, como também a interação (ou atuação) de acordo com as práticas socioculturais (Koch, 1997, p.22).

O discurso é, assim, uma forma de abordagem do texto. Para definir alguma coisa o indivíduo pode fazê-lo de diferentes formas. Ou seja, pode recorrer a inúmeras possibilidades textuais para descrever algo. Os discursos se engendram exatamente neste contexto de opções, de possibilidades, pelos diferentes operadores e suas respectivas noções, constituindo aí, as diferentes formas de abordagem. Para Bakhtin, o discurso vive desse atravessamento,

cuja formulação dialógica aponta para outros discursos e para o outro na interlocução:

“...instaura-se numa perspectiva plurivalente de sentidos, bem como a própria palavra que, pelo fato de ser atravessada por sentidos constituídos historicamente, não é monológica, não é neutra, mas atravessada pelos discursos nos quais viveu sua existência socialmente sustentada (Bakhtin, citado por Mussalin, 2003, p.127).

Voltemos ao contexto da produção de notícias para pensar, então, que essa atividade também refere o contexto do próprio indivíduo, jornalista, enquanto alguém que tem o seu olhar personalista (racional, emocional, ideológico, etc), mas também o olhar do profissional (intelectual, em busca da verdade), atraído para alguma coisa.

A atividade de produção jornalística é, então, algo situado técnica, cultural e historicamente, pois acontece num quadro existencial dos indivíduos, com seus modos de perceber e no enquadramento do clima organizacional de uma determinada instituição. Esse contexto também se mostra e traduz a forma de explicitar, de apresentar.

Ao resultar a apresentação textual jornalística de operações onde estes aspectos atuam, podemos dizer que o jornalismo compõe discursos que dão conta de aspectos do real e que serão representações mais ou menos fidedignas dos acontecimentos, em função da sua capacidade de aproximação com o que de fato aconteceu. Neste sentido, o fazer jornalístico se trata idealmente ou segundo a deontologia desta profissão, de uma busca constante pela verdade, que teima em se mostrar distante.

Além disso, existem outras variáveis, ditadas pelas operações do mercado editorial, empresarial, onde as notícias são veiculadas, e que influem na forma de apresentação e que podem determinar até sua inviabilização. Ao analisar o comportamento dos

jornais na cobertura dos fatos da Capital Federal, Brasília, Zélia Adghirni constata que:

No expirar do *deadline* dos grandes jornais e das maiores agências de notícias, apesar do rigoroso planejamento das editoriais, grande parte das informações vai para o lixo por falta de espaço. Ou porque entram anúncios (este é outro assunto) ou porque na hierarquia dos fatos noticiáveis algumas notícias são prioritárias em função das políticas editoriais dos jornais ou do próprio ritmo dos acontecimentos impõem (...) A hora é mais importante que a notícia. (Adghirni, 1997, p. 464).

A preocupação com as injunções que demarcam o conteúdo noticioso é importante porque a cobertura midiática e a opinião pública estão fortemente relacionadas, conforme aponta a teoria do agendamento, ou da agenda-setting, como é mais conhecida (Traquina, 2001, p.26).

A elaboração do conceito de agendamento tomou forma a partir da apresentação das conclusões de um estudo sobre a influência da mídia nas eleições norte-americanas de 1968, por McCombs e Shaw (1972). A idéia básica é que há um processo de influência, que inicialmente levou a acreditar que a mídia definia *como pensar*. Essa noção avança para dizer que a mídia tem uma capacidade espantosa para dizer aos seus leitores sobre *o que pensar*. “O mundo parece diferente a pessoas diferentes, dependendo do mapa que lhes é desenhado pelos redactores, editores e directores do jornal que lêem” (Cohen, 1963, citado por Traquina, p.33, 2001).

A influência da mídia na vida cotidiana parece inegável. Afinal, está compondo o ambiente, do qual já falamos. Essa relação entre mídia e sociedade, entretanto, não é unidirecional, pois, também como já apontamos, a agenda pública é onde se abastece a agenda jornalística. Mais do que isso, já que as próprias conver-

sações na vida cotidiana são resultantes de um processo contínuo de negociações.

Tales procedimientos conversacionales son negociables y negociados (...) En otros términos, si ha quedado la impresión de una serie de mecanismos conversacionales rígidos, aplicados automáticamente, que vinculan a los locutores a la pasividad total de ejecución, no es así. Se trata por el contrario de métodos y procedimientos que los sujetos coordinan y aplican cooperativamente (aun cuando de modo inconsciente): en este sentido se puede hablar de ‘trabajo de la (en la) conversación’ (Wolf, 1982, p. 215).

Ou seja, há uma competência conversacional que as pessoas adquirem com o tempo. A agenda pública influencia, reciprocamente, a agenda do jornalismo. Além disso, é preciso superar a idéia de sociedade como uma homogeneidade silenciosa de comportamentos, o que levaria à idéia de recepção paciente, de homogeneização, dominação ou de manipulação da cultura de massa, conforme inicialmente pensavam Horkheimer e Adorno (1947). Acreditamos que o termo mais correto seja mesmo *influência*. As pesquisas mostram que as pessoas reagem de forma diferente de tal forma que o impacto da função de agendamento “não é igual para todas as pessoas e depende da necessidade de orientação” (Traquina, 2001, p.37).

Significa que existem pessoas que, uma vez demandantes, acolherão mais avidamente as informações veiculadas pela mídia para a tomada de decisão. Isso se deve à necessidade que essas pessoas têm de orientação que, no caso, pode ser subsidiada pelas informações transmitidas pelos meios. Mas igualmente existem outros graus de orientação de tal forma que o acolhimento pode ser pouco, muito pouco ou até quase irrelevante. Ou seja a influência do agendamento está condicionada a determinadas situações, o que se observa pelo modo mesmo do seu aparecimento.

...é de notar que, apesar da agenda-*setting* ser uma hipótese sobre a influência cumulativa e sobre os efeitos a longo prazo, na realidade, a pesquisa limitou-se, muitas vezes, a um contexto comunicativo específico, o da ‘campanha’, traindo assim, em certo sentido, as premissas iniciais. Há, naturalmente, boas razões metodológicas que justificam este dado de facto mas, de qualquer modo (...) a situação comunicativa da ‘campanha eleitoral’ é, por muitos aspectos, incongruente relativamente à pesquisa de efeitos cognitivos sedimentados (Wolf, 2002, p.172-173).

Entretanto, mesmo com a complexidade e particularidade que envolve, o conceito de agendamento se projetou sobre outras atividades da comunicação, em área bem distantes do seu significado inicial a tal ponto que no “percurso, a trajetória do conceito entrecruzou-se com o campo bem fértil e extenso da sociologia do jornalismo” (Traquina, 2001, p. 43).

Envolve, ainda, a reflexão sobre a qualidade da mediação, quando se trata do contexto da mídia. Martin-Barbero (1998) já nos mostrou um mapa, alertando para a necessidade de evitar o que chama de pensamento único, que faz a apologia da tecnologia como a grande mediadora entre as pessoas e o mundo, já que, segundo ele, o que a tecnologia medeia, de modo mais intenso e acelerado, é a transformação da sociedade em mercado e deste em principal agenciador da mundialização (em seus muitos e contrapostos sentidos). Significa que não podemos esquecer a força das históricas mediações socioculturais, que permitem pensar em novos sentidos e novos usos sociais dos meios.

O que implica, da parte dos meios, uma certa capacidade de impor regras aos jogos entre significação e situação. Porém, uma coisa é a significação da mensagem e outra, aquilo a que alude a pragmática quando faz a pergunta pelo sentido que tem para

o receptor a ação de ouvir rádio ou de ver televisão
(Martin-Barbero, p.19, 1998).

Esta capacidade de superação do organismo social, de resistência social a que se refere Martin-Barbero é importante, porque remete para a contínua formação de novas configurações de público, capacitados por formas criativas de convivência, marcados pela autonomia e pela insubmissão. O que não quer dizer que os meios se importem com isso ou que deixem de cumprir suas funções a partir das lógicas que os regulam, especialmente as de mercado.

Como vimos, o jornalismo opera com observações e interpretações da realidade e neste sentido é um amplo e fértil campo para os estudos diversos, mas especialmente afeta a áreas que tratam da linguagem e dos fenômenos sociais.

1.3.1 Significação e transgênicos

Como são muitos os interesses envolvidos na temática que envolve os transgênicos, é importante definir exatamente os termos da conversação⁹. Uma das condições é que os interlocutores saibam do que estão tratando, regulando o entendimento sobre certos conceitos, para que ocorra a compreensão. O pragmatismo, aliás, sustenta que quando os contendores não se entendem “eles ou atribuem sentidos diferentes às mesmas palavras, ou então um dos lados (ou ambos) usa de uma palavra sem nenhum sentido definido” (CP 1.303, 41 e segs). Quando Peirce propõe a divisão triádica do signo em sua relação com o objeto dinâmico, fala em determinação (mecanismo lógico que faz a conexão interpretante)

⁹ O termo conversação se refere aqui às potencialidades cognitivas das pessoas em suas relações de interação, “como prática social mais comum no ser humano” (Marcuschi, 1986, p. 5) e neste sentido se distingue das abordagens discursivas e textuais. Na conversação “o sentido advém dos enunciados a partir de protocolos negociados pelos próprios interlocutores, de regularidades mais ou menos rígidas, da gestão do espaço constituído pela relação interlocutiva” (Rodrigues, 2001, p. 184).

ênfatizando que há uma co-referencialidade entre objeto e signo que, se for perdida, então não se está tratando da mesma coisa.

Quando se trata de um conceito “transgênicos”, teremos que refletir sobre o fundamento dessa relação (no caso inicial, uma invenção biotecnológica, que se amplia para atividades industriais, econômicas, comerciais, etc). Neste sentido, o fundamento de sua relação simbólica com o objeto se refere ao fato de que ele é “imputado” (regular ou convencionalmente) como sendo um signo simbólico daquele objeto, o que quer dizer que ele será habitualmente interpretado como um signo daquele objeto. Ou como afirma Peirce, “a referência a um fundamento pode ser tal que ela não pode prescindir da referência a um interpretante. Neste caso, ela pode ser chamada de qualidade imputada” (CP 1.558).

Isso quer dizer que “é um signo que se constitui como tal simples ou principalmente pelo fato de ser assim usado e compreendido, quer seja o hábito natural ou convencional, e sem levar em conta os motivos que originalmente orientaram a seleção” (CP 2.307). Ou podemos ver essa equação de forma genérica, pois “se refere ao Objeto que denota em virtude de uma lei, normalmente uma associação de idéias gerais que opera no sentido de fazer com que o Símbolo seja interpretado como se referindo àquele objeto” (CP 2.249).

Por isso é que no caso do símbolo não há uma relação de similaridade, como no caso do ícone, ou uma conexão efetiva ou existencial, como no caso do índice. Ainda que o normal é que tais relações sejam pressupostas pelos símbolos, mesmo se o fundamental numa análise seja a interpretação regular e previsível. A conexão, no caso do símbolo, se dá pela “força” (o poder de fazer acontecer alguma coisa) da idéia da mente-que-usa-o-símbolo, sem a qual essa conexão não existiria” (CP 2.299). Justamente em função dessa relação que podemos considerar no sentido amplo “mental”, é que a capacidade do símbolo efetivamente representar está relacionada ao seu poder de gerar um interpretante de natureza geral, ou seja, outro signo, na infinita cadeia semiótica (Santaella, 1995, p.35).

O termo *representar* é importante, ainda que o objeto seja algo diferente do signo. A ação do signo, ou autogeração se efetiva porque ele determina o interpretante que, uma vez criado pelo signo, está mediadamente determinado pelo mesmo objeto que determina o signo. Por isso que o interpretante é determinado pelo objeto na mesma medida (embora que seja de modo indireto) em que o é pelo signo.

Essa relação triádica, vicária, é importante para situar a questão dos transgênicos. O caráter vicário do signo, como algo que representa, que está no lugar desse outro “como se fosse esse outro” (CP 2.273), permite compreender que não é todo aquele objeto que está ali representado. E não podemos esquecer que sempre existe um propósito, que conduz toda interpretação e sem ele não haveria sentido captado. Tal propósito está relacionado com a própria experiência e é utilizado tanto para conhecer a dimensão qualitativa; ou para saber qual é a relação factual, de existência; ou mesmo para agir segundo uma regra geral de significação.

Não é todo o objeto que está presente também porque, na relação sógnica, o representamen só considera algum aspecto do objeto (dinâmico), o qual determina um interpretante que, naturalmente, só atinge e revela essa porção do real. Ou seja, o signo está vinculado ao objeto não em função de todos os aspectos do objeto dinâmico, porque aí seria o próprio objeto, mas pela forma que se deixou perceber ou pelo ângulo captado e representado (objeto imediato), que se desenvolve num interpretante (o qual é um signo mais desenvolvido), de acordo com a finalidade ou o propósito, consciente ou não, de quem usa os signos. Um processo que se desenvolve na temporalidade, pela sucessão de interpretações, em busca de algo de difícil (progressivo e falível) acesso que é a realidade. Então, somente pela mediação dos signos temos acesso à realidade, sendo ela própria a fonte que impulsiona a produção de signos.

Ora, essas articulações são condicionantes para algo que está relacionado ao significado da palavra transgênicos. Pode-se depreender que, enquanto signo *transgênicos* recebe interpretações

variadas, distintas e até opostas. Isso pode ser dito porque, como vimos, a significação depende da tensão entre o objeto dinâmico e o objeto imediato. Este último, sobretudo, determinando, na relação entre objeto dinâmico e *representamen*, infinitos aspectos no processo interpretativo. Logicamente são inumeráveis as significações e por isso se amplia constantemente.

Trata-se, afinal, da informação, produto lógico que se acrescenta (por denotação e conotação) a todo tempo, em função da geração de interpretantes ou significações múltiplas. Assim cresce a semiose sobre os transgênicos, como o que acontece com qualquer outro signo, mas é decisivo não esquecer a referência ao fato que desencadeia toda a questão. Por isso, será preciso saber, sempre, de que “transgênicos” se está falando.

Na disputa pelo sentido de um signo como este marcado pela tensão de vários interesses ao se falar sobre o assunto, a palavra transgênicos terá por referência a medida de suas possibilidades de representação. Neste sentido, pode ser apresentada como aquela:

- expressa na Lei de Biossegurança;
- resultante da atividade científica básica com OGMs;
- referente aos negócios da empresa Monsanto, com soja;
- da tecnologia para o milho;
- da produção de insulina;
- de entidades ambientalistas como o Greenpeace;
- da associação de direitos do consumidor;
- da pesquisa brasileira... européia, norte-americana, etc.

Enfim, essa consideração sobre o que se fala quando se pronuncia a palavra transgênicos é decisiva para se saber, a partir do ângulo de abordagem, a consideração e avaliação que este objeto

do discurso passará a ter. Essa busca pela compreensão que tanto preocupa e que não é nova na humanidade.

As reflexões que Peirce realiza ao final do século XIX em muito referem o pensamento de Aristóteles (384-322 a.C.). Para Aristóteles, o conhecimento a respeito das coisas é justamente esse processo dinâmico de abstração pelo qual o intelecto produz conceitos universais. Porém, ao contrário do que pensava o seu mestre, Platão, tais conceitos (idéias sobre as coisas do mundo) não existem separadamente das coisas. Assim que os sentidos que captam as coisas individuais são o ponto de partida, uma vez que a percepção dessas coisas produz, no intelecto, imagens correspondentes (Abrão e Coscodai, 2002, p.56).

Logicamente tais imagens por um lado levam à compreensão do mundo pelos diferentes observadores, mas não necessariamente os intelectos percebem (ou desejam perceber) as mesmas formas ou aspectos, condicionados que estão por diferentes fatores (como pensava originalmente Platão). Então outro conceito aristotélico, o de verossimilhança, descrito no livro primeiro da *Arte Retórica*, é importante para esta reflexão. Pelo princípio da verossimilhança, há a probabilidade de sobre-determinação de alguns sentidos sobre outros e assim o que é meramente possível, que é infinito, se converte no provável ou plausível no plano discursivo.

Por isso, ao mesmo tempo em que existem tão diversas quanto possíveis interpretações sobre os transgênicos (interpretantes dinâmicos e imediatos), há sempre o potencial de compreensão sobre o que está sendo tratado. Não fosse assim, haveria um contínuo impedimento de entendimento do que está sendo dito pelos interlocutores. Não é o caso, embora, tanto no contato interpessoal da conversação ou mesmo na discursividade pública das mídias, interponham-se continuamente tais fatores.

Ou seja, os discursos são investidos de orientação, dos valores, do institucional. Aristóteles mostra em *A Retórica e A Poética* que o discurso comporta duas partes, que são indicar o assunto de que se trata e em seguida demonstrá-lo. Ele se referia ao discurso dos

oradores políticos e jurídicos da época. Por isso o “exórdio”, o começo do discurso, era tido como fundamental, porque permitia a que todos soubessem do que seria tratado.

A sociabilidade contemporânea instituída das especialidades técnicas e profissionais tem mostrado que os discursos integram a esfera do cotidiano com muita naturalidade, já que “a experiência do mundo das relações intersubjetivas é constituído pelo quadro das posições relativas dos indivíduos, definidas pelas instituições sociais” (Rodrigues, 1996).

Naturalmente estamos pensando, ao referirmos o que acontece na discursividade pública, sobre aquilo que é manifesto, que aparece na cotidianidade. Por isso é interessante voltar e pensar sobre o contexto de onde se originam. Os contextos e os condicionamentos, já mencionados, dos diferentes segmentos sociais, são elementos determinantes para a expressão dos conceitos. E se pode dizer que os conceitos expressam tais aspectos (sociais, políticos, econômicos, culturais...) ao integrarem a esfera pública. Eles contêm noções que os sustentam, afinal, emanam do contexto social e político e se fundem a partir da tensão, do entrechoque das idéias e assim chegam à mídia.

No caso dos transgênicos, a expressão dos conceitos refere ostensivamente pelo menos dois lados opositivos, que mostram a dualidade de fortes correntes contra e a favor. Elas se sustentam nos princípios dos seus respectivos campos e, naturalmente, expressam as suas formas de perceber e interpretar o mundo, seus hábitos, suas posições, suas políticas.

Então, ao dizer que existem muitos transgênicos, será preciso pensar que isso decorre, macroanaliticamente, dos múltiplos campos (sociais, políticos, culturais...) de onde emergem, suscitados pelo interesse na discussão. Mas, decorre também da destinação interpretativa dos signos que proliferam especialmente quando ocorre tensão no caminho da significação, colocando em disputa os sentidos sobre o objeto da atenção. Como vimos isso acontece no caminho lógico da interpretação, pelo desempenho do pensamento, que por um lado só podem se efetivar em eventos reais de

interpretação (interpretante dinâmico), mas estão condicionados pelos interpretantes possíveis (interpretante imediato). As possibilidades, portanto, são inumeráveis, encarnadas de valores próprios, como, neste caso:

- maior produtividade das lavouras,
- maior lucro para a empresas detentoras de patentes biotecnológicas
- comercial do país
- diminuição de aplicações químicas na natureza
- forma de aplacar a fome no mundo
- ameaça à saúde e ao meio ambiente
- tecnologias excludentes, etc.

Ou seja, são essas (e outras) as noções instituídas a partir desses valores, que são os componentes colaterais, que ao remeter para um determinado sentido, permitem que avance o processo de interpretação, uma vez que tende a levar à reflexão e compreensão.

Pode-se dizer, então, que os conceitos expressam os aspectos da conjuntura onde são gerados, que buscam se afirmar a partir de dados consolidados, especialmente pela ciência, pela *episteme*. São essas instâncias que se confrontam ao se apresentarem publicamente.

Retomando a questão central desse capítulo, podemos dizer também que os conceitos sob disputa de sentido na esfera pública midiática, como é o caso dos transgênicos, permitem muitas interpretações, o que vem a se constituir em muitos interpretantes dinâmicos, os quais pela sua natureza sígnica, claro, fornecem de novo material para o ciclo da semiose recomeçar, e produzir novos, diferentes, mais complexos interpretantes dinâmicos, tal

a lógica do processo semiótico. Embora não se perca a referencialidade com o objeto original (transgênico biotecnológico, resultante da engenharia genética), em função da indivisibilidade sígnica, quando a palavra transgênicos é proferida, remete para aspectos diferentes, cada um deles com base num objeto imediato distinto e, portanto, gerando diversos interpretantes dinâmicos, porque referem aspectos específicos da situação, da referência na qual acontecem. A questão que se apresenta para reflexão a partir de agora é como perceber os diferentes entendimentos sobre os transgênicos, qual o papel da mídia nessa particularidade e como é possível se chegar a uma compreensão aprofundada do processo.

Capítulo 2

Divulgação da Ciência e os Transgênicos

2.1 A ciência na esfera pública

Uma das operações semióticas mais importantes é a substituição, ou seja, a troca de um signo por outro signo, geralmente com a função de tornar mais claro ou mais direto, mais próximo, aquilo que está sendo transmitido a respeito do objeto.

Naturalmente, a substituição como operação sempre foi empregada não só na matemática e na lógica, mas também na retórica, visto que substituições são indispensáveis tanto nas demonstrações, que não se realizam sem convenções, isto é, transformações que estão ligadas a trocas, inserções, abreviaturas, em suma, a substituições, como para o convencimento ou a persuasão lingüística (Walther-Bense, 2000, p.60).

Quando a ciência, por interface, passa a estar na esfera midiática, é apresentada com os códigos lingüísticos e visuais próprios desta outra esfera, única forma de chegar nesse campo e ser publicizada. Ou seja, cumprindo as suas regras, adotando os signos próprios, num processo de substituição.

Tal processo se intensificou porque na atualidade, em praticamente todas as áreas do conhecimento, há registros de desenvolvimento acelerado de informações oriundas da atividade científica e tecnológica. A partir do início do século XX constitui-se uma bem caracterizada corrida pelo domínio do conhecimento, acompanhada de igual proliferação dos signos emanados da atividade científica.

Alguns fatores passaram a ser decisivos para o quadro atual onde se inserem forças econômicas, políticas e culturais que, especialmente no Ocidente, são demarcados por elementos como:

- Desenvolvimento acelerado de tecnologias avançadas para utilização bélica, em função das duas grande guerras,
- Competição bilateral das duas grandes potencias, após a Segunda Grande Guerra, especialmente pelo domínio do espaço (corrida espacial),
- Aumento de demanda mundial de alimentos, bens e serviços, após as crises provocadas pelas guerras,
- Fortalecimento de grande conglomerados econômicos, com capital aberto, marcado pelo desejo de competir e atingir novos mercados,
- Ampla acolhida política dos Estados-Nação em projetos de liberalização e abertura de novas oportunidades de empreendimento,
- Afastamento dos Estados em atividades como energia, transportes, comunicação, ensino e pesquisa,
- Financiamento integral na formação e manutenção de grupos de pesquisa direcionados para o desenvolvimento tecnológico em áreas estratégicas para os negócios, como inteligência artificial, biotecnologia, fármacos, medicina e comunicação,

- Ampla competição de mercado pelo domínio de tecnologias avançadas, cujas patentes passam a valer milhões de dólares,
- Aumento considerável no número de meios e veículos de comunicação no mundo, facilitando o acesso da sociedade à massa de informações mundiais.

Como resultado desse processo, é natural que tenham acontecido mudanças no comportamento social, especialmente pela proliferação ímpar de informações a respeito do desenvolvimento científico e tecnológico, o que se dissemina através dos diferentes aparatos de comunicação disponíveis na sociedade.

Um caso exemplar é o da corrida na área de eletrônica (micro-eletrônica, nano-eletrônica) que possibilitou a geração cada vez mais avançada de processos computacionais adaptáveis que se expandem para todas as atividades humanas. Passou a ser impensável retirar os computadores tanto na geração quanto na aplicação dos conhecimentos. Áreas diversas e usos diferenciados como na engenharia, astronomia, medicina, física, biologia, agronomia, enfim, o módulo computacional já faz parte dos sistemas de investigação, mapeamento e aplicação das informações geradas pelas diferentes áreas. No plano da aplicação, os sistemas informáticos e digitais invadem o cotidiano de relacionamento elementar das pessoas, ao entrar nos sistemas operativos governamentais e na comunicação interpessoal. A Interação direta é substituída largamente, estabelecendo novas formas de relação entre instituições e usuários, como no caso dos bancos.

Toda essa carga de informação vai migrando naturalmente para sociedade, pois é esse o seu destino e vai se incorporando ao cotidiano. A tradução de significados e a substituição sígnica parecem ser cada vez mais necessárias, pois são outras e novas as formas de mediação. O signo salário, por exemplo, é indicializado e iconizado pelo cartão magnético. É com ele que os aposentados brasileiros passaram a se relacionar com os bancos nos últimos anos e não mais com a face de um homem ou de uma mulher no caixa.

São novos signos, que passam a fazer parte das novas maneiras de estar no mundo, ao tempo que tal fato concorre para que se questione ou se faça reflexões sobre os tipos e a relevância dos impactos que a velocidade do desenvolvimento científico e tecnológico agrega no meio ambiente (aqui considerado genericamente, envolvendo as interações com a natureza e com o homem), ao redefinir rotinas cotidianas e interagir com esse meio. São aspectos importantes para que se compreenda a forma de relacionamento, especialmente quando afetam, alteram, modificam a interação. Parece inegável, portanto, analisar a importância do impacto das tecnologias, especialmente quando tal fator passa a ser determinante no processo de compreensão das coisas da vida cotidiana.

Entretanto, mais uma vez é preciso distinguir a preocupação com as instâncias interativas do processo de relacionamento social. Ou seja, pela capacidade comunicativa. Neste sentido, difere bastante das preocupações apenas com a informação, onde os interlocutores se configuram como entidades que respondem a perguntas, dão ordens, fazem descrições, expressam dúvidas etc.

...el proceso de comunicación es substancialmente transparente y lineal aunque pueda haber incidentes, interferencias, malas interpretaciones; es en definitiva el traspaso, más o menos afortunado, de paquetes de informaciones de un extremo al outro. En realidad funcionamos bastante poco como una 'caja negra': los actos comunicativos están constantemente ligados a movimientos de interacción que pueden desmentir, desacreditar, atenuar, aquellos que comunicamos; los mensajes se ponen entre comillas, es decir, colocados dentro de una secuencia en la que el principio y el fin están marcados, y como se sabe, las comillas pueden marcar de forma muy distinta lo que contienen (no solo son indicadoras de una cita) (Wolf, 1982, p 54-55).

Estamos tratando, portanto, dos comportamentos individuais diante dos fatos. Para isso são necessárias uma competência de linguagem e especialmente a análise dos seus contextos de uso na interação social. Em relação à ciência e à tecnologia, os discursos tendem a representar as variantes de posicionamentos individuais, que podem ser agregadas em algumas categorias.

Após realizar um mapeamento dos vários discursos sobre a experiência contemporânea com as tecnologias, Bruno (1999, p. 86-87), mostra que a sensação comum é de que há uma “transmutação radical do nosso ser” ou uma “experiência de indeterminação”. Diante desses conflitos, são três as atitudes anotadas, a partir das tendências expressas pelos autores que tratam do assunto.

A primeira, mais pessimista, procura resistir às promessas da tecnologia, “reivindicando não mais a consciência ou a verdade, como os modernos, mas o mínimo-homem que a técnica nos roubaria” (Bruno, 1999, p.87). Comungariam dessa corrente pensadores como Freud, Marx, Adorno e Horkheimer. A segunda, mais otimista, considera a transformação sob o ponto de vista de uma capacitação e de um progresso da humanidade. Estariam enquadrados aqui autores como Michel Serres, Bruno Latour, Donna Haraway e Piérre Levy. Prevalece, portanto, o embate entre duas forças oponentes a respeito do impacto das tecnologias na modernidade. Ou como instrumento de alienação, ou como forma de emancipação.

Porém, Bruno (1999) diz que há uma outra possibilidade para a análise, ao qual se alia. Ela busca repensar o que pode ser o homem a partir das transformações que ocorrem. “...quando a técnica não mais representa o domínio do homem sobre a natureza, mas a modificação do que então concebemos como a própria natureza humana, a interrogação sobre o ser e o devir retorna cotidianamente” (Bruno, 1999, p.87).

O que se observa, neste sentido, é que existem diferentes forças, que Bourdieu (2001) chama de capitais simbólicos (econômico, cultural, social, científico, etc) que se enfrentam. Por exem-

plo, em função do quadro político e econômico, ao social tem restado operar reativamente aos avanços ou novidades tecnológicas que todo dia adentram no cotidiano. Ainda que lhes diga respeito, a sociedade parece paciente e muitas vezes, então numa distorção evidente, tem funcionado como campo vivo de prova das inovações. Isso é mais presente na área de fármacos e de medicina, mas não menos importante nas áreas bélica, espacial, agrônômica, química, etc.

De tal forma essa corrida é regulada pela competição e pelo domínio privado das informações, pressionado constantemente pelos anseios do lucro econômico, que se pode apontar para um flagrante afastamento entre as informações sobre o uso das tecnologias e seus efeitos práticos. Ou seja, sobre o próprio ambiente onde tais resultados ou aparatos funcionarão extensivamente.

Os lucros financeiros obtidos a partir do patenteamento induzem a uma forma de poder, na medida em que conhecimento é poder. Aqueles que detêm o conhecimento das seqüências genéticas do genoma humano, por exemplo, dispõem em princípio do monopólio sobre essa informação e sobre os potenciais lucros financeiros dele decorrentes (...) Originalmente, as leis de propriedade intelectual têm a intenção de recompensar determinados inventos e estimular a competição, forçando outros a explorar novas rotas de pesquisa enquanto protege da competição o objeto patentado. No entanto, a diluição da integridade do sistema de patentes, mediante o controle da concorrência e a proteção excessivamente abrangente, não apenas limita as regras de livre mercado, mas também degrada os propósitos originais da propriedade intelectual e a credibilidade do sistema patenteário. (Scholze, 2002, p. 278-279)

O controle, a segregação das informações a respeito das tecnologias, pode determinar distorções aos direitos individuais, garan-

tidos pelas leis. As informações podem chegar à sociedade de diversas formas, mas sempre passam por filtros (poderes), representados pelos diferentes interesses do sistema econômico-empresarial. Fases importantes de testes, análise de impacto, podem ser negligenciadas, em virtude dos interesses ditados pela concorrência de mercado. Acontece que para entrar no circuito público os sistemas, produtos, tecnologias, precisam passar por fases importantes de testes de campo, de análise de suas vantagens e eventuais desvantagens.

Pelo menos é esse o critério estipulado nas bases constitucionais dos diversos países do mundo. No Brasil, por exemplo, a Constituição Federal de 1988 propõe o princípio da precaução para qualquer tecnologia, exigindo que sejam feitas análises suficientes para aumentar a segurança da sociedade em relação as inovações. O que não exige a participação direta de cada cidadão na observância daquilo que lhes é colocado à disposição. Para isso, conta-se com os direitos de consumidor, estipulado no Código de Defesa do Consumidor.

Apresenta-se, entretanto, uma questão que vem a ser elementar para o exercício efetivamente comunicativo e não uma representação falsa desse processo complexo. Trata-se da simplificação e omissão de dados. Isto se dá quando informes específicos e importantes sobre determinadas invenções ou tecnologias são descontinuados ou desconsiderados. Nestes casos, o direito à informação, estipulado pela Constituição, esbarra na necessidade de sigilo, no resguardo estratégico de dados nas empresas, a fim de cumprirem com os seus objetivos negociais.

Resulta desse impasse um grande controle de determinadas informações sobre o desenvolvimento científico e tecnológico em nossos dias, problema esse que se amplia para a sociedade quando se sabe que mesmo os dados dessa atividade, apresentados pelos diferentes meios, não oferecem um domínio fácil para a maioria das pessoas, geralmente leigas. Ou seja, as informações básicas sobre os procedimentos científicos e tecnológicos são, geralmente, de domínio restrito, até mesmo em função do uso de

códigos específicos a cada área do conhecimento. Por isso, ao ser preparada para divulgação, a informação necessita de adequação nesta operação de substituição sógnica, o que também envolve uma redução, a fim de se adequar aos requisitos da vulgarização.

Além disso, há o movimento realizado pela própria mídia, com seus interesses, sua forma de eleição e agendamento para as temáticas, o que também acontece quando se trata de dados relativos às áreas do desenvolvimento científico e tecnológico.

Ver essa equação social como um mercado, vivendo sob tensão, parece bastante razoável, especialmente no mundo competitivo de hoje, onde os segmentos buscam assegurar suas respectivas estabilidades através de seus posicionamentos.

Este ‘sentido de posicionamento’ lingüístico comanda o grau de coerção que um determinado campo fará pesar sobre a produção de discursos, impondo silêncio ou uma linguagem hipercontrolada, enquanto faculta a outros as liberdades de uma linguagem desenvolvida. Vale dizer, a competência adquirida no contexto pela prática, comporta, de modo inarredável, o domínio prático de um uso da língua e o domínio prático das situações nas quais esse uso da língua é socialmente aceitável (Bourdieu, 1996, p.70).

Observe-se que existe pelo menos duas noções da palavra “contexto” a serem consideradas na análise. Uma primeira está relacionada com a macroestrutura social, aquela a que se refere Bourdieu como uso da língua socialmente aceitável. Ou seja: “O sentido do valor de seus próprios produtos lingüísticos constitui uma dimensão fundamental do sentido do lugar ocupado no espaço social” (Bourdieu, 1996, p.70). É o contexto social, neste caso, a influir diretamente na competência lingüística.

E existe o contexto da experiência sógnica, com os signos icônicos, indiciais e simbólicos, aqueles aos quais se refere Peirce ao falar da experiência colateral. Ou seja, o conhecimento necessário para proporcionar a continuidade da cadeia interpretativa da

semiótica, ou a “intimidade prévia com aquilo que o signo denota” (CP 8.179). O contexto aqui é base para a compreensão.

Temos, então, várias questões aqui levantadas, relativas ao conhecimento científico, que podem ser assim sintetizadas:

- Substituição sêmica da informação científica a fim de adequar-se à linguagem das mídias;
- Aumento da informação científica na esfera pública;
- Impasse entre popularização do conhecimento científico (interesse público) e sigilo empresarial (interesse privado);
- Diferenças entre as operações das fontes e meios de informação e os interesses da sociedade em tais assuntos;
- Domínio restrito da linguagem de informação científica;
- Simplificação e omissão de dados em função da competição;
- Influência do contexto nas formas de expressão lingüísticas.

Com os avanços da ciência e da tecnologia na atualidade e a conseqüente multiplicação de mecanismos que ensejam novas e dinâmicas oportunidades e fontes de disseminação do conhecimento, algo praticamente inevitável acontece. Além da questão que envolve a intra e interdiscursividade da ciência em si e suas relações com o mercado, há uma aproximação cada vez maior entre esse campo e o campo midiático. Vai além, pois ao manipular tecnicamente com a linguagem que institui o discurso científico, a mídia tende a apresentá-lo como definitivo ou definidor dos critérios de verdade a respeito das coisas do mundo, atribuindo um valor de que necessita para instituir os seus discursos.

Parece natural ao campo da mídia forçar essa nova racionalidade a respeito de como as coisas acontecem no mundo, o que se mostra envolvente e em muitos casos confronta-se com a outra racionalidade, objetiva, instituída pela ciência contemporânea. De

tal forma essa relação é simbiótica que talvez já não se possa afirmar com tanta certeza que a noção de ciência coloque um *abismo* entre o terreno sólido e seguro instituído pela racionalidade objetiva e as areias “movediças” da comunicação, como nos afirma Adriano Rodrigues (1994, p. 31).

Como neste campo tudo se estrutura nos discursos, é imprescindível ver a experiência do mundo pelas operações da linguagem. Entretanto, pensamos que se trata do estatuto de outra linguagem ou, pelo menos, uma outra forma (mais ampla) de se referir a ela, ou a elas. Quando falamos de linguagem pensamos em qualquer forma de expressão ou comunicação e de significação, que inclui o verbal e o não-verbal, enfim, todos os sistemas de produção de sentido. Isso implica falar em linguagens (Santaella, 1983, p.12).

Quando se trata da divulgação na ciência, há algo peculiar. Como já dissemos, a divulgação científica parece que faz emergir à consciência a imagem de algo que está pronto, acabado, e assim (como pacote fechado) pode ser divulgado pelas agências de pesquisa e desenvolvimento. Isso em parte é verdade, porque tal operação de vulgarização do conhecimento trata da informação que a ciência deixa mostrar fora da “caixa preta” dos laboratórios e que se condensa em outra “caixa preta”, a do processo ou tecnologia que se apresenta à sociedade como pronta. No interior da primeira “caixa preta” ficam estocadas as incertezas, as lutas internas, os múltiplos fatores concorrentes e, idéias em choque. Assim, ao se falar da comunicabilidade da ciência, temos a tendência de esquecer talvez a parte mais rica do seu processo.

...infelizmente quase ninguém está interessado no processo de construção da ciência. Fogem intimidados da mistura caótica revelada pela ciência em ação e preferem os contornos organizados do método e da racionalidade científica. A defesa da ciência e da razão contra as pseudociências, contra a fraude e a irracionalidade mantém a maioria dessas pessoas ocupadas demais para estudá-la. Como ocorre com milhões

ou bilhões de leigos, o que eles sabem sobre ciência ou tecnologia provém apenas de sua vulgarização. Os fatos e artefatos que esta produz caem sobre suas cabeças como um fado externo tão estranho, desumano e imprevisível quanto o *Fatum* dos antigos romanos (Latour, 2000, p.34).

Parece claro que Latour está provocando para uma reflexão mais profunda aos que, como ele, arriscam-se na tarefa de analisar o percurso da ciência. Neste sentido, busca uma reação dos filósofos da ciência ou aos que, como ele, tentam compreendê-la não apenas teórica, mas empiricamente. A densidade e diversidade de materiais sobre os mais diferentes conhecimentos e percepções, mesmo apenas na área da ciência e da tecnologia, tornaria a empreitada complexa e muito difícil.

No caso específico deste estudo, portanto, a primeira questão seria decidir, afinal, de que lado estudar o fenômeno transgênicos no Rio Grande do Sul. Do lado de fora, dos seus comunicados à sociedade, ou do lado de dentro, nas bancadas laboratoriais, onde se desencadeiam os processos tecnológicos. A empreitada da segunda opção é sem dúvida muito atraente, porque se confunde com os mistérios da descoberta. Nesta tarefa, de fazer uma antropologia da comunidade científica, existem experiências interessantes, como a do próprio Latour.

Optamos pelo outro caminho a fim de analisar a questão transgênicos, o da sua expressividade na esfera pública. Ao estudar o discurso científico via mídia, em princípio, estamos locados fora do palco das descobertas e seus princípios. Embora seja muito difícil traçar uma linha demarcatória segura entre as duas faces deste contexto. A veemência da crítica ao reducionismo feita por Latour nos faz buscar outra proposta, arriscar um outro lugar de leitura, que ao mesmo tempo observa a revelação tecnológica, enquanto discurso, em sua expressividade no contexto midiático, mas busca um retorno às questões que regulam a racionalidade do campo da ciência, buscando a compreensão de suas operações.

Esta é uma possibilidade recente que favorece os procedimentos analíticos justamente quando são disponíveis recursos que permitam a recuperação e o tratamento de informações no amplo campo das mídiatizações. Inclui-se neste contexto também os discursos sobre as operações da ciência, que tem (assim como os demais) a oportunidade de estarem presentes nos meios de comunicação de massa. Estão num campo ou lugar de cruzamentos, de vezes que transbordam das passagens nem sempre reveladas de campos delimitados, como o da ciência.

Significa dizer que as caixas talvez já não sejam tão herméticas como em outros tempos. A velocidade, o dinamismo e o poder de penetração nas mais diferentes instâncias da vida social conferem às mídias um papel diferenciado no plano da divulgação. Ou seja, inevitavelmente a mídia atinge também a ciência e a joga à revelação na esfera pública. Os impactos destes movimentos para a ciência (historicamente recatada e preservada) e para a esfera pública midiática (voraz, veloz e eloqüente), são focos decisivos para se compreender os mecanismos que os regulam.

O importante, na realidade, é que este é o primeiro século sobre o qual podemos lançar nosso longo e completo olhar, de 360 graus, uma vez que temos à disposição, instantaneamente, e de forma simultânea, saberes (cumulativos e interativos) do que acontece em todas as partes do planeta, em tempo real; ao mesmo tempo cientes da existência de todas as suas partes (Bohadana e Dreifuss, 1998, p.85).

Mas não basta ter o olhar ajustado para estas múltiplas interfaces na mídia, se análise discursiva permanecesse fechada no discurso em si. Por isso a opção por Bakhtin, já que:

O discurso vive fora de si mesmo, na sua orientação viva sobre seu objeto: se nos desviamos completamente desta orientação, então, sobrarão em nossos braços seu cadáver nu a partir do qual nada sabemos,

nem de sua posição social, nem de seu destino. Estudar o discurso em si mesmo, ignorar a sua orientação externa é algo tão absurdo como estudar o sofrimento psíquico fora da realidade a que está dirigido e pela qual ele é determinado (Bakhtin, 1993, p.99).

Enfim, quando analisamos a ciência na esfera pública, temos que considerar que a reflexão inicial de Habermas (1984) sobre o espaço público é tão somente uma referência para o que acontece no mundo contemporâneo. A mudança deste espaço é flagrante. Além dos elementos já discutidos em relação à ciência, se podem anotar outros apontados por Bougnoux (1999, p.164-167), que são comuns a qualquer campo, como:

- Pelo mercado e pela publicidade, já que o espaço público caminha ao lado do espaço mercantil, e a circulação da informação acompanha, por toda a parte, a da mercadoria;
- Pela instrumentação e pelas novas ferramentas, busca-se “formar opinião”, fazendo-a falar por um conjunto de pesquisas e por um direcionamento da comunicação política tomado emprestado das técnicas do *marketing* comercial;
- Pela fragmentação dos públicos, com a idéia de que é com direcionamento dos canais e a segmentação que se terá a plenitude democrática da comunicação.

Por isso é que pensar o espaço público não implica mirar um lugar de encontro unitário. Ele hoje é vasto, fragmentado e escapa pelos caminhos do micro (as pequenas pátrias comunitárias) e do macro (o grande mercado mundial) (Bougnoux, 1999, P.166). Tal contexto da esfera pública gera, para o campo da ciência, desafios a mais, que necessitam ser avaliados nas estratégias de divulgação científica.

Mais do que isso, ao se observar os conceitos utilizados na divulgação da ciência como signos, é possível trabalhar na direção

da significação, ou seja, na compreensão daquilo que pode ser interpretado na base da estrutura dos signos, ou o que está sendo interpretado ao se falar de ciência na esfera pública. Essa contribuição ímpar da semiótica peirceana, a qual é utilizada neste estudo justamente para a compreensão ao nível público, coletivo, na lógica do crescimento sígnico. Porém, tal compreensão somente é atingida quando “pelo menos uma parte dos signos empregados encontrar-se tanto no repertório do emissor como no do receptor, isto é, quando o repertório do emissor e o do receptor formarem uma união ou interseção” (Walther-Bense, 2000, p. 83).

No caso da ciência, que é essencialmente demonstrativa, essa interseção entre os agentes do processo comunicativo depende também da forma como os meios representam seus objetos, dentro da lógica própria da tríade icônica, indicial e simbólica.

2.2 Aproximações e afastamentos entre ciência e mídia

Os discursos presentes na mídia, ao refletirem em parte (nem tudo está na mídia) o movimento das idéias, podem permitir que se perceba os sentidos discursivos. Na medida em que operam os seus discursos, os meios passam a compor ou recompor os elementos significativos da cotidianidade, essencialmente discursiva. Constituem-se (os meios), por isso, num lugar essencial para compreender a vida cotidiana, bem como as que envolvem alguns dos principais temas científicos. A passagem da ciência pela mídia, entretanto, ao tempo que mostra muitas aproximações, marcadas pelo interesse público de ambas as atividades, mostram também vários afastamentos, alguns dos quais procuraremos destacar.

Existem diversas razões para que se trabalhe com essa noção de desencaixe entre os campos científico e o midiático, ao se observar as lógicas que presidem as suas operações. As temporalidades e contextos que regulam os mundos da produção discursiva no campo da ciência e da mídia tendem a não ser iguais. A

ciência trabalha com desenvolvimentos de médio e longo prazo. Projetos de uma década são comuns, dependendo da área do conhecimento. Embora as agências de financiamento façam pressão cada vez mais intensa para que os projetos apresentem resultados mais proximamente, a própria lógica da maturação que regula a observação em áreas como a biologia animal e vegetal, por exemplo, impõe uma temporalidade própria, da natureza.

Não se pode dizer o mesmo dos procedimentos midiáticos. A instantaneidade, a ousadia de dizer antes, se possível antecipando-se aos fatos, é da lógica deste campo. Ao analisar o *impeachment* de Fernando Collor, Antonio Fausto Neto (1994) mostra que a mídia já havia decretado o seu afastamento meses antes da votação no Congresso Nacional. Ou seja, a mídia trabalha com um produto de consumo imediato (informação) no jogo concorrencial.

Outra noção conflituosa entre os interesses da ciência e da mídia se refere à ampla visibilidade do processo da área da comunicação, regulado pelo funcionamento do contexto social capitalista de mercadorias, que valoriza o produto-informação em função da capacidade de apresentar características originais para esta troca.

Isso contrasta com a ciência, que em sua operação produtiva precisa de privacidade, sendo esse o valor que garante a originalidade da troca. Em setores avançados da ciência (como a biotecnologia) e de tecnologia de ponta, o segredo é elemento do processo industrial. Não pode ocorrer “vazamento” de informação, pois significa perda do elemento básico para a concorrência.

Mesmo áreas de grande interesse social, como saúde pública (pesquisas sobre AIDS, câncer, vacinas, remédios, engenharia genética, etc) os direitos de propriedade passam a ser essenciais. Tanto que o registro, com a finalidade de domínio de patente e conseqüente exploração econômica através de *royalties*, é fundamental para as empresas (públicas e privadas) no caminho das inovações.

Com a rápida evolução das tecnologias e a velocidade de reprodução industrial, registrada especialmente a partir da segunda metade do século XX, a discussão sobre patenteamento das inven-

ções se acirrou. Nos casos que envolvem tecnologia de ponta, ou tecnologias de alto valor agregado (química fina, micro-eletrônica, biotecnologia, por exemplo), a questão é ainda mais presente.

Para continuar a crescer, o mercado mundial requer mais inovações, o que implica demanda crescente de investimentos para a pesquisa. Por essa razão, conforme já se observou, além do financiamento público, a pesquisa exige o apoio de financiamentos privados. Esses interesses acentuam-se no setor de biotecnologia e da medicina, onde a criação de uma molécula nova, por exemplo, requer, segundo a indústria farmacêutica, cerca de doze anos de atividades de pesquisa e 230 milhões de dólares de investimentos. Tal contexto explica porque a idéia de rentabilidade deixou de ser indiferente à pesquisa e esta se tornou objeto de competição acirrada entre indústrias e países (Scholze, 2002, p.97).

Assim que, no debate que envolve a nova engenharia de produtos (biotecnologia, nanotecnologia, etc) as referências de perspectiva financeiras passam a ser fundantes, já que são as compensações que estimulam as empresas. O sigilo e a proteção dos direitos de propriedade intelectual, para garantir o retorno do investimento e os lucros derivados das aplicações industriais dos novos produtos e processos, são decisivos. O mesmo se dá quando o investimento é de origem pública, pois há a competição entre países e pressão pela hegemonia por parte do investimento privado em ciência.

Mas não se pode dizer que é exatamente isso que acompanha os desejos midiáticos. O ideário da mídia é ter um olho eletrônico contínuo a vigiar a realidade social, numa espécie de visão panóptica de Bentham, revisitado por Foucault (2002, p. 162-187).

O panóptico funciona como uma espécie de laboratório de poder. Graças a seus mecanismos de obser-

vação, ganha em eficácia e em capacidade de penetração no comportamento dos homens; um aumento de saber vem se implantar em todas as frentes do poder, descobrindo objetos que devem ser conhecidos em todas as superfícies onde se exerça (Foucault 2002, p.169).

Em grandes cidades como São Paulo, helicópteros caça-eventos (especialmente tragédias) rondam a cidade durante o dia e as vezes também à noite a fim de oferecer a descrição mais imediata possível. Trata-se ainda do acontecimento bruto, em que não se sabe ainda bem o que aconteceu, mas é um produto de alto valor de consumo, que a TV descobre para entregá-lo, ainda fresco, à população, com a aura da Primeiridade peirceana. Com a aura, porque como se trata da evidência no instante mesmo, ou quase, em que esta se produziu, perante os olhos ávidos da audiência, já se trata de secundidade.

A Primeiridade é a mera possibilidade de ser, uma qualidade absoluta, considerada em si mesma, sem relação a nenhuma outra coisa. Peirce mostra que esse sentimento primeiro se trata do puramente sensorial, qualidade absoluta, só sentida, de modo que é a significação do que é tal como é, sem referência a nada.

Por isso já é da ordem da Secundidade quando as pessoas estão em casa e de repente aparece a imagem na TV, mostrando a cidade captada por um helicóptero. Não se sabe o que vai acontecer. Há tão somente uma tentativa do espectador em ligá-la a algo, que subsiste diante da qualidade sonora e visual, embora nenhum conhecimento do receptor que lhe possibilite estabelecer uma razão a respeito. Naquele momento, em que o fato pode ser qualquer coisa, há apenas uma possibilidade de virar outra coisa. Os fatos necessitam de experiência, experiência colateral a respeito do que ali pode vir a ser dito, para que surja algum efeito de sentido ou interpretante. Naquele momento o processo de comunicação encontra-se dependente de outros contatos ou experiências para existir a compreensão. Ou seja, a Primeiridade consiste

numa pura qualidade, que ainda não está revestida da noção de ação e reação própria do fato.

Mesmo num momento maior de consciência, fora da Primeiridade, quando o repórter diga:

- Neste momento sobrevoamos São Paulo e se pode notar uma grande aglomeração que se formou neste bairro na Zona Sul da cidade.

Ainda assim, sabendo que alguma coisa existe, é o aspecto de não se saber exatamente o quê, a promover uma excitação. Julgamos que é esta expectativa que confere tanta atração pelo acontecimento na mídia. Muitas vezes o próprio repórter também não sabe, ele simplesmente corre atrás de algo novíssimo, que pode vir a ser algo. Ele também necessita de informação colateral para que faça algum sentido.

Nessa medida, o primeiro (Primeiridade) é presente e imediato, de modo a não ser segundo para uma representação. Ele é fresco e novo, porque se velho, já é segundo em relação ao estado anterior. Ele é iniciante, original, espontâneo e livre, porque senão seria um segundo em relação a uma causa. Ele precede toda a síntese e toda diferenciação; ele não tem nenhuma unidade nem partes. Ele não pode ser articuladamente pensado; afirme-o e ele já perdeu toda a sua inocência característica, porque afirmações sempre implicam a negação de uma outra coisa. Pare para pensar nele e ele já voou (Santaella, 1983, p.45).

Talvez por isso, pelo frescor, que encerram ao serem mostradas, a imaturidade das notícias sejam tão atrativas. Logicamente outras são as explicações psicológicas sobre esse desejo das pessoas em ver os acontecimentos o mais próximo possível do local onde acontecem. Importa é que as mídias se especializaram não apenas em mediar, mas tornar imediato (imediatizar).

O jornalismo trabalha com a diversidade de tempos sociais, com a diversidade de memórias coletivas,

com algumas memórias autobiográficas ou pessoais, que idealmente devem expressar-se em seu tempo singular de produção informativa. Mas é na reconstrução do presente sempre fugaz que ele dá uma dimensão histórica à memória humana, mão única, mas diversa, contraditória, plural. Nesse aspecto, a forma do jornalismo busca, na multiplicidade de tempos sociais e das memórias individuais e coletivas, a imediatidade (SIC) da produção de fatos, de versões, de eventos (Karam, 2004, p. 33).

Porém, falamos de algo mais apurado do que o imediato, como um dos valores da prática jornalística que reclama que informes velhos não são notícias, pois passam a fazer parte dos relatos históricos. Tampouco pensamos que o imediatismo passe a compor um valor no mercado no jornalismo porque a informação que veicula é tão “idéia feita” que não existe (Bourdieu, 1987, p. 40).

O imediatismo não é apenas um dado da agenda jornalística, mas também da agenda pública e assim se constitui em valor simbólico no mercado da informação. Ou seja, é um valor agregado (da mercadoria notícia), que funciona como um diferencial a ser oferecido ao emissor, especialmente quando todas os veículos passam a recorrer às mesmas fontes de produção de notícias (agências de notícias). E não se pode dizer que as mídias oferecem tal diferencial unilateralmente, sem que nenhum valor tivesse para os receptores.

Ou seja, esse valor vai além de apenas traduzir de forma imediata pois, para alcançar o frescor da Primeiridade, a mídia recorre às angulações. Isso se pode notar pela capacidade em mostrar eventos como jogos, *shows* e outras transmissões jornalísticas de diversos pontos, proporcionando ao espectador uma visão tal dos fatos que jamais teria mesmo estando no próprio ambiente dos acontecimentos. Tudo aqui e agora, muito novo, de tal forma que qualquer coisa pode acontecer, inclusive nada.

Observe-se que, quando o mesmo acontecimento é mostrado de diversos ângulos, em diferentes enquadramentos televisivos ou

fotográficos, para compor a edição de um jornal ou revista, cada uma dessas variações refere igualmente distintos objetos imediatos, já que varia o modo como o mesmo objeto dinâmico (o jogo, o show, etc) aparece (Santaella, 2002, p. 19).

No Rio de Janeiro, a multinacional da informação, CNN, fez um acordo com o Curso de Jornalismo da Universidade Estadual, onde os alunos-câmeras rondam a cidade em busca de “flagrantes” da cidade. As redes de TV dispensam os seus padrões de qualidade técnica da imagem para se render ao factual, captado com marcas de amadorismo por alguém que estava no lugar dos acontecimentos com uma câmera nas mãos. Servem igualmente imagens borradas das câmeras fixas de segurança, pois é fato que se impõe (como valor) além do padrão de qualidade.

Assim como os demais campos, dificilmente o campo científico deixaria de refletir ou se embater de alguma forma com as lógicas do mundo-mídia. Portanto, é improvável que o campo científico seja imune às tensões na modernidade, ao cruzar-se com o campo midiático. Genericamente, o campo científico não funciona isoladamente e tampouco constitui um mundo à parte na sociedade.

Fazer ciência supõe o sujeitamento aos seus métodos e técnicas. Foi a prática de pesquisa que mostrou que fazer ciência é algo sistematizado, agregado. Seus resultados de forma direta (ciência aplicada) ou indireta (ciência básica), tendem a chegar à sociedade de alguma forma.

O interesse público é também um dos pilares da atividade comunicacional. Ainda guardadas as suas peculiaridades, mídia e ciência convivem melhor quando a divulgação das informações originárias da ciência envolve cuidados e critérios próprios da operação espaço-temporal do desenvolvimento científico. Uma informação imprecisa, dados incompletos ou deformados, podem comprometer fortemente o curso da investigação.

Por isso, na apresentação pública não é raro ver-se o campo científico refém da saga midiática, o que tem levado a situações constrangedoras para institutos científicos e também para a pró-

pria mídia. O imediatismo midiático se cruza com a força do crédito atribuído ao discurso científico, enquanto discurso especializado. Ou seja, a mídia recorre ao campo da ciência para instituir ou substanciar valores (como verdade e credibilidade) que lhe são caros, agregando assim capital adicional (na sua apresentação social) para a competitiva economia onde atua.

Para a ciência o resultado às vezes é complicado, pois para aparecer (especialmente quando apresenta resultados comercializáveis) precisa ser levada ao patamar de espetáculo, pelo viés do inusitado ou do fantástico, sendo apresentada com as características naturais de qualquer material noticioso, de forma descontextualizada, rápida, fragmentada. Nesse contexto, o que se evidencia é o que tem apelo midiático, reduzindo-se aos seus mitos e ritos.

Esse mito aparece sob vários aspectos. Dentre eles destaca-se o de encantamento do mundo, no qual a ciência apresenta todas as soluções buscadas pelo homem, que magicamente (seria o lado glamouroso da ciência). Isso é da natureza do mito: sua função é justamente pretender dar uma solução para uma contradição (Siqueira, 1996, p.109).

Quando Denise Siqueira(1996) analisou a presença da ciência no programa *Fantástico* da Rede Globo de Televisão, que tem grande parte da sua pauta ancorada nos resultados inusitados das pesquisas, observou alguns aspectos interessantes da cobertura.

O tom de mistério e medo é largamente utilizado, assim como as matérias que remetem ao místico. Nesses casos, quando a ciência não explica os fenômenos naturais/sobrenaturais, o texto é sensacionalista, às vezes amedrontador. E, por vezes, o discurso do editor – os textos lidos pelos locutores – destoa da reportagem (discurso do repórter), das imagens e dos depoimentos dos especialistas (Siqueira, 1996, p.111).

Ao tempo que as diferentes áreas do conhecimento se especializaram, hoje também se relacionam e interdependem, embora esse acoplamento nem sempre satisfaça plenamente os diferentes segmentos. No caso da ciência e da mídia, têm levado a situações constrangedoras para ambos os campos. No início da década de 80, na época a principal revista semanal brasileira, *Veja*, abriu manchete para a fusão genética entre o tomate e boi. A impulsividade futurista fez com que inadvertidamente a revista entrasse numa brincadeira (falso ensaio) da Revista *Nature*, comemorativa ao dia dos bobos.

Ao analisar o famoso caso Schering, que envolveu a adulteração de pílulas anticoncepcionais em seus laboratórios, em dissertação defendida no PPGCC da Unisinos, Rosane Rosa (2000, p.145) mostra que o jornal é um “campo polêmico, onde falas contraditórias se confrontam, acusam-se ou se complementam e que na construção do discurso da atualidade o jornal é o mestre de cerimônia, deixando falar as várias falas, porém controlando e guardando para si uma apreciação específica do caso”.

Talvez se possa agregar que esse “mestre de cerimônias” não é algo que está lá, estático, esperando que passem os discursos. Fosse assim a mídia não sobreviveria. Porque há toda uma operação de apresentação, de performance midiática, característica dessa forma de mediação. Mas ao estabelecer a sua mediação, os veículos reproduzem certos valores, evidenciam outros, estruturam a informação a partir de determinados pressupostos, elegem as vozes e anunciam as falas, no amplo contexto da discursivização (Duarte, 2000). Realizam, portanto, as suas estratégias discursivas, compondo elementos que funcionam como legitimadores da proposta intencionalmente definida para a mensagem ou “versão” dos fatos.

Ao optar por uma divulgação de cariz cultural, ao privilegiar determinados públicos, ao relatar benefícios de uma descoberta, um divulgador deve ser bem consciente dos valores que está a veicular. A atividade de divulgação não se alimenta apenas de co-

nhecimento científico e de técnicas de comunicação, mas também de indispensáveis perspectivas históricas, sociológicas e culturais (Pereira e outros, 2003, p. 158).

Esse fator cultural é importante, porque os meios se constituem num lugar privilegiado na cena social para a vulgarização do conhecimento e por extensão para os estudos que buscam a compreensão de temas polêmicos, adversativos, como os que envolvem a ciência. Entretanto é também o lugar onde a ciência tem se defrontado com grandes dificuldades em termos de divulgação dos seus resultados, justamente em função das características do campo midiático.

Não sendo a ciência algo que se constrói fora do mundo dos mortais, é rica em vida, comunicação, interação, tramas, disputas, conflitos, trincheiras de lutas políticas, ideológicas. Mas isso pouco aparece na mídia. O jornalismo científico praticado hoje no Brasil e no mundo, longe de aproximar os conteúdos científicos do público leigo, colabora para que o *gap* existente entre um e outro permaneça sem perspectiva de solução. Falta vida, sobra resultado. As características humanas da ciência desaparecem. Em contrapartida exploram-se, com ênfase, os fragmentos que podem produzir sensação, espetáculo, dar idéia de ritual, confirmação de estereótipos (Sousa^a, 2004, p.27).

Por outro lado, é muito difícil, para nós, defender a idéia de uma ciência desinteressada, absolutamente neutra e despretensiosa, como se o pesquisador “ao entrar no laboratório, pudesse se despir da sua condição de sujeito social, dos seus valores, dos seus interesses profissionais, acadêmicos ou financeiros” (Sousa, 2004, p.30). Logicamente os cientistas se vêem envoltos em dúvidas, contradições e convivem constante e criticamente com o

inesperado, com a incerteza, limite este necessário para o encaminhamento de seus estudos. Sobretudo, estão os cientistas imersos num sistema político, social, econômico, cultural etc. Isso em nada desmerece ou desqualifica a busca pela verdade. Ao contrário, serve de estímulo ao pesquisador que se volta para os mais altos interesses do conhecimento, sendo um homem, um ser, deste mundo.

Em parte isso pode igualmente ser dito em relação à prática do jornalismo, já que as noções de neutralidade, objetividade, isenção, passam a ser enquadradas dentro da esfera da deontologia e da ética profissional e não como finalidades em si mesmas. E não se pode esquecer o caráter de mercadoria das notícias. Ou seja, na produção jornalística, escolhas estão sendo feitas em todo momento, segundo critérios mais ou menos adequados aos princípios de quem os faz. Isso porque, fazer notícias envolve também negociações diversas entre os campos que exercem pressão em seu contexto produtivo.

A ciência e a tecnologia, em sua interface com a sociedade e a história (e, portanto, com os grupos políticos e econômicos e, recentemente com os seus poderosos patrocinadores), não são isentas. O talento humano, numa sociedade capitalista, negocia diariamente, com os interesses do capital e, para cientistas e jornalistas científicos, é cada vez mais urgente armar-se para este embate. A divulgação científica séria, comprometida, não pode ignorar esta realidade, sob pena de não se constituir em uma instância verdadeiramente política, como toda prática e todo discurso devem ser (Bueno, 2004, p. 57).

Estão em jogo interesses diversos (econômicos, políticos, ideológicos, sociais, etc) tanto na esfera da mídia, quanto na esfera da ciência. Uma e outra atividade se distinguem porque utilizam instrumentos diferentes ou “diferentes abordagens e formas diferentes de representação. Não é, portanto, acidental que especial-

mente entre ciência e mídia haja competição dura e até mesmo conflitos sobre adequação de imagens” (Sousa, 2004, p.19).

Identificamos, então, alguns fatores que aproximam e outros que afastam mídia e ciência, os quais podem ser comparados segundo as principais variáveis aqui revisitadas no quadro 1: comparativo entre mídia e ciência.

Quadro 1

Compativo entre mídia e ciência

Variável	Mídia	Ciência
Interesse social	Variável	Médio ou Alto*
Interesse econômico	Alto	Médio ou Alto*
Imediatismo (temporalidade)	Alto	Baixo
Objetividade	Variável	Alta
Polêmica	Alta	Baixa*
Precisão	Média ou Baixa	Alta
Sigilo	Baixo	Alto*
Neutralidade	Média ou Baixa	Alta
Performance (espetacularização)	Alta	Baixa
Fragmentação (dos fatos)	Alta	Baixa
Visibilidade	Alta	Média ou Baixa
Contextualização	Baixa	Alta
Credibilidade	Média	Alta
Busca pela verdade	Média	Alta

* Depende do financiamento, público ou privado e do tipo de ciência, básica ou aplicada.

Salientamos que as escalas utilizadas no quadro não constituem valores absolutos e tampouco definitivos. Dada a dificuldade de se constituir valores escalares para fatores relacionados

ao comportamento social, tal escala tem apenas função comparativa. Pode-se substituir as avaliações para: maior, menor e intermediária, com resultados satisfatórios. Entretanto, a escala utilizada parece deixar mais claro aquilo que pretendemos mostrar. Em muitos casos, entretanto, pode ocorrer, dependendo do enfoque, aproximação e afastamentos maiores ou menores, como nas questões da credibilidade e da verdade, por exemplo. Por isso, é preciso relacionar detidamente as atividades sempre que o quadro for lido.

O primeiro e o último item do quadro parecem indicar para o que acontece entre mídia e ciência, seus embates, ditados por algumas contradições de interesses. Ambas têm alto interesse social e por isso necessitam se apresentar à sociedade. Porém, as operações que as presidem são diferentes. A busca pela verdade na mídia é a verdade aqui e agora, extremamente transitória, viva, loquaz, sendo disso do que se abastece para ter todo o dia o frescor (algo entre a primeiridade e a secundidade) dos fatos a narrar. Enquanto que a busca pela verdade na ciência é uma busca histórica, seqüencial e temporalizada, engendrada pela sistemática, pela verificação e validação dos dados no plano geral da sua atividade.

O que determina um campo permanente de negociação entre ciência e mídia, em busca de entendimento, de tal forma que duas atividades que caminham lado a lado nessa busca pelos fenômenos do mundo possam realizar, pelo interesse social, as suas missões com sucesso. Ou seja, dialogar, conversar, ainda são a melhor receita.

A questão que se apresenta para reflexão, a partir de agora se refere ao funcionamento objetivo do caso dos transgênicos no Rio Grande do Sul. Do entendimento desse conceito numa situação, o papel da mídia nessa particularidade e como os elementos de contexto se articulam e agem, enquanto fatores importantes e subsidiários de toda a cadeia semiótica que se desenvolve.

2.3 Os contextos dos transgênicos

Uma vez que interessa ao estudo observar como um tema que se origina no campo científico é apresentado à cena pública, procura-se compreender como se dá essa performance representacional. Sabe-se que os sentidos se manifestam na medida em que a informação transita pelos campos sociais, passando pelas operações próprias e mecanismos de mediação peculiares a cada um desses campos.

Tratamos aqui, portanto, de campos como espaço social de disputas, mas também de contextos, os quais são significantes para a ação interpretativa que se desenvolve nas diversas esferas de opinião sobre o conceito transgênicos. São estas as condições que subsidiam as informações e por isso às condições da percepção de que anteriormente falamos e que são condicionantes ao processo de interpretação dos signos.

Essas formas de expressão sógnicas aparecem especialmente junto às operações realizadas pela própria mídia, que ao se apresentar também torna visível os sentidos produzidos pelos diferentes segmentos sobre a tecnologia que possibilita pela primeira vez na história a produção comercial de organismos geneticamente modificados.

Então, ao se reportar à polêmica inaugural da tecnologia para a produção de soja, lançada comercialmente pela multinacional Monsanto, em 1996, o estudo revisa a ação da mídia, registra as diferenças, manifesta as oposições discursivas ou mesmo os consensos em articulação. Mostra também as faces de um fenômeno com repercussão mundial, cujos movimentos discursivos registram ações específicas a partir de episódios registrados no Rio Grande do Sul. Tudo porque, neste estado brasileiro o embate entre correntes favoráveis e desfavoráveis ao uso da tecnologia foi especialmente marcado pela tensão e permeou os diversos campos sociais, entre os quais se destacam os campos político, ideológico, econômico, jurídico, policial e científico.

Pode-se falar de significados que emanam de uma crônica

cotidiana que, ao reportar aos OGMs, registra atos como lavouras queimadas, manifestantes ecólogo-naturalistas envolvidos em conflitos jurídico-internacionais, agricultores identificados criminalmente e, curiosamente um avanço contínuo na adoção da tecnologia dos transgênicos, que tomou conta dos campos agricultáveis com soja (estima-se que, na safra 2001/2002, mais de 70% das lavouras tenham sido cultivadas com semente modificada) no Rio Grande do Sul.

Tal expressão sígnica se desenrola num país onde o cultivo comercial de organismos modificados geneticamente é proibido por lei específica que orienta sobre manipulação genética, em vigência desde 1995: A Lei de Biossegurança. Considerada avançada em relação à de outros países, a Lei também previu a criação de um órgão deliberativo, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), para analisar as questões referentes a área.

A manipulação biogenética, além disso, envolve tensões históricas na relação entre tecnologia e natureza, remetendo ao próprio estatuto da ciência e suas fronteiras com a ética (no caso a bioética). Pode-se apontar, neste sentido, o caso dos OGMs como talvez o mais curioso, embora notadamente apenas exemplar. Subsiste a questão de fundo, que remete aos limites do avanço científico na área de bioengenharia, através das amplas possibilidades de manipulação que se abrem a partir do conhecimento do funcionamento do DNA, há 50 anos atrás (clones, uso de células-tronco, manipulação gênica) e suas implicações éticas.

Não deixa de ser peculiar que a inteligência (no sentido da capacidade humana de resolver problemas) que proporciona a existência dos OGMs, não tenha sido suficiente para dar conta de um problema elementar aos consumidores brasileiros que passaram a, compulsoriamente, consumir alimentos modificados, sem nenhuma informação de rotulagem. Entra-se, então, num outro campo, que tem relação com o comportamento de resistência à ordem social e se alia ao fenômeno histórico da desobediência civil. Esta, uma linha analítica sobre o comportamento social, muito rica, mas que neste estudo não terá maior aprofundamento.

Então, toda essa crônica se faz presente no cotidiano da sociedade do Rio Grande do Sul a partir do aparecimento das primeiras notícias sobre o cultivo de transgênicos e é necessário antes, entender a geografia e as condições sociais e culturais em que o fato acontece, como um primeiro passo neste mapa contextual em que se articula o conceito .

Começamos pela descrição ambiental do fenômeno, para compreender os aspectos da cultura regional e seus possíveis condicionantes.

2.3.1 As fronteiras do Rio Grande

Aparentemente as fronteiras físicas são elementos analíticos sem grande relevância para a questão da interpretação dos transgênicos. Mas talvez isso não seja assim, porque referimos as próprias circunstâncias sócio-culturais em que se dá o fato gerador da polêmica no Rio Grande do Sul. O plantio de sementes ilegais no Brasil se dá a partir do momento em que esse material genético diferenciado é contrabandeado pela fronteira com a Argentina no Rio Grande do Sul.

Desta forma, são justamente as peculiaridades regionais que fazem com que o objeto de que trata este estudo estabeleça um curioso transcurso histórico no Rio Grande do Sul, estado localizado no extremo sul brasileiro, limitado, numa espécie de funil, pelas águas do Oceano Atlântico e com os territórios argentinos e uruguaios.

A definição de limites fronteiriços com os países vizinhos foi razão para inúmeras e memoráveis batalhas entre conquistadores portugueses e espanhóis pelo território sulino, que se estenderam por vários anos após a colonização. Resultou desse fato a elasticidade fronteiriça, em função do domínio alternado dos territórios (atuais) do Rio Grande do Sul e do Uruguai por portugueses e espanhóis, dados as conquistas obtidas em sucessivas guerras. A definição fronteiriça se consolida apenas quando cessa a disputa em função dos arranjos políticos, cujas decisões são tomadas a

milhares de quilômetros de distância. Aos poucos não tem mais sentido a guerra pela dominação de território entre os colonizadores. Mas tudo isso se estendeu por cerca de 250 anos.

A definição territorial somente começou a tomar forma a partir do tratado de Paris, assinado pela Espanha e Portugal a 10 de fevereiro de 1763, pelo qual os dois países concordavam que todos os territórios tomados pela força deviam ser restituídos. Assim, o líder espanhol Dom Pedro de Cevalos, que havia conquistado a Colônia de Sacramento (atual Uruguai) a devolve aos portugueses, mas mantém em seu poder a Vila do Rio Grande de São Pedro (sul do RS), até 2 de abril de 1776 quando, numa nova batalha, os lusitanos expulsam os espanhóis.

No ano seguinte, começou a se desenhar algo mais concreto do domínio territorial desta zona conflagrada, com o tratado de Santo Ildefonso. Mandava esse acordo que fosse devolvido aos portugueses a Vila do Desterro (atual Florianópolis), definia que o Rio Grande era reconhecido como território de domínio Português, com exceção da sua região central e oeste (os Sete Povos das Missões), que permaneceria como território de domínio espanhol. Garantia também e de forma definitiva que a Colônia do Sacramento seria território espanhol. Ainda que somente a metade do que hoje é o Rio Grande do Sul permanecesse com os portugueses. “Podia-se, pela primeira vez no Continente de São Pedro, dormir em paz; no dia seguinte, retornar o trabalho, tranqüilamente, nos seus pastoreios e trigais” (Magalhães, 2002, p.39).

Os gaúchos brasileiros foram aos poucos e sem muito conflito tomando conta do território sob domínio espanhol nas Missões, assim como dos chamados Campos Neutrais, uma faixa de terra que em princípio seria território de ninguém, que margeia o Oceano Atlântico, ligando o Rio Grande do Sul ao Uruguai. Hoje abrange a Estação Ecológica do Taim e outras áreas, entre os municípios de Rio Grande e Chui, no Brasil. Em 1801, antes da Independência do Brasil, os territórios estavam finalmente definidos.

Assim que, no Rio Grande do Sul, as influências dos vizinhos “castelhanos” são facilmente encontradas e certamente mais comuns do que no restante do País. A própria língua espanhola tem um domínio intuitivo natural entre os “gaúchos”, termo este (do espanhol: *gaucho*) que mantém a identificação entre os sulistas, assim como outros costumes que hoje constam do tradicionalismo. No estado brasileiro localizado mais ao sul, portanto, existem configuradas aproximações históricas que, uma análise de conjuntura não pode desconsiderar.

Os hábitos e costumes que aqui se desenvolveram – como o de montar bem a cavalo, assar a carne nas brasas, tomar mate, demonstrar valentia, vestir chiripá e bombacha, comuns também a todo o Uruguai e ao interior da Argentina – identificam até hoje, aos olhos dos brasileiros, o Rio Grande do Sul como um todo (Magalhães, 2002, p.39).

Das batalhas, dos embates e cruzamentos fronteiriços restou mais do que marcas culturais nos gaúchos da fronteira, mas identidades outras, como as familiares e de propriedade. Assim, também é comum que as fronteiras físicas entre os países do Cone Sul sejam constantemente ultrapassadas pelos laços de sangue e afetivos, em cidades que coexistem praticamente juntas (separadas por uma rua ou por um rio) como em Santana do Livramento, Chui e Jaguarão nas divisas com o Uruguai e Uruguaiana e Quarai, com a Argentina.

Resulta que igualmente as propriedades e os negócios também aconteçam de forma mais simples do que o regulamento das leis. Muitos produtores de soja, arroz e trigo ou criadores de gado tem propriedades logo depois da fronteira e cuidam dos negócios como se fosse uma extensão da propriedade que mantém em seu próprio país de origem.

Existe, como se observa, um território cuja significação cultural e não estritamente física, é elástico nesta área fronteiriça, que decorre de situações inspiradas pelo emocional, mas também

materiais e existentes, numa geografia e clima semelhantes, numa história comum de lutas. Além disso, existe o distanciamento destas regiões dos grandes centros, onde o poder de polícia tende a ser mais efetivo. Resulta que não é difícil ao fronteiro “passar” para um e outro lado, especialmente quando o limite é apenas simbólico, sem prestar contas à fiscalização.

Conforme vai se observar nas análises dos materiais jornalísticos foi contando com essas condições que as sementes transgênicas entraram, sem nenhuma dificuldade, no Brasil pela fronteira com a Argentina. O que também poderia ter acontecido ao contrário. Pode-se inferir também da participação da própria empresa que desenvolveu os transgênicos para a soja como promotora ou incentivadora desta ação, mas não há qualquer informação segura sobre isso.

2.3.2 A Desobediência Civil

Um signo, como já observamos, pode receber interpretações as mais diversas. No caso dos transgênicos da soja no Rio Grande do Sul, isso pode ser observado no plano mesmo da materialidade da ação. Isto é, se reflete nas atitudes tomadas pelos atores sociais com base na influência das condições sociais, econômicas, políticas, agrônômicas, etc. São esses dados de contexto decisivos para os condicionamentos ou proposições expressas nas opiniões e atitudes a respeito das coisas. Decisivas, portanto, para o próprio desenvolvimento semiótico que necessita, no processo de interpretação, de informações colaterais a respeito dos objetos.

A idéia de que o interpretante (dinâmico) enquanto aquilo que o signo efetivamente gera numa mente, o tipo de interpretação a ser promovida a partir do objeto, é aqui bastante clara, quando se trata da desobediência civil. Isto se dá porque existe a força dos hábitos e das crenças que se estruturam, em torno das temáticas.

As teses sobre desobediência civil não são novas. Ao agir à margem da lei, os agricultores do RS fizeram o que Henry D. Thoreau incitou em 1848, desconhecaram as regras do estado. Acredi-

tando que a autoridade do governo precisaria sempre contar com o consentimento dos governados, Thoreau pregava a desobediência às leis que não fossem consideradas particularmente justas pelos cidadãos. Segundo ele, as injustiças crescem na medida da inépcia dos governantes para a função que desempenham e na incoerência das leis:

Nossos legisladores não aprenderam ainda a distinguir o valor relativo do livre-comércio frente à liberdade, à união e à retidão. Falta-lhes gênio ou talento para questões relativamente simplórias dos impostos, das finanças, do comércio e da indústria, da agricultura (Thoreau, 2002, p.38).

O que se depreende do texto de Thoreau é que sua intenção era firme no sentido de provocar mudanças, não somente por razões de consciência, mas, sobretudo, para fazer valer os direitos que entendia ser proprietário enquanto cidadão. Em tese, a desobediência civil pode ser um ato ocasional e limitado. Uma vez que tenha atendido o objetivo, cessa com sua obtenção. Apesar de ocasional o ato, entretanto, pode partir de um movimento ou de uma consciência mais ampla.

A desobediência é pública e transparente, não tendo feições conspirativas. Em algumas vezes os participantes dão a conhecer não somente suas razões e intenções, como também os meios que serão empregados. Uma vez que a desobediência decorre quando há divergência quanto ao comportamento do Estado, ou melhor, com suas soluções, sua forma de encaminhamento do problema, há que se entender que é, igualmente, um ato político (Durigan, 2005).

Mesmo o conceito de estado de direito, não se define por via meramente formal, isto é, pelo aspecto correspondente à legalidade. É necessária a presença de uma efetiva legitimidade que

fundamente a ação estatal, bem como de valores jurídicos e sociais que realmente planifiquem, na ordem política, a atuação dos poderes governamentais. Isso quer dizer que o questionamento da legitimidade do direito de resistência às leis encontra ressonância em Estados que pretendem ser de "direito" (Farias, 2003).

Na concepção de Rawls (1981, p. 273), desobediência civil pode ser definida como "ato público, não-violento, consciente e, apesar disto, político, contrário à lei, geralmente praticado com o intuito de promover modificação na lei ou práticas do governo". Então há uma teoria de resistência justa, fundamentada em ideal de justiça oriundo de consenso, no qual não há dominação e, sim, respeito mútuo aos integrantes do todo (Farias, 2003).

No caso do Rio Grande do Sul há ainda outros desdobramentos e interferências. A realidade mostra que uma vez produzida nas lavouras, os grãos entram na cadeia produtiva industrial e seguem para a moagem, assumindo a forma dos principais ativos comerciais para consumo animal e (humano), o óleo de soja, a farinha e seus derivados, que compõem os mais diversos alimentos (embutidos, bolachas, etc). Caracteriza-se uma situação de fato, material e objetiva, marcada por fatores que funcionam alheios aos cânones judiciais ou do interesse público, aos quais se interpõem. Assim, mesmo desautorizado, há muito tempo praticamente todo o óleo de soja consumido a partir das sementes oriundas do Rio Grande do Sul, contém o diferencial genético. Como resultante, o consumidor, mesmo aquele contrário aos alimentos transgênicos, passou a consumi-los sem saber, já que o processamento industrial começou antes da corrida informacional.

Mais uma vez tem-se que refletir sobre a importância das condições objetivas em que os fenômenos acontecem, ditadas pelas pressões dos diferentes segmentos. São, essas condições, decisivas para a interpretação. Observe-se que aqui passamos para algo ainda mais presente e interno à vida das pessoas. Isto é, além do confronto com a legislação, os direitos legais da pessoa humana também se confrontam com a dada situação.

Somente em 2004 o governo brasileiro passou a exigir das

empresas que utilizam em suas formulações alimentos originários de produtos transformados geneticamente a informação no rótulo dos produtos sobre a presença desse tipo de material genético, quando tal quantidade exceder 1%. De acordo com a medida cabe às empresas a responsabilidade pela informação e ao governo a fiscalização. Porém, a sociedade civil organizada mantém seus expedientes, como forma de forçar decisões favoráveis aos usuários e consumidores.

2.3.3 Código de Defesa do Consumidor

Temos aqui um aprofundamento das questões relativas ao contexto onde está inserida a discussão sobre os transgênicos. Trata-se da regulação jurídica, que situa as inovações biotecnológicas na área de interferência com o microsistema jurídico de proteção do consumidor.

O Código de Defesa do Consumidor-CDC brasileiro é considerado dos mais avançado e o caso dos transgênicos remete para pelo menos a satisfação de dois níveis de exigência nele contidos. Primeiro, o caráter cautelar decorrente da responsabilidade do estado em controlar, fiscalizar e garantir a segurança geral da população consumidora da nova opção alimentícia. De acordo com o CDC, somente após uma série cautelosa e exaustiva de análises e pesquisas que assegurem, razoavelmente, o pressuposto elementar da segurança ao consumidor, é que as novas tecnologias podem alcançar o mercado consumidor. E isto se refere não apenas ao microsistema específico, mas também ao macrossistema jurídico e até da natural responsabilidade ética do poder público (art.37 da Constituição Federal), conforme adverte Amaral (2003).

Neste sentido basta que a comunidade desconheça o risco dos impactos, dos efeitos, já se impõe à autoridade pública o dever de não esperar para tomar as precauções de proteção. A outra exigência para regular a comercialização dos transgênicos no Brasil diz respeito ao direito elementar do consumidor à informação ampla, eficaz e veraz. Após o Código de Consumidor, é o vendedor, o

fornecedor (comerciante, fabricante, importador...) a quem compete, legalmente, prestar a mais ampla informação ao consumidor em potencial de um determinado produto (Amaral, 2003).

A informação é fundamental para que as pessoas tenham condições de avaliar a situação e chegar a uma posição, que pode se constituir num hábito e assim fixar uma crença sobre um determinado assunto. Tudo parte da informação, já que pragmaticamente "...nada fora da esfera do nosso conhecimento pode ser nosso objeto, pois nada que não afete a mente poderá ser motivo de esforço mental" (CP 5.375).

No propósito da informação existem pressupostos básicos, relativos aos esquemas interpretativos, principalmente aqueles associados aos hábitos. Isto é, são os "princípios condutores ou hábitos que regulam a formação dos julgamentos de percepção e levam a singularidade do percepto a se conformar e a ser governada pela generalidade dos esquemas conceituais" (Santaella, 1995, p. 70).

Porém, nem sempre os governos têm se esforçado em apresentar informações que se refiram aos direitos dos consumidores. Ou seja, tenham cumprido um direito constitucional de Estado. Esse papel tem sido desempenhado pelas organizações da própria sociedade, em atuações como a do Instituto de Defesa do Consumidor – IDEC, com sede em São Paulo. Além disso, pressionado por diversas organizações e pela opinião pública, o Governo Brasileiro tem se mostrado ambivalente na aplicação da Lei Federal de Biossegurança, a 8.974 de 05.01.1995. Como se verá mais adiante neste estudo, a própria CTNBio é outro fator de controvérsias ao ficar no embate dos interesses científicos, legais e políticos. A ela cabe a autorização, sob rígido controle, de algumas pesquisas com soja, arroz, milho, algodão e outros produtos transgênicos. Sua atuação, como as autorizações para importação de milho transgênico no Brasil, foi sempre contestada, a ponto de ser discutida sua autoridade e autonomia.

No caso do plantio de soja transgênica há, portanto, a unilateralidade ao estilo *Thoureau*, que de certa forma dá sentido ao pen-

samento prático do agricultor que leva em conta tão somente que a soja transgênica, desenvolvida pela multinacional Monsanto no início dos anos 90 e comercializada desde 1996, apresenta grande vantagem comparativa ao reduzir custos nas lavouras da oleaginosa entre 20 a 30%.

Temos então duas faces interessantes no plano legal sobre os transgênicos. Primeiro as condições ambientais, do contexto social e político, fundamentais para o processo interpretativo, em função do potencial que representam os aspectos colaterais na compreensão sobre os transgênicos. Outra face se refere à força do hábito ou mesmo da crença, que no caso dos transgênicos é definitiva para que os agricultores descumpram a lei em nome de outros valores, como os econômicos e comerciais.

2.3.4 A Monsanto e os Transgênicos

Para que se compreenda o quadro onde se insere a discussão, é preciso considerar também que, após ampla difusão da tecnologia (operação direta de técnicos junto aos agricultores), que confere à multinacional o exclusivo direito de uso na semente (Monsanto) e no herbicida (Roundup), há ampla adoção por parte dos agricultores, nos Estados Unidos, Canadá e Argentina (Pengue, 2000). Logo em seguida da colocação no mercado (em 1996) outros países produtores passaram a discutir a adoção desta tecnologia, que, ao dispensar operações e diminuir custos, oferece vantagens no custo de produção para quem a utiliza. A descoberta, dizem os seus defensores, colabora para diminuir a poluição ambiental (a cultura da soja é tida como uma das mais poluentes do mundo em função do número de pulverizações) já que o herbicida exclusivo pode ser aplicado em qualquer fase da cultura, de forma seletiva.

De acordo com informações da própria multinacional (www.monsanto.com.br), ela completou 100 anos de atividades em 2001. Em outubro de 2000 lançou suas ações na Bolsa de Valores de Nova York. Trata-se de uma empresa cujo foco de interesse é a agricultura e para isso trabalha com tecnologia avançada no de-

envolvimento de produtos, incluindo sementes modificadas por melhoramento convencional ou pela biotecnologia e herbicidas. Para manter posição de destaque, investe muito em pesquisas de base biotecnológica, incluindo reprodução molecular e genômica.

A sede da Monsanto fica em St. Louis, no estado de Missouri, nos Estados Unidos. Somente neste local conta com cinco mil funcionários. Em Chesterfield, município vizinho a St. Louis está localizado o centro de pesquisas da Monsanto, tido como um dos maiores investimentos em biotecnologia do mundo, tanto que os trabalhos feitos nessas duas unidades da empresa somam juntos mais do que os campos de pesquisas de universidades daquela região, com as quais mantém convênio de cooperação. Junto com as universidades e centros de pesquisa no Missouri, forma o que é considerado o "Cinturão Biotecnológico" dos Estados Unidos. A multinacional tem cerca de 14 mil funcionários em países de todos os continentes e faturou, segundo seus próprios dados, aproximadamente US\$ 4,8 bilhões em 2002. Grande parte desses dividendos provém do pagamento de *royalties* para compensar o investimento em pesquisa.

A grande novidade da biotecnologia é que ela é levada a cabo por grandes empresas multinacionais que sujeitam as patentes às descobertas biotécnicas e que, por isso, privam dos seus benefícios todos os que não puderem pagar os direitos autorais (*royalties*) (Santos, 2000, p. 292).

A tecnologia é ainda mais seletiva em regiões mais pobres, onde ao mesmo tempo em que há necessidade de informação, há carência de recursos para investimento dessa natureza. Assim que o domínio do DNA passa se constituir, ainda que seletivamente, no novo recurso industrial das grandes empresas com ramificações globais, cujos interesses não são mais diretamente os produtos (sementes e insumos modernos) gerados pelos países periféricos, mas a concentração em informações estratégicas de alta tecnologia, que promovem a verticalização da produção agrícola

“colocando vastas regiões do mundo sob a alçada de umas poucas empresas multinacionais do ramo agroquímico e biotecnológico (Kennedy, citado por Santos, 2000, p, 292).

Ou seja, ainda que bem articulados, os argumentos da multinacional em relação à soja transgênica estão longe do que se pode chamar consenso. Diversas organizações ambientalistas e de defesa do consumidor em todo o mundo movimentaram-se contra a expansão da tecnologia, acusando-a de atender exclusivamente a interesses comerciais, descuidando das regras elementares de impacto ambiental e análise de riscos à saúde humana.

Para enfrentar as oposições, o segmento industrial biotecnológico é extremamente articulado discursivamente, enfocando para a defesa da atividade a própria sustentabilidade da vida diante do avanço populacional, aliada a irrevogável promoção do desenvolvimento científico e tecnológico. No caso dos transgênicos para a soja, o principal argumento das entidades preservacionistas, o risco ao meio-ambiente, é utilizado em sentido oposto pela lógica da bioengenharia.

O texto de um folheto (*folder*) distribuído pela Monsanto nos pedágios do Rio Grande do Sul, no primeiro semestre de 2004, diz que: “O cultivo de plantas transgênicas ajuda a aumentar a produtividade agrícola e contribui para a conservação dos ecossistemas, biodiversidade, da vida selvagem e das florestas para as gerações futuras” e mais adiante aponta que dados da FAO (órgão das Nações Unidas, voltado para alimentação), “os alimentos transgênicos também podem ser mais uma alternativa no combate à fome e à pobreza nos países em desenvolvimento” (Monsanto, fevereiro de 2004).

O *folder* mostra várias fotos de crianças brincando em ambientes naturais e uma mulher grávida, buscando aliar as imagens ao texto, o qual estima terem consumido alimentos transgênicos até aquela data mais de 2 bilhões de pessoas em todo o mundo, “sem nenhum registro de dano para a saúde humana ou animal” (Monsanto, fevereiro de 2004).

Mais tarde neste estudo vamos aprofundar as análises semióti-

cas de materiais como este (presente nos jornais), distribuído amplamente à população dentro de um saco para a coleta de rejeitos no interior dos carros. A campanha publicitária pro-transgênicos, envolveu ainda peças de TV, rádio, jornais e revistas, tendo como mote a mensagem *Monsanto Imagine*. A música *Imagine*, de John Lennon, falando de um mundo novo, sem guerras, em que todos vivem felizes e em paz, é o tema da campanha.

Ou seja, pode-se falar de um combate, ou de um contra-ataque sígnico, que tem como proposta assegurar outras possibilidades interpretativas para a discussão sobre os transgênicos, no Rio Grande do Sul. Grupos ecologistas distribuem folhetos em eventos e universidades e utilizam bonecos para simbolizar os transgênicos como criaturas abomináveis, que crescem sem controle.

Conflagrado o campo de batalha sígnica, os conceitos são utilizados à moda (da forma ou do jeito que mais se apropria à situação) dos interesses dos segmentos que disputam os sentidos sobre os transgênicos.

Talvez por isso mesmo e prevendo a possível reação de diversos segmentos, a empresa montou a estratégia de disseminar a tecnologia diretamente aos produtores rurais (o que já era bastante comum nas empresas deste ramo), fator que facilitou a expansão e rápida adoção e ao mesmo tempo favoreceu a que se configurasse um fato concreto, antes mesmo da oportunidade de uma ampla discussão pelos outros segmentos sociais.

Assim que, quando se discute a questão dos transgênicos, mesmo entre os primeiros produtores mundiais do produto comercial (Estados Unidos, Canadá e Argentina), os cultivos estão implantados e já se passa a analisar uma situação material e não uma possibilidade. Não há qualquer espécie de *referendum* a partir da discussão pública. Pode-se dizer que o caso do uso ou não de células tronco para o tratamento de doenças, hoje, tem a sua discussão pública um pouco mais aprofundada. No estado norte-americano da Flórida, em novembro de 2004, foi justamente uma consulta popular que autorizou a pesquisa sobre células tronco pela pri-

meira vez naquele País, contrariando orientação federal sobre o assunto.

Voltando ao caso dos transgênicos para a soja (através do DNA recombinante) a disputa faz parte da competição entre empresas com ramificações globais. O sucesso do empreendimento científico, na prática, somente foi possível com o aporte de pesados investimentos de indústria multinacional da área de sementes. A possibilidade técnica de alteração genética é de conhecimento dos pesquisadores da área há muitos anos e não apresenta, em princípio, nada de espetacular. A natureza realiza operações similares a todo tempo.

A novidade da técnica está justamente no tipo de interação que se estabelece com o fenômeno, que passa a ser especificamente direcionado e controlado pela ação do homem. Nesse sentido é que a tecnologia se apresenta como grande novidade, na medida em que vence o desafio de transferir genes de espécies completamente distintas (bactéria e planta).

O foco na manipulação bioindustrial oferece, ainda, um outro campo rico e ao mesmo tempo complexo, mas que se insere nos desafios da descoberta. Trata-se de uma discussão central e recorrente na história sobre as implicações resultantes da busca pelo poder através do domínio do conhecimento. Referimos as formas de poder que se instituem através das ciências ou das tecnologias derivadas do processo intelectual e que remetem para os princípios que norteiam a vida dos homens. Trata-se da ética, disciplina de larga e histórica discussão.

2.3.5 A ética como princípio

Para além da ética científica e mais precisamente tecnológica, o que se traduz na reflexão sobre os limites humanos quando do exercício da aplicação do conhecimento, o uso das técnicas também faz pensar sobre algo ainda mais profundo, relacionado ao comportamento ético e moral do homem e das instituições por ele criadas para a interação social.

A partir do uso de determinadas regras de convivência e de relacionamento, da normalização institucional, da delimitação de atividades inerentes aos diversos empreendimentos, a noção de ética se ampliou ou, dizendo melhor, se adequou à complexidade dos relacionamentos atuais. Porém, subsistem a todas essas expressões os fundamentos da disciplina da ética.

Sócrates (470-399 a.C.) diz que “virtude é conhecimento”, porque quem detém o verdadeiro conhecimento só pode agir bem. Em Sócrates as questões morais deixam de ser tratadas como convenções baseadas nos costumes, que se modificam em função das circunstâncias e se tornam problemas a serem enfrentados pelo pensamento através de uma elucidação racional. Porém, o fato de pensar racionalmente as questões morais, implica em denunciar tudo aquilo que até então aparecia como virtude, especialmente na lógica dos poderosos cidadãos atenienses da época. Tal sistematização faz com que ele seja considerado o fundador da ética (Abrão e Coscodai, 2002, p.45).

Deve-se lembrar que a palavra ética provém do “ethos”, que se refere ao ato de morar, de se instalar num espaço. Do “ethos” vem o termo “ethiké”, designando o conjunto dos “nomoi” –regras e valores que dão forma à territorialização do indivíduo humano, que se organiza em diferentes espaços da morada grupal, dentro de princípios ou regidos por objetos bons ou supremos. Ou seja, o próprio Bem (Sodré, 1995, p.52).

Na mesma perspectiva socrática Platão (428-347 a.C.), em *A República*, especialmente nos livros II e III, mas também Aristóteles (384-322 a.C.) em *Ética ao Nicômaco*, propugnaram a ética finalística (da felicidade), anunciando que o homem deve se realizar virtuosamente através do uso da razão. Assim que, viver bem é viver de acordo com o desenvolvimento do espírito racional e por isso é a razão que deve dirigir o cotidiano dominando as paixões e criando bons hábitos, a partir de atitudes equilibradas.

Como se observa, enquanto teoria e ciência de princípios e fundamentos do comportamento social e individual, a ética emerge no período clássico grego, em cujo contexto a solução platônico-

aristotélica mostra que a finalidade da ação humana é o exercício do bem. Tal princípio fundamental se propaga via tradição cristã e orienta as ações humanas. Aristóteles diz que ninguém escapa às suas próprias escolhas (livre-arbítrio) e por elas terá que responder, na medida em que toda a ação de alguma forma repercute no ou sobre o outro (Batista, 1995, p. 42). Ou seja, a ética está originalmente relacionada à noção de atitudes corretas e da alteridade, incluindo o interesse do outro.

A ética é, pois, uma forma de deliberação que emerge da pura consciência de tal forma que o homem... “ao executar um ato, provocado por um estímulo, não age de modo puramente instintivo, mas racional: isto quer dizer que faz depender a ação de sua condição humana.” (Sidekum, 2002, pg.19).

Essa pressuposição ao comportamento que sustenta a noção de ética se amplia em atitudes que perfazem a consciência moral. Sintonizado com a doutrina racional, Kant (1724-1804) vai dizer muitos séculos depois, na conclusão da *Crítica da Razão Prática*, que a consciência moral é “a razão aplicada à ação, à prática humana”. Somente a vontade humana pode ser boa ou má. Ou seja, a vontade é pura moral e não pode ser confundida com a legalidade. Ao distinguir ética, moral e justiça, Kant mostra que a aceitação pelos homens das leis morais é a prova de que existe um ordenamento que transcende ao meramente sensível, superando as legislações humanas. Em seu idealismo transcendental Kant deduz a metafísica da ética e não da ciência.

Não apenas em Kant, mas também em Hegel e Spinoza e outros pensadores, se pode observar uma preocupação constante da filosofia com os princípios e o ordenamento ético da sociedade. O importante é ter presente que a experiência que a ética ou que as discussões sobre ela nos provoca está relacionada com a experiência humana de viver a própria liberdade, que abre o leque de opções, de caminhos possíveis, de tomadas de atitudes e de opiniões. Em decorrência, também o fundamento ético, então transformado em teoria, se expande pela vida social por inteiro, e não poderia ser diferente.

Ao mesmo tempo em que a razão se torna “objetiva”, ela tem um fundo moral, um “dever ser”. Essa racionalidade, transformada em ética, é institucionalizada econômica e administrativamente no Estado moderno com valores que definem comportamentos “corretos” para cada tipo de ação (Pizzi, 1994, p.42).

Os conflitos, sempre presentes, seriam regulados pela integração social, que acontece sob diferentes condições:

- por meio da ética da intenção que sistematiza os âmbitos da vida e ordena a personalidade para as ações com respeito-a-fins;
- por um subsistema social que assegura a reprodução cultural dos valores estabelecidos (comunidade religiosa, família e outras formas de instituição) e,
- pelo sistema de normas que, por sua estrutura formal, fica apto para exigir dos atores um comportamento adequado, de sorte que persigam seus interesses de forma orientada, garantindo o êxito da ação através do direito positivo.

O pensamento racional inspirado na tradição grega assume o seu auge no século XVIII, era das luzes, do esclarecimento, do pensamento independente e da esperança de um progresso ilimitado pelas realizações da ciência. Enfim, da emancipação humana através do potencial da razão. Isso se estende ao positivismo do século XIX, inspirado em Hegel, mantendo uma confiança absoluta numa razão soberana e dominadora, “instrumento adequado para instaurar entre os homens a harmonia e a felicidade” (Abrão e Coscodai, 2002, p. 458).

A essa lógica Habermas (1989, p.211) interpõe outra racionalidade, deslocando a razão cognitivo-instrumental do seu lugar. Segundo ele é acentuado apenas o tecnológico, o que é excludente

de uma razão ampla. O seu conceito de razão estabelece como critério de verdade a harmonia entre a unidade e a universalidade e propõe que essa mediação acontece numa ética do discurso.

Com base em Kant, Habermas mantém a universalidade do princípio da razão, mas salienta que é o comportamento dialógico que permite que os indivíduos se ponham em acordo com relação às normas de conduta social. Ou seja, a racionalidade ético-comunicativa aponta que a validade da prática moral é possível numa epistemologia pela qual tanto as proposições factuais quanto normativas possam ser fundadas no argumento (Pizzi, 1994, p. 53).

Interessante que, também com base em Kant, Peirce (CP 5. 400) retira os principais elementos para a sua pragmática, que está baseada no reconhecimento de que há uma inseparável relação entre cognição racional e propósito racional, de tal forma que a concepção que temos sobre as coisas está diretamente relacionada com a conduta, o comportamento dessas coisas na prática da vida, como fenômenos experienciais. A partir dessa condição é que se terá uma completa definição dos conceitos e nada mais existe, além disso, diz Peirce. A busca pela verdade, reconhecível como longínqua, mas existente e por isso possível e necessária para o método científico (4º método, a ciência, no texto “a fixação da crença”), persiste em toda a proposta peirceana. Pode-se dizer que tanto Peirce quanto Habermas perseguem as condições necessárias para que se obtenha validade e verdade das proposições, embora partam de marcos teóricos diferentes.

De qualquer forma, a ética se propõe a pensar fundamentos. Desde a *polis* grega, quando se descobre o sujeito político, ela afirma-se simbolicamente como triunfo da liberdade sobre o destino de tal forma que se constitui no próprio mundo da cultura. “A *theoria* ética resulta, assim, da esfera da liberdade, das escolhas de modos cada vez mais atualizados de por-se-em-relação com o outro no aberto da total possibilidade do humano” (Batista, 1995, p. 41).

Como esses pressupostos articulados na filosofia clássica che-

gam às questões objetivas de hoje, quando os limites do bem e do mal, do certo e do errado, se tornam tão próximos e por vezes indiferentes, é o que veremos a seguir.

2.3.6 Biotecnologia e bioética

A palavra biotecnologia tem origem grega e significa o estudo das técnicas aplicadas à vida, composição das palavras *bios* (vida), *techno* (técnica) e *logos* (estudo). Um dos ramos importantes da biotecnologia é o que se refere aos procedimentos que possibilitam a manipulação genética com o DNA. Dada a similaridade com as complexas estruturas e funcionalidade no edifício biológico dos seres vivos, a atividade se enquadra nas peculiaridades da engenharia. É, então, no campo da engenharia genética, ou da bioengenharia, que os trabalhos com DNA são conduzidos nos laboratórios mundiais.

Algumas das principais descobertas modernas têm origem na biotecnologia. Primeiro, de que os ácidos nucleicos contidos nas células (ADNs ou DNAs), sigla em inglês do ácido desoxirribonucleico, são o suporte da informação genética. Ainda que desde o início do século XX os pesquisadores buscassem desvendar o código da vida, foi somente em 1953, na Universidade de Cambridge, na Inglaterra, que os pesquisadores James Watson e Francis Crick, mostram os mecanismos elementares deste funcionamento.

Pela primeira vez é descrito, num artigo de apenas noventa palavras, na revista *Nature*, “A Structure for Deoxyribose Nucleic Acid” (DNA) que ele é regulado por moléculas complexas de aminoácidos, em *double helix* (dupla hélice). “O segredo reside numa longa molécula de DNA, que forma cromossomos, dobrada no centro de cada uma de nossas células, como uma fita magnética no ventre de um computador” (Pessini e Barchifontaine, 2000). Nessa fita é que está o segredo de cada individualidade viva, da menor das bactérias à maior das baleias, suporte de genes dos antepassados, que guarda instruções que definem características fí-

sicas e dirigem a fabricação de proteínas, bases para a construção dos órgãos que formam os diferentes sistemas vivos.

O fato de o homem contar com esse conhecimento e dominar processos daí derivados pode oferecer vantagens mas também implicações, impactos. Se por um lado o homem é a única espécie a compreender a natureza e explicar o seu funcionamento e suas potencialidades de realização em benefício da sua preservação, é também o homem responsável pelas conseqüências da intervenção ou da manipulação que faz na natureza. Por isso, pensar o uso das informações geradas nos laboratórios biotecnológicos, prever possíveis desvios, através de regulamentações, também cabe ao homem (Scholze, 2002, p. 44).

Positivamente, trata-se de um quadro que exige enorme esforço do espírito humano para conciliar os promissores progressos da ciência com os esperados resultados em prol da espécie humana. Em princípio todo esse esforço é positivo, mas a questão que se coloca é se há um preço (valor de qualquer natureza ou impacto direto ou indireto) e caso positivo, qual. Neste contexto é que surgem os movimentos de segurança em relação aos impactos das tecnologias, especialmente aquelas cuja funcionalidade afetam a vida dos homens. A biossegurança é cada vez mais uma exigência, na medida em que a aceleração histórica implica uma nova adequação ético-jurídica de responsabilidades e prioridades que garantam a qualidade de vida.

É que os inevitáveis riscos trazidos pelas inovações tecnológicas afetam desde a ética científica (bioética, p.ex.), o meio-ambiente, o consumo humano, dentre outros interesses para a vida integral do homem (...) Nossa habilidade de mudar a face da Terra aumenta mais rápido do que nossa habilidade de prever as conseqüências... (Amaral, 2003).

Além da reflexão sobre ética, sociedade, ciência e tecnologia, a interação humana pressupõe a própria interação com a natureza. Especialistas de diferentes áreas estão cada vez mais atentos aos

impactos da ação humana no ambiente natural. Refletir, manifestar e agir sobre ou até contra a intervenção, remete a discussão para os princípios civilizatórios. Trata-se de algo que tem como fonte de reflexão a própria ordem das coisas no mundo. Cabeeria perguntar, afinal, a quem pertence esse mundo? A quem cabe preservá-lo de possíveis agressões? Qual o papel do sujeito em relação no mundo?

Exercício não usual, mas sempre original, cujas origens remonta (porque também refere ética) à antiguidade grega (em torno de 600 a C.), especialmente quando os sábios procuravam superar a visão mítica e divina dos soberanos na direção de uma razão metafísica. Ou seja, um esforço interpretativo que buscava superar as esferas normativas indiferenciadas, em função da autoridade irrestrita dos mitos, pela malha normativa diferenciada, o que permitia falar em ética, justiça e religião.

Quando os sábios de certa forma já haviam superado o conflito entre os deuses e a razão, começam a transferir suas preocupações para outra esfera de conflito: a natureza versus sociedade. Assim que o embate entre natureza e sociedade se propaga e, “travestido sob vários discursos, desde os gregos, passando pelo período medieval e o modernismo, ele se arrasta até hoje” (Heemann, 2000, p.14).

Ainda que a relação entre homem e natureza seja inseparável do (e no) contexto histórico da civilização, resulta hoje não mais numa razão direta de complementaridade e pacífica convivência, como se poderia imaginar. Pelo contrário, os princípios de diversidade no ambientalismo enfrentam a homogeneidade de padrões produtivos instituídos pelos planos de desenvolvimento econômicos dos novos Estados-nação acoplados aos interesses do capital. Ambígua e contraditoriamente, tais Estados defendem valores da diversidade de contextos ecológicos, pluralidade cultural e preservação das identidades dos povos. Acontece que “Estos principios éticos aparecen como una condición para alcanzar los objetivos del desarrollo sustentable a escala local y global” (Leff, 1988).

Significa que as condições ecológicas e culturais incluídas no

largo conceito “sustentabilidade” foram incorporadas lenta e historicamente das práticas das sociedades tradicionais e foram migrando, tanto as suas formações simbólicas, quanto os seus instrumentos tecnológicos, configurados em amplos processos de coexistência (nem sempre pacífica) com a natureza, de transformação ambiental e de assimilação cultural (Levi-Strauss, 1972; Descola, 1996; Leff, 2000).

Mesmo este processo que procura interpor prerrogativas da sustentabilidade ecológica é muito lento, porque as agendas preservacionistas, também em anos recentes, têm sido vistas como esforços contrários aos planos de desenvolvimento. Tanto que a disseminação do conceito de eco-desenvolvimento foi considerada uma tese revolucionária em 1972 quando da realização, em Estocolmo (Suécia), da primeira Conferência Sobre o Meio Ambiente Humano. A sustentabilidade ambiental passou a ser defendida pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas para o Meio Ambiente e foi apropriado em instituições que proliferaram unidades de pesquisa, com o foco nesta linha, em todo o mundo (Zononi e Raynaud, 1994).

Desenvolvimento e preocupação com o ambiente são questões que passaram a estar cada vez mais juntas nas discussões em várias partes do mundo, o que foi ratificado na segunda grande Conferência Mundial Sobre Meio Ambiente realizada no Rio de Janeiro, em 1992 e que ficou conhecida mundialmente como um marco na reflexão sobre os impactos da ação humana na natureza: a Rio-92.

Uma das preocupações centrais das teses ambientalistas se refere ao impacto do crescimento acelerado e desordenado no mundo. A espécie humana levou 30 mil anos para alcançar três bilhões de indivíduos em sua superfície, o que aconteceu nos anos 60, mas em menos de 40 anos, dobrou esse contingente populacional, com reflexos diretos para o ambiente natural. As fontes sobre a escalada dos impactos nem sempre são precisas, mas asustam.

... 1 milhão de toneladas de petróleo e derivados são despejados nos oceanos, enquanto lagos e rios recebem dezenas de quilômetros cúbicos de águas industriais não-purificadas; a cada ano, são destruídos mais de 11 milhões de hectares de florestas e 60 milhões de hectares de terrenos agrícolas se transformam em desertos improdutivos (Rocha, Naves e Sousa, 1992, p.147).

A necessidade de regar as operações tornou-se cada vez mais imperiosa, na medida em que a aceleração histórica implica uma nova adequação ético-jurídica de responsabilidades e prioridades que garantam a melhoria da qualidade de vida. Isto é, a relação secularizada entre homem e natureza, como se disse, é geralmente predatória ao configurar políticas de sustentabilidade sócio-econômica, muitas vezes em detrimento da sócio-ambiental.

Porém, deve-se levar em conta que, se por um lado os dados sobre a intervenção nem sempre são precisos, por outro não omitem o fato de que o uso das tecnologias implica, irremediavelmente, em algum tipo de impacto e nisso não vai qualquer juízo de valor.

2.3.7 Imprensa no Rio Grande do Sul

Chegando ao final destes elementos contextuais sobre os transgênicos, aproximamos o tema ao sistema informativo e comunicativo das respectivas mensagens. Para entender o fluxo de informação no Rio Grande do Sul é preciso revisar um pouco do contexto onde ele acontece, o que permite ver que a trajetória está ligada a fatos históricos de sua própria constituição.

Lembramos o fato de que este estado da federação é marcado por inúmeras guerras pelos domínios territoriais na época da colonização e mais tarde motivadas pela instauração e depois pela estabilização política. No Rio Grande do Sul a informação, como forma de estabelecer opiniões favoráveis para uma e outra facção, manteve-se historicamente sob disputa. Isso começou muito

cedo, pois quando os portugueses chegaram, em 1536, ao Cone Sul da América, ainda vigorava o Tratado de Tordesilhas, pelo qual as terras onde é hoje o Estado pertenciam à Espanha. Os portugueses vinham contestando o tratado, tanto que não dividiram essa capitania e a batizaram com o nome de Capitania d'El Rei, com a intenção de que no futuro essas terras pertencessem à coroa portuguesa (Magalhães, 2002, p.9-59).

Durante os 60 anos em que Portugal foi submetido ao governo espanhol (1580 a 1640), praticamente não ocorreram disputas, pois não havia sentido para isso, em função da unidade das duas coroas. Mas com a restauração de Portugal e ascensão de don João IV ao trono, na dinastia dos Bragança, reiniciaram-se os conflitos com a Espanha. As terras onde é hoje o Rio Grande do Sul eram um dos focos permanentes desses conflitos.

As contendas pelas possessões de terras e pelas riquezas naturais remontam todo esse período inicial de colonização. Envolve diversos interesses, incluindo, além de combatentes espanhóis e portugueses, a participação de padres jesuítas (que trouxeram a criação de gado), índios e os primeiros agricultores dessas terras.

O grande desafio da época era garantir a informação aos simpatizantes das facções e às comunidades que habitavam o território conflagrado, num tempo em que praticamente não havia meios além do próprio contato direto, dos mensageiros, que chegavam a cavalo, fazendo relatos orais ou encaminhando cartas e tratados. Um dos primeiros registros de informação impressa no Rio Grande do Sul é de 1838, com a criação do jornal oficial da Revolução Farroupilha, que circulou até 1840, sendo o veículo dos revolucionários que proclamaram no Rio Grande do Sul a República Rio-Grandense. Essa república, criada em 20 de setembro de 1835, concedia cidadania, considerava os brasileiros como estrangeiros, tinha o seu hino (hoje o hino do Rio Grande do Sul) e também o seu diário oficial: o jornal *O Povo* (Magalhães, 2002, p.59).

Em 1845 um novo acordo político anexa definitivamente este Estado ao território brasileiro e começa a se desenhar no País o

fim do período monárquico e o início da república, o que acontece em 1888. Em todo o País se institui o Partido Republicano e no Rio Grande do Sul, além deste, continua firme o partido liberal, mantendo acesa a chama do ideário dos remanescentes da Revolução Farroupilha.

Nesse período, uma das fontes mais respeitadas de informações era exatamente o órgão oficial do Partido Republicano, o jornal *A Federação*, cuja existência é anterior à proclamação da República, já que servia de base aos interesses dos que defendiam a criação dos Estados Unidos do Brasil.

Nessa mesma época funcionavam em Porto Alegre os jornais *A Reforma* (ligado aos interesses dos liberais) e tinha início o *Jornal do Comércio*, que em princípio não tinha uma vinculação partidária direta. Eclode mais uma guerra em 1893, entre federalistas e liberais e foi logo depois disso, em 1895 que surgiu um jornal que permanece até hoje como um dos mais influentes na vida pública do Rio Grande do Sul: *O Correio do Povo*.

2.3.8 **Jornal Correio do Povo**

O *Correio do Povo* surgiu anunciando que seria um “jornal aberto a todas as manifestações do pensamento”, mas, mesmo sem dizer, politicamente apoiava a República (Dillenburg, 1997, p. 23), o que deixou claro em seu primeiro editorial, ao mostrar que seria “emancipado de convencionalismos retrógrados e de paixões inferiores, procurará esclarecer imparcialmente a opinião pública” (*Correio do Povo*, 1º/10/1895).

O jornal criado por Caldas Júnior cresceu e passou a influir decisivamente na vida pública do Rio Grande do Sul, sempre como empresa familiar e assim foi mantido por várias décadas pela família Caldas, até seu controle ser adquirido por outra família.

Hoje, o controle acionário da organização que envolve o *Correio do Povo*, a TV Guaíba e as rádios Guaíba (AM e FM) é de um economista e empresário rural, Renato Ribeiro, que se dedica à produção e industrialização especialmente de soja. Trata-se

de um proprietário de extensas áreas rurais com diversas atividades agrícolas e pecuárias e de indústrias de transformação (Inco-brasa), além de manter um terminal para movimentar cereais no Porto de Rio Grande.

O empresário não tinha qualquer vinculação com as atividades da mídia, até adquirir o controle acionário das empresas de comunicação do grupo Caldas Jr. , cuja âncora é o próprio jornal *Correio do Povo*. A aquisição foi realizada num negócio direto com o patriarca Breno Caldas, a quatro de maio de 1986, depois de uma grave crise financeira da organização, a qual manteve o jornal parado por quase dois anos. O *Correio do Povo* parou de circular em 16 de junho de 1984, depois de 89 anos de atividade.

Aos poucos o novo proprietário ajustou as questões trabalhistas, judiciais e financeiras, que levaram a Caldas Jr. à falência. Para se ter idéia, quando Ribeiro comprou a Caldas Jr. o prédio e equipamentos do *Correio do Povo* estavam em pleno processo final de leilão. O empresário arrematou a massa em falência e revigorou o empreendimento, justamente em função do suporte financeiro das empresas do ramo agrícola-industrial. Foi assim que o *Correio do Povo*, a Rádio e a TV Guaíba passam para o grupo de Renato Ribeiro (Galvani, 1994, p. 506).

2.3.9 Jornal Zero Hora

Comparado com o *Correio do Povo*, o jornal *Zero Hora* é jovem. Foi criado em 1964 e faz parte do conglomerado de empresas da Rede Brasil Sul de Comunicações (RBS) desde 1970. A RBS é a maior rede de comunicação do Sul do Brasil, uma empresa cujo crescimento, guardadas as proporções, pode ser comparado ao obtido pelas organizações Globo, após os anos 1960, no Brasil. As duas empresas funcionam associadas desde os seus primórdios, na área de televisão.

A história da RBS está intimamente ligada ao de seu fundador, Maurício Sirotsky Sobrinho, que começou o grupo com a compra, em 1957, da Rádio Gaúcha, de Porto Alegre. Mais tarde, em

1962, o empresário começa a montar a TV Gaúcha, associando-se à TV Globo a partir de 1967 e implementando uma rede de emisoras afiliadas inicialmente pelo interior do Rio Grande do Sul. No final da década de 70 foram obtidas concessões para rádios FM, que seguiram a mesma forma de disseminação.

A RBS estendeu seus interesses empresariais em vários segmentos, como construção, telefonia e TV a cabo, além de ampliar as instalações das suas rádios AM e FM e TVs, nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Depois de insucessos e tropeços, alguns segmentos foram abandonados pela empresa. A idéia foi de focar a RBS na área da comunicação. Enfim, trata-se de uma empresa com sólido gerenciamento comercial. A RBS é um conglomerado composto pelos seguintes veículos:

- **Rádios:**

- Gaúcha (AM), Porto Alegre-RS
- Farroupilha (AM), Porto Alegre-RS
- CBN (AM), Porto Alegre-RS
- Rural (AM), Porto Alegre-RS
- Diário da Manhã (AM), Florianópolis-SC
- CBN-Diário (AM), Florianópolis-SC
- Alvorada (AM), Brasília-DF
- Cidade (FM), Porto Alegre-RS
- Gaúcha (FM), Porto Alegre-RS
- Atlântida (FM), Porto Alegre-RS
- Atlântida (FM), Pelotas-RS
- Atlântida (FM), Santa Maria-RS
- Atlântida (FM), Passo Fundo-RS
- Atlântida (FM), Rio Grande-RS
- Atlântida (FM), Tramandaí-RS
- Atlântida (FM), Santa Cruz do Sul-RS
- Atlântida (FM), Caxias do Sul-RS
- Atlântida (FM), Florianópolis-SC
- Atlântida (FM), Blumenau-SC
- Atlântida (FM), Chapecó-SC

Atlântida (FM), Joenville-SC
Atlântida (FM), Criciúma-SC
Itapema (M), Florianópolis-SC

• **Televisões:**

RBS TV Porto Alegre-RS
RBS TV Caxias do Sul-RS
RBS TV Erechim-RS
RBS TV Pelotas-RS
RBS TV Santa Maria-RS
RBS TV Uruguaiana-RS
RBS TV Bagé-RS
RBS TV Cruz Alta-RS
RBS TV Rio Grande-RS
RBS TV Passo Fundo-RS
RBS TV Santa Cruz do Su-RS
RBS TV Santa Rosa-RS
RBS TV Florianópolis-SC
RBS TV Joinville-SC
RBS TV Blumenau-SC
RBS TV Chapecó-SC
RBS TV Criciúma-SC

Ao complexo de comunicação foi agregado ainda um canal de TV transmitido por satélite e repetido por cabo, voltado para a área rural, o Canal Rural, criado em 1996 e a TV segmentada TVCom, com programação local nos municípios de Porto Alegre, Florianópolis e Joinville.

• **A mídia impressa** é composta dos seguintes jornais:

Zero Hora-RS
Diário Gaúcho-RS
Pioneiro- Caxias do Sul-RS
Diário de Santa Maria-RS

Diário Catarinense-SC
Jornal de Santa Catarina- Blumenau-SC

A RBS mantém ainda outros negócios, como a participação na operadora por cabo NET Sul e a RBS Direct, o maior banco de dados de clientes do Sul do Brasil. Seus diretores são empresários interessados também em outras áreas, como financeiras e agropecuária. O Diretor-Superintendente Afonso Antunes da Mota é fazendeiro em Alegrete-RS e um dos maiores incentivadores do projeto rural na RBS. A atividade rural também cativou outro membro do conselho de administração, Luiz Alberto Barichello, que produz uvas viníferas no Brasil e na Itália (Schirmer, 2002, p. 160).

2.3.10 Campo e Lavoura em ZH e página Rural no Correio

O jornal Zero Hora, assim como o *Correio do Povo*, tem na cobertura dos fatos ligados à agropecuária uma das suas principais fontes de pauta, em função da importância que as questões ligadas a terra tem para o Rio Grande do Sul. Os temas relativos ao agro-negócio e ao desenvolvimento rural estão presentes em distintas editoriais, mas com prevalência na de economia.

O jornal não mantém uma página específica para as coberturas da área rural diariamente, mas inclui praticamente todos os dias na editoria de economia informações relativas ao setor. Em algumas edições trata-se apenas de uma pequena nota, mas em algumas situações pode chegar a ser o assunto principal. Em todas elas, aparece o selo *Campo e Lavoura*, para identificar que se trata de assunto ligado ao rural.

Regularmente, desde 1984, *Zero Hora* mantém às sextas-feiras o caderno Campo e Lavoura, encartado em suas edições. Em média o caderno consta de oito páginas e trata com mais profundidade os assuntos da área. Geralmente há uma temática em destaque, que ocupa as páginas centrais (4 e 5) do caderno.

O caderno tomou o nome emprestado do programa de televisão, veiculado nas manhãs de Domingo pela RBSTV, no Rio Grande do Sul e depois em Santa Catarina. *Campo e Lavoura* é considerado o programa de TV, voltado para o setor agropecuário brasileiro, mais antigo no ar. São quase trinta anos de atividade. Nasceu antes mesmo do Globo Rural, editado pela Rede Globo de Televisão.

No *Correio do Povo*, não há caderno específico, a cobertura rural aparece diariamente, resultado de um trabalho da editoria rural. A página, que pode ser ampliada para duas, está localizada entre as editorias de geral e cidades, o que, no formato atual do jornal (entre 24 e 28 páginas em média) se situa na segunda metade do periódico, antes de polícia, variedade e esportes.

Foram privilegiadamente nas páginas rurais de ambos os jornais que circularam, desde 1995, as informações sobre os transgênicos. Em tais espaços discursivos estão presentes as histórias factuais, o dia a dia e suas inúmeras significações, mas estão também ali manifestações que referem um dado contexto social, econômico, político e cultural que não podem ser desconsiderados.

São, esses contextos, fatores decisivos no enquadramento do que será apresentado publicamente, em articulação com as possibilidades interpretantes, a experiência colateral, essencial para o desenvolvimento de todo o processo semiótico, como vimos desde o início deste trabalho(p.16).

Com base nestas esferas teóricas de análise, pensamos que existe reflexão suficiente para enfrentar o objeto de pesquisa em sua face representacional. O que veremos no capítulo seguinte.

Capítulo 3

A mídia e os transgênicos no RS

3.1 Análise dos materiais

A análise dos materiais tem basicamente dois propósitos. O primeiro procura mostrar como a temática é apresentada nas páginas dos jornais e como operam, neste contexto, os diferentes segmentos sociais. Trata-se de uma análise macro-estrutural e cronológica dos relatos, de caráter marcadamente histórico. O propósito é compreender a geração dos sentidos a partir do que é apresentado na esfera da mídia. Importante esclarecer que o interesse da pesquisa não é apenas com o que é apresentado de forma verbal, como opera normalmente a análise de conteúdo. Interessam os fatores componentes do conjunto que perfaz a realidade. Também se busca outro olhar em relação à análise do discurso, especialmente a que está mais centrada nos estudos de significação, cujo enfoque se prende exclusivamente na linguagem.

No segundo propósito se trata de uma análise da significação, no amplo contexto da produção de sentidos. Parte-se do pressuposto que não apenas as palavras chegam até nós carregadas de sentido, mas todo o contexto da realidade (social, econômico,

político...) significa, emana, produz, gera signos e pode ser analisado a partir das funções e tipos dos próprios signos.

A linguagem faz parte de uma continuidade, não está isolada. Para compreender essa noção, Peirce elaborou o princípio da continuidade ou sinequismo. Para ele não há uma separação entre mente e matéria, assim como não há separação entre o discurso e o real. Ou seja, não há um real produzido, construído, inventado pelas palavras, sem uma ligação com as coisas existentes, plausíveis.

[Sinequismo é] essa tendência do pensamento filosófico que insiste na idéia de continuidade como de importância fundamental na filosofia e, em particular, na necessidade de hipóteses que impliquem a continuidade da verdade (CP 6.169).

Um *continuum* de verdade é algo cuja possibilidade de determinação não pode esgotar nenhum conjunto de indivíduos (CP 6.170).

Em Peirce mente e matéria não devem ser vistos como tipos absolutamente distintos de substância, ou mesmo como separados de um mesmo fenômeno. A matéria deve ser considerada uma especialização da mente (CP 6.268), de tal modo que, embora a matéria seja vista como nada além de mente sob o domínio de hábitos fortemente estabelecidos, algumas propriedades da mente (tais como uma certa capacidade para adquirir e modificar seus hábitos) ainda se apliquem a ela.

Como a análise tem por base as manifestações na mídia impressa, as observações têm grande concentração nas marcas verbais. Para identificar as manifestações dos campos sociais na mídia, utilizamos as categorias de análise identificadas por Rodrigues (2001, p.73). Especialmente os locutores dos textos (quem o escreve) e os enunciadores (falas das fontes, referidas no texto), bem como a idéia de estrutura enunciativa. Na imprensa escrita a estrutura é ao mesmo tempo monológica e dialógica. Monológica, porque se estrutura a partir de um autor que estrutura o texto de acordo com a sua percepção do assunto.

Seguindo essa visão de Rodrigues (1996), somente quando de uma entrevista “bate-bola” (perguntas e respostas reproduzidas diretamente) o texto deixa de ser monológico. Mas também é dialógica, porque o texto jornalístico é articulado a partir de diferentes fontes (enunciadores). Fontes estas que já prenunciam existência de interlocução.

Para caracterizar o movimento das manifestações discursivas sobre o assunto, optamos pelo foco em dois jornais que estiveram e continuam no epicentro das discussões, propiciando que se recolha as principais expressões ou elementos do discurso, no entrecchoque de versões e posicionamentos. As mídias e neste caso os jornais *Zero Hora* (ligado a Rede Brasil Sul de Comunicações) e *Correio do Povo* (Grupo Renato Ribeiro), “além de serem instrumentos de representação são, ao mesmo tempo, dispositivos, espécies de verdadeiros nichos, onde a realidade se estrutura como uma referência” (Fausto Neto, p.9, 1999).

Entretanto, as condições necessárias para esse tipo de estudo, o que vamos justificar ao falar do corpus da pesquisa, fizeram com que se concentrasse na descrição e análise dos conteúdos jornalísticos e de opinião do jornal *Zero Hora*, mantendo a análise apenas dos editoriais do *Correio do Povo*.

Uma vez que é pelos discursos que os atores sociais se manifestam, obedecendo as regras dos enunciadores e, portanto, da economia midiática, passamos a ter idéia do percurso ativo dos transgênicos. Sabendo que os discursos articulados sobre OGMs que chegam aos meios, genericamente, possuem caráter polissêmico, insumo básico da atividade do discurso jornalístico. E, sem dúvida, atendem aos mais diferentes interesses (políticos, econômicos, sociais, ecológicos, culturais, ideológicos, etc). Os posicionamentos, como vimos anteriormenete, são formas de manter as pressões e fomentar os embates. Por isso mesmo, são essencialmente performáticos, no sentido de desempenharem um papel de defesa e sustentação do segmento que representam e por vezes não-empáticos ou mesmo antagonicos com as idéias de outros campos e atores sociais.

Para o estudo, os atores são: organizações não-governamentais, instituições ligadas aos Governos Federal e Estadual; empresas comerciais (Monsanto); Poderes Legislativo e Judiciário Federal e Estadual; manifestações populares e da própria mídia, organizações privadas (Monsanto), públicas, da sociedade civil (Idec), ONGs etc. Tais instituições “falam” objetivamente pela manifestação dos seus representantes, o que para o jornalismo se transforma em “fonte”. Os representantes são pesquisadores, professores, laboratoristas, profissionais liberais (médicos, biólogos, geneticistas), administradores, políticos, juristas, ativistas, jornalistas...

Do ponto de vista da análise discursiva, o estudo busca verificar como funcionam atores e campos sociais em relação ao objeto central do estudo, aspectos do contexto enunciativo que permitam perceber como o tema “transgênicos” se apresenta na mídia impressa do Rio Grande do Sul; bem como as interpretações e os significados; o amplo cenário das falas; a estrutura dos discursos e suas estratégias; as induções e os modos de produção de sentido. A análise se apoia nas tricotomias dos signos peirceanos, com os desdobramentos que configuram a relação do signo com o seu objeto dinâmico: os ícones, índices e símbolos. Recorre, também, aos demais elementos da cadeia interpretativa, como o objeto imediato, as classes de interpretantes e o papel da experiência/observação colateral.

Cumpre-nos advertir que, em função de não existir roteiros prontos ou rotinas pré-definidas para a análise prática de materiais de pesquisa com base na semiótica, os conceitos utilizados neste estudo funcionam no estrito objetivo de iluminar aquilo que está sendo analisado e não para exercitar ou reforçar os valores dos procedimentos da própria teoria. Por isso, algumas análises estarão mais próximas do arcabouço teórico pragmático, enquanto em outros momentos pode acontecer um uso mais livre dos conceitos.

A idéia é de identificar as operações que demarcam as diferentes operações discursivas sobre os transgênicos, no contexto do pólo-emissor-jornal. Ou seja, interessa ao estudo entender os

modos de operação e as articulações dos discursos apresentados. São esses discursos que deixam ver seus percursos.

A leitura desse contexto deve fornecer os elementos para a compreensão dos efeitos de determinação lógica da força demarcatória de cada segmento interessado na discussão, ao representar suas políticas. Outros caminhos teóricos seriam plenamente admitidos para dar conta de objeto de pesquisa como este. Entendemos, entretanto, que analisar o percurso de um conceito contemporâneo a partir das suas significações pode nos ajudar a compreender as suas operações internas, mas também as suas interações. Para tanto, se terá que ajustar o olhar continuamente e não vacilar em descrever roteiros novos, em que teoria e prática analítica compõem um quadro produtivo a fim de cumprir o objetivo maior da investigação.

Para executar o procedimento analítico, selecionamos os fatos históricos mais significativos e representativos das diferentes momentos. Com isso, buscamos ao mesmo tempo demarcar épocas significativas do percurso do conceito “transgênicos” no Rio Grande do Sul e identificar a expressão dos diferentes atores e campos sociais

3.1.1 Critérios para a análise semiótica dos materiais

Na medida em que agir como signo é um dos aspectos das coisas ou dos fenômenos, a análise mesma dos materiais neste estudo está condicionada pela forma de abordá-los. A abordagem busca a compreensão da perspectiva teórica de tipo semiótica, em que a realidade observada e a sua semiose se misturam sem se confundir, na medida em que, como vimos, um signo está sempre “corporificado” em alguma coisa.

Por isso o fenômeno transgênicos funcionará como signo no estudo, sem deixar de ser o que é: um produto biotecnológico com todos os seus desdobramentos materiais, comerciais, intelectuais, etc. Afinal, o funcionamento sígnico é tão somente uma proprie-

dade que existe nas coisas, que as faz agir como signos. Estando diante do fenômeno, somente atravessamos esse domínio em direção à semiótica quando buscamos a expressão dos fenômenos nas suas três propriedades que os habilitam enquanto signos: *as qualidades, sua existência e seu aspecto de lei* (Santaella, 2002, p.33).

Essa diversidade na busca pela interpretação dos efeitos práticos (experienciáveis) do objeto sob análise, observando a própria geração de sentidos, numa análise detida sobre as possíveis respostas sobre o objeto, se amplia em relação àquelas obtidas quando da análise do jogo de relações internas dos discursos. Isto é, não apenas os significados das proposições são decisivos, mas o processo amplo, contextual, de geração de sentido, o qual envolve não só palavras, mas qualidades, fatos e leis, descritas por Peirce como as categorias de primeiridade, secundidade e terceiridade.

Embora esse plano difira bastante da prática comum de análise dos discursos midiáticos, há um roteiro já aberto de passos que Santaella descreve em *Semiótica Aplicada* (2002), o qual inspira análises como a que realizamos, sempre com os devidos ajustes que cada trabalho em particular requer. A primeira tarefa no caminho semiótico, então, é de observar a relação entre o signo e seu objeto. Ou seja, a capacidade referencial do signo. Trata-se de dizer, por exemplo, a que se refere quando se discursa sobre os transgênicos; para que se destina; o que denota; o que efetivamente representa.

Neste sentido, o que primeiro surge na análise são as suas qualidades. O primeiro olhar do fundamento de um signo, considerado em si mesmo (na sua materialidade) recolhe apenas qualidades aparentes e por isso em semiótica é chamado de qualisigno. A materialidade singular do signo, enquanto ele se manifesta de algum modo no universo a que ele pertence, é o sinsigno. E a terceira espécie de olhar leva em conta as regularidades, as propriedades que conferem algo de lei e por isso é chamado de legisigno.

Na medida em que o objeto dinâmico é que determina, de modo material ou eficiente o signo, é natural o avanço da análise

semiótica para os modos com que essa relação acontece. Ou seja, pelo que apresenta de icônico, indicial e simbólico do referente.

A análise do signo icônico, ainda que leve para um campo muito aberto é importante porque remete para as possíveis semelhanças com as qualidades do objeto. Isso porque depende do campo associativo (por similaridade) que os qualisignos despertam em algum intérprete.

Sabemos que apenas determinados elementos ou qualidades passam à condição de revelação e tem conseqüente valorização em cada segmento. Isto é, apenas determinados aspectos, aqueles que se ajustam às referências de determinados grupos sociais, tendem a aparecer.

Quanto à análise indicial, ela parece mais fácil de ser conduzida, pois basta observar para onde aponta a singularidade do signo. “Sinsignos dirigem a retina mental de um eventual intérprete para os objetos dinâmicos de que os sinsignos são partes” (Santaella, 2002, p. 36). Para a análise deste estudo isso é fundamental, pois é o instrumento para se perceber mais do que vestígios, marcas e traços, referências factuais da discursividade midiática. Textos que reproduzem manifestações dos diferentes atores representativos dos campos sociais.

A análise do simbólico nas mensagens também não é algo fácil de ser apreendida, mas igualmente necessária ao estudo, já que se refere às regularidades ditadas pelos costumes e valores coletivos, bem como todos os tipos de padrões comportamentais de indivíduos e grupos. Constituem um verdadeiro sistema de normas, legisignos que regulam os comportamentos nas instituições.

Por serem predominantemente legi-signos simbólicos, a natureza dos interpretantes que as instituições podem produzir é argumentativa. Por isso mesmo, instituições produzem discursos que lhe são próprios, discursos através dos quais elas são interpretadas (Santaella, 2002, p.149).

Esses discursos, vestidos de valores instituídos nos diferentes campos se apresentam na *ágora* moderna das mídias, na medida em que se deixam ver pelos aspectos dos seus valores e qualidades (iconicidade), singularidade existencial (indicialidade) e regularidades (simbolicidade).

Na prática da análise, consideramos essa expressão como a que busca observar a topografia (relativo ao que aparece e como aparece no enquadramento físico dos jornais). Não se trata de uma análise de todo o conjunto expressivo, mas de determinados materiais (como fotos e figuras que ilustram editoriais e reportagens) em suas ligações com seus textos escritos. Para a seleção, usou-se elementos significativos na discussão central, que ajudam a configurar aquilo que já vêm sendo tratado. Trabalhar com essa visão ampla da cena discursiva constitui-se, para o analista, num desafio constante. Um exercício de aplicação analítica da semiótica.

Devemos considerar sempre que esta não é uma análise que pretende ser exclusiva ou completa sobre o objeto. Parte-se consciente de que se fala de um lugar que também é um lugar semiótico. Um lugar de análise que parte de uma proposta epistemológica que se propõe a interpretações específicas.

Quando, na análise de uma semiose, chegamos na etapa do interpretante dinâmico, estaremos explicitando os níveis interpretativos que as diferentes facetas do signo efetivamente produzem em um intérprete, no caso, o próprio analista (Santaella, 2002, p.40).

Significa, então, que quando da análise das semioses, propósito deste estudo, o interpretante final, enquanto limite ideal de interpretação, é algo que não se alcançará, embora o objetivo seja a sua busca. Saber dessa linha assimétrica em direção a verdade (que só se revela a longo prazo) dá a noção de limite mas também funciona como guia, inspiração. Se fosse definitiva essa busca, os próprios princípios semióticos não se aplicariam, pois o percurso

é marcado pelo olhar alcançado sob determinadas condições, por um intérprete particular. Não quer dizer que o trabalho enquanto o seu potencial teórico e empírico não venha a ter ou chegar a uma conclusão, fruto de um percurso conscientemente traçado. Uma coisa é a concepção dos limites e possibilidades do manejo das concepções teóricas e outra o atendimento ao corpo metodológico do estudo.

3.1.2 Características do corpus

Para determinar o percurso dos transgênicos na cena pública do Rio Grande do Sul optou-se pela revisão junto à mídia impressa de maior expressão. Como a recuperação histórica constitui-se num fato importante para apontar como se desenvolveu o fenômeno discursivo, optou-se inicialmente por mapear os dois principais jornais veiculados em território do Rio Grande do Sul (*Zero Hora* e *Correio do Povo*), tendo como indicador a palavra “transgênicos”.

Entende-se que a recuperação via este indicador cobre praticamente a totalidade do noticiário sobre o assunto. Em algumas matérias, a redação se refere ao “produto transgênico”, ou à “técnica da transgenia”. É praticamente invariável o aparecimento da palavra no plural no decorrer dos textos, como a designação do fenômeno ou da técnica como um todo. Toda vez que se buscou uma outra palavra como indicador, o que se obteve foi um sombreamento de materiais já selecionados.

No jornal *Zero Hora* a recuperação eletrônica utilizando o banco de dados do próprio jornal, entre 1995 e 2002, registra o aparecimento de 1.203 materiais jornalísticos sob a referência “transgênicos”, enquanto o *Correio do Povo* apresenta 1.304 materiais no mesmo período. Deste material volumoso, foram privilegiadas as reportagens (aproximadamente 30% do total), que ao mostrar o desenvolvimento do assunto incluem as falas dos atores e também outros gêneros de apresentação de informes, como

notas, opinião do leitor e coluna de opinião, cuja concentração analítica dos materiais concentramos entre 1995 e 1999.

A categoria reportagem refere o tratamento dado aos assuntos. Na reportagem os assuntos são reatualizados com os fatos contextuais, “instaurando dado conhecimento do mundo. A reportagem é planejada e obedece a uma linha editorial, um enfoque; a notícia, não” (Lage, 2001, p.61). Isso porquê, é na categoria reportagem, onde as enunciações dos diferentes segmentos se apresentam no discurso midiático, que se pode recolher elementos, indícios, do movimento discursivo dos atores sociais em seus respectivos campos.

A partir da definição desta categoria para análise, observou-se, logo nas primeiras análises, que o jornal *Correio do Povo*, em função da sua proposta editorial, especialmente depois da sua aquisição pelo Grupo Renato Ribeiro, não privilegia a reportagem, enquanto formato textual. Talvez em função da redução de páginas e do formato (tablóide), o jornal costuma encolher ao máximo a densidade de informações sobre os assuntos. Eles são editados, normalmente, na forma de notas ou pequenos informes. Com isso, ao estudo estaria comprometido investir densamente na análise através do *Correio do Povo*, sabendo-se, a priori, que a categoria onde se busca identificar as manifestações dos atores e respectivos campos sociais não é prática comum neste jornal.

Entretanto, diante do material levantado, observou-se a possibilidade de identificar a posição institucional deste jornal, através do estudo dos seus editoriais em relação ao tema objeto desta pesquisa. Ou seja, no espaço da opinião oficial não há qualquer empecilho que comprometa a análise, ainda que este se apresente bastante reduzido, especialmente quando se compara com Zero Hora. Porém, curta ou não, trata-se da opinião do jornal.

Assim, os dados jornalísticos apresentados e respectiva análise, referem-se quase que exclusivamente ao jornal Zero Hora, com exceção feita para os editoriais.

Tab. 1**Estratificação anual de matérias sobre transgênicos no Jornal Zero Hora**

1995		1996		1997		1998		1999		2000		2001		2002		total	
n°	%	N°	%	n°	%	n°	%	n°	%	n°	%	n°	%	n°	%	n°	%
2	0,17	3	0,25	14	1,16	44	3,66	441	36,66	219	18,20	291	24,19	189	15,71	1203	100

Observando a tabela, pode-se construir uma curva, que começa a surgir lentamente com o registro de apenas duas matérias em 1995 e chega ao ápice (36,66) em 1999, com a veiculação de 441 matérias. Certamente tem-se nesse período um acirramento das discussões sobre o tema.

Como mais de 30% da amostra da Zero Hora recai em 1999, realizou-se uma estratificação ainda mais precisa, sobre os meses em que o tema transgênicos esteve em evidência. O que se verifica (tabela 2) é uma distribuição um pouco sinuosa, mas que apresenta picos, notadamente nos meses de março (43), maio (67), julho (53), novembro (43) e dezembro(63). São meses em que, se distribuído equitativamente, apresentam quase duas referências por dia sobre o assunto.

Tab. 2**Estratificação mensal de matérias sobre transgênicos no jornal Zero Hora em 1999**

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total													
n°	%	n°	%	n°	%	n°	%	n°	%	n°	%	n°	%												
6	1	7	2	43	10	39	9	67	15	35	8	53	12	31	7	21	5	33	7	43	10	63	14	441	100

Como se verá mais adiante o mês de maio de 1999 foi o destaque deste ano. Quando na análise histórica, será possível acompanhar o tipo de informação e a dinâmica social que naquele momento ganhava as páginas dos jornais. Buscamos uma análise do tipo de texto que deu entrada na topografia do jornal, a fim de identificar a importância que o jornal lhe concedeu e como a opção pelo gênero reportagem pode se mostrar eficiente ao trabalho. O que se observa é o seguinte:

Tab. 3

Tipo de informação veiculada em maio/1999 em ZH

Tipo	Nº	%
Reportagens	32	48
Notas	14	21
Colunas	09	13
Opinião do leitor	05	07
Opinião do jornal	03	05
Citações	04	06
Total	67	100

As reportagens, materiais com tratamento local, produzidos pela redação do jornal, com opinião de entrevistados, foi a tônica do material produzido no mês de maio de 1999 (tab.3). Somente num dia, 14 de maio, uma sexta-feira, foram 13 entradas no jornal, sendo oito reportagens. Ou seja, sendo a reportagem uma estrutura textual caracterizada pela apresentação dos enunciadores e pela recursividade aos temas, esta foi a opção adotada para verificar, na análise, como se comporta o fenômeno objeto do estudo.

3.2 Histórico do fenômeno no RS

O rastreamento histórico do aparecimento da palavra “transgênicos” mostra que, no Rio Grande do Sul, foi na edição de 9 de abril de 1995 que o jornal Zero Hora apresentou pela primeira vez a palavra “transgênicos”, na página 32, da editoria de economia. Quanto ao jornal Correio do Povo, a recuperação eletrônica mostra que a primeira notícia sobre o assunto somente aparece no dia 26 de julho de 1997, dizendo que:

Empresas de São Paulo e Minas Gerais, que trabalham com vegetais transgênicos - vegetais com estrutura genética modificada -, foram visitadas por membros da Comissão Técnica Nacional de Biosegurança, que constatou a evolução e os resultados satisfatórios das pesquisas realizadas nos 2 estados...(Correio do Povo, 26/07/1997)

Voltamos, então, nossa atenção para o texto de Zero Hora de abril de 1995. Na época o Projeto de Propriedade Intelectual, de autoria do Poder Executivo já havia passado pela Câmara e estava no Senado Federal. Entravam em discussão cinco pontos da Lei de Patentes:

- Produção Local - O projeto propunha que a patente pedida no Brasil fosse produzida aqui, para gerar tecnologia e emprego.
- Pipeline - Tudo o que já tivesse sido registrado em outro país não poderia ser registrado no Brasil.
- Importação Paralela - Em situação de emergência ou crise, permite a importação paralela.
- Licença Compulsória - Ultrapassado o prazo de determinado projeto, o governo teria o direito de passar a patente a outra empresa similar.

- Propriedade Intelectual - Integravam o tratado só plantas e animais. O projeto da Câmara já deixava de fora os microorganismos. “*Mas o Senado deve limitá-los aos microorganismos transgênicos (fruto da reengenharia)*”, diz o Jornal, inaugurando o termo em suas páginas (Zero Hora, 9/4/1995).

A pressão do executivo, pela aprovação da Lei de Patentes, que transitava no Congresso há quatro anos chegou aos jornais. Em sua edição de 13 de abril de 95, Zero Hora (ZH) trás como título de uma das matérias da página 28 (economia): “*Congresso atrasa votação da nova Lei de Patentes*” explicando a dificuldade que isso traria para o Governo, pois, “*Fernando Henrique Cardoso pretendia apresentar as normas aos americanos*”, na viagem que faria na semana seguinte aos Estados Unidos (ZH, 9/4/1995, p.28).

Uma semana antes disso o Presidente havia feito um apelo aos senadores para que não o deixassem viajar de mãos vazias. Fernando Henrique tinha a intenção de levar a Lei de Patentes aprovada em sua bagagem. Em 1990, por não ter uma legislação apropriada de patentes, o Brasil foi incluído na lista negra de comércio e alguns produtos brasileiros, como papel e celulose, foram sobre-taxados no mercado americano. A indústria farmacêutica americana fazia pressão, com severas críticas à legislação aprovada pela Câmara, por não permitir o patenteamento de remédios já desenvolvidos no Exterior. A tendência, então, era que os senadores aprovassem um texto diferente do da Câmara, com as normas acertadas na Rodada Uruguai do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt).

A idéia de mudar a redação da lei estava se confirmando, pois o relator da proposta na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), senador Ney Suassuna (PMDB-PB), apresentou um substitutivo, desconhecendo o mecanismo do pipeline e prevendo o reconhecimento de patentes de produtos químicos, farmacêuticos e alimentícios um ano após a aprovação da lei. Os parlamentares não conseguiam entrar em acordo e o processo se arrastou mais

do que o executivo desejava. Inicialmente a expectativa era de que toda a tramitação demorasse em torno de seis meses, mas de fato foi um ano de negociações.

Finalmente, a Lei de Patentes foi à sanção presidencial carregando em seu conjunto a Lei de Biossegurança. Ou seja, depois de cinco anos de tramitação, o Brasil passaria a ter uma lei de patentes. Embora tenha começado no governo anterior, a assinatura final foi feita pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. A partir da entrada em vigor da lei, os pesquisadores brasileiros não precisariam mais registrar as suas invenções no Exterior, como ocorria até então.

Parte da nova lei, entretanto, já nasceu marcada pela polêmica. Durante a tramitação no Congresso, nunca houve consenso sobre vários dos pontos da lei que permite patentear microorganismos transgênicos sem nenhuma restrição. Os partidos de oposição e parte significativa do PMDB (partido de centro, aliado do Governo Federal), defendiam que só fosse permitido o patenteamento de microorganismos vinculados a um único processo industrial. Votado nominalmente, esse ponto obteve 254 votos a favor e 190 contra.

Outro ponto que gerou discussão foi quanto ao “pipeline”, finalmente aprovado conforme previsto pelo governo. O texto diz que o País reconhece patentes concedidas no exterior para produtos ainda em fase de desenvolvimento em laboratórios, pelo prazo de proteção que restar no país onde a patente foi registrada. Logo, se um produto tinha sua patente reconhecida há cinco anos no Exterior, o Brasil se comprometeria a reconhecê-la pelos próximos 15 anos, cumprindo o prazo total da patente, de 20 anos”.

O assunto transborda da discussão política e ganha o espaço público logo em seguida e logo também as primeiras páginas de ZH. Em sua edição de 15/05/96 o assunto, enquanto pauta, deixa as páginas de economia e ganha reportagem especial, na página 4, titulando que a “*Indústria ganha arma contra a pirataria*” e completando (em linha de apoio), que “*Depois de cinco anos de debates, o Brasil finalmente adota normas para a proteção dos*

direitos de propriedade". Tudo isso motivado pela aprovação do dia anterior.

A pressão da indústria farmacêutica estava no discurso presidencial, reproduzido pelo jornal, que falava de: "*décadas sem lei que obrigasse ao patenteamento de produtos farmacêuticos e químicos pelo Brasil - quando o país pôde copiar tudo livremente - não levaram a quaisquer avanços nesses setores*". O jornal, além de salientar os anseios da indústria farmacêutica, também reproduzia o contexto liberal do Governo, ao dizer que:

A lei das patentes, que complementa a política de abertura e modernização econômica, é válida basicamente para produtos farmacêuticos, químicos e alimentos. As patentes para produtos farmacêuticos não eram reconhecidas no país nos últimos 50 anos, enquanto os químicos e alimentos não obtinham patente (registro de propriedade) desde 1970 (ZH, 15/05/96).

A idéia de "*abrir*" com a visão de "*modernizar*" deixa claro o movimento político em vigor. Na perspectiva da busca pela inclusão internacional do País é que a lei de patentes estava se enquadrando naquele momento. Esse contexto dá entendimento sobre a preocupação do Governo em "apressar" a aprovação da lei e levá-la aos seus interlocutores, nos Estados Unidos. A questão central, portanto, referia-se ao ajustamento de interesses da indústria farmacêutica (a maior parte com selo norte-americano), cujas patentes não eram reconhecidas no Brasil em função na inexistência de regulação.

Assim, se pode compreender porque, num primeiro momento da aprovação da lei, não houve uma centralização na questão da biotecnologia que, a partir daquele momento polarizaria as atenções da comunidade científica. O assunto (manipulação de microorganismos) passou a envolver outra grande polêmica na comunidade científica internacional ao tratar dos impactos do avanço cada vez maior da biotecnologia no dia-a-dia da sociedade. O patenteamento de seres vivos, no todo ou em partes, tema ainda

mais polêmico, não foi aprovado no conjunto da Lei de Patentes em 1995, embora previsto no projeto original do Executivo de 1991.

Importante salientar que o impacto da biotecnologia não estava ainda na ordem do dia discursivo na apresentação da lei. Segundo a mídia, a questão estava na órbita econômica, pois a partir daquele momento o Brasil sairia da “*rota de colisão com parceiros comerciais como Estados Unidos, França, Alemanha e Japão, que sempre o ameaçaram com retaliações e o acusaram de ser o país da pirataria, por não dispor do reconhecimento de propriedade*” [SIC] (ZH, 15/05/96). Talvez por isso a nova lei tenha entrado imediatamente em vigor para os produtos incluídos no “pipeline”, o que demonstra a preocupação brasileira em proteger as patentes da indústria de fármacos. Foi negociado politicamente que a adoção do pipeline não obrigaria a pagamentos retroativos de royalties pelas empresas brasileiras. Isso quer dizer que nenhuma empresa teria direitos adquiridos sobre a propriedade de produtos até então não patenteados. Por isso, os principais adversários do “pipeline”, nos cinco anos de tramitação do projeto, foram os laboratórios farmacêuticos nacionais, além de um senador, Ney Suassuna (PMDB-PB), e dos representantes dos partidos de oposição.

O fato de a Lei de Patentes ter incluído, naquele momento, microorganismos pareceu complementar ou acessório. O próprio texto de ZH o minimiza, ao utilizar a palavra “também”, para anunciá-la. “*O presidente FH também elogiou a inclusão de patentes para microrganismos na lei*”. Ou seja, parecia claro para o Governo o que foi repercutido pelos jornais, de que a temática principal da lei era a proteção para as patentes da indústria farmacêutica e não a biossegurança.

Alguns índices ou signos indiciais presentes na discursividade do jornal, apontam para isso:

- A recorrente presença do tema nas páginas de economia.
- O fato de o Presidente cobrar maior rapidez do Congresso.

- A enunciação de que o presidente viajaria para os Estados Unidos de “*mãos vazias*”, se a Lei de Patentes não fosse aprovada.
- A imediata aprovação da Lei e colocação em vigor da pipeline, pelo Governo.
- A concentração temático-discursiva da lei na parte de normatização de registro de patentes

Até aquele momento, entretanto, o mundo não conhecia descrições de casos de manipulação gênica ou de clonagem, pelo menos que tenha alcançado a visibilidade pública. As experiências estavam nos laboratórios. Tanto que a mídia praticamente o esquece de meados de 1996 até o início de 1997. Ou seja, uma vez que não há interlocução, possibilitados pela ausência de consenso, pelo jogo de alteridade discursiva, praticamente cessam os enunciados.

As questões referentes à manipulação genética de organismos animais eclodem nos jornais do Rio Grande do Sul, de forma sistemática, somente a partir da publicação de um artigo na Revista *Nature*, editado em fevereiro de 1997, sobre a obtenção de um exemplar ovino clonado, pela equipe chefiada pelo pesquisador Ian Wilmut, de Edimburgo, Escócia, o que ficou conhecido como o caso Dolly. Havia, então, um fato novo, a realidade que se impunha, forçando o início das apresentações discursivas na mídia e dos subsequentes debates.

Apenas uma semana após a edição da revista, o jornal Zero Hora de 1º de março de 1997 abre manchete (titulação principal) de capa: “A vida multiplicada ao infinito”, com o seguinte texto de apoio:

A reprodução em laboratório da cópia perfeita e saudável de uma ovelha –um clone- sem ato sexual ou fecundação por esperma, maravilha e assusta o

mundo. O remédio para a eliminação de doenças genéticas, descoberta monstruosa e antinatural ou inclusão do homem no terreno divino, o sucesso da clonagem reaquece a discussão da ética científica (ZH, 1/3/97, 1ª capa).

A notícia é acompanhada de ilustração que reproduz fotograficamente bonecos de plástico (Lego), dispostos em série e replicados em espelho, enquanto a chamada remete para o segundo caderno (Cultura). Na capa do caderno de oito páginas, novamente destaque para os bonecos, apenas dispostos de forma diferente. A manchete do caderno trás um outro apelo: “Espelhos biológicos”.

As matérias principais do caderno estão localizadas nas páginas 4 e 5 (espelhadas). Ilustrações ao centro, dois artigos de duas colunas margeiam as laterais externas do impresso aberto. Na página 4, aparece o artigo dos professores do Departamento de Genética da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Luiz Ernani Henkes e Renato Zanora Flores. Sob o título “Narcisos do planeta”, os autores tratam das questões éticas que envolvem a possibilidade da manipulação e multiplicação genética chegarem ao homem.

Os seres humanos podem ser atingidos tão facilmente por uma idéia, como pela cólera ou pela peste bubônica. Na terra, não há imunidade contra idéias cretinas –escreveu Kurt Vonnegut em um romance de ficção científica. Por isso certamente veremos clones humanos nos próximos anos (ZH, 1/3/97, p.4, *Caderno Cultura*).

O tom reticente em relação às possibilidades de uso e as consequências da manipulação genética também está presente no artigo da lateral direita da folha, onde os professores Élgio Loreto e Lenira Sopel, da Universidade Federal de Santa Maria, seguem a mesma linha de argumento, ao questionarem os limites não apenas éticos mas também biológicos do avanço da bioengenharia.

... os indivíduos resultantes de clonagem, embora geneticamente idênticos, poderiam ser muito diferentes do esperado (...) Talvez devêssemos aproveitar o fenômeno Dolly para uma discussão mais ampla sobre as implicações do avanço das novas técnicas de reprodução humana (ZH, 1/3/97, p.5, *Caderno Cultura*).

Os textos apresentados pelos geneticistas não parecem registrar preocupação dos autores com a técnica em si, ou com as possibilidades que se abrem a partir da multiplicação genética animal, até então considerada um tabu nos laboratórios de pesquisa. Pelo contrário, a missão dos textos é avaliar, afinal, para que serve a descoberta biotecnológica, ou o que a humanidade pode ganhar com a descoberta. Os artigos (ao que parece encomendados pelo jornal) mostram que a tecnologia abre um forte debate ao introduzir preocupação com a ética nas inovações tecnológicas que envolvem a vida animal, quando se abre a possibilidade para a multiplicação e manipulação do DNA e por conseqüência chegar à manipulação gênica do ser humano. O que assusta os pesquisadores é justamente a possibilidade de uso da técnica, a seriação biológica ao gerar gêmeos idênticos, o que pode ser apropriado por qualquer aventureiro para “brincar” de Deus. O sucesso do desenvolvimento não é o ponto principal de análise, já que os autores tratam de amenizar a áspice da onda, fator recorrente junto à opinião pública sempre que uma descoberta “sensacional” é apresentada.

O que foi dito apenas de passagem é que embora a clonagem traga benefícios econômicos para a pecuária, acarreta também riscos, já que uma única doença pode dizimar todo um rebanho de clones. Isso pode ocorrer porque os animais são tão semelhantes que seus organismos acabam não tendo também capacidade imunológica diferenciada. “Assim, um vírus que afete um dos animais, afetará da mesma maneira os demais”, explicou o pesquisador Maurício S. Diniz da Embrapa de Brasília (ZH, 09/03/97) para o *Caderno Campo e Lavoura*, que também explorou a temática.

Os artigos serviram, também, para fazer imergir os jornalistas nos laboratórios de pesquisa. Antes do final do mês de março, apenas três semanas após a publicação mencionada, *ZH* abre outro caderno, *Campo e Lavoura*, dedicado à agropecuária, aos encantos da biotecnologia. A edição 11.538, de 21 de março, trás encartado o caderno de oito páginas, cuja capa sob cartola (palavra que referencia a temática nos jornais) “*Pesquisa*” é “*O Rio Grande na Era dos Clones*”.

Então, aparece uma outra palavra do dicionário biotecnológico jornalístico e, ainda que inédito, se incorpora naturalmente ao texto. A linha de apoio (detalhamento da temática disposta abaixo do título) da capa do caderno diz: “*A UFRGS começa a desenvolver projeto de produção de animais **transgênicos** para fabricação de medicamentos*” (grifo nosso).

O texto de capa é mais preciso sobre do que se trata esse projeto e diz, no segundo parágrafo que: “*O laboratório de reprodução, da Faculdade de Veterinária da UFRGS, em parceria com o Centro de Biotecnologia do Estado, começa a desenvolver animais transgênicos...*”

Nas páginas centrais, 4 e 5, do caderno, são três os títulos relacionados à temática central:

“*Clonagem acelera melhoramento animal*”

“*A esperança está na transgenia*”

“*Um recurso para preservar raças*”

Na reportagem “*A esperança está na transgenia*”, a pesquisa da UFRGS é a fonte institucional para o texto. Os enunciadores agendados pelo jornal são dois pesquisadores (citados apenas como veterinários da UFRGS), e os objetivos da pesquisa são descritos no texto jornalístico.

“O projeto coordenado pelos veterinários José Luiz Rodrigues e Diógenes Santiago Santos, visa a verificar os resultados na implantação de um determinado gen na estrutura molecular de camundongos, para dotar animais com características específicas e expandir

o conhecimento para a aplicação em ovinos e bovinos” (ZH, 21/03/97, p.4, Caderno Campo e Lavoura).

No segundo parágrafo do texto, ao recorrer aos enunciadores, há um avanço de perspectiva, que certamente não previa os densos questionamentos bioéticos que se aprofundaram nos anos 90: “*O que estamos iniciando representa um filão comercial gigantesco, porque um animal transgênico, que incorpora o perfil molecular vale uma fortuna*” calcula Rodrigues (p.4).

Observa-se um primeiro sentido que os pesquisadores julgam importante nos transgênicos. A capacidade de gerar renda aparece como um interpretante do símbolo transgênicos, uma associação que permite incluí-lo como modernidade e não como obstáculo ao progresso. Isto é, trata-se de um legisigno mas fundamentalmente é um interpretante (o lucro, a renda) que, no momento em que se expressa discursivamente, denota uma virtude dos transgênicos. Nota-se que existe uma associação direta ao objeto que opera no sentido de que o símbolo (renda) se institua ao ponto de ser interpretado como representando o objeto da discussão (transgênicos). No plano das significações, uma forma de expressar a virtude ou vantagem (qualidade) dos transgênicos é a sua renda. Observa-se que esta é uma operação muito comum no discurso midiático e será muito presente na discussão sobre os transgênicos, especialmente quando se acirram e se mostram as tendências centrais, pró e contra os OGMs.

A idéia da transgenia, entretanto, ainda não registrava, no Rio Grande do Sul, grande resistência. Tanto que, em 22 de outubro de 97, José Luiz Rodrigues, do Laboratório de Embriologia e Biotécnicas de Reprodução da Faculdade de Veterinária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul apresentou, com destaque midiático, o seu trabalho em Gramado-RS, no 25º Congresso Brasileiro de Medicina Veterinária. O trabalho mostrava o andamento das pesquisas para a produção de animais transgênicos, desenvolvidas em experiências com camundongos, com o objetivo de encontrar soluções eficazes para combater doenças humanas. Os estudos estavam sendo financiados pela parceria do convênio

entre a Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado (Fapergs) e o Centro de Biotecnologia da UFRGS. Entusiasmado, o professor dizia à época que: "*Talvez, em cerca de cinco anos estejamos experimentando a técnica em animais maiores, como cabras, coelhos e suínos, todos com grandes características leiteiras*" (ZH, 23/10/97, Campo e Lavoura). As previsões não se confirmaram com tanta facilidade, porque chegou 2002 e o que mais se verificou foi o recrudescimento das discussões éticas referentes às pesquisas biotecnológicas.

Ainda na edição de ZH de 21 de março a transgenia aparece também em destaque, como solução para a preservação de raças em extinção, como a ovelha crioula lanada. Na matéria da página 5, "*Um recurso para preservar raças*", o segundo parágrafo pretende esclarecer onde entra a transgenia na preservação das ovelhas, conforme estudos conduzidos por uma pesquisadora da Embrapa de Bagé-RS.

Apesar do entusiasmo com o avanço dos métodos que têm como meta melhorar a qualidade genética, Clara ainda prefere apostar na criação de animais transgênicos, manipulados geneticamente, para depois pensar na possibilidade de clonagem (ZH, 21/03/97, p.5, Caderno Campo e Lavoura).

A reportagem aponta para as razões que levam à opção pela transgenia, dizendo que:

...a produção de clones está muito distante do modesto, porém eficiente, projeto de conservação de ovelhas crioulas lanadas (...) Além disso, clonar um animal ameaçado de extinção não descarta o risco de as características indesejáveis como falta de resistência a determinadas doenças, serem igualmente transmitidas (ZH, 21/03/97, p.4, Caderno Campo e Lavoura).

A pesquisadora da Embrapa e o texto da reportagem insistem, portanto, que o ideal é realizar a transgenia, porque neste caso seriam selecionados apenas os “genes mais interessantes”, evitando a perda da variabilidade genética que ocorre quando há 100% de similaridade (caso da clonagem).

Curioso que em nenhuma das reportagens, pesquisadores ou jornalistas tenham descrito os fatores limitantes das técnicas de pesquisa em melhoramento animal e especificamente para obtenção de OGMs. As informações descrevem processos parciais, como o quadro da p. 4 do caderno, onde aparece o amplamente conhecido (nesta área) fluxo utilizado para transferência nuclear de embriões mamíferos.

Na página 5 outro quadro mostra a “linguagem da nova era”, explicando os principais termos científicos utilizados na reportagem. Retiramos dali dois termos, clone e transgenia.

Clone: indivíduo originário de outro por multiplicação assexuada, a partir de uma célula somática, em vez de resultado de uma reprodução sexuada. É a transferência de um núcleo de uma célula embrionária, ou diferenciada, reprogramado pelo citoplasma de um óvulo maduro;

Transgenia: incorporação de um DNA estranho no gen do embrião, formando uma nova composição molecular, que se transmite pela herança genética à descendência do indivíduo.

Como a descrição feita na reportagem aponta que o meio de se obter a mesma carga genética de um animal para outro é a sua clonagem, observa-se que, naquele momento, ainda havia certa confusão sobre o procedimento e funções da transgenia. Na operação de transgênese o que se tem como resultado é uma modificação no código genético pela inserção de gen de um outro animal ou planta. Ou seja, quando é adicionado à carga genética original um gen diferente daqueles que compõe a carga genética original, se

tem um organismo geneticamente modificado (OGM) ou animal ou planta transgênica.

Por isso, talvez já não fossem ovelhas legitimamente crioulas os animais obtidos pela transgenia. Isso não impede de pensar, como proposta de pesquisa com essa técnica (não para a preservação da espécie ovelha crioula), mas na preservação de uma ou mais de suas características, como rusticidade e longevidade, que poderiam ser incorporadas, via transgenia, em rebanhos comerciais.

Depois deste primeiro momento de esclarecimento sobre as potencialidades da nova técnica, segue-se um outro em que os campos sociais começam a se mostrar de forma mais evidente. Assim que, a reação aos organismos geneticamente modificados por parte de organizações ecológicas não tardou no Rio Grande do Sul. Em *ZH*, edição do 04/07/97, do *Caderno Campo e Lavoura*, o coordenador do Grupo de Agricultura Ecológica CAE/IPÊ, Laércio Meirelles, assina artigo onde diz claramente que é preciso que haja uma mudança do atual modelo de desenvolvimento agrícola que, segundo ele, acarretou a descapitalização dos pequenos produtores, poluição das águas, erosão genética e dos solos, intoxicação dos agricultores, êxodo rural, contaminação dos alimentos, etc.

As soluções passam, especialmente, por mudanças tecnológicas e novas formas de organização social. Nessa busca de soluções, a agricultura ecológica é parte importante. Trata-se de uma forma de se fazer agricultura onde as tecnologias são geradas para contemplar as necessidades da agricultura e da sociedade como um todo e não do complexo urbano-industrial que se coloca a montante e a jusante da atividade. A rejeição de organismos transgênicos, de adubos de alta solubilidade e/ou moléculas químicas sintéticas, e a utilização máxima dos recursos naturais renováveis é a base para a busca de tecnologias mais eficientes do ponto de vista energético e econômico, além

de apropriáveis pelo produtor (ZH, 04/07/97, Campo e Lavoura).

A posição da representação ecologista começa a tomar contornos do que seria a contenda dali em diante. Há no discurso uma alusão direta aos transgênicos e sua inserção no rol das tecnologias industrializadas que comprometem o bom desempenho de uma agricultura ecológica, no sentido de naturalista, sem agressões ao equilíbrio ambiental. Trata-se de outro sentido, representativo de um segmento social bem definido, em que é aludido uma outra lei ou conjunto de leis, que regulam a preservação da natureza. Entra no discurso midiático outro interpretante, gerando, produzindo o argumento da “agressão” à natureza e ao ambiente habitado pelo homem. Os transgênicos representam a modificação, alteração não autorizada, uma ameaça.

Aos símbolos “renda” e “agressão” para identificar os transgênicos outros se sucedem. Depois de Dolly, surgia Polly (ovelha que além de clonada era transgênica) anunciada no mesmo embalo midiático da biotecnologia, mas com um apelo específico e adicional, pois teria sido criada para *ajudar na busca da cura de doenças*. Na edição de Domingo, 27/07/07, da editoria geral de ZH, a descrição, além de apologética, é minuciosa.

Uma fábrica de rebanhos capaz de produzir proteínas humanas em larga escala, que facilitarão as pesquisas em busca da cura de doenças como fibrose cística, hemofilia, câncer e Aids. Essa é a principal imagem na mente de pesquisadores do mundo inteiro depois que a empresa escocesa PPL Therapeutics anunciou o nascimento da primeira ovelha (Polly) fruto de uma mutação genética e, ao mesmo tempo, de clonagem. O clone transgênico (tem informações genéticas de espécies diferentes) é a nova esperança da ciência rumo à cura de doenças graves (ZH, 27/07/97, p.35, Geral).

A idéia dos pesquisadores era de que com a criação em série de animais transgênicos, com genes humanos, a produção de órgãos para reposição seria mais fácil, rápida e barata. A criação da ovelha clonada e transgênica abria as portas também para a criação de clones de animais que carreguem outros genes humanos, ou seja, que podem produzir diferentes proteínas ligadas a numerosas doenças do homem ainda sem cura. A fábrica biogenética é uma possibilidade que mais encanta os cientistas. Um professor de ciência da Universidade de Missouri, nos Estados Unidos, Randall Prather, declarou ao jornal *New York Times* que a experiência de Dolly foi importante, mas a de Polly é muito mais significativa para o futuro das pesquisas científicas. "*Esse animal transgênico e clonado abre um novo mundo de potencialidades para a ciência. O limite é a nossa imaginação - disse Prather (ZH, 27/07/97, p.35, Geral).*

Observe-se como esse símbolos ganham forma e força persuasiva no discurso. Os transgênicos passam a compor o ideário de um "novo mundo", em função de uma outra significação que lhe é atribuída: a de curar as doenças dos homens. Um apelo definitivo que vincula a técnica da transgenia ao desejo incontido de perpetuação da espécie humana.

Até aquele momento a fase de encantamento com a tecnologia de manipulação genética obtinha amplo espaço, tanto que as reações do campo da ética ainda não apareciam com força no cenário internacional.

A pressão ecológica, entretanto, começava a se articular e também despertar o filão editorial. No Brasil, é lançado no final de 97, o livro: *Queridos Animais - Relação Humanos & Animais: Novas Áreas Profissionais sob Enfoque Ecológico* organizado pela especialista em ecologia, médica veterinária Angela Escosteguy. Está dividido em sete capítulos, onde são destacadas as mudanças ocorridas em todas as áreas que envolvem o relacionamento entre os seres humanos e os animais. As novidades tecnológicas e suas implicações também estão presentes, já no primeiro capítulo, que questiona os valores éticos, no campo da

biotecnologia. A partir dos avanços que vão ocorrendo na ciência, os autores tentam chegar à conclusão sobre a "faca de dois gumes" das novas descobertas. "A tecnologia traz preocupações", garante a coordenadora. Ainda que a temática fosse recente, o livro discute assunto como animais transgênicos, fertilização *in vitro* e clonagem.

A importância do assunto começa a crescer rapidamente, tanto que está presente na edição especial de fim-de-ano de *ZH*. A primeira matéria de 1998 envolvendo transgenia é apresentada logo na primeira semana, dia 07/01, na página 31, de *economia*, informando que o então Ministro da Agricultura, Arlindo Porto, participaria de um encontro sobre a legislação dos produtos transgênicos em Assunção, no Paraguai, durante a 7ª Reunião do Conselho de Ministros do Comitê de Sanidade Vegetal do Cone Sul (Cosave)

Assim, o campo político começa a se movimentar, já que as informações sobre o avanço da biotecnologia na área vegetal passaram a fazer parte das discussões bilaterais entre os países. Como o Brasil tinha uma legislação aprovada sobre a temática, considerada avançada, havia um grande interesse dos outros países do Cone Sul em saber como tratar a questão.

A exigência legal de registro de ocorrências com OGMs possibilitou, por exemplo, que se soubesse que já naquele início de ano a CTNBio havia liberado 51 pedidos de testes com produtos transgênicos no Brasil. A palavra "transgênicos" começava a entrar definitivamente no vocabulário dos campos sociais (jurídico, político e midiático). Na mídia, a saída era recorrer aos enunciadores que na medida em que se ampliavam, começavam a aparecer, investidos de autoridade, para falar da intrincada operação biotecnológica e assim representar o posicionamento dos respectivos campos.

Uma fonte de autoridade, para a mídia, era naturalmente o próprio Governo Federal, o qual havia sancionado Lei sobre o assunto. O agendamento midiático recaiu sobre a Secretária Executiva da CTNBio e logo depois em pesquisadores da Embrapa,

órgão vinculado ao Ministério da Agricultura e neste caso ao Centro Nacional de Pesquisa em Recursos Genéticos (Cenargen), unidade da Embrapa localizada em Brasília, onde se concentram os estudos sobre biotecnologia. Foram justamente a essas duas fontes político-institucionais que *ZH* recorreu para montar a reportagem central do Caderno Campo Lavoura de 16/01/88, sob o título “*A vida adaptada em laboratório: Biotecnologia permite modificar as características de vegetais e animais conforme as necessidades*”.

A reportagem assinada por Carolina Bahia (da editoria de Brasília), começa de forma apologética, anunciando as vantagens e benefícios da biotecnologia:

O homem conseguiu descobrir uma técnica que adapta as características de espécies vegetais e animais às suas necessidades e aos seus desejos de consumo. A idéia parece simples: modificar geneticamente o DNA (material genético responsável pela herança de caracteres hereditários) de uma planta, colocando nele um gene que conceda características específicas ao produto. A técnica de manipulação do gene na célula pode ser tão útil à sociedade que na Ásia os pesquisadores tentam produzir arroz com ferro. Nos Estados Unidos, uma empresa já comercializa um tomate que demora a apodrecer. No Brasil, soja e milho resistentes a pragas e insetos já estão em teste. "O próximo século será da biotecnologia", adianta o chefe-geral do Centro Nacional de Recursos Genéticos e Biotecnologia (Cenargen), da Embrapa, Afonso Celso Valais. Pelos cálculos de Valais, até o final deste século o comércio do setor no mundo será responsável pelo movimento de US\$ 50 bilhões. O próprio Cenargem já conta com mais de 60 mil amostras em câmaras frias (*ZH*, 16/01/88, Caderno Campo e Lavoura).

As enunciações recolhidas do campo científico pelo jornal e o próprio texto da reportagem não mostram qualquer reserva, que a lei de 1995 impunha, sobre os avanços da biotecnologia no País. Embora a lei seja muito clara quanto ao plantio de organismos transgênicos, ao encarregar a CTNBio, em 1996, de controlar a introdução e a produção de OGMs no País. Ou seja, de um lado o Governo Federal anuncia que está desenvolvendo pesquisas com transgênicos, o que induz a uma futura utilização desse conhecimento, mas por outro lado está encarregado também de controlar, autorizar ou vetar, essas mesmas experiências. Diante do paradoxo, não captado, omitido ou não levado em conta na abertura da reportagem de *ZH*, o Governo parecia apenas observar a evolução dos fatos, esperando, talvez, que houvesse algum tipo de acomodação com o decorrer do tempo.

Se, de um lado, o discurso jornalístico articula um transgênico benéfico, facilitador de operações agrícolas, a articulação discursiva da então secretária-executiva da CTNBio, Lúcia Aleixo, doutora em biologia molecular, oferece uma outra leitura sobre o assunto na mesma edição de *ZH*. Para ela "Uma série de manipulações podem ser feitas para obter plantas resistentes a pragas ou com melhores índices nutritivos", mas adverte que a fiscalização é cada vez mais importante na medida em que as técnicas de manipulação genética obedecem a interesses econômicos.

Os cruzamentos de interesses entre o campo econômico (transgênicos significando "renda") e as possibilidades apresentadas por um determinado segmento do campo científico chegam, então, aos discursos institucionais. Em *ZH* esses impasses que demarcam os posicionamentos ("renda", "perigo", "saúde") são repercutidos de forma isolada na apresentação textual, refletindo certa instabilidade redacional que, de certa forma, repercute o que pode ser observado na própria condução editorial em relação ao tema. Tal instabilidade se manifesta especialmente porque as editoriais parece não se falarem sobre o assunto ou mesmo ajustarem o discurso em relação à temática, que é complexa.

No caso mencionado, por exemplo, a reportagem começa, como se viu, enaltecendo a tecnologia, mas vai transmutando ao apresentar a preocupação científica com o impacto ambiental, pois os testes então solicitados à CTNbio, na maioria, estavam ligados ao cultivo da soja, milho, algodão, cana-de-açúcar e fumo, todos resistentes a herbicidas, a insetos e a vírus. A palavra da Secretária, reproduzida ao final da reportagem dá um outro tom redacional, que parece nada ter a ver com o início do texto da locutora. Segundo a jornalista, “*Não se sabe o que pode ocorrer, se é bom ou ruim um milho resistente a determinada doença e como vai reagir em contato com espécies selvagens*”. A matéria completa que: “*A polêmica do fumo Y-1 se enquadra nesse caso, com o agravante de ser acusado de conter altos índices de nicotina*” (ZH, 16/01/98, *Caderno Campo e Lavoura*).

Não se pode dizer das razões que levaram a autoria da reportagem fazer tal percurso. Talvez esteja relacionado à dificuldade dos jornalistas em lidar com o fator tempo. Tuchman (1983) observou, ao acompanhar as notícias sobre o movimento feminista que as rotinas diárias influenciam na cobertura. O ritmo de trabalho e o imediatismo, em busca da atualidade “têm como consequência uma ênfase nos acontecimentos e não nas problemáticas” (Traquina, 2001, p.98). Por isso Tuchman (1983) diz que os acontecimentos estão soterrados no que chama de “teia de faticidade”, porque é dos fatos e suas implicações que o acontecimento emerge e onde se abastece.

No caso dos transgênicos, se observa que nos primeiros anos as enunciações dos cientistas já repercutiam a possibilidade de debate público sobre a temática. Havia uma preocupação em chamar atenção sobre a questão ambivalente que envolvia os organismos geneticamente modificados. Ainda que não se falasse acentuadamente em ética, eram apresentados os pontos e interesses conflitantes. A mídia, e no caso ZH, buscava um posicionamento, o que poderia se dar na medida em que houvesse maior clareza da abrangência da temática. Sintomaticamente, até aquele momento nenhum editorial tratara do assunto.

Mas não havia mais dúvidas sobre a complexidade da temática, na medida em que se instauravam as disputas de sentido sobre assunto. O jornal, enquanto integrante da corporação midiática, parece se satisfazer com as disputas. Ao levar a palavra “polêmica” pela primeira vez a um título que trata da questão, *ZH* procura refletir uma tendência de disputa social que se evidenciava. Na página 20, da editoria de economia, de 25/01/98, o título: “A polêmica da genética dos alimentos”, agenda um enunciador com autoridade para falar dos transgênicos. Um farmacêutico, doutor em biologia molecular, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Giancarlo Pasquali. O jornal pretendia esclarecer sobre a técnica e por isso elegeu alguém que além de professor é pesquisador e trabalha com transgênicos. A opção do jornal foi de fazer o que normalmente se conhece na linguagem jornalística como “bate-bola” com o cientista, em que aparecem apenas as perguntas e respostas da interlocução. Sugere que o jornal estava em busca de uma posição e por isso recorre à estrutura enunciativa dialogal. Embora, de qualquer forma, ao eger esse pesquisador, que se mostra favorável à técnica, *ZH* também está ali se posicionando. Numa pergunta central *ZH* interroga: *Afinal, qual é o problema?* e o pesquisador enuncia:

Eu não concordo muito com o histerismo que existe ao redor de plantas transgênicas. O que é mais grave: trazer uma planta exótica e liberar no meio ambiente brasileiro, tipo um feijão africano, ou um tomate que tenha um só gene diferente dos outros, ou uma soja com um só gene modificado das demais sojas aqui plantadas? O impacto ecológico vai ser no mínimo igual ou menor do que a planta transgênica, em relação à planta exótica. O medo é liberar no meio ambiente uma planta que se adapte muito mais facilmente e que vai tomar conta do ambiente. Há exemplos bem conhecidos de invasões, como as abelhas africanas que acabaram dizimando as nativas. O receio é o mesmo (*ZH*, 25/01/98, p.20).

O discurso do pesquisador parte da racionalização de outros discursos, que evidenciam as possibilidades de impacto do fenômeno. Não se observa preocupação com a manipulação genética em si, o seu controle pelo homem, a intencionalidade dessas operações e os interesses que atendem. De onde fala, o pesquisador manifesta os seus propósitos e eles atendem contextos, que são salientados pelo pesquisador, na mesma medida que outros são omitidos ou apagados. A teoria do mal menor é um bom exemplo deste movimento argumentativo.

Além disso, o pesquisador cita o caso da soja e não o faz por acaso. No início do ano, informalmente, já se sabia que agricultores do Rio Grande do Sul haviam plantado soja modificada, embora quase nada tivesse chegado à imprensa. Em *ZH*, maior jornal em tiragem do Rio Grande do Sul, por exemplo, a temática não tinha dado entrada ainda, a não ser em citações genéricas.

3.2.1 Transgênicos e a soja no RS

Foi somente no dia sete de fevereiro de 1998, na página 23 (economia), que *Zero Hora* abriu manchete para o que até então era considerado boato ou objeto de denúncias, como o jornal preferiu tratar. *ZH* assume o tema (soja transgênica), não como novidade, mas como matéria em curso, apontando que: “*Surgem novas denúncias na soja*” e em linha de apoio que o “*Ministério tem informações de irregularidades em outros Estados*”.

A reportagem fala que o perigo da entrada ilegal de soja transgênica vem sendo discutido pela Comissão Técnica Nacional de Bio-Segurança (CTNBio) desde 1997.

Houve denúncias de que lavouras com essa variedade estariam prontas para serem cultivadas em Minas Gerais, Paraná e Rio Grandes do Sul. Os casos gaúchos foram investigados formalmente, inclusive com destaque para propriedades suspeitas. A informação é do agrônomo e chefe da Divisão de Controle

Fitossanitário e Quarentena Vegetal do Ministério da Agricultura, Paccelli José Moracci Zahler, que presta auxílio técnico à Polícia Federal nas investigações, na região de Passo Fundo (ZH, 07/02/98, p.23).

Diante da dimensão que tomou no Rio Grande do Sul, essas primeiras notícias veiculadas no Estado são interessantes. Talvez por uma estratégia do jornal, talvez por desconhecimento da realidade, elas surgem na dimensão da possibilidade e em meio a outros casos de plantio, em regiões distantes, como Minas Gerais. No Rio Grande do Sul, a “suspeita” era de que as sementes de soja alteradas fossem “*contrabandeadas da Argentina para o norte do Estado, vendidas a agricultores e plantadas em cerca de 7,5 mil hectares(SIC)*”. Ou seja, a informação sobre o cultivo da soja no Estado apareceu quanto o fato estava inteiramente dado e, como se verá, muito claro e evidente, e não uma simples “suspeita”. Embora seja difícil acreditar que houvesse instalado 7,5 mil hectares com a nova semente em tão pouco no RS.

Uma vez correta, então se pode dizer que desaparece o tom de novidade atribuída à situação, enquanto fato objeto da realidade e do jornalismo, pelo contrário. Não estava sendo noticiada uma pequena experiência dos lavoureiros, o que deve ter acontecido logo depois da primeira safra Argentina, em 1996/1997. Mas simplesmente aparece uma lavoura estabelecida, de 7,5 mil hectares, área agricultável expressiva e que não deve ter surgido dissimuladamente, sem que ninguém soubesse. O fato de o jornal usar palavras como “denúncia”, “suspeita” pareceria corriqueiro em caso de tratar-se de mera possibilidade, mas não neste, pois já havia naquele momento um fato, com todos os contornos e contradições que, por algum motivo, o jornal não acompanhou o desenvolvimento.

Pode-se dizer que, do ponto de vista do fato em si, o caso transgênicos emerge na discursividade midiática de ZH como um fato já estabelecido (trata-se de uma questão dada, ainda que envolva um crime federal). O conceito está em plena ação e talvez

por isso, tenha suscitado tantos interpretantes, o que só fez crescer nos últimos anos. Observa-se, então, que a questão tecnológica que envolve os organismos modificados não surge de forma pulverizada no Brasil e mesmo no mundo. Há uma centralização, a partir de um fato real bem caracterizado, que se impõe como questão e assim, tem o poder de gerar signos, o que se traduz na discussão, em busca de consenso, que permeia a opinião pública.

No Brasil, ainda que houvesse a Lei de Biossegurança, em vigor desde 1995, a qual proibia a introdução de materiais geneticamente modificados para a produção comercial, por alguma razão os campos políticos e policiais deixavam crescer um país de soja transgênica no Sul do Brasil (mais de dois mil hectares). A dimensão induz que se imagine que essa transgressão de alguma forma foi consentida. Como é possível que não se soubesse disso? Talvez analisando o contexto se possa compreender melhor o que acontecia neste tempo.

O cenário político, em 98, mostrava o segundo governo (re-eleito) de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) no plano Federal e o governo de Antonio Britto no Rio Grande do Sul (PMDB), políticos de centro, aliados, que implantavam a mesma política liberal, marcada pela transferência de serviços públicos para empresas privadas (telefone, energia, transportes, etc), diminuição de gastos estatais e outras medidas, como o aumento da produção de bens e serviços, visando a estabilidade da equação financeira, especialmente para cumprir com metas definidas pelos organismos de crédito internacionais (FMI e Banco Mundial).

Travasse, então, algo contraditório aos interesses do governo. Por um lado a adoção de tecnologia que aumenta a produção e a produtividade e pode colaborar para o cumprimento de metas econômicas e de outro as normas instituídas da lei, outorgada por esse mesmo governo. Ou seja, o espírito da Lei aprovada remete justamente para as possibilidades de risco que a introdução de um produto desenvolvido pela engenharia genética e em outro meio ambiente implique na biodiversidade brasileira. Observando-se desse ângulo, há um embate interno no Estado brasileiro motivado

por interesses contraditórios, entre dois campos: o econômico e o ecológico.

O que se poderia esperar do Governo que sancionou a lei? Racionalmente, que a fizesse cumprir, utilizando os dispositivos para tal. Porém, não foi o que aconteceu. No discurso do chefe da Divisão de Controle Fitossanitário e Quarentena Vegetal do Ministério da Agricultura, Paccelli José Moracci Zahler, a contradição se explicita. Para ele, "Se o Ministério da Agricultura considerar o material com baixo índice de riscos, permitirá a importação das sementes"(ZH, 07/02/98, p.23). A atuação da CTNBio, criada pelo mesmo governo exatamente para analisar os riscos, de forma mais isenta, não foi citado pelo especialista do Ministério.

O texto é bastante claro, em seu artigo 8º, da Lei de Biossegurança que diz objetivamente no parágrafo 1º que:

Os produtos contendo OGM, destinados à comercialização ou industrialização, provenientes de outros países, só poderão ser introduzidos no Brasil após o parecer prévio conclusivo da CNTBio e a autorização do órgão de fiscalização competente, levando-se em consideração pareceres técnicos de outros países, quando disponíveis (Lei de Biossegurança, p.2).

Como a legislação é definidora com relação aos trâmites, ou os integrantes do governo estavam desinformados ou deliberadamente passaram a desconhecer a normatividade prevista. Não se sabe exatamente o que os moveu. De toda forma, havia um episódio real e uma situação dada. O contexto dos infratores à Lei, constituído por agricultores que de alguma forma haviam conseguido sementes cujo plantio estava expressamente desautorizado no País, com dispositivos expressos em Lei Federal.

A mídia passa a descrever esse contexto logo em seguida e ZH apresenta uma grande reportagem mostrando que já havia "*O medo de quem plantou soja ilegal*", mostrando os efeitos do contraste entre a legislação brasileira e o respectivo poder de Estado com os interesses (econômicos) dos agricultores e quem sabe,

também, com os de uma multinacional de sementes e biotecnologia.

Observa-se mais uma vez, na titulação, que o jornal deixa de contrapor ou apresentar de forma contextualizada os interesses dos diferentes segmentos na questão. Pelo contrário, o jornal apresenta como natural, corriqueiro, o fato que em si trata de uma objetiva e flagrante irregularidade, uma transgressão à instituição legal do País. Assim o jornal opera no sentido de familiarizar a situação ao cotidiano.

Não se trata aqui de questionar o jornal em sua relação com a realidade e, portanto, com a verdade dos fatos. A teoria do espelho (que prega uma função reflexa na ação jornalística) não é suficiente para dar conta do que acontece com *ZH* neste caso. Trata-se aqui de um processo que envolve escolhas e tal escolha narrativa feita pelo jornalista não é inteiramente livre (Manoff, 1986: Traquina, 2001).

Ou seja, é uma questão de enquadramento, que é mais do que conceber as notícias como ‘estórias’ (contos fantasiosos ou fictícios), pois está relacionado com a importância de compreender como são produzidas e assim desvendar o seu potencial semiótico (de gerar sentidos). Goffman (1974) define enquadramentos, entendendo-os como princípios de organização que governam os acontecimentos. Os enquadramentos midiáticos, ao cumprir a função de oferecer panoramas da realidade social transformam-se em “padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os *symbol-handler*¹ organizam de forma rotineira o discurso, seja verbal ou visual” (Gitlin, 1980, p 7).

Os enquadramentos sinalizam para as formas de relacionamento engendrado na dinâmica de produção jornalística. No caso de *ZH*, deixam ver os laços frouxos que se expressam na redação noticiosa à própria ética de produção jornalística. De outra forma, como explicar a opção na abordagem do tema, negligenciando os seus originais contornos, enquanto crime federal. Em *ZH*, a ex-

¹ A mídia seria uma espécie de símbolo-guia

pressão discursiva das matérias inverte os papéis e o caso deixa de pertencer à esfera judicial e se converte em melodrama social.

Em termos semióticos se pode falar numa espécie de crise de interpretação. Afinal há um objeto bem caracterizado a que se referir, que está na dependência de ser interpretado e apresentado para vir à tona. Mas, por alguma razão, uma outra lógica, aparece outra coisa. Partindo do objeto em pauta, há uma espécie de falta de sincronia entre o interpretante imediato (propriedade objetiva do signo ou significado) e o interpretante dinâmico (a idéia que o signo provoca). Em teoria do jornalismo talvez o termo mais correto seja distorção para o que de certa forma também se apresenta no texto a seguir:

O agricultor S., 42 anos, perdeu o sono. O pesadelo que arrasa com suas noites há uma semana é marcado pela visão de homens da Polícia Federal em ternos bem cortados, vistoriando sua lavoura e encontrando plantas ilegais no país. S. é um entre mais de uma dezena de produtores do norte do Estado que plantou a soja transgênica, vegetal geneticamente alterado para tolerar herbicidas. A semente modificada garante maior produtividade ao agricultor, mas sua venda está proibida no Brasil, porque ainda não ultrapassou a fase de testes, nem se sabe seus efeitos a longo prazo no meio ambiente. Ao menosprezar os riscos, agricultores de oito cidades do Planalto Médio e da Fronteira Oeste contrabandearam sementes da Argentina. (...) Só agora, tomou consciência dos crimes envolvidos na pirataria genética e tem medo de ir parar numa prisão. Ele, logo ele, que está em dia com os financiamentos dos bancos e, da Justiça, só conhece o que vê em filmes na televisão (ZH, 08/02/98, p.22).

Além de eleger a emoção discursiva, o locutor omite a identificação do agricultor e diz que ele somente concordou em falar

sobre o plantio da soja proibida no país desde que sua identidade e o município onde plantam fossem preservados. O jornal diz que também teve acesso a uma lista de quatro agricultores e três vendedores de sementes apontados por outros produtores e pela própria Polícia Federal como ligados ao plantio ilegal da soja. Seus nomes igualmente foram omitidos na reportagem, segundo o jornal, “*para não prejudicar as investigações da PF*” (Polícia Federal).

Ainda que se trate de cultivo ilegal e como a ilegalidade é um tema dos campos judicial e da Polícia Federal, o jornal não agendou esses discursos. Bastaria recorrer à Lei de Biossegurança em seus artigos 11º e 12º para saber que constitui infração e, portanto, crime da esfera Federal: “Liberar no meio ambiente qualquer OGM sem aguardar sua prévia aprovação, mediante publicação no Diário Oficial da União”. Está previsto, também na Lei (artigo 5º, parágrafo 4º), a pena de reclusão de um a dois anos: “Se a liberação, o descarte no meio ambiente ou a introdução no meio ambiente de OGM for culposo”. Também é considerado infração, com multas a partir de 16.110.80 UFIR (Unidade Fiscal de Receita) para quem “deixar de notificar, ou fazê-lo de forma não imediata, à CTNBio e às autoridades de Saúde Pública, sobre acidentes que possa provocar a disseminação de OGM”.

Não se pode dizer que a expansão da soja modificada no Brasil aconteceu de forma acidental. Pelo contrário, houve uma transgressão a olhos vistos, que se estabeleceu fisicamente em praticamente todos os campos agricultáveis com o produto agrícola no Estado. O produtor adquiriu alguns sacos de semente contrabandeados da Argentina e depois fez a multiplicação para as safras seguintes, como explica um agricultor que estava plantando a nova semente em suas terras.

Vou reservar os grãos para transformá-los em semente. Acho que todos os agricultores que plantaram a soja transgênica vão fazer o mesmo. Aí não precisam comprar a semente a um preço tão caro, nos próximos anos, quando ela for legalizada. Isso se a

polícia não acabar antes com a minha plantação (ZH, 08/02/98, p.22).

Observe-se que os campos sociais envolvidos na discursividade da soja transgênica no Rio Grande do Sul, todos eles, apresentam a situação como praticamente incontornável. A mídia, os governos, os agricultores, os técnicos, trabalhavam com a análise de uma situação e não com as normas estabelecidas na Lei. Pelo contrário, no discurso do agricultor a “polícia” é que poderia acabar com a sua plantação e não as determinações e normas legais do seu país.

Curiosamente não foi esse cenário, mas outro, o que fez com que os transgênicos tivessem quase sucumbido a partir de maio de 1998, quando surgia forte a idéia de instituir no Rio Grande do Sul o primeiro nicho mundial de soja não-transgênica. Um dos maiores compradores de farelo de soja da Europa garantiu em Rennes, na França, que havia espaço para esses grãos. Inclusive foi acenado com a possibilidade daquele país comprar toda a produção de 24 entidades ligadas à Central de Cooperativas de Produtores Rurais do Rio Grande do Sul (Centralsul), estimada em 1,3 milhão de toneladas por ano. A negociação dependia de um acerto de preço. “O presidente da Centralsul, Mário Bertani, propôs um preço mínimo 20% superior ao valor pago atualmente, de US\$ 240 a tonelada, para oferecer um produto certificado, com selo gaúcho”, disse ZH na edição de 08/05/98, p.16, do caderno *Campo e Lavoura*. Os negócios não evoluíram.

Tratava-se de uma troca de valor que transitou apenas no campo econômico, na medida em que o produto soja convencional começava a ficar raro no mundo, já que os principais países produtores de soja (Estados Unidos, Argentina e Canadá) estavam com seus campos semeados de soja transgênica. As questões relativas ao campo técnico-científico, o possível impacto no meio ambiente, sequer foram avaliadas como algo importante a ser analisado.

Ao mesmo tempo, estava sendo planejado o caminho para a entrada do registro da Monsanto no Brasil. Pouco se falava sobre

isso, enquanto o tema ficava em ebulição nos jornais, que cobriram vários eventos sobre o assunto. Somente quase na metade de 1998 a Monsanto decidiu entrar com o pedido na CTNBio de autorização para o cultivo de transgênicos.

A Monsanto encaminhou no dia 29 de junho daquele ano, à CTNBio, o relatório requisitando a liberação para a produção comercial da soja transgênica resistente às aplicações do herbicida glifosato de amônia (o Roundup), também produzido pela empresa. Era a primeira vez que a Comissão recebia o pedido para a produção comercial (as demais eram para experimentos) de um produto geneticamente modificado.

O documento de 320 páginas chegou à Comissão e logo foi montada uma equipe formada de cinco profissionais (com dois consultores externos à CTNBio) para avaliar o pedido. Um resumo do processo foi publicado no Diário Oficial e encaminhado a todas as secretarias de Agricultura do Brasil. A partir dessa data, a sociedade civil teve 30 dias para se manifestar.

Inúmeras cartas de associações de produtores e Organizações Não-Governamentais (ONGs) chegaram ao CTNBio e passaram a ser anexadas ao processo analisado pelos técnicos. Representantes de entidades não-governamentais entregaram à CTNBio um documento que questionava o relatório da empresa, alertando para os riscos ambientais e econômicos da introdução da soja transgênica. O grupo também requisitou a entrada do Congresso Nacional na discussão de assuntos relacionados aos produtos transgênicos.

Ouvido por ZH, o professor da UFRGS, Sebastião Pinheiro, dizia ser contra a liberação do uso comercial da soja transgênica, em especial pelo desconhecimento dos resultados do impacto ambiental e da saúde humana. Na sua opinião, “o produto será oferecido ao mercado como um pacote, levando o produtor a comprar semente e herbicida da mesma empresa, criando uma dependência tecnológica” (ZH, 27/07/98, p.30). O professor também temia o aumento do consumo indiscriminado do herbicida, expondo os agricultores ainda mais aos perigos das intoxicações e chamava

atenção para o risco econômico que as pequenas empresas de sementes correm com o monopólio da tecnologia.

Enquanto isso, o diretor de regulamentação da Monsanto no Brasil, Luiz Antonio Abramides do Val, saía em defesa do seu produto. Para ele a soja transgênica resistente ao Roundup já era plantada na Argentina (4 milhões de hectares) e nos Estados Unidos (10 milhões de hectares) sem problemas. Assegurava que o herbicida era biodegradável e mais favorável à produção do ponto de vista ambiental. “Haverá diferença de preço, mas a promessa é de uma redução nos custos de 10% a 20% e aumento da produtividade de 5% a 10%, pela ausência da concorrência com plantas daninhas” (ZH, 27/07/98, p. 30).

Os campos científico e comercial, como se observa, se enfrentavam com as armas discursivas afinadas pelos seus respectivos segmentos. Os mesmos sentidos traduzidos nos argumentos (segurança, quantidade de químicos na lavoura e rentabilidade ao produtor) fazem parte de um e outro discurso, utilizado de acordo com os seus interesses. Os campos, neste caso, jogavam exatamente com a falta de dados, com a insuficiência de elementos e multiplicavam esses dados para a sociedade. Essas peculiaridades discursivas persistiram até hoje. É o combustível que alimenta o motor da discussão, um objeto cuja disputa interpretativa se dá no embate da cena pública, onde os atores defendem as suas posições.

O conceito “transgênicos” passou a estar envolto de muitos significados. Os argumentos parecem falar de coisas diferentes. Entra-se no terreno pouco seguro da ambigüidade. Quando o representante de uma entidade ecologista ou preservacionista utiliza o conceito “ecologia”, por exemplo, refere-se a um conjunto de fatores que certamente não são os mesmos referidos quando esse conceito é utilizado pelo representante da indústria que deseja ver o seu produto implantado nas lavouras brasileiras.

Logicamente ambos entendem que o termo *ecologia* se refere à natureza e ao equilíbrio ambiental. Mas isso não quer dizer que todos se preocupem com a sua manutenção ou mesmo que

vejam a questão da preservação da ecologia a partir dos mesmos pressupostos. Por isso, alguns argumentos colocam o homem no centro da discussão enquanto outros pensam na biosfera como um todo. Os conceitos são conotados para o interesse dos respectivos segmentos.

3.2.2 Entre política e ecologia

A defesa da ecologia, enquanto campo social ativo, no caso dos transgênicos, cresce discursivamente em ZH a partir da edição especial sobre o tema no dia 27/07/98, marcada por um fato inusitado: A proposta do prefeito de Espumoso, do interior do Rio Grande do Sul, de proibir o plantio de transgênicos em seu município.

A notícia dizia que a localidade, situada a 257 quilômetros da capital, Porto Alegre, poderia ser o primeiro município brasileiro a ter uma legislação proibindo o plantio de soja transgênica. O prefeito Mário Bertani (PMDB) estava enviando à Câmara de Vereadores um projeto de código ambiental que impedia o cultivo de sementes alteradas pela biotecnologia.

O político defendia a criação de um pólo de produção de soja tradicional (não-transgênica) no Estado por razões não somente ambientais e de saúde pública, mas também mercadológicas, de olho principalmente no consumidor europeu, que ao não aceitar a semente alterada, estava disposto a pagar inclusive com margem superior à cotação média do grão. A enunciação foi assim reproduzida pelo jornal:

No mundo moderno, da qualidade total, se o Rio Grande do Sul quiser consolidar a sua força como Estado produtor, pode aliar ao reconhecimento de área livre de febre aftosa no rebanho garantias da defesa vegetal na produção de soja (ZH, 27/07/98).

Observe que o discurso chama para algo da esfera da possibilidade que pode, por similaridade, ajustar-se ao que o enunciador

pensava sobre a condição da soja não-transgênica. Então recorre ao raciocínio e vê similaridade com o caso da febre aftosa, que aqui funciona como uma analogia, signo icônico, inferência (abdutiva ou hipotética) que o político entende como necessária para consolidar o argumento.

A existência de ícones é necessária principalmente a fim de mostrar as formas da síntese dos elementos do pensamento (CP 4.544) (...) O raciocínio deve estar principalmente relacionado com as formas que são os principais objetos do *insight* racional. Por isso mesmo, Ícones são especialmente requisitados para o raciocínio (CP 4.531).

Porém, ainda que o argumento estivesse bem armado, a mesma opinião não era compartilhada pelo então secretário da Agricultura estadual, Caio Rocha, que dizia não ter posicionamento sobre a liberação ou não da produção comercial da soja transgênica no Rio Grande do Sul até aquele momento. Para ele “impor esse posicionamento aos produtores nem lhe passou pela cabeça”, pois “O mundo evoluiu” afirmou à *ZH* o secretário, acrescentando que o assunto deveria ser discutido em um fórum promovido pelo governo do Estado.

Pela segunda vez, a proposta de criação de um pólo de soja tradicional com selo gaúcho estava em discussão e então o assunto passou a interessar ao maior aliado na briga contra os OGMs. O Greenpeace, uma das mais importantes organizações ambientalistas do mundo mostrou-se através da socióloga Marijane Lisboa, consultora da entidade no Brasil. Ela explicou ao jornal que o Greenpeace é contra a liberação do cultivo de transgênicos porque acredita que *as poucas vantagens econômicas são inferiores aos possíveis prejuízos ao meio ambiente e à saúde*:

Nós achamos que na área de engenharia genética devemos agir com dupla prevenção porque os organismos geneticamente modificados são capazes de se reproduzir por força própria. Antes de se criar um parque de dinossauros, temos que pensar muitas vezes (*ZH*, 27/07/98, p.31).

Podemos identificar aqui, assim como no caso já mencionado da referência à febre aftosa, a remissão discursiva (pode-se falar em astúcia discursiva) a algo da mesma ordem, da mesma categoria. Neste caso a ativista da causa ecológica vai buscar a similaridade com a fantasia e os perigos iminentes da obra ficcional *Parque dos Dinossauros*, na qual um bando de dinossauros age descontroladamente. O signo icônico mais uma vez presente, utilizado como referência (uma recorrência à hipérbole, ao ícone, para persuadir o leitor), para dar uma dimensão do que se trata. Na argumentação sobre os transgênicos, os enunciadores se valem desses expedientes, em busca de fornecer o enquadramento (o lugar para os transgênicos) desejado.

Ou seja a remissão direta aos mitos científicos, à montagem assustadora estilo *Frankenstein*, começa a transitar pela discursividade anti-transgênicos e esse sentido, a partir daquele momento, só fez crescer. Então, ao tempo que *ZH* começa a descobrir um outro lado da questão, tão forte quanto a vocação tecnológica dos transgênicos, alinhada com a noção de encantamento do mundo, passa a veicular uma discursividade que mais se aproxima do desencantamento. Ao trabalhar este assunto numa análise sobre o programa de TV *Fantástico*, Denise Siqueira conclui que:

O contraditório dessa situação é que a ciência se pretende objetiva – não neutra, como já foi discutido – todavia, sua veiculação pela TV recorre a mitos e ritos – que são da ordem do fantasioso, do metafórico, não têm aparente nexos, são ilusórios. Mas, o mito da ciência não é uma narrativa linear, com início, meio e fim. Ele é construído por fragmentos que são utilizados às vezes juntos, às vezes separado, em cada matéria ou nota que vai ao ar (Siqueira, s/d, p.112).

Mais do que serem apresentados em fragmentos, e separados, os mitos são utilizados conforme as conveniências dos segmentos, que se apropriam dessas noções para fazer uma espécie de ligação direta com as suas aspirações. São estratégias publicitárias

por excelência, como o caso do boneco *Frankenstein* e outros que começarão a aparecer.

A primeira manifestação pública contra o cultivo de transgênicos no Rio Grande do Sul aconteceu durante a principal feira de negócios agropecuários do Sul do Brasil, a Expointer, realizada em Esteio, próximo à capital do RS. O movimento ambientalista *Greenpeace* aproveitou a Expointer 98, realizada no final de agosto, para divulgar ostensivamente a sua campanha contra as plantas geneticamente modificadas. A direção da organização saiu de São Paulo para tentar convencer os secretários de Agricultura presentes em Esteio a impedirem a liberação do plantio de soja transgênica. A organização conseguiu confirmar o tema como assunto principal no fórum de secretários, em Campo Grande (MS), no mês de outubro. ZH diz que o grupo ambientalista “também alertou o ministro da Agricultura, Francisco Turra, para o fato de que o Brasil é o único grande produtor sem cultivos transgênicos legais”. Ou seja, o discurso do *Greenpeace* incorporava à realidade que se impunha, de que no Brasil havia cultivo ilegal de transgênicos, embora a questão subjacente fosse o cultivo em si de transgênicos. O argumento pela legalidade funcionava como mais um elemento discursivo.

Em contrapartida, o posicionamento da pesquisa oficial brasileira ganha um significativo enunciador pró-transgênicos que, a partir daquela edição da Expointer, seria um recorrente enunciador sobre o assunto. Tratava-se da representativa posição do presidente da maior instituição de pesquisa agropecuária do Cone Sul, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Alberto Duque Portugal. Favorável à tecnologia, o administrador federal antecipou que a empresa já havia feito parcerias com a Monsanto e a Cyanamid para o desenvolvimento de sementes modificadas de soja. Na opinião de Portugal, *é uma questão de se ajustar a uma tecnologia que deve se consagrar no próximo milênio*, já que: “Essa tecnologia pode trazer grandes benefícios para a humanidade e à sociedade brasileira se bem usada. Toda a inovação

tecnológica quando não é incorporada ao sistema produtivo pode significar perda de competitividade” (ZH, 14/09/1998),

A questão da competitividade é o aspecto mais evidenciado no texto de ZH. O jornal recorre à outra fonte para reiterar as vantagens da transgenia. O diretor da Corretora Brasoja, Antônio Sartori, disse ao jornal que o Brasil estava perdendo tempo na questão da soja transgênica. Sartori salientou que a soja transgênica correspondeu a 2% da soja norte-americana em 1996, chegou a 12% no ano seguinte e superou 25% na safra de 1998. “A redução de custos permite aos países que usam essa tecnologia serem mais competitivos. E isso se torna muito importante em épocas em que o preço do grão está em patamares mais baixos”, reproduziu o jornal.

O argumento que salienta a competição de mercado é, também, objeto da discursividade tanto de favoráveis quanto de desfavoráveis aos transgênicos. O sentido não é mesmo quando sai dos redutos ambientalistas, que desejam ver o Rio Grande do Sul e o Brasil livre de transgênicos e para isso recorrem às regras de mercado. Essa duplicidade de sentido ficará ainda mais clara a partir de 1999, dada a conjuntura política no Estado do Rio Grande do Sul.

As reações ao avanço dos transgênicos, entretanto, continuam em diversas frentes. A mídia faz a cobertura de eventos que tratam do assunto e reproduz o pensamento dos segmentos que, naquele momento, não tinham dados reais a respeito de possíveis danos ou mesmo das potencialidades da nova tecnologia. Para assegurar o espaço estratégico de agendamento, próprio das mídias, as orientações aos agricultores recorriam aos mitos ou a pretensas verdades, geralmente sem fontes fidedignas, já que as instituições científicas foram pegadas de surpresa e não estavam preparadas para a intrincada enunciação.

Caso típico é a reportagem de ZH de 16/09/98, sobre um seminário organizado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag), na Vila Betânia, em Porto Alegre. Ao final da matéria é reproduzido um texto sob o título “A advertência” que,

apenas se pode induzir, deveria referir à panfleto entregue aos presentes no seminário pelos organizadores. O texto de *ZH* diz:

Os perigos dos produtos transgênicos, conforme ambientalistas:

- * Novos toxicantes produzem uma variedade de compostos como as neurotoxinas, inibidores de enzimas que podem alterar a qualidade dos alimentos.

- * O valor nutricional e a quantidade dos alimentos podem ser diminuídos.

- * O teor de ácido oleico da gordura da soja aumenta. A substância é extremamente importante para a produção de hormônios nos seres humanos.

- * Há possibilidade de reações alérgicas.

- * Esses produtos podem alterar a qualidade nutricional do leite das vacas alimentadas com o farelo de soja.

Fonte: Cartilha sobre Transgênicos, do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação em Agricultura e Saúde (Gipas)

Como se pode observar, não aparece qualquer fonte científica que ampare a recomendação e os dados fornecidos, pelo menos nos dois primeiros itens, podem valer para qualquer produto ou situação. Os demais itens não tinham e tampouco tiveram qualquer verificação científica, com exceção da “possibilidade de reação alérgica”. Mas mesmo neste caso, não houve comprovação. Mesmo assim, o Gipas distribuiu 50 mil exemplares da Cartilha sobre Transgênicos, de autoria do agrônomo Sebastião Pinheiro e previa a impressão de mais 25 mil exemplares. Neste ponto, claramente, os campos sociais estão jogando suas cartas enunciativas. Porém, ainda resta a oficialidade do posicionamento da mídia. Afinal, qual seria o posicionamento da Rede Brasil Sul de Comunicações (RBS), proprietária de *Zero Hora*, quanto aos transgênicos?

3.2.3 A primeira liberação da soja transgênica

O segundo semestre de 1998 foi marcante na história dos OGMs no Brasil. Logo no início do mês de agosto, entre 12 e 13, a CTNBio se reuniu para avaliar pedido da Monsanto, de liberação do plantio de soja transgênica. Foram solicitadas à empresa informações adicionais. No dia 19 o representante do Greenpeace, Roberto Kishinami encaminhou ao governo gaúcho o apoio formal da organização para que o Estado se transformasse em um pólo de produção da soja natural.

No dia 4 de setembro o Greenpeace entregou ao ministro da Agricultura, Francisco Turra, um pedido para que o plantio de soja transgênica não fosse liberado no país, coerente com o pedido feito na Expointer 98, quando apelou para que secretários da Agricultura analisassem o assunto no fórum de Campo Grande (MS), com o argumento de que havia perspectiva de mercado para que o País se transformasse no único grande produtor de soja tradicional.

No dia 15 de setembro a juíza Raquel Fernandez, da 11^a Vara da Justiça Federal de São Paulo concedeu liminar impedindo a autorização do plantio da soja Roundup Ready. A ação cautelar foi impetrada pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) e no dia 16 começou a reunião da CTNBio que deveria se encerrar com a votação do parecer sobre a soja transgênica. Tudo parecia correr favorável à Monsanto, mas no dia 18 o representante do Ministério do Meio Ambiente na CTNBio, Lídio Coradin, pede vistas do processo de solicitação encaminhado pela Monsanto. A decisão é, então, transferida para o dia 24 de setembro quando sai a tão esperada análise.

Naquele dia a CTNBio anunciou a conclusão da análise do pedido de liberação do plantio comercial da soja transgênica pela Monsanto. O parecer foi favorável, com garantias de que o produto não oferecia risco ao ambiente, nem à saúde humana. Mas para que o produto pudesse ir ao mercado seria preciso que o Ministério da Agricultura aprovasse a comercialização da semente.

Nesse dia, representantes do *Greenpeace* realizaram manifestação contra as conclusões da CTNBio.

A decisão afetou definitivamente a história da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança. A repercussão da aprovação da produção da semente transgênica *Roundup Ready* (RR) passou a ser fonte de intermináveis discussões e contenda judicial por vários anos.

O mais curioso, para os ambientalistas, é que a liberação sequer pedia uma análise de impacto ambiental por órgão independente. Conforme a decisão da CTNBio, bastavam as observações conduzidas pela multinacional. O órgão agia conforme as suas prerrogativas, pois o decreto que regulamentou a Lei de Biossegurança deixou a cargo da CTNBio exigir ou não o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto no Meio Ambiente (Rima). A contestação dos grupos ambientalistas é do porque na oportunidade nada foi solicitado. Outro esclarecimento solicitado por ambientalistas é que por ocasião da seção de aprovação do pedido da Monsanto para plantio da soja transgênica, nenhum dos integrantes da comissão - nem mesmo o representante do Ministério do Meio Ambiente na época, posicionou-se a favor dos estudos.

Um dos argumentos mais contundentes contra a atuação da CTNBio a partir desse momento passa a ser justamente a polêmica decisão de não necessidade de uma avaliação local dos impactos ambientais da soja modificada geneticamente, dando-se por satisfeita com os resultados apresentados pela Monsanto e de testes feitos nos Estados Unidos.

Resulta do episódio a articulação do movimento anti-transgênico, que se estrutura rapidamente e protesta utilizando palavras de ordem e um boneco (*frankóleo*) como símbolo. Na verdade recordemos Peirce para considerar que se trata de um legi-signo icônico (a forma é chave para o sentido deste símbolo), um desenvolvimento monstruoso de M. Shelley, que se ajusta à metáfora do movimento contra os transgênicos, que serviu de mote fotográfico aos principais jornais brasileiros. Assim que, no momento

em que a CTNBio divulgava o parecer favorável à comercialização da soja transgênica, no dia 24, um protesto diferente ocorria. Em frente ao prédio do Ministério de Ciência e Tecnologia, em Brasília, manifestantes vestidos de branco aparecem acompanhados de um estranho boneco que faziam um alerta à população: "Cuidado! Soja transgênica! Não engula essa".

Os militantes do Greenpeace se organizaram para chamar a atenção dos consumidores para os riscos do produto que a partir daquele momento poderia ser oficialmente comercializado pela Monsanto e assim impuseram-se na mídia. O movimento, ao lidar com vários conflitos em diversas partes do mundo, acaba por compreender e usar, com eficiência as lógicas midiáticas.

O mundo fragmentário dos jornais apresenta a realidade (de uma guerra) em segmentos (combate a combate, vitória e rendição, avanço e recuo), mas não decomposta (a estratégia, a política). Mais do que falar sobre, falam de. A imparcialidade e a objetividade são máscaras eventuais que mal ocultam a presença humana, o engajamento e a participação (Lage, 2001, p.153).

Por isso os compromissos do jornalismo com qualquer segmento ou área do conhecimento é sempre precária e se dá na medida do interesse que os fatos, enquanto produto de valor, pode apresentar. Lage (2001) vai acrescentar que a primeira coisa que um jornal informa é a sua ideologia, justamente porque é esse filtro (ele chama de óculos) que atua na sua mediação com a sociedade. Ainda que a sentença de Lage quanto à ideologia se aproxime, entendemos, com o senso comum, por certo os interesses da mídia, enquanto campo, estão presentes constantemente na forma de apresentar os diferentes conteúdos.

Nas lides jornalísticas, é comum perguntar se um determinado assunto “rende”. Logicamente a palavra pode ser interpretada tão somente no sentido jornalístico, de interesse público, mas se sabe que vai além e pode conter interesses de outros campos.

Esse interesse público parece ter levado a que ZH dedique a edição do caderno *Campo e Lavoura*, editado na sexta-feira seguinte (02/10/98) à aprovação para os transgênicos e as implicações com a aprovação pela CTNBio. A reportagem central buscou a palavra do próprio Ministro da Agricultura. Francisco Turra disse que até o final daquele ano profissionais ligados à Embrapa e à Secretaria de Defesa Agropecuária deveriam divulgar o último veredicto, conforme o previsto na Lei de Biossegurança.

- Para que o Brasil consiga manter a competitividade na agricultura é importante que domine a tecnologia dos transgênicos. Não podemos fechar os nossos olhos para uma novidade que promete a redução de custos em 25% - afirma o ministro, natural de Marau, município que também cultiva soja (ZH, 02/10/98).

O jornal acrescenta que o Ministro estaria atento também a uma das maiores preocupações dos ambientalistas: *o domínio do negócio por uma só empresa, que oferece aos produtores um pacote tecnológico. Por isso, assegura que a Embrapa estará pronta para apoiar o desenvolvimento de tecnologias em parceria com empresas.*

A incorporação das posições políticas e institucionais de um campo social pelo outro, como forma de manter o espaço discursivo na mídia é bastante comum nos materiais analisados sobre os transgênicos. No caso citado acima, é marcante a preocupação, não exatamente com o meio ambiente, mas com a incorporação discursiva alheia, a fim de amenizar o impacto da informação originária daquele campo. Trata-se da estratégia do campo político, mas não se pode desprezar a ordem dada ao discurso, característica da operação midiática. Observe-se que é da argumentação jornalística trazer à tona o fato do Ministro da Agricultura ser originário de uma região produtora da soja (possivelmente transgênica). A alusão tanto pode ser articulada para mostrar o quanto o Ministro conhece a questão para tomar posição, mas também

serve para mostrar interesse particular do político no caso. Para a mídia, isso parece importar pouco, a não ser que alimente novas notícias.

3.2.4 As disputas judiciais

As contendas judiciais, originárias das ações no Idec e do Greenpeace, a partir do parecer favorável emitido pela CTNBio, passou a ser prioritário nas discussões sobre os transgênicos no Brasil. Depois de ingressar com uma ação cautelar contra a liberação da produção e da comercialização da soja transgênica em território nacional, o Idec avançou ainda mais e no dia 17 de setembro reforçou a sua posição e entrou com uma ação principal contra a União, exigindo, entre outros pedidos, que a CTNBio anulasse o parecer técnico-científico que concedeu à multinacional Monsanto, liberando o plantio da soja modificada até que a comissão elaborasse regras para normatizar o mercado de produtos transgênicos no País.

O processo judicial movido pelo Idec passou a ser o principal impedimento no caminho da empresa. O tema da ação judicial girava em torno dos critérios que a CTNBio adotou para liberar a soja modificada da Monsanto. A diretora-executiva do Idec, Marilena Lazzarini, disse à *ZH* que: “Nossa ação não é contra a Monsanto, mas contra a União, que permitiu a comercialização da soja transgênica sem que se tenha uma instrução normativa para avaliar a segurança alimentar do produto” (*ZH*, 17/10/98).

As exigências que constam do processo do Idec são:

- *Obriga a Comissão Técnica Nacional de Bio-Segurança (CTNBio) a anular o parecer emitido ao pedido da Monsanto*
- *Condena a União Federal a exigir da CTNBio o cumprimento da obrigação de elaborar as normas específicas sobre os transgênicos*

- *Obriga a CTNBio a não emitir parecer conclusivo a nenhum pedido antes do cumprimento de todas as exigências legais*
- *Exige estudo de impacto ambiental para todos os pedidos*
- *Solicita que seja declarada a inconstitucionalidade do artigo 2º do inciso 14º do decreto 1.752/95, bem como das instruções normativas números 3 e 10, que se refere à possibilidade da CTNBio dispensar a exigência do estudo de impacto ambiental*

Curiosa esta fase, porque mostra o movimento de um segmento social em busca do cumprimento de uma legislação federal que tem origem no Estado, pelo próprio Estado. Entram em rota de colisão os vários interesses: econômico, político social. Estão criadas as condições para a verdadeira encruzilhada entre instâncias econômico-comercial, técnico-política, sócio-ambiental e ético-jurídica, na qual o destino e a significação dos transgênicos estão se decidindo.

3.2.5 O governo Fernando Henrique e os OGMs

O governo liderado pelo sociólogo Fernando Henrique Cardoso, em cuja gestão ocorreu a entrada e desenvolvimento da temática sobre os OGMs no Brasil não conseguiu dar um desfecho para a questão ou adotar um posicionamento claro, transparente, que implicasse numa maior segurança aos seus diferentes segmentos e representantes. Assim, as posições sempre foram oscilantes e oscilante permaneceu em relação ao tema a gestão que chegou ao fim em 2002.

O Governo que pressionou o Congresso pela aprovação da lei de patentes e de biossegurança, atendendo a uma pressão externa da indústria farmacêutica, em parte saudou a contestada votação conduzida pela CTNBio. De forma ainda mais contraditória, também definiu normas para a produção de produtos orgânicos, para

garantir a qualidade de produtos sem agrotóxicos, através de Portaria publicada dia 16 de outubro de 1998 no Diário Oficial. A portaria traçou diretrizes para o setor, que até então não tinha uma política definida e abriu caminho para a aprovação de uma lei que regulamentaria definitivamente todo o processo de produção, tratamento, distribuição e comercialização de produtos sem agrotóxicos.

A portaria considera produto da agricultura orgânica aquele em que se adota tecnologia que otimize o uso de recursos naturais sócio-econômicos, respeitando a integridade cultural. São aqueles *produtos menos dependentes de energias não-renováveis e que elimina o emprego de agrotóxicos e outros insumos artificiais ou transgênicos, em qualquer fase dos processos de produção*, conforme diz o texto da Portaria.

Mesmo tendo saudado o cultivo dos transgênicos, o Ministério da Agricultura do governo Fernando Henrique atravessou o mundo para vender a sua condição naturalista. ZH registra na edição de 11 de novembro de 1998 que o Ministro da Agricultura, Francisco Turra, estava no Japão negociando a exportação de soja não-transgênica para 11 importadores daquele país. Enquanto no Rio Grande do Sul as semeadeiras já estavam cheias de soja transgênicas para a nova safra de verão. Mais tarde verificou-se que quase 30% da soja da safra 98/99 já era transgênica. Curiosamente ZH abstrai-se de verificar o contraditório nas palavras do Ministro. Pelo contrário, seu discurso parecia conviver com outra realidade:

De acordo com o ministro, os japoneses se mostraram interessados na oleaginosa brasileira porque o país ainda não cultivava sementes geneticamente manipuladas, ao contrário do que ocorre na Argentina e nos Estados Unidos. Ele, inclusive, afirma que é importante para o Brasil apoiar a formação de pólos de produção de soja orgânica (sem o uso de agrotóxicos e transgênicos). Turra também participa de reuniões sobre a possibilidade da abertura do mercado oriental para as carnes brasileiras, em função do tí-

tulo conquistado pelo Rio Grande do Sul e por Santa Catarina de zona livre de febre aftosa com vacinação.

- O Japão admite a hipótese de um acordo sanitário para a importação de carne, a partir do momento em que os dois Estados do Sul conquistarem o título de livre sem vacinação, fato que deve ocorrer em maio do próximo ano - informa o ministro (ZH, 11/11/98)

A questão peculiar neste fato é a forma como os interesses comerciais alternativamente se instituem e em outros subsumem as questões de ordem legal discursivamente, de acordo com os interesses dos atores. Mas ainda mais curiosa é a atitude subserviente da mídia que dá forma a esses informes. Resulta que eles chegam à sociedade, subtraindo um agendamento por outro, sem qualquer preocupação com os registros anteriores.

Mas não se pode cobrar nada além disso, pois é da natureza da mídia fazer emergir o factual, sem recuperar a história que ela mesma ajudou a mostrar. Somente isso justifica a atitude, já que o Jornal não poderia desconhecer algo que noticiou amplamente, tanto que na edição de 26 do mesmo mês, após as eleições realizadas no dia 15, que deu vitória ao Partido dos Trabalhadores no Rio Grande do Sul, voltou ao tema transgênicos, centrado na polêmica, ou como uma “questão”, como o veículo prefere enunciar.

A questão dos transgênicos chega também ao parlamento gaúcho. Amanhã, o diretor do Greenpeace Roberto Kishinami participará de uma audiência pública na Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa para discutir a produção de alimentos geneticamente modificados. A reunião, que se inicia às 10h30min, deverá contar com a participação de representantes dos trabalhadores rurais, prefeituras, universidades e entidades de defesa do consumidor.

Segundo o deputado Elvino Bohn Gass (PT), o objetivo do encontro é democratizar o debate:- Uma condição para que os alimentos modificados entrem no mercado é o total conhecimento do consumidor sobre essa situação (ZH, 26/11/98).

Se, por um lado, somente a ingenuidade poderia nos levar a acreditar que os jornais não têm interesses a defender e os explicitam nas suas emissões mas também nas omissões, por outro necessitam do capital e do valor das informações. Afinal, não podemos esquecer que se trata de um negócio, em que a notícia é o produto. Pode-se perceber, então, uma fina linha de ultrapassagem. Justamente a que define, enquanto empresa, o seu grau de credibilidade. Repercute na confiança que os receptores atribuem aos veículos, em função da capacidade de aproximação com a verdade.

Há, portanto, dois gêneros de verdade consideráveis nas notícias. Uma verdade está no acordo íntimo entre o que está sendo narrado e o que de fato ocorreu. Outra, disposta no paradigma da escolha das palavras, da ordem e seleção dos acontecimentos – dos lapsos entre uma e outra informação e das sugestões que deixa ao consumidor sobre como preenchê-los – é a verdade como adequação histórica (Lage, 2001, p.154).

Mais do que lapsos, se poderia falar em omissões. Mas, o novo governo do PT, liderado por Olívio Dutra, que venceu as eleições e impediu o segundo mandato de Antonio Brito (PMDB) no Rio Grande do Sul, passaria a ter uma relação diferente em relação à ZH e aos transgênicos e esse fato teria implicações que afetariam outros campos, além do político. A diferença de trato em relação ao tema no Rio Grande do Sul era evidente. Na edição do dia 26, ZH confirma para o dia seguinte a presença no Estado

do representante do Greenpeace que, além de comparecer na Assembleia, também se encontraria com o vice-governador eleito, Miguel Rossetto, que o recebera em uma audiência, no gabinete de transição.

Aquele final de ano já prenunciava o que aconteceria a partir de 1999. Era um governo com discurso socialista que se instalava, cuja posição político-ideológica era frontalmente contra os transgênicos e a realidade (transgressora) do campo agrícola da soja, então indisfarçável. Além disso, a seqüência de fatos aquecia a discussão.

Depois de noticiar a presença do diretor do Greenpeace, *ZH* abriu a seguinte manchete de capa no dia seguinte (28, um sábado) para: “Cai liminar que proíbe soja transgênica” e em linha de apoio mostra uma outra tendência para o Estado: “Território livre é alternativa”.

A definição de um território livre de produtos transgênicos no Rio Grande do Sul começa a ser construída como uma das alternativas a ser examinada pelo futuro governo do Estado. *ZH* disse que o vice-governador, Miguel Rossetto, manifestou simpatia à proposta de moratória de cinco anos de proibição de plantio de plantas modificadas, depois de receber o diretor do Greenpeace. O texto do jornal diz que “Rossetto explicou que o assunto será examinado inclusive em fóruns regionalizados, sem desconsiderar os avanços da tecnologia, devido à importância para a saúde das pessoas e o ambiente: - Estamos falando de vida. A faca existe para matar ou descascar laranjas - afirmou Rossetto”.

Para o político, tudo depende do uso que será dado às tecnologias, pois é isso que a definirá, como algo bom ou mau, para o bem ou para o mal. De certa forma é essa também a lógica dos argumentos dos que defendem os transgênicos: tudo depende do uso que é atribuído pelos seus operadores. Ao tempo que se configura a questão ética, os campos da política e da ciência por vezes se aproximam e em outras se afastam, dependendo dos valores em jogo. Neste contexto, talvez a frase do político que começava a governar não fosse a mais recomendada ou coerente diante da

conjuntura ideológica onde estava inserido, como os fatos mostrariam mais tarde.

A idéia de habilitar o Rio Grande do Sul como zona livre de transgênicos tinha, para o Partido dos Trabalhadores do RS, um sentido muito mais amplo do que o comercial. Livrar o Estado dos transgênicos era um ato que demarcaria uma posição ideológica, referendando uma nova forma de encarar o desenvolvimento, ao tempo que promoveria uma ação objetiva de mudança. Para os interesses comerciais da Monsanto, caso isso viesse a se confirmar, significaria um retrocesso nos planos da Empresa no Brasil. A reação empresarial foi imediata. *ZH* abre manchete no caderno Campo e Lavoura, dia 18 de dezembro: “Monsanto condena proposta de zona livre de transgênicos”.

A notícia afirma que, *se o futuro governo do Estado insistir com a idéia de transformar o território do Rio Grande do Sul em zona livre de produtos transgênicos, corre o risco de ficar isolado do mundo*. A manifestação foi feita pelo diretor da Monsanto do Brasil Luiz Antônio Abramides do Val, no seminário Biotecnologia: Humanidade e Civilização, na Federação da Agricultura do Estado (Farsul). Estavam presentes produtores, pesquisadores e dirigentes de empresas de genética. O seminário acabou funcionando como um ato em defesa das vantagens dos produtos geneticamente modificados.

Entre os presentes, aparece uma fala mais afinada com os interesses do Governo Federal, configurando, a partir daquele momento, o posicionamento dos principais atores políticos na contenda. *ZH* registra que: “Também o chefe do Centro Nacional de Pesquisa do Trigo (CNPT) da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Benami Bacaltchuk, não acredita na possibilidade de proibição do plantio de produtos transgênicos e se surpreende com a reação dos opositores da biotecnologia”. Na reprodução da fala do enunciador, configura-se o pensamento de parte da pesquisa: “Será que o gen transgênico do *Roundup Ready* causa mais dano do que o antibiótico usado na criação de frangos?”

Será que todo mundo sabe que o tomate longa vida é transgênico? perguntou”.

Na ante-sala do governo que se instalava, a mídia estava fazendo o seu papel, apresentando versões, buscando os pontos divergentes entre os vários campos sociais e atores interessados no assunto. Pode-se falar, então, de um outro momento, que supera aquela fase inicial de desconhecimento. Pelo contrário, todos os principais atores sabiam do que se tratava, sabiam do que falavam, e assim aos poucos os aspectos denotativos deixam de ser decisivos e dão lugar às especificidades de cada campo. Ao conotativo.

Como veremos mais adiante, o fato de ser conhecido não quer dizer que seja disseminado o mesmo significado e a mesma idéia a respeito do assunto. Muito pelo contrário, a mídia se abastece exatamente da possibilidade de existir o contraditório, das várias versões no entrelaço de opiniões. Na polissemia, são os aspectos conotativos que interessam, com as peculiaridades que demarcam os espaços discursivos dos atores.

Em *ZH*, a reprodução da polissemia foi tratada abertamente, como um componente que acompanha o assunto transgênicos. Na última edição que trata do tema, a 24 de dezembro de 1998, o jornal fez uma avaliação do ano e incluiu com destaque *a polêmica da semente*. O texto resume o contexto.

A palavra transgênico entrou para o vocabulário dos agricultores em 1998. O cultivo de plantas geneticamente modificadas se tornou uma polêmica nacional, com nuances até mesmo internacionais, porque o Brasil é o único grande produtor de soja que ainda não aderiu ao pacote tecnológico que promete uma redução de custos de até 25%, com o uso da semente Roundup Ready (resistente ao herbicida que tem o mesmo nome), desenvolvida pela Monsanto. Nos Estados Unidos e na Argentina, as safras de transgênicos já são realidade. Produtores brasileiros chegam ao final de 1998 com o indicativo de que o país vai plantar a soja modificada mais cedo ou mais tarde,

conforme o ministro da Agricultura, Francisco Turra, que admite as restrições dos japoneses a esse tipo de grão (..) A polêmica da semente agora ganha contornos governamentais. Enquanto o ministro da Agricultura diz que o plantio comercial da semente transgênica é um fato irreversível, no Rio Grande do Sul, ganha força a proposta de criação de uma "zona livre de transgênicos", com o aval do governo eleito de Olívio Dutra. Isso, claro, depois de um amplo debate com a sociedade (ZH, 24/12/98).

O jornal apresenta três enunciações que se encadeiam. Primeiro, a enunciação do próprio jornal, ao fazer uma análise de conjuntura sobre os transgênicos, salientando que o Brasil "é o único grande produtor de soja que ainda não aderiu ao pacote tecnológico...". O conector discursivo "ainda" sugere, induz que há uma certa inevitabilidade no processo. Além disso, aposta num progresso, algo positivo que virá, ou não, dependendo da recepção a esse avanço tecnológico. Os outros já aderiram, somente o Brasil "ainda" não o fez e isso faz parecer quase inacreditável, pois há uma promessa de 25% de redução de custos pela adoção e os dois maiores concorrentes, Estados Unidos e Argentina, fizeram dessa nova lavoura "uma realidade". O Brasil seria o único país a viver outra (ou fora da) realidade. Um anacronismo, afinal, como viver num mundo não-transgênico?

A segunda enunciação é a da Monsanto, agendada para dizer das vantagens dos transgênicos, tanto nas lavouras, pela redução dos custos, quanto na competição comercial do *agrobusiness*. A terceira mostra a posição do ministro da agricultura que embora "admita" (o termo escolhido pelo jornal induz reserva com relação ao tema) restrições do mercado japonês, acaba por declarar a irreversibilidade do processo de transgenia nas lavouras do RS. E finalmente a enunciação do novo Governador do Estado, favorável a uma extinção completa dos transgênicos no Rio Grande do Sul.

O jornal estava operando com as opiniões dos vários enunciadores, deixado-os falar à vontade para defender o interesse dos seus respectivos campos de atuação. Com essa operação discursiva e recorrência de agenda, assume a polissemia por inteiro. Tanto que fala dela abertamente ao dizer que o termo “transgênico” havia entrado “no vocabulário dos agricultores”. Ora, algo que passa a fazer parte do vocabulário é de domínio público, passou para a esfera pública, espaço por excelência da polissemia, aliás, espaço privilegiado da própria mídia.

O ano de 1999 começa fértil na discussão sobre os transgênicos. Já no dia dois *ZH* anuncia que uma Medida Provisória investigaria os transgênicos. A Procuradoria da República no Distrito Federal havia aberto inquérito civil para apurar o ingresso de organismos geneticamente modificados no Brasil no primeiro dia de 1999. A decisão foi tomada, atendendo representação feita por deputados do PT, que denunciaram a falta de controle na entrada desses produtos no Brasil. O Ministério Público iniciava as investigações requisitando informações sobre a autorização de importação de soja transgênica dada pela Comissão Técnica Nacional de Bio-Segurança (CTNBio) à empresa Monsanto.

Os parlamentares solicitaram ao Ministério Público que ingressasse na Justiça com ação pedindo liminar para impedir que a CTNBio e qualquer órgão federal emitisse parecer favorável ao plantio, ao transporte, à comercialização, ao armazenamento, ao consumo, à importação, à liberação e ao descarte da soja transgênica até que fossem conhecidos os riscos que poderiam causar à saúde ou ao ambiente. A decisão da CTNBio custa-lhe cada vez mais caro.

No terceiro dia do ano, o assunto voltou às páginas de *ZH*, sob o título “Riscos dos transgênicos”, o jornal produz um texto que recupera tecnicamente os diferentes enfoques e volta à temática para anunciar formalmente, na palavra do novo governo, que: “Está na agenda um território livre de transgênicos”. A postura político-ideológica do novo governo é inequívoca e, assim reproduzida em entrevista com o governador Olívio Dutra:

O governo da Frente Popular incentivará a agricultura ecológica, estimulando a organização de grupos de agricultores ecológicos, garantindo crédito, assistência técnica e aperfeiçoamento desses agricultores com cursos de formação. Também estabelecerá políticas de aproximação dessa produção ecológica com os consumidores gaúchos, incentivando a realização de feiras ecológicas e formas alternativas de mercado para esses produtos, como cooperativas, associações e outros. Nas escolas, está prevista a criação de programas de hortas educativas, com acompanhamento técnico, estimulando a educação ambiental e ecológica, além de favorecer hábitos alimentares saudáveis dos estudantes e auxiliar na orientação pedagógica (ZH, 4/01/1999).

Estava configurada a política para o setor agrícola riograndense a vigorar nos próximos quatro anos e que mostrava franca oposição aos transgênicos. No mesmo dia *ZH* trás um perfil do novo Secretário da Agricultura do Estado, José Hermeto Hoffmann, acompanhado da sua declaração de maior impacto neste novo cenário “Dependendo das questões legais, poderemos declarar o Rio Grande do Sul território livre de produtos transgênicos”.

Na segunda edição do caderno *Campo e Lavoura*, de 11/01/99, a biotecnologia continua em debate. Desta vez é anunciada uma reunião para avaliar os produtos geneticamente modificados, a ser realizada na Embrapa-trigo, de Passo Fundo, região central, grande produtora de soja. O órgão ligado ao Governo Federal se apresenta como defensor da tecnologia dos transgênicos. Na opinião de um de seus diretores, José Roberto Peres, presente na reunião, “A biotecnologia será o recurso usado para ampliar a oferta de produtos ao mundo (...) estamos no limite da capacidade do aumento de produtividade das espécies. Com o melhoramento genético clássico não teremos avanços, por isso precisaremos utilizar os instrumentos da biotecnologia” e complementa que: “Nós, pesquisadores, temos consciência de que é mínima a possibilidade

das manipulações biotecnológicas fazerem mal à saúde ou poluir o ambiente”.

O texto tem o poder necessário para acirrar os posicionamentos antagônicos entre o governo do Rio Grande do Sul e o Federal e o jornal cumpre o seu papel, de apresentar as diferenças. O termo “polêmica” volta com toda a força a vai crescendo na medida em que o tempo passa. A três de fevereiro, a polícia federal anuncia que vai indiciar quatro agricultores, depois da comprovação de sementes de soja transgênica. A questão legal é novamente acesa com a confirmação, pela Embrapa Trigo (Passo Fundo), de que o material encaminhado, em outubro de 1998, pela Polícia Federal aos seus laboratórios, era de soja transgênica.

A ação foi desencadeada pela apreensão de 22,5 sacas de sementes num armazém no município de Júlio de Castilhos. Tratava-se do primeiro caso que indicaria responsáveis pelo plantio ilegal de soja geneticamente modificada no Rio Grande do Sul e no Brasil, com base na Lei de Biossegurança e seus dispositivos. Os infratores - que não tiveram os nomes revelados - poderiam ser condenados a penas de um a três anos de prisão.

Na avaliação do secretário da Agricultura, José Hermeto Hoffmann, a comprovação de que sementes transgênicas estavam sendo vendidas no Estado prejudicaria seriamente a imagem do produto gaúcho no mercado internacional e segundo ele a notícia de que a soja apreendida era transgênica:

...pode representar um grande prejuízo para os produtores rurais (...) A produção de soja no Rio Grande do Sul está em alta nos mercados do Japão e da Europa justamente pelo produto ser natural (...) Vamos fazer uma análise jurídica do assunto para tomarmos as atitudes necessárias e enfrentar o problema com seriedade - diz o secretário (ZH, 04/02/1999).

Talvez o secretário não tivesse informações ou não desejasse que fosse público a situação real do plantio de transgênicos no Rio Grande do Sul. Apenas alguns dias depois (19 de fevereiro),

a própria Monsanto revelaria que a área plantada com semente imune à ação de herbicida chegava a 1,8 mil hectares no país, sendo que cerca de 600 hectares estavam em solo gaúcho, envolvendo entre 80 e cem agricultores da região de Passo Fundo. A notícia, veiculada dia 20/02/99 em ZH, não deve ter tido uma boa acolhida no governo estadual. Não se sabe exatamente se a área plantada com transgênicos no país era exatamente de 1,8 mil ha (parece pouco), já que um ano antes ZH (sem registrar a fonte), já anunciava a existência de 7,5 mil hectares com OGMs, somente no Rio Grande do Sul.

De qualquer forma, a reação precisava ser emblemática para reverter o quadro que estava saindo do controle do governo estadual. No dia 25 de fevereiro, após receber denúncia de que havia uma pequena experiência com soja transgênica, feita pela administração anterior, numa das estações experimentais da Fepagro (Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária) em Júlio de Castilhos, o Secretário da Agricultura determinou que a plantação fosse imediatamente extinta. Outra denúncia de semeadura de transgênicos partiu do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST).

No início de março, o governador Olívio Dutra usou da arma legal disponível para concretizar a criação de um pólo produtor de grão tradicional e acabou entrando na batalha via judicial. Com base no Decreto Estadual 39.314, de 3 de março, as ações começaram. O Departamento de Produção Vegetal (DPV) da Secretaria da Agricultura passou a notificar as áreas com pesquisas (de 59 a 80 experimentos com soja, milho e arroz) e chegou a interditar, no dia 17 de março, 435 hectares da Fazenda Palmeirinha, localizada em Glorinha, entre Santa Bárbara e Palmeira das Missões - plantados com a soja RR - já liberados para colheita por uma liminar concedida à Monsoy . O decreto exigia que as empresas apresentassem documentos para a continuidade das pesquisas.

Mesma sorte não tiveram os agricultores do município de Jóia, na região central do Estado, que tiveram destruída uma lavoura de 1,5 ha de soja transgênica. “As plantas foram cortadas com

foice, bem rente ao chão, na presença do secretário da Agricultura, José Hermeto Hoffmann, de técnicos do governo gaúcho e de representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)” (ZH, 04/02/1999).

O outro episódio de plantio de transgênicos também envolveu um órgão do governo do Estado, o Instituto Riograndense do Arroz (IRGA), apenas dois dias depois. Militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) chegaram de madrugada à estação de Cochoeirinha, na região metropolitana de Porto Alegre. Centenas de pessoas portando faixas e bandeiras começaram o protesto em frente à unidade para pressionar o governo do Estado a suspender o convênio do Irga com a empresa Hoescht Schering AgrEvo do Brasil, subsidiária da multinacional alemã. A parceria permitia a realização de experimentos com arroz transgênico na unidade. O alvo dos manifestantes era as 300 plantas semeadas em uma lavoura da estação, em meio a variedades convencionais, no mês de novembro (governo anterior). Os agricultores e os sem-terra pretendiam destruir a plantação, mas foram convencidos de que se tratava de uma pesquisa, justamente para testar a infestação dos transgênicos.

Presente nos discursos públicos, a questão dos transgênicos é parte da cotidianidade das discussões no Rio Grande do Sul, especialmente nos municípios com vocação agrícola. Ou seja, a sua maioria. Com a ordem de discutir os transgênicos a Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul) articula uma série de nove encontros em regiões-pólo. Entretanto o embate cada vez mais se acirrava não apenas com os agricultores, mas especialmente entre o governo estadual e o federal. A estratégia estadual foi a de denunciar a existência de lavouras cultivadas com transgênicos e solicitar uma posição federal.

Com o tempo e a falta de atitudes do Governo Federal, a quem cabia a fiscalização, a Secretaria de Agricultura entra em ação e novamente ocupa o campo midiático ao determinar a interdição da lavoura de 435 hectares de soja transgênica de Glorinha. A inter-

dição foi efetuada pelo Departamento de Produção Vegetal (DPV) da Secretaria da Agricultura e a notícia adianta que a soja: “poderá ser apreendida, ter sua comercialização suspensa ou mesmo ser destruída” (ZH, 20/03/1999).

Como já se disse, a posição do Governo Federal sobre os transgênicos para a soja no governo Fernando Henrique Cardoso manteve-se ambivalente durante todo o período (1994-2002). Órgãos como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), se mostravam contrários à tecnologia enquanto os institutos de pesquisa e especialmente a Embrapa, e a própria cúpula do governo se mostrava favorável. A posição de cúpula (do Presidente), entretanto, sempre foi de apoio aos transgênicos e ficou ainda mais evidente numa entrevista que Fernando Henrique Cardoso concedeu na edição de setembro/99 da revista *Preços Agrícolas*, estrategicamente reproduzida no boletim da empresa Monsanto:

Entendo que a biotecnologia é uma das áreas que trará mais benefícios para a humanidade no próximo século. Ela já está permitindo a obtenção de alimentos mais nutritivos e mais baratos para a população. O Brasil, há mais de 15 anos, vem formando recursos humanos e construindo uma infra-estrutura para o desenvolvimento da biotecnologia. Mas, só no meu governo, no ano passado, começamos a testar no campo os primeiros produtos da engenharia genética ligados à agricultura. (...) A Embrapa já se pronunciou favoravelmente sobre o assunto. Estudos conduzidos pela empresa com a soja transgênica não revelaram danos à saúde nem ao meio ambiente. Com esse tipo de semente, o agricultor terá, realmente, chance de competir nos mercados importadores porque se prevê que a sua utilização reduzirá o custo de produção(*Revista Preços Agrícolas*, 9/1998).

O presidente evoca a ciência, o mercado e o lucro para fundar suas convicções. São esses os três elementos interpretantes, recorrentes entre aqueles que se mostram favoráveis ao cultivo de soja transgênica, que se mantém ao longo do tempo na argumentação. Ainda que se diferenciem as posições de Governo e do Presidente, é preciso considerar que o primeiro mandatário, que sancionou a Lei de Biossegurança em 1995 e criou a CNTBio, tinha uma posição claramente favorável ao cultivo de soja transgênica e a mostrou publicamente.

O desejo presidencial de ver as lavouras plantadas com transgênicos no Brasil, entretanto, teria que vencer as barreiras dentro do próprio Governo. Ainda no mês de março o presidente resolveu assumir a coordenação da discussão sobre o assunto. A Advocacia-Geral da União (AGU) contestou, na Justiça Federal do Distrito Federal, a decisão do Ibama de integrar a ação cautelar movida pelo Instituto de Defesa do Consumidor (Idec) contra a União.

Na ação, o Idec pedia a suspensão de qualquer pedido referente à autorização de plantio da soja transgênica no Brasil. Como órgão executor da política ambiental no país, o Ibama foi intimado pelo Ministério Público, na ação movida pelo Idec, para realizar o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) sobre a liberação da soja geneticamente modificada no ambiente e esclarecer a sua posição quanto à obrigatoriedade do estudo para aprovação de plantio de organismos transgênicos.

O Ibama respondeu à 6ª Vara Federal do Distrito Federal que desejava se unir ao Idec e integrar a ação como autor. Para os consultores da Advocacia-Geral da União, o Ibama não poderia se posicionar contra o governo e deveria ter assumido o papel de réu solidário no processo. Tratava-se de algo muito incômodo, porque estavam frente a frente Governo contra Governo. Substancialmente, o governo falava línguas diferentes em relação ao assunto, porque tinha interpretações diferentes para o mesmo fenômeno.

O ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, disse ser pessoalmente contrário à liberação do plantio, defendendo mais

estudos. No Ministério da Agricultura, que daria o registro definitivo para que a Monsanto pudesse comercializar a soja transgênica, a posição era exatamente outra, a de que o processo de introdução de organismos geneticamente modificados na agricultura não tinha volta e devia ser autorizado.

O secretário de Política Agrícola, Benedito Rosa, e o presidente da Embrapa, Alberto Portugal, também continuavam a defender o plantio comercial da soja transgênica alegando maior competitividade ao agricultor brasileiro e redução do uso de agrotóxicos. Foi então que o próprio Presidente da República resolveu pôr fim à discussão interna, passando a coordenar ações e decisões sobre o assunto (ZH, 30/03/1999).

Quinze dias depois, todo o ministério envolvido com a questão foi reunido em Brasília para discutir uma posição consertada do Governo Federal. A meta da reunião era unificar o discurso de governo sobre o tema, já que até então os ministros de diversas áreas falavam coisas diferentes quando o assunto era transgênicos. A reunião interministerial foi recomendada pelo próprio presidente Fernando Henrique Cardoso. Uma questão de governo.

No mesmo dia da discussão em Brasília, cerca de 600 toneladas de soja transgênica foram importadas do México pela empresa Monsanto do Brasil. A carga estava no porto de Vitória, no Espírito Santo, aguardando liberação do Ministério da Agricultura para entrar no país. Segundo técnicos do Ministério da Agricultura, o produto deveria ser liberado com o compromisso da empresa de ficar como "fiel depositária" das sementes.

Isso quer dizer que houve trâmite normal de importação para a carga de transgênicos e que a discussão daquele dia funcionaria apenas como ato simbólico da preocupação, já que os fatos, a realidade ela mesma, se impunha diante de qualquer argumento.

3.2.6 Zona livre, ecologia ou comércio?

Dada a dificuldade crescente de impor, política, jurídica ou mesmo policialmente uma nova realidade no Rio Grande do Sul, em fun-

ção do surgimento cada vez maior de denúncias de lavouras já instaladas e a firme disposição da maioria dos agricultores, reforçados pelos diretores de cooperativas, em continuar a apostar nos transgênicos, o governo do RS adota um discurso econômico-comercial para dissuadir os que cultivam transgênicos. Voltamos aqui ao caso típico de tendência pelo ajustamento entre os campos sociais e de incorporação discursiva, diante dos impasses.

O marco desta estratégia aparece numa estranha manchete de ZH em 23 de março de 1999. “Greenpeace articula exportação de soja”, esclarecida numa linha de apoio que dizia: “Representante de supermercados europeus vai conversar com agricultores sobre mercado para grão convencional”. O órgão ambientalista, mais do que incentivar um território livre de transgênicos no Sul do Brasil, estava entrando num terreno alheio, mas considerado estratégico para viabilizar o projeto. Não fosse pela viabilidade comercial, dificilmente os objetivos comuns dos ambientalistas e do Governo do Estado poderiam progredir.

A cobertura midiática sobre as negociações é farta e ZH começa a abrir mais espaços para as posições anti-transgênicos, talvez motivado pela torrente de possibilidades de negociações que se abriam. A enunciação favorável à zona livre de transgênicos ganhava amplos espaços no jornal e para isso basta comparar o espaço do próprio Greenpeace, cujo navio ancorado no porto da capital recebeu apenas uma nota de ZH no dia 24 de janeiro, isso em função da presença do Governador. No final de março, entretanto, é o próprio Greenpeace (como enunciador) quem dá o tom na mudança discursiva, buscando atender a expectativa dos produtores rurais, que cultivavam soja transgênica em função da diminuição do custo de produção em 20 a 30%:

O Rio Grande será um Estado de vanguarda, já que hoje é o mais avançado na discussão sobre os transgênicos. Com a lei proibitiva, poderá se tornar um mercado diferenciado, em que todos os componentes da cadeia produtiva terão mais lucro e mais saúde (ZH, 24/03/99).

A notícia começava em grande estilo, “Ambientalistas do Greenpeace pretendem mobilizar entidades, instituições e empresas do mundo inteiro para tornar o Rio Grande do Sul uma área livre de organismos geneticamente modificados (OGMs)” . A proposta divulgada pelo órgão era de trabalhar no sentido de pressionar os parlamentares gaúchos para garantir a aprovação do Projeto de Lei 016/99, do deputado petista Elvino Bohn Gass, que vedava o cultivo comercial de transgênicos no Estado. Como instrumento dessa articulação, o Greenpeace estava levando à Porto Alegre, no próximo mês, um representante de grandes redes de supermercados da União Européia, para conversar com produtores de soja sobre a possibilidade de compra do grão não-transgênico.

A onda anti-transgênicos ficava cada vez mais forte e *ZH* acompanhou o movimento com entusiasmo. “Também a rede de supermercados Carrefour anunciou ontem que convidou empresários europeus, representantes de cerca de 10 indústrias fornecedoras, para conhecer a soja não-transgênica plantada no Paraná e no Rio Grande do Sul” (*ZH*, 24/03/99). A notícia completava dizendo que o potencial de compra seria de 300 mil toneladas.

Os números dos não-transgênicos começaram a aparecer com fluidez. Mas isso ainda parecia insuficiente para motivar a opinião pública. O diretor do grupo Carrefour (supermercados) faz um apelo que é reproduzido por *ZH*: “Para isso, considera fundamental que consumidores e produtores demonstrem apoio à causa por meio de manifestações públicas” (*ZH*, 24/03/99). Seria algo muito estranho nas ruas, como uma espécie de campanha-pró-anti-transgênicos. Mais estranho ainda estava ficando a posição do jornal que, de repente, abandonou o produtor rural, a reprodução das falas sensíveis e emocionadas dos que plantaram transgênicos, técnicos e diretores de cooperativas que, em 1998, eram as grandes fontes de notícias sobre o assunto. É como se o jornal os tivesse posto do outro lado. O jornal parecia encantado, naquele momento, com a cruzada anti-transgênicos tendo em vista as possibilidades de mercado.

Com o mesmo propósito o jornal abre espaço, dia 25/03/99

para a maior empresa de processamento de soja da América Latina, que entra na proposta anti-transgênicos. Também a “Ceval apóia zona livre de transgênicos” e novamente os números na linha de apoio: “Grupo investe US\$ 40 milhões na construção de uma nova fábrica de proteína em Esteio, sem incentivos fiscais”.

O secretário da Agricultura, José Hermeto Hoffmann, é uma das estrelas da inauguração da nova fábrica e tem garantido a enunciação em *ZH*, ao enfatizar “mais uma vez seu desafio em transformar o Estado em área livre de transgênicos. Os estudos realizados com a soja transgênica, lembrou Hoffmann, não estão demonstrando a tão boa performance do produto como anunciam os comerciantes de sementes”. Indicialmente, apenas a direção da Empresa e o Secretário foram as falas enunciadas na reportagem.

O próprio secretário, então, resolve ser o enunciador de suas idéias e na *ZH* do dia 26 de março, aparece um artigo de sua autoria, intitulado: “Os transgênicos e a ciência”, do qual retiramos algumas passagens:

O governo democrático e popular sabe que o assunto transgênicos é de interesse de toda a população e não pode ser tratado de forma restrita como o governo federal vem fazendo. Graças à posição firme de nosso governo, o tema agora é pauta na imprensa local e nacional e não mais exclusividade do mundo científico e das multinacionais que promovem a venda casada de herbicidas e sementes. (...) É, no mínimo, irresponsabilidade liberar o plantio de transgênicos com este grau de incertezas. Portanto, o que move o nosso governo na sua decisão é o fato de que a soja transgênica se soma no processo de exclusão dos agricultores familiares, atenta contra a qualidade de vida e ainda há a existência de inúmeras incertezas científicas do efeito sobre o metabolismo humano e a fisiologia vegetal. (...) Outro fato relevante é o econômico. O Brasil, os Estados Unidos e a Argentina são

os maiores produtores de soja no mundo. Como esses dois países já aderiram à soja geneticamente modificada, nós poderemos oferecer um produto ímpar no mundo, exportando para a Europa e para o Japão, que resistem ao consumo de produtos transgênicos. O Brasil produz 31 milhões de toneladas, frente às 18 milhões de toneladas da Argentina. Já os americanos produzem 78 milhões de toneladas, mas 54% da soja cultivada nos Estados Unidos é transgênica. O projeto do governo democrático e popular não aceita a subordinação do bem-estar da população a qualquer tipo de interesse e muito menos à ganância do lucro e do monopólio privado (ZH, 26/03/99).

No artigo, o Secretário mostra como o governo estadual havia operado para agendar socialmente os transgênicos a partir da nova proposta de governo retirando-o dos campos da ciência e das multinacionais e o jogando nos discursos públicos. Esse objetivo seria atingido pelo posicionamento firme do governo que sabia que o tema não poderia ser tratado de forma restrita. Ou seja, sem um amplo conhecimento da questão pela sociedade. Assim que, em nome do interesse público, o novo governo tomou posição. A opção foi trabalhar com a informação e com a mídia (ele menciona a pauta, termo técnico da agenda das redações) jogando-a nos discursos públicos.

Mas o novo governo sabia que o componente econômico, o qual motivara os agricultores a instalar suas lavouras com soja transgênica seria o fator decisivo nas tomadas de posição. O Secretário não podia se abster do componente da realidade, que apontava para as vantagens econômicas em cultivar soja transgênica, e a estratégia foi usar da mesma tática para atrair os produtores para a lavoura convencional. A atração era o discurso de entrar numa oportunidade de mercado salutar para os interesses econômicos do Estado e do produtor. Na competição de mercado, o Secretário afirma que “nós poderemos oferecer um produto ímpar no mundo” (ZH, 26/03/99). Entretanto, resulta contraditório

quando o texto termina dizendo que o projeto político que defende não aceita a: “ganância do lucro”. Parece que somente se trata de ganância quando o lucro é a função realizada pelo outro.

Os sentidos dos discursos operados pelos diferentes campos sociais são plenamente adequados aos seus interesses, assim se ajustando e se conformando com as situações peculiares. Também os sentidos dos conceitos recebem leituras, interpretações específicas, para atender as estratégias discursivas que ou atacam ou defendem determinados posicionamentos.

O discurso midiático está repleto de exemplos que mostram esse movimento, que inclui privilegiadamente as operações da própria mídia, enquanto campo social. Observemos o discurso anti-transgênicos, que é fértil em cada edição naqueles dias do mês de março de 1999. No mesmo dia 26, numa reportagem que trata da 10ª edição do Fórum da Soja, *ZH* recorre à enunciação do então presidente da Central de Cooperativas de Produtores Rurais do Rio Grande do Sul, Mário Bertani, prefeito já mencionado, autor da proposta de criação da área livre de transgênicos em maio de 1998. A emocionalidade que o jornal antes recuperava junto aos produtores rurais, para mostrar quem era a vítima do processo, também muda de lado. Diz a reportagem que:

Bertani tem um bom motivo para ser resistente a essa tecnologia. Quando tinha oito anos e trabalhava nas lavouras do pai, João, aplicava inseticidas manualmente. Colocava o produto dentro de um saco de pano e sacudia sobre as plantas:

- A gente chegava em casa um pouco tonto, mas os vendedores diziam que o produto defendia a lavoura das pragas. Depois, vimos que era tóxico.

É com a memória de quem viu agricultores morrerem por causa do uso indiscriminado de agrotóxicos, que Bertani destaca a relação entre a força das empresas que vendiam os agroquímicos e que defendem o plantio dos transgênicos (*ZH*, 26/03/1999).

A enunciação, nestes termos, jamais tinha sido feita pelo jornal até então, embora o Prefeito de Espumoso tivesse várias vezes comparecido nas reportagens de *ZH*. Afinal, o que tinha mudado? A resposta veio rápida, na manchete de domingo, dia 28, página 22, quando o que era polêmica se transformou: “Em guerra contra os transgênicos”, tendo como linha de apoio que: “Cultivo de soja modificada é pivô de uma batalha entre a Secretaria da Agricultura e a empresa Monsanto”.

O clima de guerra saiu da enunciação jornalística e a reportagem mostrava todos os contendores. De um lado o governo estadual e os ambientalistas em uma cruzada pela área livre e de outro o governo federal, a Monsanto e os agricultores. Entre um e outro a legislação e o tempo, além de algo que apenas se intuía, mas do qual pouco se falava. O quanto de soja transgênica já era cultivada no Estado naquele momento? Seriam apenas os 600 ha mencionados pela Monsanto em fevereiro? Então aparece um número, na mesma reportagem do dia 28, que parece mais indicativo da evolução do quadro:

Existem informações de que mais de 100 mil hectares foram cultivados na última safra com a variedade contrabandeada da Argentina, onde o plantio é permitido. Quer dizer, o Estado pode estar colhendo soja clandestina, sendo que o Ministério da Agricultura ainda não liberou o cultivo comercial. Mas a diretora do DPV, Marta Levien, avisa: a intenção é evitar a colheita (*ZH*, 28/03/1999).

O número, naquele momento, era algo quase proibido de aparecer. Mas já era de domínio de muitos setores e a enunciação, cuja fonte foi omitida pela reportagem, finalmente colocava a questão da soja transgênica no que tinha de mais complexo para

ser enfrentado: A decisão dos agricultores em, a despeito de todos os textos e contextos dos diferentes atores, continuar a ampliar a área com soja modificada, em função dos baixos custos de produção. O Secretário da Agricultura tinha razão: a questão para o setor primário era basicamente econômica e tudo o que os agricultores queriam era (o que não queria o governo estadual) a liberação comercial.

Os animados interesses econômicos-comerciais que fariam balançar favoravelmente para o lado anti-transgênicos no Rio Grande do Sul, começaram a ser frustrados a partir da realização em Porto Alegre, no dia 29/02/99, do 10º Fórum Nacional da Soja. Quem centralizou as atenções foi o representante da Cooperativa Agrícola Noelle Arcenís (Cana) Christophe Callu Merite, que revelou números e prerrogativas pretendidos pela França para ter o Estado como o único fornecedor do produto natural, no caso de ser confirmado que do solo gaúcho somente sairiam sementes livres de transgênicos, conforme proposta do governo estadual. Então são apresentados os números, pelo representante francês:

Se pudermos pagar até 5% sobre o valor de mercado, o farelo de soja gaúcho terá um grande mercado na França, alcançando a capacidade total de compra de 200 mil toneladas. Se o prêmio exigido ficar entre 20% e 30%, a nossa compra será reduzida e haverá apenas um nicho de produtos não-modificados (ZH/31/03/1999).

A informação forneceu indício suficiente para alimentar o dilema econômico e com isso as disputas discursivas. Afinal, até que ponto seria arriscado para o Estado assumir-se como zona livre de transgênicos diante do diferencial de 5% oferecido pelo representante francês? Os que defendiam o polo de produção de soja convencional alegavam que os termos da França eram flexíveis e que haveria condições de o produtor lucrar mesmo com o prêmio inferior a 5%. Os cautelosos apontavam que a zona livre

deveria funcionar também como repressora de produtos industrializados suscetíveis a transgênicos vindos de fora do país. Mas os favoráveis à presença das técnicas da transgenia na alimentação, argumentaram que a França não estava oferecendo valores justos.

Afinal, se a questão econômica anti-transgênicos não poderia ser satisfeita, qual a posição a ser adotada quanto aos transgênicos. A mídia começou a fazer o seu movimento e em *ZH* a estratégia foi a de recomeçar com os posicionamentos. A estratégia foi de voltar à questão da polêmica e recosturar os discursos a partir daí, diante do sintoma de frustração com o mercado não-transgênico.

O primeiro sintoma deste movimento aparece a 10 de abril de 1999, com um título significativo: “Um eixo no debate dos transgênicos”, que se equilibrava em dois posicionamentos antagônicos. O jornal deixa o monológico e recorre à estratégia dialogal, como que deixando que as posições favorecessem a que se encontrasse um novo fundamento, um “eixo”. Neste caso, um eixo para a discussão e um eixo para a própria mídia que, de repente, via-se carente de elementos para encaminhar a discussão. A mídia, na corrente da opinião pública, parece funcionar bem quando existe uma tendência central de discussão, mas mostra-se confusa e insegura quando não encontra uma fundamentação (dados mais seguros) a seguir.

3.2.7 O transgênico e os transgênicos

Em meados de 2001, uma alta dirigente nacional de pesquisa da Embrapa, quando participava de uma teleconferência transmitida para o País, ao responder pergunta sobre as implicações do patenteamento genético, diante de uma questão que forçava um posicionamento objetivo, disse que, primeiro, seria preciso saber exatamente do que se trata, afinal, *uma coisa é uma coisa, outra coisa, é outra coisa*. O episódio ficou marcado pela zombaria entre os pesquisadores da empresa, mas pode ser recuperado para que se

compreenda o que acontece com relação ao conceito “transgênicos”.

Encurralada pelo antagonismo dos discursos, a cientista procurou enfatizar a necessidade de que os interlocutores soubessem do que estavam tratando, regulassem o entendimento sobre certos conceitos, para que assim houvesse a condição necessária para a compreensão. Logicamente, muitos dos que ouviam os interlocutores naquele dia não entenderam o que estava regulando aquele jogo de palavras, aparentemente simples.

Se reportarmos aos fundamentos da semiótica, vamos identificar como propósitos norteadores justamente a preocupação com esclarecimento, como forma de tornar viável a compreensão das coisas no mundo da vida. Mais do que isso, a lógica de Peirce pressupõe que uma palavra se faz exclusivamente na conduta da vida. Mas vida num sentido amplo, porque há autonomia do processo de significação. Ao falar da origem do pragmatismo em *The Monist*, ele diz que:

... uma das mais impactantes características da nova teoria foi o reconhecimento de uma inseparável relação entre cognição racional e propósito racional; e essa consideração foi a que determinou a preferência pelo nome pragmatismo (CP 5. 412).

A distinção entre uma e outra coisa, no longo processo de significação, é fundamental e para a linguagem, que na semiótica peirceana é praticamente o mesmo que falar da linguagem científica.

...nenhum estudo pode chegar a ser científico no sentido descrito, até que se prove com uma apropriada nomenclatura técnica, em que cada termo tenha um só significado específico, universalmente aceito pelos estudiosos do tema, e cujos vocábulos não tenham a doçura nem o encanto que poderiam tentar aos escritores abusar deles, - o que é uma virtude

da nomenclatura científica pouco apreciada (CP 5. 413).

Então, se pode dizer que, enquanto signo “transgênicos” pode receber interpretações tão variadas quando possíveis, o que não implica dizer que se referem à mesma ordem de significação pois há uma ligação que permite a compreensão, que se refere a uma ação do objeto dinâmico. Ação está que se dá pela mediação do objeto imediato, que permite denotativamente a presença dos aspectos representados em um signo. Na semiose, que é infinita, a dinâmica sígnica tem seu curso com a indispensável participação do interpretante do signo. “...aquilo em cujo lugar o signo está é denominado seu objeto; aquilo que o signo transmite, seu significado ou sentido (*meaning*); e a idéia que ele provoca, seu interpretante” (CP 1.339).

A partir dessas reflexões se pode, então, analisar a entrevista realizada por ZH com o professor Luiz Carlos Federizzi no dia 10 de abril de 1999, em pleno turbilhão de sentidos e crise sobre o posicionamento midiático, o jornal traduz pela procura de “um eixo”. A primeira resposta do professor nos ajuda a perceber que o esclarecimento é a regra elementar quando se trata de analisar o conceito:

Zero Hora - Por que o senhor tornou-se um dos defensores dos transgênicos?

Luiz Carlos Federizzi - Na verdade, eu sou contra a desinformação que domina a mídia. Nem sempre eu defendo o uso dos transgênicos, porque depende do gen que estamos falando. Por exemplo, já existe uma insulina produzida por uma bactéria geneticamente modificada que já está no mercado há mais de dois meses. É mais barata e mais segura, e ninguém fala contra.

A primeira frase da resposta busca esclarecer não o posicionamento, mas o tipo de pergunta feita pelo jornal. Por isso o

enunciador corrige a enunciação do interlocutor para dizer que: “Na verdade, eu sou contra a desinformação que domina na mídia”. Como se dissesse que a questão central quando se fala de transgênicos estava mal formulada. Na seqüência procura demarcar o objeto em discussão. Para o pesquisador, trata-se de coisas diferentes. Estabelece, então, o condicionante para as bases do entendimento, dizendo que “depende do gen que estamos falando”.

A segunda resposta é ainda mais precisa em relação a necessidade de esclarecimento, quando se trata do significado das coisas para diferentes intérpretes.

ZH - Qual o fator que provoca tanta polêmica?

Federizzi - É a centralização dos debates na agricultura em torno da soja transgênica. A nossa visão de organismo geneticamente modificado vai muito além desse produto. Desde que essa semente entrou no mercado, mais de 60 milhões de pessoas já comeram soja transgênica sem apresentar nenhum tipo de alergia. Hoje, 100% do queijo dos Estados Unidos é produzido com coalho geneticamente modificado. Ninguém fala nisso.

Observa-se que a angulação da resposta está condicionada pela forma como o sujeito se posiciona no quadro de análise. Para ele, os transgênicos não remetem necessariamente para transgenia com a soja, mas para toda uma gama de possibilidades tecnológicas. Porém, está clara a sua posição pessoal (posição do protagonista) de aceitabilidade dos procedimentos de pesquisa, mesmo em se tratando de soja, porque afirma que até agora ninguém sofreu qualquer distúrbio por ingerir soja transgênica. Na questão seguinte, quando do confronto com as posições dos ambientalistas, volta o pesquisador a esclarecer ainda mais a posição de um dos lugares de onde fala a ciência:

ZH - As críticas dos ambientalistas procedem?

Federizzi - Sem dúvida, o grande problema é a utilização do herbicida, e não a tecnologia desenvolvida. Ser geneticamente modificado não significa que é ruim. O importante é que precisamos observar o gen analisado. Os ambientalistas fizeram uma confusão contra as plantas transgênicas e não com o produto específico que é a soja. O herbicida da Monsanto (Roundup Ready), desenvolvido para substituir os produtos utilizados na lavoura tradicional, é que está centralizando a discussão.

A existência da polêmica por um lado demonstra a força demarcatória de cada campo social, ao representar suas políticas. Mas, para o campo da ciência a questão sobre o que se está tratando quando se fala dos conceitos tem sido crucial, pois depende da compreensão, da clareza conceitual, para o sucesso de grande parte das ações que desenvolve, especialmente na interface com a sociedade. De certa forma a ciência requer como base para entendimento do seu campo a necessidade de esclarecer, dentre as inúmeras possibilidades de significação, o que está sendo tratado num determinado momento específico. Por isso o professor volta nesta questão ao esclarecer algo que já havia posicionado e que para ele é essencial: “O importante é que precisamos observar o gen analisado”. Como se dissesse que antes de qualquer coisa será preciso saber exatamente do que se está tratando. Há, neste sentido, um anseio pelo esclarecimento que, para o cientista é algo valioso ou até mesmo imprescindível. Parece que isso fica mais claro na questão final:

ZH - Qual é a saída então?

Federizzi - Como professor eu me preocupo em buscar informação em fontes seguras sem comprometimento ideológico e tampouco com as multinacionais. Temos de sair fora dos extremos. A única saída é a informação científica correta.

Ainda que revestida de idealismo, a preocupação com a ética científica e com as formas de transmissão é inegável, o que aponta para a impossibilidade de se fazer ciência de forma isolada do contexto ético e político que os deve regular. Neste sentido, a resposta é compreensível para um profissional que busca valorizar as operações do seu campo de atividade.

Assim, como o jornal buscou posicionamentos antagônicos, a entrevista ping-pong parece que colaborou mais para que se esclarecesse sobre a temática, do que mesmo para defender o cultivo de transgênicos e neste caso, da soja transgênica. Para defender o campo ambientalista, *ZH* recorreu a uma especialista do setor. Observamos, também neste discurso, a preocupação pelo esclarecimento.

Zero Hora - Por que os ambientalistas gaúchos são contra a liberação dos produtos transgênicos?

Magda Renner - A princípio, não somos contra essa tecnologia. Mas somos absolutamente contra a desregulamentação dos transgênicos, permitindo desde já o plantio comercial em grandes áreas. Temos necessidade de maior conhecimento sobre as consequências tanto ambientais como para a saúde humana a longo prazo.

A construção inicial do discurso, assim como o anterior, é de mostrar as bases do que está tratando a questão. Quando diz: “A princípio, não somos contra essa tecnologia”, está posicionando o alvo para um “transgênicos” desregulamentado. Em síntese, contra a soja transgênica que está na discursividade pública. Afinal, é justamente na cotidianidade social onde se efetivam os enfrentamentos objetivos, que emergem da preocupação ambiental.

ZH - Como ficam os consumidores nessa discussão?

Magda - Além da questão ambiental, estamos preocupados com a nossa cidadania. Como cidadã, eu

quero ter certeza do que estou comendo e, como dona de casa, o que levo à mesa da minha família. Por isso, queremos que todos os produtos transgênicos sejam rotulados para que a população possa escolher.

A questão que envolve a rotulagem dos produtos modificados é uma boa pista para se compreender a necessidade de informação. Rotular significa sinalizar a existência ou não de OGM e esta passou a ser uma questão central dos consumidores, já que o destino destas biotecnologias é o consumo animal ou humano. A identificação, com a respectiva informação sobre os produtos, é a forma de estabelecer uma razão, um juízo sobre o assunto. Somente assim o cliente pode decidir sobre adotar ou não o consumo. A inexistência da obrigatoriedade de rotulagem cria uma situação compulsória, já que não sabendo do que se trata, o consumidor não pode decidir sobre o tipo ou a qualidade do alimento que consumirá.

ZH - A crítica é contra o processo ou o produto?

Magda - É o produto porque essa soja recebeu gens de outras plantas. Não faz parte da dieta do ser humano. O que esse produto geneticamente modificado vai fazer dentro do meu corpo?

ZH - O que fazer então?

Magda - Reivindicar aos governantes uma moratória de cinco anos, enquanto não se fizer estudo aprofundado sobre as consequências de seu uso e nesse meio tempo seja respeitado o princípio da precaução.

Os objetos de discussão e as posições dos atores que as duas entrevistas recuperam, de certo modo representam muito da argumentação utilizada pelos campos sociais sobre os transgênicos. Primeiro, porque trata de uma das questões centrais, que é o esclarecimento do objeto em discussão. Sem que as pessoas saibam do que estão tratando, qualquer discussão sobre o assunto torna-se comprometida. Mas principalmente porque mostra o ajustamento

das diferenças discursivas, o que resulta numa paulatina aproximação entre os mais agudos contendores, na medida em que se esclarece do que se está efetivamente tratando.

3.2.8 A firme posição do RS

O clima tenso que se configurou no Rio Grande do Sul em relação aos transgênicos não se desfez um dia sequer nos primeiros meses de 1999. Muito contrariado com o avanço das ocorrências que registravam lavouras cada vez maiores de transgênicos, o secretário estadual da Agricultura, José Hermeto Hoffmann, acompanhou de perto o início da colheita dos 435 hectares de soja transgênica (geneticamente modificada) plantada pela empresa Monsoy, do grupo Monsanto, na Fazenda Palmeirinha, em Palmeira das Missões. Tratava-se da primeira colheita oficial de soja transgênica no Estado, cujo início da colheita começou pouco depois do meio-dia do dia 18 de abril de 1999. Como a área foi interdita no dia 16 de março pelo DPV, a Monsoy recorreu à Justiça para garantir a retirada dos grãos da lavoura.

O produto, no entanto, não podia ser vendido ou distribuído antes do julgamento definitivo do mandado de segurança impetrado pela Monsoy. Para evitar a comercialização, o governo gaúcho fez questão de acompanhar todo o processo até a armazenagem do produto.

A notícia veiculada dia 19 em *ZH* mostrava todos os cuidados técnicos com a lavoura e atendia propósito bem determinado. Naquele mesmo dia um grupo de representantes de 10 grandes varejistas europeus iniciava visita ao país para verificar se os produtores tinham condições de fornecer alimentos não-transgênicos.

A enunciação do jornal oferta densidade em números, sobre as potencialidades do mercado para soja convencional no mercado europeu.

No Brasil, o grupo busca produtores interessados em atender a esse padrão de qualidade, sobretudo

dentro da cadeia da soja. Em troca, o consórcio liderado pela rede britânica Sainsburys - segundo maior varejista do Reino Unido - tem a oferecer o equivalente a 25% do total do mercado de alimentos de toda a União Européia. Só no Reino Unido, a venda anual de alimentos totaliza 90 bilhões de libras esterlinas (US\$ 153 bilhões). No Sainsburys, as marcas próprias respondem por 55% das vendas de alimentos, o que totaliza US\$ 30 bilhões anuais. Na britânica Marks & Spencer, as marcas próprias de alimentos totalizam 100% das vendas.

No dia seguinte, ainda durante a estada dos técnicos da União Européia, *ZH* dá destaque para a decisão da CTNBio, de destruir o experimento com arroz transgênicos instalado no IRGA. Naquele momento existiam 79 áreas experimentais de plantio de sementes transgênicas no Rio Grande do Sul.

No dia 20, os técnicos do DPV interditaram uma lavoura de soja transgênica plantada em 2,13 hectares na unidade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em Passo Fundo, por não cumprir as exigências do Decreto 39.314, que previa a apresentação do estudo e relatório de impacto ambiental (EIA - Rima). E o cerco aos transgênicos continuou no Estado. No dia 21, a manchete de *ZH* trata comparando-o a uma forte operação militar. A manchete diz que o “Estado fecha cerco contra transgênicos”, com linha de apoio que mostra como isso será realizado: “O governo gaúcho pretende interditar todas as áreas experimentais com plantas alteradas até a próxima sexta-feira”. A reportagem apontava que as interdições foram determinadas pela Secretaria de Agricultura porque nenhuma das plantações inspecionadas havia cumprido com as exigências do decreto de impacto ambiental.

No texto do jornal a ligação entre as operações que articularam as interdições, as respectivas repercussões discursivas na imprensa e a presença dos compradores internacionais no Estado aparece nas entrelinhas:

A diretora do DPV, Marta Levien, justifica ainda as interdições alegando que esses cultivares poderiam ser comercializados. Essa preocupação também é compartilhada pelos europeus. Um grupo de 10 grandes varejistas da União Européia, em visita ao país desde sábado passado, trouxe na bagagem uma mensagem dos consumidores daquele continente preocupados com as conseqüências a médio e longo prazo na saúde humana pela ingestão de alimentos contendo produtos geneticamente modificados.

Na sexta-feira uma das reportagens do caderno *Campo e Lavoura* de *ZH* dizia que os Europeus apóiam pólo livre de transgênicos e a linha de poio: “Irga queima experimento com arroz geneticamente modificado”. A enunciação do Secretário da Agricultura veiculada *ZH* mostra como o jornal deixava fluir a informação sem contrapor as informações sobre a efetiva área cultivada com sementes de soja modificadas no RS.

O secretário se mostrou satisfeito com a visita, que também serviu para acertar os últimos detalhes da viagem de uma comitiva gaúcha à Inglaterra, marcada para o próximo dia 8 de maio. Hoffmann confirmou que levará para a Europa documentos que comprovarão a existência de postos de fiscalização na Fronteira Oeste:

- Não acreditamos que exista um derrame de plantas modificadas no Estado. Essa boataria interessa às empresas que apostam na liberação dos transgênicos no país. Até hoje, recebemos sete denúncias de plantio clandestino e já encaminhamos o assunto ao Ministério Público (*ZH*, 23/04/1999).

Não se pode imaginar um pacto entre o jornal e o governo, mas é possível colocar sob suspeita a opção do jornal em ocultar ou dissimular para os seus leitores a diversidade de informações

sobre a temática. Quando o jornal não questiona a referência a algo real, extenso e bem caracterizado, como o plantio de transgênicos, reproduzindo o fato como “boataria”, perde a oportunidade de enunciar-se jornalisticamente, especificando o embate, o choque de dados e a diversidade de opiniões. Mais do que isso, o jornal alia-se aos interesses do campo político e referenda o que é desejado pelo governo estadual. Como o próprio jornal havia noticiado a existência de extensa área de cultivo irregular, comungava com algo artificial, irreal. Nesta mesma edição, o jornal publica um artigo que de certa forma coroa o momento anti-transgênicos. Um agrônomo e diretor de cooperativa é chamado, como articulista, para dar sua opinião e o faz investindo contra os critérios científicos que permitem a biotecnologia. Num dos últimos parágrafos do artigo diz:

Será que podemos ainda ignorar a pergunta: por que grande parte da produção da ciência, ao lado de benefícios, traz malefícios, os quais continuam mesmo depois que cessam os benefícios? A resposta é clara: os produtos da ciência foram e ainda são lançados quando se conhecem bem os seus benefícios, e muito antes que se conheçam bem os seus possíveis malefícios. A ciência não progrediu o suficiente para descobrir o lado mau da sua produção antes que ele ocorra e por isso acaba fazendo sociedade de cobaia. Não estaria na hora de reavaliarmos e, com base nessa reavaliação, corrigimos o modo como temos feito ciência?

A idéia de humano feito cobaia, em cujos corpos são testadas novas fórmulas e formas, recupera o mesmo sentido da figura *Frankenstein*, já utilizada pelos naturalistas do *Greenpeace* para protestar contra os transgênicos. Parece, também, que há uma confusão no artigo, já que a questão não se refere ao modo de fazer ciência (como diz), mas à necessidade de testar seus impactos no meio ambiente, antes de disponibilizar os seus produtos. Esta

é a questão básica de toda a discussão sobre os transgênicos no Brasil, em função da não observância de critérios de segurança justamente pela CTNBio.

Existe ainda outro contraste, não explorado pelo articulista, pois os apelos que regulam o campo econômico-comercial não são os mesmos que regulam a ciência ou o direito e a cidadania. A disputa entre os campos, neste caso, remete para as questões da ética e introduz uma nova noção de valor. Além do econômico, os grupos de pressão na opinião pública lentamente interpõem outros, como saúde pública, direito do consumidor e qualidade de vida. Neste sentido, a correção não estaria no modo de fazer ciência, mas, em função dos interesses dos campos, na forma como a informação é disponibilizada. Ou seja, que valores compõem o “prato feito” que a sociedade recebe para se apropriar dos resultados científicos.

A idéia de pacto do silêncio e dos discursos que se acomoda à ecologia social, política e econômica vigente pode ser encontrada, ainda, numa reportagem publicada domingo, dia 25 de abril de 1999, sobre a estada dos empresários europeus no Estado. O texto dá o tom exato do que estava acontecendo, ao dizer que: “A viagem dos representantes de um consórcio de 10 supermercados europeus é uma das últimas esperanças em garantir oferta de produtos não-transgênicos”. Então o jornal revela que se tratava de uma “esperança”, a última, de fazer do Rio Grande do Sul uma área livre de transgênicos. Tal dado permite compreender o movimento da mídia e a articulação discursiva, numa espécie de pacto regido pelo silêncio.

Porém, a fim de manter-se, a mídia precisa ser dinâmica para eximir-se dos comprometimentos integrais. Por isso, na dúvida de dar ou não certo a estratégia do governo do estado, *ZH* mantém nos espaços de opinião, uma posição de reserva. Neste mesmo dia 25, um editorial do jornal mostra a linha institucional, a qual aparentemente se confronta com os textos jornalísticos.

Na página 3, uma opinião do jornal sob o título “A fogueira da intolerância”, diz que: “Em plena era da biotecnologia, difícil-

mente a imagem de experimentos científicos em chamas, como as difundidas a partir do Rio Grande do Sul, poderá ser dissociada do obscurantismo” (ZH, 25/04/1999). A senha fora dada no dia anterior, 24, quando uma das mais destacadas colunistas de ZH, Ana Amélia Lemos, diretora da RBS em Brasília, diz que “é a desinformação e a ignorância que causam a disseminação de doenças graves e contribuem para limitar as condições de cidadania e o acesso do povo a melhor padrão de vida” e neste sentido para ela, “a polêmica dos transgênicos aumenta à razão direta da desinformação sobre o tema” (ZH, 24/04/1999). A colunista voltaria ao tema alguns dias depois. No dia 13 de maio, ao comentar, em ZH, sobre a realização de mais um evento sobre o assunto, desta vez na cidade de Pelotas-RS, Ana Amélia Lemos diz estranhar a dúvida sobre o cultivo de OGMs e que: “A dúvida é aumentada quando se sabe que os principais concorrentes do Brasil, a Argentina e os Estados Unidos, já optaram pelo produto modificado geneticamente. O custo de produção é 30% menor. Na discussão ideológica, esse argumento não é levado em conta” (ZH, 13/05/1999), diz a diretora da RBS em Brasília.

A instituição RBS estava começando a mostrar o seu posicionamento publicamente sobre o assunto. As vantagens econômicas e a competição de mercado, mesmo sentido que orientava os produtores rurais, estava no centro da argumentação pró-transgênicos, especialmente pelo campo político opositor ao governo eleito no Rio Grande do Sul. A remissão e a própria redução ao “ideológico”, quando se trata de uma densa teia de valores colocados em disputa, também é uma estratégia discursiva que busca a descaracterização das questões de fundo, como a biossegurança, os direitos do consumidor e a conservação do ambiente natural.

Teremos, portanto, que refletir bastante sobre o pensamento de Lage (2001) ao dizer que a primeira coisa que um jornal informa é a sua ideologia e que ela atende sempre a determinados interesses. No caso de ZH, observa-se que são muitos os aspectos, muitas as ideologias que se configuram em espaços discursivos no plano do mesmo jornal ou da mesma edição. É como se houvesse

uma regulação para a editoria de rural (*Campo e Lavoura*), outra para a política (Ana Amélia Lemos de Brasília) e talvez outra em sua cúpula diretiva que instrui sobre o tom dos editoriais. Só assim é possível compreender essa espécie de esquizofrenia de contradições nas enunciações e apagamentos (o que não é escrito) em *ZH*.

A acusação de obscurantismo enunciado por *ZH*, entretanto, não ficou sem resposta. Na mesma *ZH*, no dia 9 de maio, uma carta do leitor contesta a posição do veículo. Na carta, de uma bióloga de Porto Alegre, o contra-argumento mostra ao mesmo tempo como o campo da ecologia estava atento e o jornal mantinha aberto o espaço do contraditório.

Não me pareceu apropriado classificar de intolerância e menos ainda sugerir obscurantismo à destruição do canteiro de transgênicos na Estação Experimental do Irga, em Cachoeirinha. A ação foi legal e efetuada devido ao não-cumprimento das normas de segurança estabelecidas. A Opinião *ZH* sugere alguma perseguição a quem pesquise com transgênicos, o que não penso ser verdadeiro. Há outros 78 experimentos semelhantes em nosso Estado. Com alimentos modificados geneticamente, os cuidados precisam ser redobrados. Bióloga - Porto Alegre, (*ZH*, 09/05/1999).

Também é possível observar que o campo da ecologia recorre ao estado de direito. A justificativa se baseia na existência de um impedimento legal em cultivar algo que está proibido e é regulado através de lei específica. O mesmo argumento era utilizado nas palestras sobre o tema pelo secretário Hoffmann.

Uma das vitórias mais expressivas na campanha contra os OGMs foi a decisão unânime, dos 27 secretários estaduais da Agricultura do Brasil, tomada a 5 de maio de 1999, que aprovaram uma moção que reivindicava a proibição do plantio comercial no Brasil de organismos geneticamente modificados. A decisão inédita contra os

transgênicos, votada e oficializada durante o Fórum Nacional, realizado em Recife (PE), foi entregue ao ministro Francisco Turra. Foram lembradas as justificativas já conhecidas, como a falta de pesquisas sobre os efeitos na saúde a possibilidade da formação de monopólio por parte das empresas de sementes e a decisão dos europeus de não comprar esses produtos. Os secretários alegaram ainda implicações extras no orçamento dos Estados. Citavam como gastos futuros a certificação dos produtos e a fiscalização nas divisas entre as lavouras transgênicas e as convencionais.

A esperança do território livre para o governo estadual ficou mais forte quando no dia 11 de abril, durante a visita da comitiva do Rio Grande do Sul à Europa é assinado, em Paris, um contrato de venda de 5 mil toneladas de soja convencional pela Cooperativa Agropecuária Alto Uruguai para outra cooperativa francesa. E o mais importante, com adicional de 5%, exatamente por não ser transgênica.

A partir das informações da França, o texto de *ZH* exulta que: “O modesto contrato assinado na capital francesa é apenas uma amostra do que poderá ocorrer se o Rio Grande do Sul conquistar credibilidade no mercado da União Européia como zona livre de transgênicos”. A mesma reportagem reproduz a enunciação do Secretário Hoffmann: “Será um negócio da China. Se tudo der certo, toda a produção do Rio Grande do Sul poderá ser exportada para a França - entusiasmou-se Hoffmann” (*ZH*, 11/04/1999).

A proposta de o Rio Grande do Sul se tornar uma zona livre de produtos transgênicos atraiu a atenção da imprensa da França e da Inglaterra. A situação foi retratada na reportagem do jornalista francês Christian Dutilleux, publicada no Jornal *Libération* depois de sua participação no Fórum Nacional da Soja, realizado em março de 1998, em Porto Alegre.

Porém, no mesmo *Libération*, ao mesmo tempo em que relata a intenção do cultivo tradicional no Estado, Dutilleux anunciou ao mundo o que mesmo os maiores opositores às plantas geneticamente modificadas não poderiam negar: os grãos transgênicos estavam fazendo parte da safra 98/99 no Rio Grande do Sul.

A informação jogada no cenário internacional é um revés para o “negócio da China”.

3.2.9 Quando a mídia vai a campo

Felizmente existe um momento na polissemia jornalística em que os fatos se impõem. Então a mídia tende a mostrar o seu lado mais interessante que é o seu compromisso com o aspecto material e objetivo da realidade, a qual ela se alia mostrando de forma simples e elementar o que está acontecendo. Pode não ser a verdade toda, mas é muito mais do que o acompanhamento do jogo discursivo dos campos sociais. Neste sentido, ganha a informação, porque é esta propriedade do fazer jornalístico que aparece enquanto o próprio potencial desta área do conhecimento.

O compromisso com esse aspecto material, real, do fato compõe um aspecto renitente, espontâneo e positivo do modo de ser dos jornalistas. Ele se opõe ao elenco das verdades acabadas que a sociedade propõe e o jornalista dispõe; a ilusão de que os fatos se bastam e conhecê-los é dominar o processo; a tendência de substituir uma teoria dos conteúdos pelo formalismo das técnicas, na produção de modelos particularmente fechados de diagramação e texto; em suma, ao idealismo genérico da profissão (Lage, 2001, p. 152).

Com o aprofundamento da prática jornalística, o que aparece é tão somente o senso comum, mas relevante para a verificação do objeto. O exercício deve fazer parte da cotidianidade do jornalismo, da prática comum das redações. Caso contrário pode atender outros interesses que não exatamente aquele que deveria reger a boa prática jornalística.

Considerando-se que tenha sido este o objetivo, merece saudação a edição de *ZH* de 14 de maio de 1999, onde o jornal se

encarrega de apresentar dados objetivos da realidade aos seus leitores, mostrando o que estava acontecendo no Rio Grande do Sul em relação à soja transgênica. Para se ter idéia da importância da temática apenas neste dia, uma sexta-feira, quando é editado o caderno *Campo e Lavoura*, somando-se as ocorrências no corpo do jornal e no caderno (dedicado integralmente aos transgênicos) são 13 os registros de notícias. Deve-se considerar que justamente a repercussão acontece um dia após o Governo Federal anunciar a liberação da soja transgênica, como se observa nos títulos de algumas das reportagens, que podem dar uma idéia da evolução dos fatos naquele mês:

Maio/99 títulos

- 6- Justiça libera testes com transgênicos*
- 6- Secretários pedem proibição de produtos transgênicos*
- 7- Secretário da Agricultura acompanha grupo que levará a posição do Estado sobre os transgênicos aos europeus*
- 7- Estudo ambiental será exigido*
- 13 - Farelo é exportado com adicional de 5%*
- 14- Anunciada a liberação da soja transgênica*
- 14- Um caso para a justiça decidir*
- 14- Curiosidade semeou o contrabando*
- 15- Ação tenta barrar soja transgênica*
- 15- Agenda de Pelotas defende alimentos modificados*
- 16- A semana decisiva dos transgênicos*
- 17- Anunciadas medidas contra os transgênicos*
- 18- Nova batalha na justiça*
- 25- Supermercado garante origem dos produtos*
- 29- Ministros vão reavaliar registro da soja*
- 31- Um clima pesado*

O jornal, até aquele momento, já tinha editado 259 informações, a maioria reportagens sobre o assunto e o crescente interesse resultou em três edições especiais do caderno *Campo e Lavoura*. Na primeira, em 6 de fevereiro de 1998, a capa do caderno aler-

tava: "Soja vira caso de polícia". Em 2 de outubro de 1998, um novo caderno resumia em seu título principal o que estava por vir: "A semente da polêmica". No caderno do dia 14 de maio de 1999 estampou na capa: "A colheita clandestina". A reportagem principal anunciava que a soja transgênica não apenas estava sendo plantada sem autorização oficial como também fôra misturada a grãos sem modificações genéticas e entregue a cooperativas e indústrias. Como diz o último título de maio, tratava-se de um clima pesado, que permaneceu e sustentou as disputas de sentido sobre os transgênicos.

O jornal buscou dados, foi às fontes, ouviu técnicos, especialistas e produtores rurais e trouxe de volta para as suas páginas informações que estavam dispersas, mas importantes para posicionar os atores sociais (entre os quais a própria RBS) sobre a realidade da questão. A edição estava repleta de dados objetivos, com números e enunciações dos diversos segmentos, constituindo-se num documento atual, sustentado e inequívoco da situação. Dada a relevância, passa a se constituir numa fonte que alimenta outros discursos, pois a partir da clareza dos dados já não seria possível tratar o assunto como um "boato" ou uma simples "contravenção".

A partir daquela edição, o cultivo de soja transgênica se impunha como problema, com repercussão direta em outros campos sociais, além do agrônômico. Tratava-se de um caso típico de desobediência civil. Teria que ser levado às instancias judiciais. Afinal, o Estado (Governos Federal e Estadual), teria de tomar um posicionamento diante da relevância dos fatos relatados. As informações, confirmadas mesmo por entidades ecológicas, mostravam o cultivo de mais de 300.000 ha com transgênicos, o equivalente a 20% da área semeada com soja no Rio Grande do Sul.

Combinada com a cobertura do jornal, uma das reportagens em destaque, fora do caderno, diz da tão esperada liberação da soja transgênica, pela Monsanto. Na reportagem consta que o Ministério da Agricultura anunciaria na segunda-feira a aprovação do registro de cinco variedades de soja transgênica desenvolvidas

pela empresa Monsanto -, permitindo a produção e comercialização das sementes geneticamente modificadas no Brasil. Tratava-se da primeira habilitação para plantio comercial no país e o texto de *ZH* oferece um tom exultante à tecnologia.

Isso significa que a primeira safra brasileira do terceiro milênio brotará da terra com a marca da biotecnologia. A informação, liberada ontem, surpreendeu até a própria multinacional, que não tinha previsão de receber uma resposta logo (*ZH*, 14/05/1999).

A notícia da liberação e a repercussão política do caderno de *ZH* com os dados recentes e focais sobre o cultivo de transgênicos no Estado acontecem num momento crucial das negociações do Estado com a Europa. No dia anterior, parlamentares ingleses tinham aprovado uma moção de apoio à criação da zona livre de transgênicos no Rio Grande do Sul. Prova simbólica mas também indicial da aposta que o mercado europeu estava fazendo no Estado a fim de ter um reduto para fornecer soja convencional para uma região na qual a opinião pública fazia grande pressão contra alimentos modificados geneticamente.

Em artigo assinado pela chefia de reportagem do caderno, a jornalista Márcia Mandagará, fala de uma “Uma pedra na rota da soja” e faz uma pergunta elementar para o momento, afinal, “o que leva um agricultor a arriscar a liberdade por uma semente proibida?”. E sua resposta é simples: “Na visão do produtor, a questão é prática. Ele busca uma fórmula mágica para sair do vermelho. O homem que coloca a semente na terra quer saber quanto vai receber a mais pela soja convencional ou economizar com a transgênica” (*ZH*, 14/05/99, Campo e Lavoura, p.2).

Essa “questão prática”, captada e enunciada pela jornalista, refere-se à variável elementar em toda a discussão sobre os transgênicos, na medida em que é justamente esta questão, ao se instituir como valor, que antecipa e determina o comportamento adotado pelos atores (agricultores). Não fosse esse condicionante comportamental, o debate sobre os transgênicos no Rio Grande

do Sul e no Brasil talvez se desse em outras bases e assim com outro percurso histórico.

As informações, seja da Monsanto, seja fruto da informalidade entre os próprios agricultores, a respeito da redução de custos de produção, aguçaram a curiosidade dos agricultores. A Associação dos Engenheiros Agrônomos de Passo Fundo havia publicado naquela época um resumo de um encontro sobre transgênese, mostrando que as estimativas de área com soja modificada, contrabandeada da Argentina indicavam o cultivo de 260 mil hectares. A cooperativa ecológica Coolméia também publicou que estimava uma área plantada de 300 mil hectares de transgênicos. Não havia como comprovar esses dados no Estado, mas eles estavam presentes nos discursos dos vários segmentos e pareciam indicar que na realidade havia entre 300 e 600 mil hectares cultivados. De todo modo, uma marca expressiva.

No texto deste caderno de *ZH* estão as marcas de que os repórteres foram instruídos pelo jornal a buscar informações precisas. A reportagem de capa aponta que foi a “Curiosidade (que) semeou contrabando”. Na matéria “Onde transgênico é bandeira de luta”, pode se ter idéia dos relatos jornalísticos:

Se alguém chegar a Passo Fundo e perguntar quem plantou soja transgênica na última safra, ninguém vai se acusar. Apesar da Associação dos Engenheiros Agrônomos do município ter uma estimativa de que há sementes no Estado para que em 1999 cerca de 20% da área seja transgênica (620 mil hectares), os seus associados não apontam quem está plantando, nem comprovam a porcentagem. Mas há agricultores que se dispõem a falar sobre as suas experiências, desde que os nomes não sejam revelados, porque têm posições de liderança dentro da comunidade. Essa iniciativa ocorre principalmente por um motivo: para esses produtores, o direito de cultivar soja geneticamente modificada já é uma bandeira de luta (*ZH*, 14/05/99, Campo e Lavoura, p.5).

Dois dias depois (16/05) da emblemática edição de Campo e Lavoura, o próprio editor de *ZH*, Marcelo Rech, assina artigo onde avalia o papel do jornal no processo de informação sobre os transgênicos, diante do impacto que a edição causou. Quase ao final do artigo traduz o que pensa que seja a função que o jornal desempenha tanto interna quanto externamente. Diz que: “O interesse internacional faz sentido. O Brasil é o único grande produtor mundial de soja que ainda não estabeleceu uma política definida para o tema. Dependendo de *Zero Hora*, ele continuará sendo tratado com a responsabilidade, o equilíbrio e a sensatez que a questão merece”.

Bem entendido, o editor traça um paralelo de comportamento. Como o Brasil era o único grande produtor mundial de soja que não tinha política definida em relação aos transgênicos, induz algo de contraditório ou talvez negativo na postura do País. Então o editor faz um movimento discursivo para colocar a mídia acima dos embates, dizendo que pelo menos *ZH* continuaria tratando o tema com responsabilidade, equilíbrio e a sensatez. O jornal apresenta-se como o fiel da balança discursiva. Estava pronto a dizer o que fosse preciso, de forma “isenta”, como diz outro ponto do mesmo artigo.

O campo social midiático possui esta interessante peculiaridade ou capacidade, de se auto-apresentar e também se auto-nominar e avaliar, remetendo para si mesmo o julgamento dos seus atos. Neste caso, apresenta-se como parte pura, não contaminada, no processo discursivo. Em determinado ponto do texto o editor é ainda mais claro em relação ao que pensa da ação desempenhada pelo jornal:

A equipe do Campo & Lavoura exhibe não só o mérito de ter identificado no nascedouro um tema que entrará para a história da agricultura gaúcha como pode se orgulhar de uma cobertura isenta, consistente e esclarecedora. É também uma cobertura complexa, que exige da equipe permanente capacidade de dis-

cernimento para escantear os interesses econômicos e políticos em jogo (ZH,16/05/1999).

O termo “escantear” é muito interessante, porque é usado no sentido de tirar, remover a ação, deixar de lado os interesses “econômicos e políticos em jogo”. Ou seja, *ZH* se apresenta como tal autonomia e suficiência que, pela “capacidade de discernimento”, anuncia que não se deixar iludir ou contaminar por quaisquer interesses, que não seja a informação “isenta, consistente e esclarecedora”.

Nada mais contraditório com a realidade. Como se observou em vários episódios sobre os transgênicos, *ZH* nem sempre deixou claro para o leitor as regras do jogo discursivo, que o editor reivindica no artigo. Pelo contrário, em várias oportunidades, as reportagens omitiram ou não confrontaram dados dos interlocutores elevados à enunciação.

Uma agenda jornalística efetivamente esclarecedora sobre um tema de reconhecido potencial polêmico, como os transgênicos, parece requerer o exercício contínuo dos antagonismos da enunciação das fontes opositivas, a fim de levar aos leitores os diferentes aspectos que compõem o quadro da realidade onde o assunto se insere. Como vimos, quando falam políticos, como o próprio Secretário da Agricultura, ou o Ministro da Agricultura, ou mesmo um cientista ou um ecologista, as reportagens dificilmente contrapõem ou intercalam os discursos a fim de oferecer as várias dimensões do problema. Enfim, a idéia de que *ZH* não se deixa envolver por interesses econômicos e políticos parecem mais relato de proposta editorial do que a realidade apresentada em suas páginas.

Ainda que a autonomia discursiva da mídia possibilite manifestações como a do editor de *ZH*, não se pode deixar de reconhecer que há nos jornais e, enfim, nas mídias em geral, indícios preciosos da realidade e até “rudimentos de filosofia prática, crítica militante, grandeza submetida, porém insubmissa” (Lage, 2001, p.154). Acontece que dificilmente na relação entre campos um e outro interesse deixa de influir e mesmo se confundir, de forma

que é difícil que se tenha condição prática de uma isenção absoluta de qualquer ator social (inclusive o editor de ZH) no processo de mediação. E não é isso que propugna o jornalismo comprometido com a verdade. Ao contrário, ele reconhece esse processo de influências recíprocas, mas continua a sondar criticamente os elementos da realidade em busca do que tenha acontecido no cotidiano.

A prática do jornalismo sério e responsável nada mais pode ser do que a preocupação constante em garimpar a informação em seus aspectos mais absolutos que se tenha condições de buscar a fim de apresentá-la na esfera pública com igualmente todos os seus diferentes contornos. Como a pedra bruta que sai dos garimpos, sobre ela muito há de se trabalhar até que brilhe o seu valor, o que para o jornalismo é essa busca constante e persistente pela verdade. Pode-se dizer que, sobre os transgênicos, imaginar que a mídia tenha o domínio da verdade não passa de mera ilusão, o que não significa que se abandone a idéia de buscar, tenazmente, os diferentes aspectos da realidade na procura constante, mas falível, da verdade.

Pode-se dizer, também, que o envolvimento da equipe de redação de ZH na atividade de ouvir as diferentes fontes, fundamental para a prática jornalística, nem sempre funciona de forma coordenada. É bastante comum o jornal tomar uma determinada direção, apologética em relação a biotecnologia, por exemplo, e pouco depois mostrar-se encantado pelas ações da agroecologia; ou mesmo identificar-se com os discursos do governo federal e logo depois, sem nenhuma crítica ou contra-ponto, acolher os argumentos totalmente diferentes, na esfera estadual.

Também é possível perceber o que podemos chamar de aproximação não autorizada, em que uma determinada matéria mostra o envolvimento com a causa alheia. No domingo em que o Secretário da Agricultura desceu do avião vindo da Europa, 16 de maio, encontrou os jornalistas no saguão do aeroporto alinhados para uma coletiva. O anúncio recente do Governo Federal, de liberar as cinco cultivares da Monsanto, o que tinha acontecido na

terça, 18, e as reportagens “investigativas” de *Zero Hora* da sexta anterior se interpuseram e foi justamente esta a pauta explorada com o político.

O jornal enuncia o comportamento do Secretário e este se encarrega de voltar à tese dos boatos que, na opinião de Hoffmann, seriam difundidos pela Monsanto. Difundidos pela Monsanto, mas veiculados pela mídia e por *ZH*, em particular. Então, curiosamente, o Secretário defende o que o jornal chamou de “investigação jornalística”. Observe-se que havia algo interessante na relação Secretário/*ZH*, pois o jornal fez questão de enunciar que “primeiro” ele falou em boatos e depois “reconheceu” a importância da reportagem.

Hoffmann não se mostrou surpreso com as denúncias publicadas na última sexta-feira em *Zero Hora*, de que nesta safra houve plantio e colheita de soja transgênica. Primeiro, disse que as notícias eram boatos difundidos pela Monsanto que chegaram inclusive à Europa, mas reconheceu a importância da investigação jornalística.

- A reportagem ratifica as denúncias feitas pelo governo ao Ministério Público de que havia plantio ilegal no Estado. Os produtores foram enganados e compraram uma grande ilusão por desinformação. Mas isso não ocorrerá mais - afirmou em entrevista coletiva no Aeroporto Salgado Filho (*ZH*, 16/05/1999)

A idéia de que os agricultores não sabiam o que estavam plantando, uma vez que foram eles mesmos que declararam que as sementes foram contrabandeadas e cultivadas em suas lavouras é, no mínimo, ingênua, além de contraditória. O mais lógico seria acreditar que os agricultores sempre souberam que se tratava de produto ilegal, já que adquiriram-no com ágio, pagamento aviltado justamente pela condição própria da clandestinidade. A imagem do agricultor desprotegido e desorientado não combina com a

estratégia urdida pelos próprios produtores rurais e seus representantes para forçar uma situação nova para a legislação brasileira que, determinante, impedia o cultivo de OGMs em solo brasileiro. Para fazer isso, ao contrário de desinformados, teremos que imaginar os agricultores agindo com base em muitas informações.

As teorias clássicas de desenvolvimento mostram que, por natureza, os agricultores tendem a ser conservadores e em geral retrateis a inovações tecnológicas, a não ser que recebam muita informação e que verifiquem as comprovadas (pela imitação) vantagens da adoção de novas práticas (Rogers, 1995). Neste sentido, seria ingenuidade partir do pressuposto que houve, no caso do Rio Grande do Sul, desinformação e enganação dos agricultores, já que o objeto da imitação estava muito perto, no outro lado do rio ou do arame, nas lavouras argentinas.

O que se pode imaginar é que o Secretário da Agricultura, por sua vez, também tivesse pleno conhecimento dos valores simbólicos conferidos ao seu posto. Assim, tinha consciência dos efeitos de sentido discursivos e usava destes valores como parte da ritualidade do cargo. A bravata “mas isso não ocorrerá mais”, em relação à pretensa enganação a que os produtores foram submetidos, fazia parte da estratégia discursiva do político. Afinal, estava falando para a mídia e assim operando dentro das lógicas discursivas que a presidem. Basta observar o início da reportagem e o tom (no lead) captado pela reportagem, fruto da enunciação de Hoffmann:

Na próxima safra de verão, não haverá uma única planta de soja transgênica (modificada geneticamente) no Rio Grande do Sul. Nem contrabandeada. Com esse discurso forte, o secretário da Agricultura, José Hermeto Hoffmann, desembarcou ontem pela manhã em Porto Alegre (ZH, 16/05/1999).

A enunciação funciona como um discurso ensaiado para ser *lead*. Ao dizer o que disse, no momento histórico em que disse e para quem disse, o Secretário sabia o que estava agendando.

Engana-se, neste caso, quem pensa que é a mídia quem agenda. Os campos sociais (e o político por excelência) conhecem os caminhos. Naturalmente, à *ZH* também interessava tal agenda, a fim de alimentar o circuito da polêmica, da enunciação que, assim emoldurada, tinha previsíveis efeitos políticos. Basta reconstituir o discurso apresentado acima para identificar a expropriação que incorpora. Lembrando que a expropriação da opinião pública acontece justamente quando decisões unilaterais são tomadas ou anunciadas como se fossem a mais legítima vontade daqueles por quem se foi delegado a falar.

Sendo mais claro, é como se o político escrevesse a matéria em *ZH*, estruturando o discurso de tal forma que as frases de efeito funcionaram com deliberado propósito na, neste caso previsível, fórmula jornalística. O político teve como recompensa o que talvez tenha imaginado se tratar do equilíbrio da situação. Chegou no aeroporto de Porto Alegre refém dos microfones e saiu contando pontos na equação política. Somente esse casamento entre mídia e política pode oferecer rapidamente um movimento de tal envergadura, em que os atores se deslocam e assumem novas posições e continuam jogando.

Pode-se até pensar num jogo de soma zero, mas talvez não seja bem assim. Como vimos, não se pode esquecer que cumpre ao profissional do jornalismo atenção específica para os fatores contraditórios que permeiam especialmente o bem articulado e informado discurso político, a fim de agregar valor à informação que chegará à esfera pública. Esse valor específico é fundamental à credibilidade de um órgão de imprensa. Afinal, em função da realidade, dos fatos, pode-se inverter o sentido do texto jornalístico. “Uma palavra, uma nota podem evidenciar com clareza tudo o que se quer esconder” (Lage, 2001, 153).

3.2.10 A tensão jurídica

A legislação sobre biossegurança passou a ser cada vez mais objeto das tensões entre os campos político, empresarial, ecológico,

agrícola, judicial e científico. A questão central passou a ser, então, “brigar na justiça”, juntar argumentos capazes de sensibilizar juizes e promotores na direção de ou impedir o avanço ou liberar os campos agricultáveis.

Na disputa, ora um campo, ora outro, move-se no espaço como as peças de um jogo de xadrez, em que cada peça cumpre uma função. Foi o que aconteceu, por exemplo, no dia 4 de abril de 1999, quando a justiça liberou a interdição de testes da Monsanto com transgênicos. A interdição havia sido feita pelo DPV da Secretaria de Agricultura do Estado e fazia parte de inúmeras interdições recém realizadas, de acordo com o Decreto 39.314, que exigia o relatório de impacto ambiental. O registro em ZH, do dia 5, traz a enunciação de um dos diretores da Monsanto, dizendo que “A direção da Monsanto ficou animada com as vitórias na Justiça contra as decisões administrativas do governo gaúcho, que pretende criar uma área livre de transgênicos”.

A evolução da ciência genética e a preocupação cada vez maior com os problemas ambientais criaram um campo novo na área de ciências jurídicas: o biodireito. O termo surgiu das tentativas de sistematizar leis sobre assuntos novos e revolucionários, como clonagem de seres vivos, produtos transgênicos, reprodução humana artificial e a doação de órgãos.

Como o centro de tensão sobre o assunto estava no Rio Grande do Sul, o estado foi escolhido para sediar o 1º Congresso Brasileiro de Biodireito, promovido pela OAB e Assembléia Legislativa, o que aconteceu em junho de 1999. As questões legais estavam, entretanto, longe de se desfazer.

As disputas jurídicas não ficaram apenas na esfera da legalidade ou não dos transgênicos, pois se ampliaram nas acusações pessoais. Depois de fazer uma série de acusações ao Ministro da Agricultura num programa de rádio, o Secretário Hoffmann foi denunciado pelo Ministro Francisco Turra. No dia 18 de abril, ZH chama em manchete da página 30 uma “Nova batalha na Justiça” e se refere ao ingresso de uma ação na Justiça contra o secretário da Agricultura, pelas insinuações de que a liberação de cinco

variedades de soja transgênica seria resultado de “acordos espúrios” com a multinacional Monsanto e para "agradar ao presidente Fernando Henrique Cardoso".

Para aquecer a discussão o Serviço Nacional de Proteção de Cultivares (SNPC), do Ministério da Agricultura, divulgou no dia 9 de junho de 1999 a lista com o registro das cinco variedades transgênicas desenvolvidas pela empresa Monsanto: São elas as M-SOY 6363 RR, M-SOY 7777 RR, M-SOY 7979 RR, M-SOY 8080 RR e M-SOY 8888 RR.

O impasse apenas crescia, porque no dia 22 de junho uma decisão judicial acatou pedido de suspensão do plantio comercial de sementes geneticamente modificadas no País, atendendo ao pedido de liminar do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) e da organização ambientalista Greenpeace - que alegava a falta do Estudo e do Relatório de Impacto Ambiental (EIA-Rima).

Poucos dias depois (25/06) chegou a notícia de que a Europa havia decretado moratória por tempo indeterminado ao plantio comercial de transgênicos na região. Segundo ZH, a decisão foi festejada pelo secretário da Agricultura, José Hermeto Hoffmann. Ele teria afirmado que era essa a garantia que os produtores gaúchos precisavam para se certificar de que a Europa seria o grande comprador de soja convencional.

3.2.11 O embate político

Talvez um dos campos que mais tenha recebido pressão de todos os demais segmentos e viu-se compelido, várias vezes, a adotar posição na mediação da contenda, foi o político. Tarefa difícil porque o campo político, dentro das lógicas que o regulam e uma vez pressionado, busca satisfazer as expectativas dos segmentos que representa, mas está sempre refém dos movimentos de opinião. Por isso, talvez esse campo tenha tentado desvencilhar-se das decisões mais difíceis, transferindo-as para o campo jurídico. A participação do campo político se mantém presente de forma central em todo o desenvolvimento da temática sobre os trans-

gênicos no Rio Grande do Sul e no Brasil. Uma das atitudes mais curiosas no processo foi a do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, pois foi em sua gestão que a Lei de Biossegurança, regulando severamente o plantio de transgênicos, foi aprovada, mas foi nesta mesma fase em que mais se adiou decisões. O Presidente não conseguiu convencer nem mesmo a sua equipe das vantagens que propugnava em aprovar o plantio de sementes transgênicas no País. Saiu sem resolver o impasse que uma lei bem articulada e moderna, foi criada para orientar.

Cabe indagar porque a idéia contida na lei e a realidade não se ajustaram. São muitas as possíveis explicações. Uma delas é que o modelo liberal, globalizador e de redução do estado, se ajustava à política pró-transgênicos do governo Fernando Henrique. Entretanto, a lei foi construída para outro cenário. Não se pode esquecer que a severidade da legislação sobre segurança na área biológica foi pensada pelo governo para o cenário da indústria farmacêutica norte-americana, a fim de planificar os entendimentos do País com a lógica comercial do país que se transformou na mais importante economia contemporânea mundial, os Estados Unidos. As notícias da primeira fase dos transgênicos, que aparecem ainda na época da aprovação da lei, são muito claras quanto à intenção do Governo Federal. A ordem foi de se abrir ao mercado e desobstruir os fatores limitantes ao entendimento que, naquele momento a falta de legislação sobre paternidade genética estava determinando. A Lei de Biossegurança surgiu amparada na Lei de Patentes. Pode-se dizer que havia coerência neste ponto com o ideológico (liberal, globalizador, privatizador, estado mínimo, etc) da modelagem de desenvolvimento implementada pelo governo Fernando Henrique.

A posse, em 1999, de um governo de oposição, de inclinação socialista, no Rio Grande do Sul, colocou na equação que se desenhara sobre os OGMs, outra perspectiva para o desenvolvimento. Em oposição ao formato privatizador, o novo governo do Rio Grande do Sul lançou-se num projeto de recuperar as estatais que o governo anterior (do PMDB) havia privatizado. O modelo

de desenvolvimento, portanto, não seria centralizado pelas operações de mercado no estado. O novo governador definiu a modelagem como um “desenvolvimento espraiado” tendo cunhado a palavra (indicativa de desconcentração) quando disputava as eleições. A posição contra a semeadura de transgênicos se encaixa também na nova proposta, que buscava diminuir a dependência às empresas multinacionais. O caso mais emblemático desta postura foi o que se desenvolveu com a instalação de uma montadora da Ford, processo deixado em andamento pelo governo anterior, que foi sustado pelo novo governo. Postular contra os transgênicos também se ajustava à expectativa de valorização da agricultura familiar e agroecologia, que se transformaram nas bandeiras de luta da Secretaria da Agricultura.

Colocadas as posições federal e estadual, o mesmo não se podia dizer dos municípios do Rio Grande do Sul, em cujos campos a soja convencional ou transgênica é efetivamente cultivada. A primeira iniciativa apareceu no sentido de coibir o cultivo de soja transgênica, decisão tomada pelo Prefeito de Espumoso, em 1998, que foi a base da discursividade do Rio Grande do Sul livre de transgênicos, adotado pelo governo estadual. O autor da proposta, Mario Bertano, avançou politicamente, viajou pela Europa com o Secretário da Agricultura, passou a ser convidado para inúmeros eventos e transformou-se em presidente da Frente Nacional de Municípios Agrícolas (Fenama).

Outro momento de destaque neste embate municipal aconteceu quando o prefeito de Cruz Alta firmou posição favorável ao cultivo de plantas transgênicas. Com 17 votos a favor e três contra, a Câmara de Vereadores aprovou o projeto que transformou o município em território livre para o plantio de transgênicos. O projeto, que em 2 de julho de 1999 virou lei municipal, foi de autoria do próprio prefeito, engenheiro agrônomo e pesquisador Luiz Pedro Bonetti (PDT).

A política sofre com o embate, mas essencialmente cresce com ele, acopla-se às tendências centrais, busca influenciar a opinião pública usando as suas estratégias e usa a mídia para as suas

operações, onde a discursividade e os atos produzidos para gerar efeitos podem ser apresentados e consumidos.

As leis municipais contra ou a favor do cultivo de transgênicos, juridicamente, pouco podem acrescentar à realidade do cultivo de soja transgênica. A decisão de cultivar ou não transgênicos não passa pela instância municipal e os políticos sabem disso. Assim como a bravata “agora vai ser diferente” do Secretário da Agricultura, ao sustentar que na safra seguinte não haveria mais plantio de OGM no Estado, não avançou além do discurso. Simplesmente porque o tempo se encarregou de mostrar que nada aconteceu e independente dos discursos o Rio Grande do Sul, até hoje, apenas aumentou a sua área com sementes transgênicas, inclusive durante os quatro anos do governo do PT.

Pode-se dizer que existem operações que se ajustam e outras que não se ajustam, mas a regulação não está, no caso dos transgênicos, condicionada à esfera institucional, de onde emanam os discursos. A regulação mesma emerge nas operações práticas na esfera social, essencialmente de foro privado. Neste plano da realidade, as orientações são diferentes. São econômicas, relacionadas tanto ao interesse comercial globalista, quanto ao estado de bem-estar que os produtores rurais buscam para a sustentação, manutenção e sobrevivência. No caso dos transgênicos tais forças aparecem sobrepostas à legislação e o Poder de Estado. Até porque, puderam contar com alguma conivência de parte deste.

Por isso, embora acoplada no mesmo escopo, a biotecnologia dos transgênicos e sua utilização pelos produtores rurais, quando da análise, precisam ser interpretadas a partir de outras lógicas que não apenas as que presidem a discursividade midiática. Ainda assim, é a mídia um lugar privilegiado para a análise (deste e de outros temas), já que é onde os discursos circulam, como já dissemos antes.

3.2.12 A hegemonia do campo econômico

A força expressiva e hegemônica do capital nesta discussão sobre os transgênicos deixa de fazer parte apenas dos fragmentos discursivos e assume papel relevante em todo o processo. Em ZH isto é muito claro. Ainda durante a reunião anual da SBPC, em Porto Alegre, os campos político e empresarial manifestam, sem subterfúgios, as propostas em relação ao caso.

Primeiro veio a notícia de que uma pesquisa entre os associados da Cooperativa dos Agricultores de Plantio Direto havia se posicionado em relação aos produtos transgênicos, a partir do 14º Seminário de Gramado, realizado nos dias 1º e 2 de julho. Tudo em função do um resultado de pesquisa realizada com 295 dos 560 participantes, que mostrou maciço apoio à produção de plantas modificadas geneticamente.

Entre os ouvidos, 61,35% se disseram favoráveis ao produto alterado e pretendiam plantá-lo ou indicar a sua semente na próxima safra. Outros 12,88% também apoiavam, mas não avisaram que não plantariam. Apenas 1% queria mais informações, enquanto 22,4% não se posicionaram e 2,37% se manifestaram contrários ao plantio de produtos modificados. Quando perguntados sobre os motivos que os levam a serem favoráveis, 53,62% dos consultados indicaram a razão econômica, 24,11% apontaram a produtividade e 19,67% queriam seguir as experiências de outros países, como Estados Unidos, Canadá e Argentina (ZH, 14/07/99).

A força do campo econômico, por parte dos produtores rurais, é explicitamente confirmada, mas, nesta mesma edição, o jornal mostra que o então Ministro da Agricultura, Francisco Turra, também preocupado com a economia, “cobra garantias da união Européia”. Ele cobrava um sinal claro de que os países que oferecerem produtos não-transgênicos poderiam obter vantagens no mercado europeu. O ministro disse que caso a União Européia garantisse a compra de 30 milhões de toneladas de soja ou 60 milhões nas próximas safras, o agricultor brasileiro poderia ser

estimulado com um diferencial de preço, que deveria ser de 20%, no mínimo:

- Se eles efetuarem a compra futura de toda a safra de soja do ano que vem, por exemplo, o Brasil garante que não produzirá sequer um grão transgênico- disse o ministro à Zero Hora, e completou: “ É muito difícil falar para o produtor deixar de lado os transgênicos, quando os argentinos dizem que têm até 20% de redução de custo e exportam para vocês com preço igual, sem nenhuma diferença” (ZH, 14/07/99).

Ou seja, conforme a avaliação do ministro, seria complicado fazer campanha para que o produtor brasileiro se afastasse dos transgênicos apenas com base nos interesses dos europeus, porque, “apesar da resistência dos consumidores, continuam sendo feitos testes e entrando produtos geneticamente modificados” (ZH, 14/07/99, p.30).

Não há, como se observa na textualidade, qualquer referência às normas vigentes com relação ao assunto ou qualquer discussão de outra ordem que não seja a econômica. Trata-se de uma ordem estabelecida, que não faz parte das negociações, que subsiste forçando decisões dos demais campos, especialmente o político e o jurídico.

De alguma forma isso é anotado por Giddens (1991, p.62) ao dizer que, “ a economia é razoavelmente distinta, ou ‘insulada’ das outras arenas sociais, em particular das instituições políticas”. O capitalismo, afinal, precisa ser muito dinâmico e independente de quaisquer amarras (culturais, sociais, institucionais e até emocionais) para assim atender as suas próprias conexões, estabelecidas entre o empreendimento econômico competitivo e os processos generalizados de transformação da mercadoria. A essa flutuação, Baumann (2000) denomina modernidade líquida.

Tal é a ordem econômica, mas cabe retomar aos movimentos da mídia, para compreender porquê funciona passivamente como reprodutora, não interpondo ao discurso econômico, apresentado como finalista, outras esferas de interesse da sociedade ?

3.2.13 As cartas em ZH

As primeiras cartas envolvendo a temática dos transgênicos, reproduzidas pelo jornal ZH a partir de 1999, mostravam uma tendência dos leitores em aceitar a tecnologia. Ou seja, o jornal ou não havia recebido ou optou por reproduzir apenas as manifestações contrárias à posição do novo governo. Devemos lembrar que aquele era um momento naturalmente tenso, de início de ano político, ao final de confronto político das eleições.

A primeira carta surge dia 14 de fevereiro. Uma aposentada critica o novo governador que, dias antes havia entrado num navio do Greenpeace, em Porto Alegre, para pedir ao governo que transformasse o Rio Grande do Sul numa zona livre de transgênicos. Dada a irrelevância, omitimos o nome dos autores.

A "revolução verde" dos anos 70, com a introdução de novos cultivares, correção de solos e defensivos agrícolas, permitiu triplicar a produção de grãos mundial dentro da área arável disponível, que é naturalmente finita. A introdução dos transgênicos é apenas mais uma tecnologia disponível para o indispensável aumento da produção mundial de alimentos. É lamentável que um governador suba ao navio de uma organização ecoxiita de propósito não bem esclarecido para se tornar arauto do atraso ao declarar o Rio Grande do Sul "área livre de transgênicos".
(Aposentada- Porto Alegre) ZH, 14/02/1999

A segunda e também a terceira carta aparecem publicadas, na seqüência, dia 10 de março, escritas por agrônomos. A primeira reflete um tom ponderado, mas igualmente favorável à biotecnologia, até que algo seja provado contra ela. A outra questiona fortemente a posição estadual, apoiando-se num artigo de um professor da UFRGS, publicado por ZH dia 3 de março, que põe em confronto os interesses dos agricultores e da sociedade e as posições ideológicas contra os transgênicos. Na crítica à posição

estadual termina o artigo dizendo que: “Nosso povo, quando bem informado, sempre soube fazer suas próprias escolhas”.

O uso de variedades transgênicas seria eminentemente técnico, mas favorece ganhos de produtividade e menores custos em lavouras tecnificadas por evitar tratamentos culturais de capinas e possibilitar mais cultivos consecutivos. A resistência está em tentar bloquear a evolução da técnica para proteger os agricultores menos eficientes. Até agora não se comprovou nada de prejudicial ao consumidor. O princípio ético e jurídico democrático que norteia nossa sociedade deve considerar as coisas como possíveis e lícitas até prova em contrário. (Agrônomo- Porto Alegre-RS)ZH, 10/03/1999

Merece destaque o artigo "Os transgênicos e a política"(ZH de 3 de março). Homero Dewes foi claro e corajoso. Os produtores rurais sabem o que é melhor para a agricultura e precisam, antes de tudo, ser consultados. Não será o governo estadual que dirá ao cidadão se deve optar pela carroça ou pelo automóvel, por pulverizar agrotóxicos nas lavouras ou pela biotecnologia. Rompamos as correntes da dependência química na lavoura utilizando a biotecnologia, quer o governo queira ou não. (agrônomo - Passo Fundo-RS) ZH, 10/03/1999

As primeiras cartas de 1999 foram o sinal de que o tema tinha definitivamente entrado na opinião pública e abriram caminho para que outras pessoas se manifestassem sobre o assunto. Então começam a aparecer no jornal os primeiros defensores da posição tomada pelo governo estadual:

Está de parabéns o secretário da Agricultura pela coragem de estabelecer critérios de atuação para o Estado quanto ao plantio de produtos transgênicos. É

uma atitude a favor da vida. Não queremos aumentar a quantidade de agrotóxicos em nossa mesa, nossa água e em nossos solo e ar. Não queremos herbicidas mais fortes nos matando mais rapidamente. Não queremos que nossos filhos figurem nas estatísticas sobre doentes que a ciência não sabe curar. Sempre foi e será mais barato evitar o envenenamento do que remediar o estrago. (Jornalista - Porto Alegre) (ZH, 12/03/1999)

Trabalho com arroz irrigado há mais de 15 anos no Litoral Norte e acompanho com preocupação a questão dos transgênicos no Rio Grande do Sul. Protesto contra atitudes e manifestações que visam a restringir os trabalhos científicos do Irga a respeito. Os transgênicos são uma nova revolução agrícola e não podemos tratar o assunto com venda nos olhos. Sem os dados das pesquisas e dos experimentos do Irga, o povo gaúcho nunca poderá formar opinião isenta sobre os transgênicos. (Agrônomo- Torres-RS) (ZH, 12/03/1999)

Nunca devemos arriscar nossa saúde com produtos dos quais não temos conhecimento sobre os males que poderão provocar no organismo humano. Devemos sempre ser prudentes e adotarmos posição defensiva. A Inglaterra já tem legislação para proteger seus consumidores, exigindo que se ponha nas embalagens e até nos cardápios dos restaurantes se os produtos oferecidos são geneticamente alterados. E um cientista escocês divulgou suas pesquisas informando os efeitos nefastos que podem causar no sistema imunológico e no cérebro. Não aos transgênicos. Sim à saúde. Militar - Canoas (RS) (ZH, 15/03/1999)

Os autores recorrem às questões relativas à ética, jurídicas, tecnológicas, econômicas, ecológicas e de interesse público, entre

outras. O que sinaliza que passa a estar presente nos discursos públicos o interesse dos vários campos na questão e que ao mesmo tempo tensiona por dentro (em relação aos pressupostos) os posicionamentos adotados pelos segmentos sociais. A opinião pública, entretanto, necessita de dados, os mais objetivos possíveis e de alguém com autoridade, que se posicione, para se abastecer e se encaminhar para uma decisão.

A palavra dos agrônomos é, no contexto, um indício de autoridade e de representatividade das operações realizadas na ponta da produção agrícola, mas também onde a tecnologia dos transgênicos recebeu amplo acolhimento. Neste caso, serve para abastecer um dos lados da polêmica. A linha preservacionista ou ecologista é defendida com as opiniões de um jornalista e um militar, pessoas da sociedade mas especialistas de outros setores.

O jornal cresce, mostra a sua força na comunidade, quando se abre para as várias tendências. Neste sentido, o próprio jornal é uma carta pública, uma conversação pública, como prefere tratar Gabriel Tarde (1843-1904). “A carta familiar, desenvolvida, foi eliminada pelo jornal, e o fato é compreensível, já que este é o equivalente superior, ou melhor, o prolongamento e a amplificação, a irradiação universal daquela” (Tarde, 1992, p.152).

O pensamento de Tarde, ao final do século XIX, quando os jornais eram o prenúncio do fenômeno que depois se convencionou chamar de massa, já apontava que é na transformação da informação em notícia que se dá a operação sensível das multidões que, ainda dispersas, tocam-se intimamente por meio da consciência, que lhe dá essa simultaneidade e é assim que “o jornal irá fazer uma única multidão, abstrata e soberana que batizará com o nome de opinião”.

A expressão pública genuína, entretanto, nem sempre é reproduzida nas páginas dos jornais. Nesta mediação funcionam muitos filtros (políticos, ideológicos, empresariais, técnicos, etc). Afinal, nada assegura a representatividade das cartas escolhidas para compor um determinado espaço nos jornais. Não há como saber se o número, ou mesmo a qualidade está de acordo ou acompanha

tendências cristalizadas na opinião pública. Funcionam, então, como indicialidades e assim podemos apreciá-las.

Em meios a intensa discussão envolvendo os transgênicos, foi somente em 30 de abril de 1999, 45 dias após a última veiculação, que ZH voltou a reproduzir duas cartas envolvendo a questão, dividindo estrategicamente o espaço entre a defesa e o ataque.

A queima de experimentos de arroz transgênico na estação de pesquisa do Irga, pelo secretário estadual da Agricultura, fez-me lembrar do ex-presidente Fernando Collor, que queimou maconha na Amazônia. Sob o pretexto de defender os produtores das multinacionais fabricantes de defensivos agrícolas, atitudes extremistas e fanáticas como essa podem estar indo ao encontro de outras correntes que desejam ver o Brasil submisso ao mundo desenvolvido na eterna condição de subdesenvolvimento. (Via e-mail.) Administrador de empresas - Porto Alegre.

Elogiável a intenção do governo de tornar o Rio Grande do Sul zona livre de transgênicos. Se é importante reconhecer que os organismos geneticamente modificados podem trazer benefícios à humanidade, também deve-se ter muita precaução com as consequências e as implicações éticas da manipulação genética de seres vivos. Na agricultura, tudo leva a crer que a adoção dos transgênicos aumentará o poder das multinacionais produtoras de sementes e venenos, aumentando a dependência dos agricultores a essas empresas. Ecólogo - Porto Alegre.

A questão da submissão tecnológica versus submissão econômica, presente em toda a discussão, também está presente nas cartas. O administrador de empresas se mostra apreensivo com a possível dependência tecnológica, o que reduziria a capacidade competitiva do País, enquanto o ecólogo vê a mesma questão de um

outro ângulo. A dependência não seria tecnológica no mundo globalizado e, assim, econômica, mas diretamente econômica a partir do envolvimento com as empresas multinacionais de agroquímicos. À ecologia interessava ver o impacto de tais tecnologias, enquanto ao administrador o potencial de concorrência. São olhares diferentes sobre a mesma questão, mas que definem os espaços discursivos dos respectivos campos sociais no embate.

Entretanto, há um ator mais diretamente envolvido e será preciso observar como se manifesta para que se compreenda o contexto dessa questão. Os produtores rurais, os que cultivam soja transgênica, como se movimentam?

3.2.14 A epopéia gaúcha pró-transgênicos

A palavra epopéia se refere a cruzadas heróicas em prol de uma causa. E foi justamente com esse tom que os gaúchos brasileiros, plantadores de soja, enfrentaram os momentos cruciais contra os transgênicos. Já se disse que, desde o início dos plantios os agricultores sabiam estar infringindo as leis e que, movidos pela sustentação econômica de seus cultivos, resistiram as pressões.

Porém, em determinados momentos esses agricultores se apresentaram publicamente. Assumiram a bandeira dos transgênicos e então começaram uma saga em defesa da biotecnologia transgênica. Ou melhor, da soja transgênica.

O tradicionalismo e a cultura gaúchos funcionaram como símbolo icônico ao serem eleitos para empunhar a bandeira moderna da tecnologia de última geração. A força icônica do Gaúcho, das guerras pelo território, entre espanhóis e portugueses, da resistência em manter o território, da pátria riograndense defendida com rigor na Revolução Farroupilha, são utilizadas nesta nova “batalha”.



A reportagem de *ZH* capturou a preciosidade desta idéia, em sua edição de 11/04/2003. “Depois da luta pelo charque no século 18, os ideais farroupilhas incitam uma bandeira moderna, com promessas de revolução tecnológica nos campos”, diz o *lead* (parágrafo inicial) da reportagem principal da página 41, sob o título: “Cavalgada defende soja transgênica”.

Os 35 gaúchos ligados aos Centros de Tradições Gaúchas da região central do Estado percorreram as principais avenidas de Passo Fundo, de onde saíram para percorrer 119 quilômetros à cavalo, passando por diversas cidades até chegarem em Palmeira das Missões. A chegada em município que lembra a resistência das missões jesuítas, hoje grande produtor de soja, faz parte do jogo icônico.

A enunciação do líder dos cavalarianos é ainda mais precisa quanto aos objetivos da marcha. “Por mais que seja uma medida inconstitucional, se todos os locais fizerem isso, passa a ser

a vontade do povo e poderá resultar em uma lei”, diz o comandante dos intitulados “Cavaleiros do Mercosul”, Hilton Araldi (ZH, 11/04/2003, p. 41).

A idéia de forçar as instituições legais, bem ao estilo Thoreau, da desobediência civil, é aqui assumida inclusive nos discursos. Para não restar dúvidas quanto ao investimento simbólico dessa jornada épica a Câmara de Vereadores de Passo Fundo, cidade tida pelos riograndenses como a mais representativa do gauchismo, decide colocar uma placa de bronze, “em prol dos transgênicos” no trevo de acesso ao município.

Toda a valiosa (para os gaúchos) carga da tradição guerreira e de resistência estava reunida neste enfrentamento “cívico”, cujos movimentos atuais já não seriam as pontas de lança e garruchas (armas da guerra), mas as icônicas e simbólicas cruzadas. A bandeira do Brasil e do Rio Grande do Sul, a vestimenta característica do gaúcho e a imponência e força do cavalo, são as novas armas, os novos valores das atuais trocas simbólicas.

Falamos, então, de um território demarcado pelos valores simbólicos, numa luta cuja trincheira é o texto que se inscreve no contexto social. Porém, tudo isso não funcionaria sem a mídia. Se a marcha constitui o fato, a realidade em si, é no espaço midiático que os signos (que estão lá) se apresentam para consumo, numa geração e multiplicação contínua de interpretantes. Um espaço por excelência, portanto, da emanção dos significados das coisas do mundo, inclusive do próprio mundo da mídia, porque se engendra sempre um modo de comunicar .

No dia 22 de março de 2003, depois de mais uma manifestação pró-transgênicos, em pleno Governo Lula, ZH elege a passeata de tratores para a sua página 3, logo acima da charge do dia, cujo espaço é titulado como Informe Especial. Trata-se do lugar nobre da enunciação da ZH, porque é a apresentação da imagem do fato do dia.

Está naquele momento ZH a mostrar o clima de ordem, de bom comportamento na manifestação, tanto que a legenda referenda que “obedeceu cuidadosamente às leis de trânsito”, com a



orientação policial. Uma contradição evidente, porque legalmente qualquer pessoa que infringe Lei Federal (neste caso a de Biossegurança) é responsabilizada criminalmente pela infração. Porém, neste caso os infratores são acolhidos pela polícia que os orienta e protege. E a passeata vai para o lugar nobre da enunciação em *ZH*, como se contradição não houvesse. Não se trata aqui de dizer como o jornal deveria enunciar, pois, como dissemos, a mídia mostra-se ao comunicar.

O que se quer apontar é para o sentido que as informações passam a compor ao serem apresentadas na praça pública. A conotação parece evidente, de naturalidade, tranquilidade e, talvez o mais importante, segurança. A foto parece mostrar que basta seguir por aqui, por este caminho, que você está protegido, orientado.

Observa-se, mais uma vez a utilização de outro signo icônico pelos produtores, que remete para força, imponência e, agora, modernidade. O trator funciona como uma espécie de atualização da cruzada épica. Não são automóveis ou caminhonetes, mas po-

tentes e barulhentos tratores que se apresentam para enfrentar as forças oponentes.

3.2.15 A opinião no Correio do Povo

Ainda que a questão dos OGMs tenha ocupado muitas edições do jornal *Correio do Povo*, especialmente após a vitória de Olívio Dutra (PT) no Rio Grande do Sul, a opinião do jornal pouco pode ser observada a partir do material jornalístico. O estilo sucinto das notas e reportagens editadas no jornal, as referências reduzidas aos atores sociais e o uso freqüente de notas preparadas pelas agências de notícias sobre os conflitos criam certa dificuldade para a análise do material efetivamente originário da sua redação. O jornal, formato tablóide, apresenta normalmente 24 páginas para todas as notícias internacionais, nacionais, regionais e locais, enquanto seu principal concorrente, Zero Hora, apresenta o dobro, em torno de 50 páginas para os mesmos assuntos.

Os editoriais sobre o tema são ainda mais escassos no *Correio do Povo*. Em todo o período observado pelo levantamento, que cobre o período entre 10 de abril de 1997 a outubro de 2003, apenas quatro editoriais trataram diretamente da temática que dominou grande parte das discussões na área agrícola do Rio Grande do Sul a partir de 1999. No mesmo período, foram divulgados no jornal 1.600 informes com a referência “transgênicos”. A maioria de tais textos foi editada nas páginas da editoria rural, que de segunda a sábado está localizada normalmente na página 14, entre as editorias de economia e cidades.

O primeiro texto opinativo institucional aparece dia 10 de dezembro de 1999 tendo como título: “A polêmica dos transgênicos”. Inicia remetendo o fato para os domínios da ideologia. Diz: “A polêmica questão dos transgênicos, que tem dado margem a tanta discussão, transformou-se, em nosso Estado, pela radicalização ideológica, numa situação de conflito no campo”. Observa-se aqui o uso do termo *ideologia* em pleno senso comum. Ou seja,

traduz a noção de que as políticas particulares do segmento levam ao seu exagerado uso.

Na seqüência, mostra como estão posicionados os atores a favor e contrários e somente no final do texto apresenta uma argumentação que mostra uma interlocução posicionada, quando diz:

Os que são favoráveis ao plantio de sementes transgênicas argumentam que a utilização das mesmas reduz o uso de agrotóxicos, baixando os custos da produção. E consideram improcedentes e anticientíficos os temores de malefícios à saúde e ao meio ambiente. Os que são contrários se apegam às afirmações do ponto de vista científico; não se pode estimular os efeitos ao longo do tempo. Não se pode desconhecer, contudo, que países bem mais adiantados do que o nosso há muito tempo empregam transgênicos e que a engenharia genética é um dos ramos mais modernos da ciência (Correio do Povo, 10/04/1999).

O argumento de que outros países ditos “mais avançados” ou a “moderna ciência” referendam o uso de transgênicos e funcionam como uma espécie de *referendum*, de implícita comprovação ou atestado de sanidade (ou passe livre) dos transgênicos. O argumento recorre ao objeto imediato conveniente para sustentar o argumento que se estrutura como interpretante possível. Do ponto de vista da dinâmica deste objeto, observa-se que não foi exatamente isso que aconteceu na realidade, pois os países mais desenvolvidos da Europa adotaram posicionamento contrário aos transgênicos, o que de certa forma desautoriza o argumento. A não ser que o editorialista se referisse exclusivamente aos Estados Unidos e Canadá.

Assim como aquelas primeiras manifestações dos pesquisadores sobre o assunto, os sentidos que o editorialista julga importante nos transgênicos são a capacidade de competir no mercado e o aval da ciência, o que denota as virtudes dos transgênicos.

O segundo editorial a tratar do assunto aparece somente no ano seguinte, embora um grande número de informações novas sobre o caso tenha sido reproduzido pela mídia e inclusive pelo Correio do Povo, centrado especialmente na polêmica sobre a criação de zona livre no Rio Grande do Sul. Mas a motivação é outra para o editorial do dia 15 de julho de 2000, cuja titulação é apenas: “Transgênicos”. Tem por base a informação de que cientistas dos Estados Unidos, da China, da Índia, do México, da Inglaterra, do Brasil e de inúmeros países do Terceiro Mundo tinham acabado de assinar um relatório técnico defendendo a adoção de plantas geneticamente alteradas na *agricultura como forma de reduzir a fome no planeta e de melhorar a qualidade da alimentação da população*. Volta a tratar do que chamou de “acalorada polêmica em torno da liberação, pretendida pelo governo, da utilização de sementes geneticamente modificadas”. Termina mais uma vez com uma posição que ao mesmo tempo referencia a função da ciência mas volta a tratar o fato como uma questão ideológica, que impede o avanço científico:

Parece lógico que tanto a pesquisa como a utilização de produtos geneticamente modificados devam passar pelo crivo do exame científico, mas ilógico parece ser que se condenem, por posições submetidas a forte ideologização, o avanço e o emprego da biotecnologia (Correio do Povo, 15/01/2000).

Como se contraísse em espasmos anuais, foi somente a 10 de julho de 2001 que outro editorial voltou a tratar da temática, também motivado pelo posicionamento de organismos internacionais. Ou seja, discursos emanados fora do eixo da contenda regional. O título é: “A ONU e os Transgênicos”. O destaque é para as recentes informações de um relatório do Desenvolvimento Humano de 2001, divulgado pela Organização das Nações Unidas na Cidade do México, que apoiava a produção de produtos agrícolas geneticamente modificados, *como fator decisivo para combater a fome*

que grassa em países do chamado Terceiro Mundo. Acentua o documento que a oposição dos países ricos aos transgênicos tende a comprometer a capacidade das nações em desenvolvimento. No final do texto, novamente a interpretação do autor é bem caracterizada. Quando diz que: “O que a ONU está pretendendo é que os produtos geneticamente modificados não sofram restrições ao uso, por preconceito que não se apóia em base científica”.

Reaparece a questão da ciência como central na enunciação e a palavra “preconceito” numa nova alusão ao componente ideológico já manifesto como central nos outros editoriais, em relação aos OGMs.

Em 17 de dezembro de 2001, outro editorial trata da e questão, sob o título “transgênicos em votação”. Refere o clima de expectativa para a votação que estava para ocorrer na Câmara dos Deputados, do substitutivo do deputado Confúcio Moura (PMDB-RO) aos projetos que regulamentam a produção e comercialização de produtos geneticamente modificados. A enunciação, já no primeiro parágrafo é de que: “O assunto é polêmico, mas o país não pode abrir mão do direito de dominar essa técnica, que reduz os custos da lavoura e tornará a agricultura brasileira mais competitiva internacionalmente”.

Neste editorial, o jornal passa a declarar mais claramente o seu apoio aos transgênicos, ao apresentar as vantagens da transgenia. Somente na parte final o texto refere o posicionamento anti-transgênicos. A frase final, como sempre, sentencia o pensamento dominante no texto, dizendo que “O assunto é polêmico, mas os produtores e cientistas brasileiros merecem a oportunidade de qualificar a produção nacional” (Correio do Povo, 15/12/2001).

A mesma idéia, mas, com outros contornos aparece em 15 de março de 2002, no editorial que refere o mesmo título do primeiro sobre o assunto: “A polêmica dos Transgênicos”. A motivação foi a aprovação, pela comissão especial da Câmara, do substitutivo que autorizava o plantio e a comercialização no país de alimentos geneticamente modificados. A proposição tinha sido aprovada pela Comissão e seria submetida à votação em plenário na Câmara

e também no Senado, estabelecendo que a liberação de produtos geneticamente modificados dependeria da autorização da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança. O editorialista chamou de “inaceitável truculência” a invasão do plenário no protesto feito pelos ativistas do Greenpeace e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. De acordo com o texto, “será quase impossível impedir o avanço da ciência em favor da transgenia, ainda mais quando utilizada para a melhoria de sementes de produtos alimentares e na elaboração de medicamentos”.

A temática, como se observa, somente aparece nos editoriais do *Correio do Povo* quando há uma motivação que refere-se positivamente ao uso de OGMs. A enunciação continua a recorrer, como estratégia, à autoridade institucional. Isso fica claro no quarto editorial sobre a temática, que aparece somente em 6 de agosto de 2003, sob o título: “O Vaticano e os Transgênicos”.

O que se sabia até então sobre o posicionamento da igreja em relação à questão tinha origem numa declaração da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em especial da Comissão Pastoral da Terra, que se colocava contra os alimentos geneticamente modificados. Portanto, a informação de que o Vaticano estava para divulgar um documento oficial a favor do uso de alimentos geneticamente modificados no combate à fome, foi captado como relevante pelo jornal, uma vez que se trata de uma instituição representativa do posicionamento religioso de parte da população brasileira.

O editorial lembrou, a propósito, que o discurso anti-transgênico da igreja também amparava a posição do Movimento dos Sem Terra para dar curso à campanha contra o plantio de sementes transgênicas no país. A ação do MST foi sempre o alvo principal de crítica nos editoriais. Segundo o Jornal:

O Brasil está retardando a tomada de uma posição nitidamente favorável à utilização das sementes transgênicas, embora se saiba que elas têm sido largamente empregadas em grandes lavouras, como aconteceu com a última safra de soja (...). O documento

que o Vaticano deve expedir outra coisa não faz do que confirmar recomendação da Academia Pontifícia de Justiça e Paz em favor dos alimentos transgênicos, elaborada pelo Colégio Científico em 2001. O relatório reconhece que os transgênicos podem ser cultivados de forma segura, com benefícios para o meio ambiente e a produção de alimentos, cujas variedades agrícolas podem dar uma importante contribuição para o problema da fome, notadamente nos países do Terceiro Mundo (Correio do Povo 06/08/2003).

Pelo que se sabe, a igreja manteve uma posição de reserva com relação aos transgênicos na soja, embora tenha se definido claramente com relação ao combate à fome. A ligação entre fome e transgênicos é uma constante no argumento favorável ao uso dessa tecnologia, o que o editorial aproveita para repercutir.

Finalmente, em 8 setembro de 2003, ainda dentro do escopo da pesquisa, aparece um editorial que trata, embora que não de forma central, da questão dos OGMs. O título é “Novos Tempos” e a motivação é a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na 26ª Exposição de Animais de Esteio-RS (Expointer). De passagem, enaltece a presença do Presidente e diz que “Questões como a liberação dos transgênicos e das negociações agrícolas internacionais e a reforma agrária foram tratadas com a seriedade que se exige em relação a temas tão polêmicos e não serviram somente como instrumento de confronto político”. O texto se referia aos tensionamentos anteriores, quando os representantes das instâncias federais e estaduais se digladiaram na tribuna da Expointer em relação aos temas conflituosos, como reforma agrária e febre aftosa. A percepção do presidente conciliador foi anotada pela mídia no evento de 2003, pois havia 18 anos que um presidente da república não comparecia à cerimônia de inauguração oficial da feira.

Como se pode notar pelo número de editoriais quando se compara com o número de informes, na mesma época, sobre transgênicos no jornal (quase 2.000), os OGMs praticamente ficaram de

fora da pauta dos editoriais do *Correio do Povo*, embora a questão do campo tenha comparecido fielmente às temáticas de opinião. No caso, tal aparecimento se deve a um alto contingente de editoriais dedicados às operações do MST. São inúmeras as mensagens, todas contrárias à ação do movimento, como a veiculada a 13 de abril de 2000, quando diz que:

A idéia de que dando um quinhão minifundiário a cada sem-terra o governo resolverá a grave questão fundiária é errada. Que o digam filhos e netos de antigos agricultores que viram a propriedade ancestral partilhada nos inventários. Abandonaram a atividade. Se, com eles, isso aconteceu, o que poderão esperar os agraciados com pequenos lotes por força das lutas do MST, nem todos autênticos camponeses? Precisamos é de uma verdadeira política agrária; não o reformar algo que não existe e que traz vícios seculares, se presumida sua existência.

A campanha anti-MST só fez crescer nos editoriais do *Correio do Povo*. Numa das opiniões, em 26 de março de 2002, o título é: “Terrorismo Explícito do MST”. A indignação do editorial tem origem na invasão de uma fazenda do Presidente Fernando Henrique pelos sem terra. O argumento passa a ser definitivo:

Parece que o MST está assumindo pública e definitivamente, sua condição de organização revolucionária e, justamente, às vésperas de uma campanha política pela sucessão presidencial. Resta saber se o governo dará um basta à tolerância e passará a encarar o MST como uma organização terrorista e, como tal, empregará os rigores da lei, abandonando a política da negociação que até agora vinha exercendo sem nenhum sucesso para levar o MST a renunciar à violência.

A ligação histórica entre o Movimento Sem Terra e o Partido dos Trabalhadores, também passou a preocupar o jornal. Após os primeiros meses da vitória do presidente Lula, veio a cobrança desta ligação pelo *Correio do Povo*. Seis meses de governo foram suficientes para perguntar ao governo se a relação do PT com o MST é “sinceridade ou ardil”? Ao lembrar as ligações institucionais, o editorial cobrou sinceridade por parte do Governo Federal quando diz que manterá a ordem no campo, observando que:

... diante da advertência do Planalto, a pergunta bailando no ar é: até que ponto haverá sinceridade do governo ao repelir as ações do MST? O senador Roberto Freire, presidente do PPS, um partido da base governamental, disse que as declarações oficiais apenas pretendem 'desviar a atenção da opinião nacional da atitude permissiva (sic) do governo Lula em relação às invasões de terra'. É uma grave suspeita, por vir de quem vem, uma das mais respeitáveis figuras do naipe parlamentar brasileiro. Suspeita, aliás, construída sobre um passado recentíssimo de afinidades entre as partes hoje tidas como em choque. Suspeita que não faz honra ao governo, diga-se em comentário, pois um governo não pode ser ardiloso (*Correio do Povo*, 30/07/2003).

Seria de perguntar se, na defesa dos seus interesses, todos os campos não seriam mais ou menos ardilosos, no sentido de orientar determinadas ações a fim de obter certo favorecimento. E um jornal, pode ser ardiloso? Ou seja, qual a autonomia de que goza o campo social midiático para executar suas operações de regulação da cultura interna (*status*) que o sustenta ou busca sua manutenção, sem com isso comprometer a sua credibilidade?

Observamos que o fato da temática dos editoriais combater tão fortemente aos sem terra e ausentar-se dos transgênicos também

tem alguma lógica que de certa forma faz parte senão de um ardil, pelo menos de uma estratégia.

Não se pode afirmar com segurança que o empresário tenha direta influência na condução discursiva da enunciação dos editoriais, que posiciona o jornal ao mesmo tempo a favor do cultivo de soja modificada, contra a ação dos invasores de terra e, curiosamente, defensor da ecologia e dos direitos do consumidor. Mas não deixa de ser estranho que essa combinação aconteça.

O tema meio ambiente está presente em várias edições, dizendo que: “Há, ainda, no Brasil, pouco empenho para a solução de nossos problemas relacionados com a proteção ao meio ambiente, o que talvez se deva, justamente, pelos recursos precários de que dispomos para o cuidado que o setor merece” (Correio do Povo, 29 de abril de 2002). Ou quando mostra os danos causados pela falta de atenção ao aquecimento planetário e desequilíbrio ambiental, cuja posição fora defendida pelo Presidente Fernando Henrique na África do Sul, por ocasião da cúpula mundial sobre o desenvolvimento sustentável. Dois editoriais, nos dias 4 e 5 de setembro de 2002 foram inteiramente dedicados ao tema. O alerta, com o fracasso nas negociações, foi que: “ficou demonstrado quão difícil é o consenso, mesmo quando, como agora, o mundo se defronta com graves riscos de deterioração do meio ambiente, vital para a sobrevivência da própria humanidade (Correio do Povo, 05/09/2002).

Interessante que, em nenhum momento, quando da discussão sobre os OGMs no Rio Grande do Sul, a questão da possível ameaça ao meio ambiente, pelo cruzamento de plantas modificadas com as nativas, tenha sido preocupação da opinião do jornal. Além disso, o próprio contexto legal não foi discutido em relação aos transgênicos na soja. Pelo contrário, ao mostrar a posição favorável ao plantio, o jornal cooptava com a desobediência às leis. Quando a temática envolvia o meio-ambiente, entretanto, o posicionamento era diverso.

Para orgulho dos ambientalistas nacionais, o Brasil tem uma das legislações de meio ambiente mais

avançadas do mundo. No entanto, de que adianta uma perfeição em termos teóricos, no papel, se essa mesma legislação não é obedecida, não há ninguém que obrigue a obedecê-la e as penas aplicadas quase nunca são cumpridas? (Correio do Povo, 06/07/2003).

A pergunta foi feita neste editorial ao questionar o que aconteceu num pequeno município paulista onde blocos de espuma de até 4 metros, originários da poluição do rio Tietê, que corta a cidade de São Paulo, invadiram casas, praças e interromperam o trânsito e pontes da cidade. O editorial também trata do caso do Rio Grande do Sul, mas com relação ao problema da desertificação da região de Alegrete. A opinião tem a forma de uma sentença: “A leniência das autoridades, a inutilidade da fiscalização oficial e a má condução da política ambiental brasileira estão nos levando a uma série interminável de tragédias naturais”.

Com relação ao consumidor também há no Correio do Povo um conjunto de manifestações curiosas. Sabe-se que de um lado, além de irregularmente cultivada no País, a soja transgênica transformada em alimentos de consumo direto, carrega gens modificados para a prateleira dos supermercados, sem qualquer identificação quanto a origem do produto. Assim, entra em colisão com outra legislação brasileira plenamente instituída, o Código de Defesa do Consumidor.

O jornal enaltece os 13 anos de instituição do CDC suas principais vantagens aos consumidores e os desafios que restam pela frente, e fala inclusive da insegurança na área alimentar evitando, logicamente, citar o consumo de OGMs. O editorial tem como título: “As Vitórias do Consumidor” e aqui reproduzimos dois parágrafos finais, que tratam do que precisa ser feito ainda.

Os consumidores ainda carecem de informação e de acesso para a efetivação dos seus direitos. A Justiça ainda é dispendiosa e lenta e o governo federal ainda não colocou em suas prioridades uma política

para a defesa do consumidor. Além disso, deveria haver maior rigor na repressão às práticas abusivas e aos produtos inseguros e de baixa qualidade.

A qualidade dos produtos não-perecíveis, como alimentos, é fator considerado complicado nas relações de consumo. Na maioria das vezes, esse item está embutido na mercadoria, sendo invisível aos olhos dos consumidores. Em 1996, o Idec publicou uma lista com 163 associações de medicamentos à base de antibióticos ineficazes. A denúncia levaria, dois anos depois, à decisão do governo federal de retirar esses produtos do mercado (14/09/2003).

Chama atenção a omissão do caso que envolve os alimentos derivados de soja modificada, dado o volume de informações e repercussão internacional do caso, além daquela presente nas próprias páginas da seção rural do *Correio do Povo*. Além disso, o Instituto de Defesa do Consumidor –IDEC, não apenas divulgou uma lista de produtos impróprios para consumo por conter OGMs, como mantém em sua página na Internet deste 1999 um conjunto significativo de dados sobre soja transgênica e várias pesquisas sobre o assunto. Todas, notadamente, contrárias ao consumo.

Outra questão posta quando da discussão sobre a soja transgênica é a que envolve a transgressão legal ou contrabando. Pode-se ampliadamente enquadrar o caso no ramo da biopirataria, ainda que de forma invertida, pois a semente modificada veio da Argentina para o Brasil. Além disso, se trata de um produto industrializado. Porém, é material genético que transita irregularmente, o que é fortemente contestado pelo editorial de 15 de setembro de 2003 no *Correio do Povo*, quando trata da questão amazônica. No final do texto, o editorial diz que o potencial genético brasileiro precisa ser preservado de todas as formas e não pode sair sem que o País obtenha lucros.

Para combater esse crime contra o meio ambiente e tirar proveito dessa riqueza em biodiversidade, o

Brasil terá de investir principalmente no ser humano qualificado, que irá gerar os conhecimentos necessários para que tenhamos soberania sobre uma grande região ameaçada pela biopirataria (Correio do Povo, 15/10/2003).

Enfim, a opinião do Correio do Povo, para evitar a exposição da temática complexa, do ponto de vista empresarial, no que se relaciona aos OGMs, aparece cheia de contradições. Tais contradições transparecem, primeiro pelo número reduzido de tematizações no texto opinativo do jornal e se estendem na articulação discursiva, ao não observar e avaliar socialmente as diferenças de opiniões com relação ao impacto ambiental dos transgênicos na soja. O fato da direção da empresa jornalística ter ligações tão próximas com o próprio cultivo de soja, se pode induzir, parece influir nesse contexto.

3.2.16 A posição oficial de ZH

Como vimos até aqui, a posição de *ZH* pode ser observada em vários momentos e lugares na expressão do fazer jornalístico. Como trabalhamos basicamente com os textos deste jornal na análise histórica, o institucional aparece muito, mostrando os contornos da opinião da instituição. Mas é na oficialidade dos editoriais onde as mensagens se tornam claras, estampadas. Por isso, recolhemos algumas passagens, para mostrar como a opinião se manifesta e que valores institui.

Talvez se possa dizer da omissão, estratégica, do posicionamento em alguns momentos, mas não se pode dizer que os editoriais de *ZH* foram dúbios em relação aos transgênicos. Pelo contrário, mostraram sempre a posição favorável da empresa à tecnologia. Mesmo diante da tensão, em 1999, *ZH* se posiciona. Sob o título: Transgênicos e ciência, o editorial de 13/07/99 aproveita a reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que se realiza em Porto Alegre, para dizer que o debate deve sair do âmbito político ideológico:

A politização de uma questão desta ordem, de fato, tem contribuído mais para emocionalizar o debate do que para fornecer argumentos científicos nesta área (...) A reunião da SBPC, portanto, é importante por direcionar o debate para o âmbito científico, desviando-o do político. Em qualquer caso, o essencial é que não se deixem de lado os pontos de vista do produtor e do consumidor, na prática os reais interessados na matéria. (ZH, 13/06/1999).

Antes de terminar a 51ª reunião da SBPC e apenas dois dias depois, ZH volta a editorializar o assunto para ratificar essa posição. No dia 15/07/99 sob o título: “A procura da verdade”, o jornal diz sobre o assunto que:

Sendo este de ordem eminentemente científica, como ressaltaram outros participantes do encontro, não há por que reduzi-lo às dimensões de um embate partidário ou ideológico. Só há uma forma de aferir se a produção de plantas e animais geneticamente modificados é benéfica, ou, ao contrário, um equívoco irreparável. É pela pesquisa séria e continuada, sem entrechoques nem preconceitos de qualquer natureza. Numa síntese admirável, afirmou Linus Pauling que a ciência é a procura da verdade e não um jogo entre opostos. Suas palavras permanecem inteiramente atuais (ZH, 15/07/99, p.20).

Observa-se que ainda neste momento o jornal estava tratando com a noção de transgênicos de uma forma geral, não separando a discussão da tecnologia (transgenia) e a questão objetiva da soja transgênica. Por isso, a questão estava focada na validade da tecnologia como um todo e neste caso o jornal chama pela interferência da ciência, em busca da verdade.

O jornal diz claramente que é sem paixões, mas apenas com a “pesquisa séria e continuada” que se poderá chegar a uma conclusão sobre o que representa a tecnologia para a humanidade. Isso

estava a indicar um princípio básico de cautela, a fim de que ao longo de tempo se chegasse a uma definição. Porém, havia já uma posição do jornal no “jogo entre opostos”, com a total ausência de referências ao texto legal do País sobre o assunto e a realidade das lavouras.

As palavras “politização”, “verdade”, “partidário” e “ideológico”, utilizadas nos editoriais, indicializam o questionamento do jornal sobre o assunto, que recai na tese do objetivismo, na neutralidade científica, diante do impasse. Sugere que um dos lados, o desfavorável aos transgênicos, age em função de interesses políticos. O termo “ideológico” reforça a idéia de que o debate está em lugar errado, mas não omite (mesmo que a palavra seja usada no senso comum) que todos os campos e seus atores atuam sob essa mesma regra.

Um dos editoriais mais significativos é o que trás o sugestivo título: Os transgênicos, a ciência e a verdade, editado num sábado, dia 22/02/2003, p.12.



Não é comum na Zero Hora, a sua página de opinião institucional (editorial) ser inteiramente preenchida por um único texto. Não é preciso ler ou sequer ver o que está neste espaço, talvez apenas saber, para se ter idéia da importância que a temática representa para o jornal. Ao centro da página há um desenho de

apoio ao texto, um hipoícone (um signo concreto, materializado, que representa o objeto por semelhança) que apresenta dois carregadores de sacos (seria soja transgênica?) subindo a escada das hélices do DNA (buscando a conquista genética?). Homens como formigas obreiras, galgam novos patamares, novos e modernos cenários, numa escada futurista e apologética. Quem pode os impedir desta conquista? Pois eles estão saindo da página, estão indo ao infinito, porque a espiral é infinita.

Então, mesmo que nada se leia do texto, nada se saiba do que se trata o assunto, já há iconicamente algo positivo que se busca conquistar, como se o homem estivesse numa via de sentido único. Indicialmente, isso pode representar, expressar, que a tecnologia não tem retorno, a ciência só anda para frente.

O título é de natureza simbólico, “Os transgênicos, a ciência e a verdade” reforçam a noção inicial. A ordem de apresentação vai num crescendo de complexidade, que sai dos transgênicos e chega na verdade. Aponta para algo que se pretende verdadeiro. Se ligarmos os elementos icônico-indiciais do desenho com a formulação do título, se pode depreender que a escalada da bioengenharia, que está sendo conquistada pelo homem, ainda que com o esforço de carregar peso nas costas, leva ao Olimpo da ordem e da verdade, instituída pela ciência.

Isso se repete, ao referir às palavras do cientista Linus Pauling, de que “a ciência é a procura da verdade; não um jogo no qual alguém tenta bater seus oponentes”, repetindo o editorial de 1999. O posicionamento do jornal, favorável ao uso da tecnologia dos transgênicos, entretanto, é explicitado em várias partes do editorial com destaque para a última tira de texto, onde diz:

Em todo o planeta, a biotecnologia vem deflagrando uma revolução na produção e na melhoria da qualidade dos alimentos. Ele é fundamental em um mundo no qual, segundo cálculos da FAO, 1,2 bilhão de seres humanos (SIC) padecem de fome no portal do terceiro milênio. Evidentemente é errada a posição

dos que sequer admitem pesquisa tecnológica na área dos transgênicos (ZH, 22/03/2003, p.12).

O jornal apela para um discurso que anuncia a melhoria da qualidade de vida, desconhecendo a vertente ecológica que também adquire jornal. Referencia uma questão maior, a fome no mundo (inferindo que discutir os transgênicos seria algo talvez menor), e diante da grandiosidade da problemática seria descabido obstruir a ciência e a produção de alimentos. A temática é levada para a edição de fim de ano, que sai dia 28/12/2003 quando, sob o mesmo título do dia 22/03 “Os transgênicos, a ciência e a verdade”, o jornal volta ao assunto, reiterando todos os pontos do artigo anterior, mas agregando a crença no encaminhamento da nova Lei de Biossegurança.

A cobrança de alteração urgente na Lei de tal forma que se mostre “realista” está novamente presente no editorial: “Definições que faltam”, do dia 27 de setembro de 2003, o que também é cobrado no dia 24 deste mesmo mês, no editorial “A hora da definição”, ao terminar dizendo que “Só normas permanentes e firmes permitirão que o Brasil avance na pesquisa sobre produtos geneticamente modificados, amplie seu domínio sobre biotecnologia, garanta a saúde da população, promova a produtividade e o aumento na oferta de alimentos” (ZH, 24/09/2003).

Quer dizer, é o advento de uma nova Lei, que inclua a situação atual, de cultivo de transgênicos, ratificando o que se estabeleceu irregularmente nos campos de soja, o lugar da solução. Não há o que fazer, pois, como diz o mesmo texto, “foi a demora na tomada de posição oficial que gerou o fato consumado hoje presente em toda a cadeia da soja”. Discutível, porque a questão central foi, como se viu até agora, de cumprimento de dispositivo legal por parte do Estado brasileiro, já que a posição oficial existe desde 1995 sobre a temática. Pode-se falar, isto sim, em omissão, conivência em função de posições políticas, com base no interesse econômico, sobre o assunto.

A posição oficial de ZH, por exemplo, em função do que é explícito nos dados ajustados para condicionar o discurso dos seus

editoriais (modernidade, produtividade, combate à fome, etc) é de ser favorável ao cultivo de soja transgênica. Então essa é a questão ao se aliar àqueles que pedem a mudança na Lei.

3.2.17 Principais significações dos transgênicos

A partir dos dados relativos ao movimento das principais instituições e atores que se manifestam sobre os transgênicos, se pode construir um quadro sistemático de significações, pois são inúmeros os interpretantes manifestos e possíveis de vir à tona quanto se trata de assunto complexo como o que estamos tratando. A opção factível, entretanto, foi de agrupar as manifestações emitidas, a partir da constante recursividade de cada segmento ao sustentar suas idéias. Foi neste espaço (das manifestações) que cada campo se envolveu e suas idéias se desenvolveram, deixando ver regularidades, mudanças de posicionamento e contradições.

O quadro apresentado a seguir é uma tentativa de sintetizar as idéias básicas de cada segmento e não pode ser lido como fixo, imutável, porque não é assim que acontece em relação ao pensamento que grassa nos diferentes campos. Da mesma forma que os indivíduos, enquanto agentes, os campos estão em constante mutação. Como vimos no início deste trabalho, um campo é antes de tudo um espaço social onde as forças dos diferentes agentes se enfrentam em busca de que suas idéias predominem e assim possam exercer o poder sobre os demais. Então não se pode imaginar que ocorra uma constante harmonia de pensamento, mas uma tensão, que resulta da interação das várias forças, dos vários capitais (vertentes associadas às diferentes idéias, por vezes predominantemente políticas, econômicas, sociais, etc).

Em função dessa luta pelo poder, não é outra coisa o que aparece no espaço público do que aspectos relativos as operações de cada campo. Não quer dizer que tais políticas apareçam apenas ali, porque entendemos que estão presentes nos diferentes movimentos da sociedade.

Subdividimos as noções utilizadas preferencialmente nos dis-

cursos dos respectivos campos sociais pelos seus aspectos conotativos, que se referem às características e especificidades, atributos da significação do fenômeno, para cada segmento. Referem-se ao objeto (imediato), porque é o que aparece nos discursos e são sintetizados numa palavra. O que denominamos *termos*.

Outra noção é o que isso representa para os segmentos. O sentido com que é apresentado refere a sua iconicidade. Remete para algo parecido, de força semelhante, para que os interlocutores compreendam do que se trata. Ou seja, é a significação, que emerge através dos interpretantes. Expressam comportamentos, que funcionam de acordo com o propósito de quem os opera, determinando assim a prevalência de um ou outro sentido.

Como resultado, o quadro apresenta a primeira coluna que se refere aos termos apresentados. A coluna central refere o respectivo campo social onde esses termos são mais utilizados e a última, refere os sentidos, ou a sua significação para o segmento em pauta. Ou seja, aquilo que é comunicado pelo signo no interpretante.

Quadro 2
Principais significações dos transgênicos nos campos sociais

Termos	Campos Sociais	Significação
Modernidade	Tecnológico	Impacto positivo
Combate à fome	Econômico	Solução avançada,
Maior economia	Empresarial	Sustentação econômico
Competitividade	Político - desenvolvimento	Social
	Agrícola	
Preservação	ONGs, associações	Medo, ameaça, problema
Ecologia	Político-ambientalista	Impacto negativo
Ambientalismo	Científico-universitário	Agressão à natureza
Defesa/consumidor		
Cautela	Científico	Incerteza, dúvida
Informação	Especialistas	Possibilidade de ser algo
Investigação	Consumidores	Necessidade de dados
	Político	Esclarecimento do que se trata

Além deste exercício, ainda resta uma questão ainda mais severa em relação à significação, relacionada ao termo transgênico em si, no Rio Grande do Sul. Lendo-se a história é possível entender como o termo vai evoluindo, mas algo permanece estável. Isso porque, praticamente todas as remissões levam na direção de interpretantes para soja transgênica. E mais especificamente, soja desenvolvida pela multinacional Monsanto, cujo uso é casado com o herbicida (*Randou*) produzido pela mesma empresa, e que foi cultivado irregularmente no Rio Grande do Sul, com sementes vindas da Argentina.

Uma das primeiras constatações é que no Rio Grande do Sul (RS) a referência à palavra “transgênicos” está ligada ao cultivo da soja e mais especificamente à tecnologia lançada por uma multinacional da área de sementes (Monsanto). A empresa investiu estrategicamente no avanço da engenharia genética e passou a dominar a técnica da transgenia, transformando-se num dos maiores conglomerados de biotecnologia do mundo, com faturamento que chegou a U\$ 4,8 bilhões em 2002. Conta com cerca de 12 mil funcionários e está radicada em todos os continentes.

Quando se fala de transgênicos, portanto, refere-se um conceito que se reporta a um objeto que tem origem no desenvolvimento científico-tecnológico, acionado e mantido por interesses de outros campos, com destaque para o econômico-comercial. Quer dizer que o fato em si, transgenia, poderia não ter impacto algum no RS, não fosse um forte (e neste caso determinante) aspecto da economia global, mas vinculado também a esfera local, a do usuário, que se impôs no quadro de interações da realidade (mercado real competitivo dos agricultores) a usar sementes modificadas.

Em princípio, então, a expectativa comercial do investimento econômico feito na transgenia se confirma quando o uso da técnica proporciona vantagens comparativas aos usuários, reforçando indicadores referentes ao aumento do retorno (rendimento em produtividade e produção), proporcionado pela economia de 20 a 30% na preparação e condução das lavouras. Revisando a traje-

tória, trata-se de um fato, que se dá num contexto, despertado por interesses de ordem econômica e comercial, que tem repercussões significativas em outros campos.

Assim que, não se pode perder de vista essa leitura. Pois é esse o entendimento, que expressa o olhar, o comportamento dos atores sociais envolvidos nesta disputa de sentido diante da realidade. Observa-se que é a situação, a conjuntura onde o fato se desenrola, que estabelece as condições para que o sentido seja este e não outro. Quando se fala de transgênicos, nestas condições, há uma conotação naturalizada para a cultura da soja, o que de certa forma obscurece uma análise circunstancial do plano maior da tecnologia da transgenia, suas potencialidades e limitações.

Sintetizando, pode se dizer que na esfera pública há não apenas um, mas muitos transgênicos, resultante do que emana da semiose, isto é, da comunicação dos campos sociais, amplificada e espalhada pela mídia. Mas, voltamos a dizer, a referência original é para apenas uma de suas aplicações, no amplo espectro de possibilidades tecnológicas. Ou seja, é referente a apenas um dos aspectos do objeto dinâmico *transgenia*. Mais específico ainda, considerando que se refere à inclusão de um único gen direcionado a inibir a ação de um agroquímico na cultura da soja e não a outros de seus inúmeros usos e possibilidades.

Outros termos, de uso comum em Zero Hora, também indicializam para as noções presentes sobre o assunto, como:

Politização – no sentido de que o debate está deslocado para o interesse notadamente político,

Ideologia – para advertir o componente das forças partidárias na discussão,

Verdade – refere a interreferência da ciência, única forma para sanar as dúvidas sobre o assunto

Fome – como fonte de argumentação contra a oposição à tec-

nologia dos transgênicos. Estabelece um impasse: ou a tecnologia, ou a fome no mundo.

Funcionam como indícios da crença fixada nesse setor. Neste caso, identificamos a crença ligada ao método da tenacidade, descrito por Peirce em 1877. Ou seja, “o homem julga que, se conseguir manter-se fiel à sua crença sem vacilar isso será inteiramente satisfatório” e lhe trará grande paz de espírito (Peirce, 2004, p. 6). Acontece que o homem vive em comunidade e, nesta interação, passa a receber influência de outros homens. Gera-se, então, um conflito que precisa ser equacionado.

Capítulo 4

Discussão

Pode-se dizer que, do ponto de vista do fato em si (no enquadramento da terceiridade semiótica), o caso transgênicos emerge na discursividade midiática do Rio Grande do Sul como algo estabelecido. Ou seja, não se trata de uma situação duvidosa que vai crescendo a partir de signos indiciais e assim vai evoluindo até se concretizar. Quando se fala de transgênicos, com o sentido denotado para o cultivo de soja, já há uma área de lavoura de amplo domínio, o que se expressa como fato incontestável. O conceito está em plena atividade e, talvez por isso, tenha suscitado tantos interpretantes e a conseqüente polêmica, o que só fez crescer nos últimos anos.

Não se pode dizer que a expansão da soja modificada no Brasil aconteceu de forma acidental. Pelo contrário, houve uma transgressão velada, em praticamente todos os campos agricultáveis com o produto agrícola no Rio Grande do Sul. O produtor adquiriu alguns sacos de sementes contrabandeadas da Argentina e depois fez a multiplicação para as safras seguintes, de forma consciente, ainda que em confronto com a legislação vigente.

O governo liderado pelo sociólogo Fernando Henrique Cardoso, em cuja gestão ocorreu o desenvolvimento da temática sobre legislação dos OGMs no Brasil não conseguiu dar um desfecho para a questão ou adotar um posicionamento objetivo do

Governo, que implicasse numa maior segurança aos seus diferentes segmentos e representantes. Assim, as posições sempre foram oscilantes e oscilante permaneceu em relação ao tema o Governo que chegou ao fim em 2002.

O fato de os interesses comerciais subsumirem as questões legais se apresenta ainda mais controvertido em função da forma como esses informes chegam à sociedade, subtraindo um agendamento por outro, sem qualquer preocupação com os registros anteriores. Em *ZH* são poucos os registros de recuperação textual, recompondo os inúmeros passos que demarcam a historicidade dos transgênicos. Na esfera pública, cada ato parece dizer uma realidade momentânea, descontextualizada.

Uma vez disseminada a idéia (denotação) sobre a tecnologia dos transgênicos e suas implicações, não quer dizer que o mesmo tenha acontecido com os significados a respeito do assunto. Observa-se que a mídia opera na discursividade abastecendo-se exatamente dos diferentes posicionamentos, das várias versões no entrelaço de opiniões. Na polissemia, são os aspectos conotativos que interessam, com as peculiaridades que demarcam os espaços discursivos dos atores.

A existência da polêmica demonstra, do ponto de vista semiótico, o efeito de determinação lógica da força demarcatória de cada campo social, ao representar suas políticas. Registra-se, neste sentido, uma tensão permanente quando da aproximação na direção de esclarecimento tanto dos significados, quanto das idéias sobre eles (interpretantes) e assim dos próprios conceitos. Tal tensão envolve também com maior clareza a(s) política(s) ou atitude empresarial dos jornais envolvidos. Isso, logicamente, não seria intencional ou temático, mas acontece, em função da importância e complexidade do assunto. Muitas vezes, como no caso dos editoriais do *Correio do Povo*, o jornal se mostra ao não falar.

Para o campo da ciência a questão do esclarecimento tem sido crucial, pois dessa prerrogativa depende o sucesso de grande parte das ações que desenvolve. De certa forma, a ciência requer como base para entendimento do seu campo a necessidade de esclare-

cer, dentre as inúmeras possibilidades de significação, o que está sendo tratado num determinado momento específico. Por isso, é importante para a ciência saber que quando se fala de transgênicos no Rio Grande do Sul, há uma conotação natural para a cultura da soja e não para a técnica da transgenia em suas amplas possibilidades de uso e limitações.

Sempre pressionado, o campo político tende a operar dentro das lógicas que o regulam, buscando a satisfação dos segmentos que representa e assim mantém-se pressionado pelas tendências de opinião. No caso dos transgênicos a saída têm sido difícil, e o comportamento foi de desvencilhar-se das decisões mais agudas, transferindo-as para o campo jurídico, diante da pressão da opinião pública.

Existem algumas explicações para o fato de uma Lei Federal brasileira e a realidade não se ajustarem. Uma delas é que o modelo liberal, globalizador e de redução do estado, que se ajustava à política pró-transgênicos do governo Fernando Henrique, não combinava com a severidade da legislação sobre segurança na área biológica. Isso porque, essa situação foi pensada para um cenário diferente, pelo mesmo governo FHC. Na época da Lei, a idéia era atender interesses da indústria farmacêutica norte-americana, a fim de planificar os entendimentos do Brasil com a lógica comercial norte-americana. Com o tempo, a Lei se volta contra os interesses comerciais do Governo, o que mostra por um lado a visão e competência dos técnicos que a redigiram e por outro a volatilidade político-ideológica do Governo.

Pode-se dizer, também, que a efetiva regulação não está, no caso dos transgênicos, condicionada à esfera institucional, de onde emana a maioria dos discursos. A regulação emerge informalmente nas operações da esfera social e evolui. Neste plano da realidade, as orientações são reguladas pelos interesses imediatos, onde a busca pela manutenção, pela preservação de renda e dos negócios, é imperativa. São ações substancialmente orientadas pelo econômico, relacionadas ao lucro (Monsanto) e neste sentido se ajustam os interesses (busca pelo estado de bem-estar,

qualidade de vida, *status*) os acionistas da multinacional e os produtores rurais. Isso não justifica mas ajuda a explicar a desobediência civil e a falta de atenção aos direitos dos consumidores (CDC). A política, a justiça e as demais instituições civis e públicas buscam ajustamento, mas têm se mostrado impotentes.

Um bom exemplo surge em setembro de 2003, quando o Governo Federal, já nas mãos de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, cedeu ao argumento econômico, autorizando a colheita e comercialização de soja transgênica, fato este que se repete para a safra de 2004. Equação complicada para um partido que em 1999 emitiu uma nota na imprensa contra a soja transgênica, tanto que a atitude (atual) foi tentar separar as ações de governo e da política. Então, esse governo cede também aos argumentos do seu Ministério do Meio Ambiente e incluiu o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) na medida provisória que autorizou o plantio de soja modificada em 2003. De acordo com este estranho instrumento, os agricultores passaram a assinar um documento atestando que estão praticando um ato ilícito e se responsabilizando por qualquer prejuízo que isso possa causar. O TAC passa a ser um instrumento oficial que legitima o descumprimento da lei. De acordo com o TAC quem plantar o produto modificado sem assinar o termo não poderá comercializar a safra nem obter financiamentos de instituições oficiais federais.

A classe política, e neste caso no exercício do poder, diante da dificuldade em instituir o cumprimento legal, opera um movimento de transferência de responsabilidade, como se pode identificar em muitas oportunidades com relação ao tema. A novidade mais recente foi adotar instrumentos de transferência de constrangimento.

Como questão de fundo, deve-se levar em conta que o desenvolvimento e a preocupação com o ambiente são questões que estão cada vez mais acopladas no mundo contemporâneo. Uma das preocupações centrais é o crescimento acelerado e desordenado no mundo, com reflexos diretos para o ambiente natural. As fontes sobre a escalada da intervenção nem sempre são precisas, mas

não omitem o fato de que o uso das tecnologias implica, irremediavelmente, em algum tipo de impacto e nisso não vai qualquer juízo de valor.

Ainda que ajustadas à mesma perspectiva, a biotecnologia dos transgênicos, sua utilização pelos produtores rurais e a discussão pública, precisam levar em conta as lógicas que regulam os respectivos campos. Neste sentido, a discursividade midiática, enquanto lugar de cruzamento de sentidos, é espaço privilegiado. Ali os campos sociais se apresentam, instituindo sentidos que buscam a fim de sustentar as prerrogativas de suas posições, o que não é novidade, porque se trata de disputa no espaço público. O conceito sofre naturalmente o embate dessas injunções de tal forma que não se pode falar de uma noção, mas de várias, adequadas à multiplicidade de interesses em jogo. Nessas condições o conceito *transgênicos* se move na dinâmica social e sofre modificações.

Uma revisão elementar desses comportamentos mostra que as motivações e os interesses da indústria tecnológica podem agir em detrimento de outros interesses, especialmente os que regulam formal ou informalmente a relação homem-natureza-economia-tecnologia. Na medida em que essa ordem se inverte, atropelam-se regulações judiciais, condicionamentos ecológicos e o próprio comportamento ético ou bioético.

Essa dinâmica é condicionante para algo que está relacionado ao significado da palavra *transgênicos*, em sua contínua passagem e atualização experimental através dos comportamentos. *Transgênicos* é um conceito ativo, vivo, como todo conceito, mas neste caso envolto de uma acelerada atenção da mídia e da sociedade, o que se pode comparar com os casos do domínio atômico, da AIDS ou da clonagem no século XX, ou das células tronco e nanotecnologia no presente. Isso porque, os conceitos estão imersos na semiose, marcada pelo dissenso, pelo contraditório e pelos múltiplos interesses.

No caso específico dos transgênicos da soja se pode dizer que, enquanto signo, “transgênicos” pode receber interpretações vari-

adas, pois são inúmeros os interpretantes (dinâmicos), o que não implica dizer que se referem à mesma coisa e tampouco que estejam sujeitos ao mesmo ordenamento de princípios. Isto é, o objeto “Transgênicos” determina logicamente no mundo vários interpretantes dinâmicos, de tal forma que se pode entender provisoriamente como vários transgênicos, porque são várias expressões suas que tendem, na busca lógica pela verdade a ser devidamente explicado, enquanto conceito

Em parte isso se deve à pressão ideológica dos campos e em conseqüência da tendência pela desqualificação do discurso do outro. Afinal, tudo parece se ajustar ao que diz Martin-Barbero (2001, p.37) sobre o estatuto da comunicação. Uma vez que observada a partir da institucionalidade, a comunicação passa a ser uma questão de meios. Ou seja, trata-se da produção de discursos públicos cujas operações se afinam com aquelas que regem os interesses privados.

Porém, é a questão dos fins da comunicação que mais chama atenção no caso dos transgênicos. Refere-se à própria constituição do sentido das coisas e do que fazer diante dos fatos. Assim, mais do que sustentar uma ética da comunicação é preciso antes fortalecer uma ética da sociedade. Ou, como aponta Habermas, é decisivo definir critérios de verdade com a efetiva mediação da ética do discurso. A racionalidade ética, como se sabe, é fundada a partir da esfera social, da comunicação entre os agentes. Neste espaço pode emanar a validade da prática moral e é possível falar numa epistemologia pela qual, tanto as proposições factuais quanto normativas podem ser fundadas no argumento.

Capítulo 5

Conclusão

Grande parte das enunciações que se apresentam na discursividade midiática dos jornais do Rio Grande do Sul, não diferenciam o processo tecnológico da transgenia do fenômeno transgênicos para a soja, produzida pela empresa Monsanto. Na medida em que esta é a significação corrente, dá conta por um lado da dinâmica interpretativa a respeito do conceito e, por outro, revela uma dimensão que envolve muitos e antagônicos interesses. Ou seja, as interpretações correntes quando se discursa sobre os transgênicos (objeto dinâmico) denotam para uma de suas faces(objeto imediato) e se destina a dar conta de uma questão objetiva da realidade, sendo isso o que efetivamente representa (interpretante dinâmico).

Pode-se dividir os posicionamentos a respeito do assunto em três grandes grupos, que se revelam simbolicamente. Os favoráveis, os contrários e os cautelosos em relação aos transgênicos para a soja. Termos como **modernidade, combate à fome, economia e competitividade**, são os preferidos para justificar a posição do grupo favorável, que envolve preferencialmente o campo tecnológico, econômico, empresarial, político-desenvolvimentista e agrícola. Para estes, a tecnologia significa a única forma de sustentação econômico-social.

Nos segmentos que se mostram contrários aos transgênicos

para soja, as expressões mais utilizadas são **preservação, ecologia, ambiente natural e defesa do consumidor**. ONGs, associações ambientalistas e preservacionistas, o campo científico e especialmente o universitário vêem a tecnologia dos transgênicos para soja como ameaça e com severos desdobramentos negativos para a natureza.

Em busca de maior esclarecimento e procurando separar as noções dos transgênicos na soja e as técnicas da transgenia estão os **cientistas, especialistas de áreas afins**, como os vinculados aos **campos jurídico e político e segmentos de consumidores**. Para estes, diante da polêmica, os transgênicos significam incerteza, dúvida e necessidade de dados mais precisos.

Quanto ao comportamento dos campos sociais, no caso brasileiro aponta-se a submissão de interesses políticos em relação ao tema. Mesmo com a existência de Lei específica que regula o cultivo de organismos modificados e uma Comissão (CTNBio) para cuidar da execução de tais regulamentos, ações políticas foram desencadeadas para burlar o cumprimento legal. Tais ações privilegiaram o segmento econômico e de mercado em detrimento de cuidados e precauções com os possíveis impactos de tais organismos na natureza e no homem.

Assim que, o conceito transgênicos ao denotar para o caso da tecnologia da soja transgênica se move na dinâmica social significando coisas diferentes, uma vez que apenas determinados aspectos são elevados à enunciação ao discurso midiático de acordo com os interesses e hábitos de cada campo social em disputa. Embora a tendência seja pela manutenção do *status* (e por isso os impasses), os campos modificam suas estratégias discursivas toda vez que se sentem ameaçados em seus valores. Um bom exemplo é a mídia. Um jornal importante, como *Zero Hora*, alterna posicionamentos e eleva enunciadores de acordo com as oportunidades econômico-comerciais, enquanto o *Correio do Povo* se mantém fiel e invariante aos princípios empresariais que os mantém e se revela amplamente favorável à nova técnica.

Assim que, quando se trata de transgênicos, haveria a neces-

cidade de acertar continuamente as bases da conversação a fim de, produtivamente, estabelecer de que (transgênicos) exatamente se está tratando. Essa condição esclarecedora poderia permitir que qualquer interlocutor se posicionasse com relação ao assunto e que possa eventualmente mostrar julgamentos favoráveis a determinados procedimentos e desfavoráveis em relação a outros. Afinal, a prática interpretativa semiótica pode levar ao consenso apenas a respeito do que se está tratando. Tal esclarecimento é decisivo, pois leva a que os intérpretes apontem, com o decorrer do tempo, para o que efetivamente é verdadeiro sobre o fato.

Enquanto isso, os múltiplos transgênicos aqui analisados estão, ao mesmo tempo que expostos, resguardados em suas bases institucionais e pelos hábitos, de onde saem estrategicamente para se apresentarem no enquadramento midiático. Ao se apresentarem estão incorporados na ação concreta, pela conduta dos seus membros ou representantes. Os comportamentos, ao funcionarem como símbolo das regulações dos segmentos, definem a situação para cada campo social. Ou seja, são muitas as situações, contextos, porque são vários os segmentos e diferentes motivações. Neste estudo identificamos pelo menos três variantes.

A superação desse impasse, cujo fenômeno está estruturado pela força do hábito, pode começar pelo esclarecimento, pela clareza dos conceitos, pelo que significa, pelo pensamento que está associado a isto e a que objeto efetivamente se refere. Assim definidos, se pode separar com mais clareza o conceito “transgênicos” e sua amplitude e a respectiva noção de transgenia e suas aplicações e implicações. Isso não é tudo, pois a bioética clama pela análise criteriosa dos efeitos da engenharia genética, mas já será um começo.

Do ponto de vista da mídia, mais do que sofrer pressões e constrangimentos dos vários campos sociais em disputa, ela se abastece exatamente desse debate e da ausência de consenso. Neste sentido, para a indústria da mídia, seria interessante que o debate persistisse. Mais do que isso, a mídia ao segmentar as informações, descontextualizar, reduzir, sintetizar, para cumprir com o

formado da notícia, a partir das forças dos vários segmentos, age como protagonista do processo de significação, na medida em que ao propor, difundir, legitimar e assim favorecer sentido, simplifica as possibilidades de significação.

Por outro lado, se é verdade que a temática é regulada por componentes econômico-comerciais e político-ideológicos com desdobramentos em outros campos, não se pode desprezar a força de mecanismos informais, da sociedade não organizada, mas ativa e capaz de abstrair de valores como tradição e ordem jurídica para instituir sua vontade, baseada em valores outros e assim tensionar instituições e forçar desdobramentos.

Capítulo 6

Glossário

Genética: trata-se de um ramo da biologia que estuda os mecanismos e os padrões de transmissão de hereditariedade e da variação.

Engenharia genética: atividade de modificação do genótipo (constituição genética de um organismo determinada pelo somatório de genes agrupados nos cromossomos) da manipulação de seus genes. Técnicas *in vitro* permitem a introdução de novos genes num genótipo. Um organismo, geralmente uma bactéria, é usado como vetor a fim de transferir a informação genética do doador para uma célula receptora.

Lei de Biossegurança: é a lei que estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização no uso das técnicas de engenharia genética na construção, cultivo, manipulação e transporte de organismos geneticamente modificados.

Organismo geneticamente modificado: organismo cujo material genético (DNA/RNA) tenha sido modificado por qualquer tipo de engenharia genética.

Planta transgênica: é o DNA hereditário foi transformado por meio da adição de DNA de outra fonte.

DNA: ácido desoxirribonucléico, que é um material genético primário responsável pela herança de um caráter, permanecendo dentro da célula. Contém informações determinantes dos caracteres hereditários transmissíveis à descendência.

Gene: unidade da herança. Segmento de DNA situado em uma posição específica de um determinado cromossomo, que participa da manifestação de um caráter.

Cromossomo: estrutura situada no núcleo da célula e observada durante as divisões celulares. Base física dos genes nucleares, os quais têm disposição nuclear ao longo dos genes.

Capítulo 7

Referências

- ABBAGNANO, N. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, tradução de Alfredo Bosi, 1999.
- ABRÃO, B. e COSCODAI, M. *História da Filosofia*, São Paulo, Editora Best Seller, 2002.
- ADGHIRNI, Z.L. *Routines produtivas do jornalismo em Brasília*. In: *O jornal, da Forma ao sentido*. Mouillaud, M. Sérgio Dayrell Porto (org), Adriano Duarte Rodrigues et alii, Tradução de Sérgio Grossi Porto. Brasília: paralelo 15, 1997, p.449-468.
- ADORNO, T.W. A indústria cultural. In: *Comunicação e indústria cultural*. Org. Gabriel Cohn. São Paulo, editora Nacional, 1978. P. 287-295.
- ALSINA, M.R. *Teorías de la comunicación: Ámbito, métodos y perspectivas*. Barcelona: Universitat de València, 2001
- AMARAL, L. *Os transgênicos e o Consumo do Brasileiro*. In: A priori, www.apriori.com, em 26/09/2003.
- ANDACHT, F. *Comunicação pessoal*. Entrevista realizada em São Leopoldo-RS: Unisinos, dia 15/07/2003.

- ANDACHT, F. *Formas documentárias da representação do real na fotografia, no filme documentário e no reality show*. In: Portugal: Lusocom, 2004.
- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2003
- BACHELARD, G. *A Epistemologia*. Lisboa: Edições 70, 2001.
- BAKHTIN, M. M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- BAKHTIN, M. M. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. 3.ed. São Paulo:Unesp/Hucitec,1993.
- BAKHTIN, M. M. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2ª edição, 1997. Tradução do francês por Maria Ermantina Galvão G. Pereira.
- BARROS FILHO e SÁ MARTINO. *O hábitus na comunicação*. São Paulo: Paulus, 2003.
- BATISTA, W. *Ética e Contemporaneidade: sujeito e destruição do destino*. In: Kosovski, E. *Ética na Comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad, 1995.
- BOHADANA, E. e DREIFUSS, R.A. *A Constituição do Conhecimento na Era da Informação*. In: *Redes*, Santa Cruz do Sul, UNISC, Vol.3, n.1. Jul. 1998.
- BOUGNOUX, D. *Introdução às ciências da comunicação*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- BOURDIEU, P. *A Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- BOURDIEU, P. *A Economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1996.

- BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- BOURDIEU, P. *Razões Práticas: Sobre teoria da ação*. Campinas, SP: Papyrus, 2001.
- BUENO, W da C. Jornalismo científico, ciência e cidadania. In: *Comunicação, ciência e sociedade: Diálogos de fronteira*. Taubaté, SP: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2004.
- BRAGA, J.L. Constituição do Campo da Comunicação. In: *Campo da Comunicação. Caracterização, problematizações e perspectivas*. Antônio Fausto Neto, José Luiz Aidar Prado, Sérgio Dayrrel Porto (org.). João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2001. P. 11-39.
- BRUNO, F.G. Tecnologia e experiência: sujeito e tempo segundo os riscos e as promessas da técnica. In: *Comunicação e Sociabilidade nas Culturas Contemporâneas*, Petrópolis: Vozes, Coleção Compós, 1999.
- CARMELO, L. *Da semiose clássica à mobilidade global*. <http://www.bocc.ubi.pt/listas/temáticas/semiotica>, 2000.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede: a era da informação*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- CASTELLS, M. *O Poder da Identidade. A era da Informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- COHN, G. *Sociologia da Comunicação: Teoria e ideologia*. São Paulo: Pioneira, 1973.
- CORREIO DO POVO. Edições entre abril de 1997 e Novembro de 2003. Porto Alegre-RS: Empresa Jornalística Caldas Júnior.
- DILLENBURG, S. R. *Correio do Povo: História e memória*. Passo Fundo: Ediupf, 1997.

- DUARTE, E.B. Considerações Sobre a Produção Midiática, in: *Mídias e Construção de Significação*, São Leopoldo-RS, Universidade Vale do Rio dos Sinos, (23-46), 2000.
- DURIGAN, P. L. *Desobediência Civil*. In: "A priori", Internet. Disponível em <http://www.apriori.com.br/artigos/desobedien cia.shtml>. Acesso em 10/01/2005.
- ESTEVES, J.P. *A Ética da Comunicação e os Media Modernos: Legitimidade e poder nas sociedades complexas*. Portugal: Fundação Calouste Gulbenskian, 1998.
- FARIAS, J.L. Direito de Resistência: Uma Ação Social Organizada Para Efetivação dos Direitos Fundamentais. In: *Revista Universo Jurídico*, on line, www.uj.com.br, setembro, 2003.
- FAUSTO NETO, A. *Comunicação e Mídia Impressa*. Estudos Sobre a Aids, São Paulo, Hacker Editores, 1999.
- FAUSTO NETO, A. "A sentença dos mídias: o discurso antecipatório do impeachment de Collor". In: *Brasil, Comunicação, Cultura e Política*. Rio de Janeiro: Diadoriam, 1994.
- FESTINGER, L. *Teoria da dissonância cognitiva*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- FIDALGO, A. Manual de Semiótica-2004. In: <http://www.bocc.ubi.pt> (acesso em 20/10/2004).
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2002. 288p.
- GALVANI, W. *Os bastidores da Caldas Jr*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994. 589p.
- GITLIN, T. *The Whole World Is Watching*. Berkley, Ca: University of california Press, 1980.

- GIDDENS, A . *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- GOFFMAN, E. *Frame Analysis: Na Essay on the Organization of Experience*. Boston: Northeastern University Press, 1974.
- HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HABERMAS, J. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro:Tempo Brasileiro, 1989.
- HABERMAS, J. *Teoria da Ação Comunicativa I*. Madrid: Taurus, 1999.
- HEGEL, G.W.F. *Os Pensadores, Vida e Obra*. São Paulo, Editora Nova Cultural, 2000.
- HEEMANN, A . *Natureza e Sociedade: a controvérsia sobre os alicerces da conduta humana*. In: *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 1, p.9-19, jan/jun. 2000. Editora da UFPR.
- HENN, R. *Pauta e Notícia, uma Abordagem Semiótica*. Canoas: Ulbra, 1996
- HENN, R. *Os fluxos da notícia: uma semiose sistêmica*. São Leopoldo,RS: Editora Unisinos, 2002.
- KANT, I. *Crítica da razão prática*. São Paulo: Martin Claret, 2003, tradução de Rodolfo Shaefer, do original em alemão *Kritik der Praktischen Vernunft* (1788).
- KOCH, I.G.V. *O texto e a construção de sentidos*. São Paulo: Contexto,1997.
- KARAM, F. *Ética jornalística e o interesse público*. São Paulo: Summus, 2004.
- LAGE, Nilson. *Ideologia e Técnica da Notícia*. Florianópolis: Insular, 2001, 160p. 3ª edição.

- LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- LEFF, E. *Saber Ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade*. Poder. México: Siglo XXI/UNAM/PNUMA, 1988.
- LEI DE BIOSSEGURANÇA. In: CIB. Internet. Disponível em <http://www.cib.org.br> . Acesso em 15/12/2004.
- LIPOVETSKY, G. *Métamorphoses de la culture libérale*. Québec: Liber, 2002.
- LIPOVETSKY, G. *Somos hipermodernos*. In: Extra Classe: Porto Alegre: n° 84, agosto de 2004. p. 12-14.
- MAGALHÃES, M.O. *História do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Editora Armazém Literário, 2002, 100p.
- MARX, K. *Crítica da Economia Política*. Lisboa, Presença, 1977.
- MARCUSCHI, L. A . *A análise da conversação* . São Paulo: Ática, 1986.
- MARTÍN-BARBERO, J. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.
- MARTÍN-BARBERO, J. Nuevos Itinerarios de la Investigación. In: *Comunicación: Campo y objeto de estudio*, ITESO: Guadalajara, Jalisco, México, 2001.
- MONSANTO. In: Monsanto. Internet. Disponível em <http://www.monsanto.com.br>. Acesso em 10/06/2003.
- MONSANTO. In: Folheto (folder) promocional, fevereiro de 2004.
- MOUILLAND, M., PORTO, S. D. (ORG.) *O jornal: da forma ao sentido*. Traduzido por Sérgio Grossi Porto, Brasília: Paralelo 15, 1997.

- MUSSALIN, F. Análise do Discurso. In: *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*, V.2. MUSSALIN & BENTES, 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2003
- PENGUE, W.A. *Cultivos Transgênicos. Hacia dónde vamos?* Buenos Aires, Lugar Editorial/Unesco, 2000.
- PEIRCE. C.S. *Semiótica*. São Paulo: Editora Perspectiva S.A. tradução de José Teixeira Coelho, do original *The Collected Papers* de Charles Sanders Peirce. 2000.
- PEIRCE, C.S. *A fixação da crença*. In: <http://bocc.pt/index>: Universidade de Beira Interior, tradução de Anabela Grandin Alves. *Popular Science Monthly*, November 1877, pp. 1-15.
- PEREIRA A. , SERRA, I., PERIÇO, N.M. Valor da ciência na divulgação científica. In: CIDOVAL, M. de S. PERIÇO, N.M. e SILVEIRA, T. S (org). *A comunicação pública da ciência*. Taubaté-SP: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2003.
- PESSINI, L. e BARCHIFONTEINE, C. de P. de. Problemas atuais de bioética. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- PITÉ, J. *Dicionário breve de sociologia*. Lisboa:Editorial Presença, 1997.
- PIZZI, J. *Ética do Discurso: A racionalidade ético-comunicativa*. Porto Alegre: Edipucrs, 1994.
- PORRO. R. LIVOLSI. M. Le agenzia di socializzazione, i mass media. In: Livolsi M. *La sociologia. Problemi e metodi*. 91. Milão: Teti . PP. 179-201, 1981.
- RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*, trad. de Vamireh Chacon. Brasília, Editora Universidade de Brasília , 1981,
- REVISTA PREÇOS AGRÍCOLAS. São Paulo: ESALQ-DESR e CEPEA. N° 143, setembro de 1998.

- ROCHA, A . J. A; NAVES, M. A; SOUZA, J da C. *Guia do Meio Ambiente: coletânea de temas*. Brasília:Tablóide, 1992.
- RODRIGUES, A. D. *Comunicação e Cultura: A experiência cultural na era da informação*. Lisboa:Editora Presença, 1994
- RODRIGUES, A . D. *O Discurso Mediático*. Lisboa, fotocopiado, 1996.
- RODRIGUES, A . D. Delimitação, natureza e funções do discurso midiático. In: *O jornal, da Forma ao sentido*. Mouillaud, M. Sérgio Dayrell Porto (org), Adriano Duarte Rodrigues et elii, Tradução de Sérgio Grossi Porto. Brasília: paralelo 15, 1997.
- RODRIGUES, A. D. *Para uma genealogia do discurso da globalização e experiência*. <http://www.bocc.ubi.pt/esp/autor>, 2000
- RODRIGUES, A.D. *A partitura invisível: para uma abordagem interactiva da linguagem*. Lisboa: Edições Colibri, 2001.
- ROGERS, E. M. *Diffusion of innovations*. New York: The Free Press, 1995.
- ROSA, Rosane, *Pilulas de farinha: O Caso Schering Diante das Estratégias Discursivas Jornalísticas*, São Leopoldo, Unisinos, Dissertação de Mestrado, 2000.
- SANTAELLA, L. *O que é semiótica*. São Paulo:Brasiliense, 1983.
- SANTAELLA, L. *A Teoria Geral dos Signos: Semiose e autogeração*. São Paulo: Editora Ática, 1995.
- SANTAELLA, L. *A percepção*. São Paulo:Experimento, 1998.
- SANTAELLA, L. *Semiótica Aplicada*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

- SANTAELLA, L. e NÖTH, W. *Comunicação e Semiótica*. São Paulo: Hacker Editores, 2004.
- SALLES, C.A. *Uma Criação em Processo*, Ignácio de Loyola Brandão e Não Verás País Nenhum. Tese de doutorado apresentada na PUC de São Paulo, 1990.
- SCHIRMER, L. *RBS: Da voz-do-poste à multimídia*. Porto Alere: L&PM, 2002.
- SHOLZE, S.H.C. *Patentes, Transgênicos e Clonagem: implicações jurídicas e bioéticas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- SODRÉ, M. *Antropológica do Espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis, RJ : Vozes, 2002.
- SODRÉ, M. Ética, Política e Psicanálise. In: Kosovski, E. *Ética na Comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad, 1995.
- SOUSA^a, C. M de. Para relativizar ciência e jornalismo. In: DINIZ, A. (org). *Comunicação da Ciência: Análise e gestão*. Taubaté-SP: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2004, p. 25-34.
- SOUSA, C. M de. Leituras de comunicação, ciência e sociedade. In: SOUZA, C. M de (org). *Comunicação, ciência e sociedade: diálogos de fronteiras*. Taubaté-SP: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2004, p. 11-34.
- SHORT, T. *The Growth of symbols*. Lisboa: In:Cruzeiro Semiótico (8): 81-7, 1988.
- SIDEKUM, A. *Ética e alteridade: a subjetividade ferida*. São Leopoldo: Editora Unisinos, Coleção Focus, nº 9, 2002.
- SIQUEIRA, D. da C. O. *A Ciência na Televisão: Mito, Ritual e Espetáculo*. Fotocópia, s/d, 120p. 1996.

- TARDE, G. *A Opinião e as Massas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- THOMPSON, J.B. *Ideologia e cultura moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- THOMPSON, J.B. *A mídia e a modernidade. Uma teoria social da mídia..* Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.
- THOREAU, H.D. *A Desobediência Civil*. São Paulo: Martin Claret, 2002
- TUCHMAN, G. *La Producción de la Notícia*. México: Programas Educativos, S.A. ,1983.
- TUCHMAN, G. Métodos cualitativos en el estudio de las noticias. In: Jensen e Jankowski. *Metodologías cualitativas de investigación en comunicación de masas*. Barcelona: Bosch Casa Editorial, S. A, 1993.
- TRAQUINA, N. *O Estudo do Jornalismo no Século XX*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.
- VAN DIJK, T. A. *Texto y contexto: semántica y pragmática del discurso*. Madrid: Ediciones Cátedra, S.A., tradução de Juan Domingo Moyano, 1995.
- VERÓN. E. *Semiosis de lo ideológico y del poder: La mediación*. Buenos Aires: Oficina de Publicaciones del CBC, 1997.
- WALTHER-BENSE, E. *A teoria geral dos signos*. São Paulo: Editora Perspectiva S. A . 2000.
- WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1981.

WOLF, M. *Sociologías de la vida cotidiana*. Madrid: Ediciones Cátedra, S.A. 1982

WOLF, M. *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença, 2002.

ZANONI, M. RAYNAUT, C. Meio Ambiente e desenvolvimento: imperativos para a pesquisa e a formação. Reflexões em torno do doutorado da UFPR. *Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Universidade Federal do Paraná, V. 1. 143-165. 1994.

ZERO HORA, jornal, edições de março de 1997 a novembro de 2003. Porto Alegre, RS: RBS jornais.

Capítulo 8

Anexos

Cronologia do início dos transgênicos no Brasil

- 1995 - A Monsanto lançou nos Estados Unidos uma semente transgênica de soja capaz de resistir a um herbicida, a Roundup Ready. Nesse primeiro ano, 10 mil agricultores americanos cultivaram 50 mil hectares com a nova soja.
- 12 de setembro de 1997 - O então ministro da Agricultura, Arlindo Porto, negou, em Washington, o pedido feito pelo secretário da Agricultura dos Estados Unidos, San Glickman, de exportação de soja transgênica para o Brasil. A existência de sementes geneticamente modificadas em solo brasileiro é permitida apenas para testes. Nesse período, 34 áreas experimentais eram cultivadas com produtos como soja, fumo, milho e batata.
- 15 de dezembro de 1997 - Militantes do movimento ambientalista Greenpeace tentaram impedir que um navio atracasse no Porto de São Francisco do Sul, norte de Santa Catarina, para descarregar 34 mil toneladas de soja transgênica procedentes dos Estados Unidos. O produto foi importado

pela Ceval Alimentos. De acordo com a empresa, o óleo e o farelo seriam reexportados.

- 6 de janeiro de 1998 - A Polícia Federal recebe a denúncia de que grandes lotes de sacas de soja transgênica estariam sendo contrabandeadas da Argentina para o norte gaúcho. Conforme o delegado Antônio João Ruschel, não foi encontrada soja geneticamente modificada nas áreas investigadas em Passo Fundo.
- 19 de fevereiro - A polícia recebeu a denúncia anônima de que galões com plantas de soja transgênica poderiam ser encontrados perto do aeroporto de Passo Fundo. A Embrapa examinou as plantas e concluiu que eram provenientes de sementes transgênicas. A autoria do crime de contrabando e plantio não foi comprovada.
- Abril de 1998 - Na França, a direção da Central de Cooperativas de Produtores Rurais do Estado (Centralsul) faz os primeiros contatos para uma possível exportação de soja tradicional, com identificação. Até agora as negociações não foram concluídas.
- Maio de 1998 - O presidente da Centralsul, Mário Bertani, encaminha um pedido para que o governo gaúcho proíba o plantio de soja transgênica no Rio Grande do Sul. A proposta é de implantação de um pólo de grão tradicional para atender especialmente ao mercado europeu. .
- 29 de junho - A Monsanto enviou oficialmente o pedido da liberação da soja transgênica à Comissão Técnica Nacional de Bio-Segurança (CTNBio). A sociedade civil teve 30 dias para se manifestar.
- 29 de julho de 1998 - O Greenpeace obteve, na 6ª Vara da Justiça Federal, em Brasília, liminar que obriga o fabricante a identificar ingredientes transgênicos nos alimentos.

- Julho de 1998 - O prefeito de Espumoso, Mário Bertani, encaminha à Câmara de Vereadores um código ambiental que proíbe o plantio de plantas transgênicas no município. A matéria ainda não foi votada.
- 12 e 13 de agosto de 1998 - A CTNBio se reuniu para avaliar pedido da Monsanto, de liberação do plantio de soja transgênica. Foram solicitadas à empresa informações adicionais.
- 19 de agosto de 1998- O representante do Greenpeace Roberto Kishinami encaminhou ao governo gaúcho o apoio formal da organização para que o Estado se transforme em um pólo de produção da soja natural.
- 4 de setembro de 1998- A consultora do Greenpeace Marijane Lisboa entrega ao ministro da Agricultura, Francisco Turra, um pedido para que o plantio de soja transgênica não seja liberado no país. Na Expoiner 98, Marijane apela para que secretários da Agricultura analisem o assunto, no próximo fórum, no mês de outubro, em Campo Grande (MS), com a perspectiva de mercado de único país grande produtor de soja tradicional.
- 15 de setembro de 1998- A juíza Raquel Fernandez, da 11^a Vara da Justiça Federal de São Paulo, concedeu liminar impedindo a autorização do plantio da soja Roundup Ready. A ação cautelar foi impetrada pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec).
- 16 de setembro de 1998- Começa a reunião da CTNBio que deveria se encerrar com a votação do parecer sobre a soja transgênica.
- 18 de setembro de 1998- O representante do Ministério do Meio Ambiente da CTNBio, Lídio Coradin, pede vistas do processo de solicitação encaminhado pela Monsanto. A decisão é transferida para o dia 24 de setembro.

- 24 de setembro de 1998- A CTNBio anunciou a conclusão da análise do pedido de liberação do plantio comercial da soja transgênica pela Monsanto. O parecer foi favorável, com garantias de que o produto não oferece risco ao ambiente, nem à saúde humana. Mas para que o produto possa ir ao mercado é preciso que o Ministério da Agricultura aprove a comercialização da semente. Nesse dia, representantes do Greenpeace realizaram manifestação contra as conclusões da CTNBio.